

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Guilherme Dornelas Camara

**Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma
abordagem da Filosofia da Libertação**

**Porto Alegre
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
TESE DE DOUTORADO**

Guilherme Dornelas Camara

**OS PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA NA ARGENTINA E
NO BRASIL: UMA ABORDAGEM DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração. Área de Concentração: Estudos Organizacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ceci Misoczky

**Porto Alegre
2014**

CIP - Catalogação na Publicação

Dornelas Camara, Guilherme

Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação / Guilherme Dornelas Camara. -- 2014.
223 f.

Orientadora: Maria Ceci Araújo Misoczky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Filosofia da Libertação. 2. Analética. 3. Asignación Universal por Hijo. 4. Programa Bolsa Família. 5. Combate à Pobreza. I. Araújo Misoczky, Maria Ceci, orient. II. Título.

Guilherme Dornelas Camara

**Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma
abordagem da Filosofia da Libertação**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Administração da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor em Administração.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ceci Misoczky

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Beatriz Augusto de Paiva – UFSC

Prof. Dr. Fábio Vizeu – UNIGRANRIO

Prof. Dr. Ariston Azevêdo Mendes – EA/UFRGS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ceci Misoczky – EA/UFRGS

Agradecimentos

A todas as energias positivas emanadas que contribuíram para que eu realizasse esse trabalho.

A Ceci, minha orientadora, que mais do que orientar a elaboração dessa Tese, transformou o doutoramento em um processo de amadurecimento teórico, de engajamento com a vida universitária e da minha formação como professor.

A minha mãe e madrinha, por sempre se fazerem presentes e me apoiarem irrestritamente. A meu pai, pela torcida e pela ajuda tempestiva. A meu irmão, por estar sempre do meu lado, mesmo quando distante.

Ao Bira, por tudo, mas, principalmente, por ter sido a companhia mais constante nos últimos quatro anos, em momentos bons e em difíceis. Às Fabis da minha vida, justamente por serem quem são. Ao Rafael, pela paciência estoica com meu mau-humor e destempero. A Patrícia, por, sem saber, me salvar de muitas noites solitárias. A Joysi, por tanta coisa que não cabe aqui. Ao Daniel, pelos momentos absolutamente divertidos. Ao Allan, pelas palavras com que sempre me presenteia. A Carolina, pela companhia virtual nos últimos meses, principalmente, durante as longas viagens para as entrevistas.

Ao Daiton, por me obrigar a pausas e fazer lembrar constantemente que há vida além do doutorado.

Aos amigos que ingressaram na área de Estudos Organizacionais em 2010, pela companhia nas disciplinas, nos estudos, nos trabalhos, nos congressos e nas festas. Especialmente A Daniela, ao Adriano e ao Paulo Cerqueira. Com todo meu carinho a Larisse, por tão generosamente receber meus convidados para comemorarmos juntos e a Gabriela, por ter vindo e por todos os favores de correio depois da defesa.

Aos professores, colegas e amigos dos Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora pelas discussões que tanto contribuíram para a realização dessa Tese: Paulo Abdala, Rafael Flores, Sueli Goulart, Rogério Faé, Takeyoshi Imasato. Especialmente aos bolsistas de iniciação científica que me acompanharam e apoiaram durante o doutoramento: Rodrigo Prado da Costa, Mariana Pedroso e Fernando Scherer.

Ao Leonardo Granato e ao professor Horacio Machado Araóz, por terem me apoiado com os contatos na pesquisa de campo na Argentina. A Gabriela Budnik, que conheci na viagem de Buenos Aires a Catamarca, me acolheu e ofereceu contatos preciosos para a realização da Tese.

Aos beneficiários dos Programas Sociais com quem tive contato nos últimos quatro anos e que são o motivo de ser desta Tese.

Aos professores Beatriz Augusto de Paiva, Ariston Azevêdo Mendes e Fábio Vizeu pelos comentários e perguntas na banca de defesa da Tese e, também, ao longo do processo de doutoramento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me outorgou uma bolsa de doutorado por quatro anos.

*Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura
"Aí minha véia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir"
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar”
(Chico Science & Nação Zumbi, Da Lama ao Caos)*

*“Pueblo divino, porrudo, sabalero,
Papel picado, botijas bajo el sol,
Sigue tu lucha de pan y de trabajo
Que el tamboril se olvida, y la miseria no!
Sigue tu lucha de pan y de trabajo
Que el tamboril se olvida, y la miseria no!”
(Los Olimareños, A mi gente)*

RESUMO

Esta Tese analisa a implementação de Programas Sociais de Combate à Pobreza nos municípios mais pobres do Rio Grande do Sul e nas capitais de Províncias do noroeste argentino, região mais pobre daquele país. Esses Programas são: *Asignación Universal por Hijo para la Protección Social* (AUH); *Argentina Trabaja*; Programa Bolsa Família (PBF); e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Trata-se de uma análise qualitativa, que compreende os Programas na continuidade de um histórico de políticas sociais compensatórias que marca o combate à pobreza na América Latina desde a década de 1970. Essas políticas são informadas pela articulação de um conjunto de conceitos e definições de orientação liberal, formulados por instituições e autores como o Banco Mundial, John Rawls, Amartya Sen e o PNUD. Subjaz a essa abordagem liberal a separação entre as dimensões econômica e social que compreende a pobreza como um problema social de responsabilidade dos pobres. Para autores vinculados a essa abordagem, o combate à pobreza é feito através da inclusão dos pobres nos mecanismos de mercado, espaço onde eles podem realizar os estados e as escolhas que valorizam. No entanto, a formulação dos Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil estudados nesse trabalho é influenciada, também, por autores inspirados na ideia de um Estado de Bem-Estar Social. Eles reconhecem a urgência da questão social e defendem a politização desses Programas para garantir a instituição de direitos sociais e o acesso dos pobres a estes, de modo a realizar sua cidadania ativa. Apesar dos avanços proporcionados por essas abordagens, este Trabalho indica algumas limitações que impedem o efetivo combate à pobreza: a definição de quem são os pobres e as razões da pobreza são estabelecidas em termos restritos que impossibilitam compreender os determinantes estruturais da pobreza, situados na relação capital-trabalho, especificamente na superexploração do trabalho que marca a vida do povo latino-americano. Em razão disso, o trabalho analisa a implementação dos Programas nas localidades selecionadas a partir do método analético, proposto por Enrique Dussel (2012). Esse método parte do reconhecimento da situação do pobre enquanto povo oprimido que luta pela sua libertação com a organização de projetos nacionais e populares que rompam com a lógica da dependência econômica e estejam comprometidos com o princípio ético da produção e reprodução da vida humana em comunidade. Esse método propiciou concluir que, nas localidades analisadas, os Programas operam como mecanismo complementar à superexploração do trabalho. No entanto, o povo não está totalmente submetido a eles. O povo resiste e organiza a sua práxis libertadora visando superar a Totalidade do sistema vigente e eliminar os determinantes estruturais da pobreza.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. *Asignación Universal por Hijo para la Protección Social*. Superexploração do trabalho. Analética. Povo.

ABSTRACT

This Thesis analyzes how the Social Programs for Eradicating Poverty are realized in the poorest cities of Rio Grande do Sul and in the capital of two Provinces in the Argentinian Northwest. These Programs are: *Asignación Universal por Hijo para la Protección Social* (AUH); *Argentina Trabaja*; Programa Bolsa Família (PBF); and National Program for Accessing Technical Education and Job (PRONATEC). It holds a qualitative analysis comprehending the continuity of the Programs as part of a history of compensatory social policies that mark the poverty eradication initiatives in Latin America since the 1970s. These policies are informed by an articulation of concepts and definitions of liberal orientation proposed by institutions and authors as the World Bank, John Rawls, Amartya Sen, and the UNPD. Underpinning this liberal approach there is the split between social and economical dimensions which states the poor are responsible for their poverty. To the authors link to this approach fighting against poverty relates to include the poor in the market mechanisms where they can realize the states and functions they value. Although, the design of the Social Programs for Eradicating Poverty in Argentina and Brazil studied is also influenced by authors inspired in the idea of a Welfare State. They recognize the urgency of the social issue and defend the politization of the Programs to guarantee the institution of social rights and their access for the poor. Besides the advances reached due to these approaches, this Thesis points the limits imposed by them to actually eradicate poverty: the definition of who the poor are and the reason of poverty are established in narrow terms that do not make it possible to understand the structural determinants of poverty, found in the labor-capital relation, specifically the overexploitation of labor that mark the live of the Latin-American people. Due to this, the Work analyzes how the Programs are realized in the cities selected applying the analectics method, which is proposed by the Philosophy of Liberation. This method departs from reconizing the situation of the poor as an oppressed people who struggle for their liberation. The liberation demands the organization of national and popular projects that break the logics of economic dependency and are compromised with the ethical principle of production and reproduction of human life in community. This method made it possible to conclude that the Programs operate as complementary mechanisms to overexploitation of labor. However, the people is not completely submitted to them. They resist and organize their liberation praxis aiming to overcome the rulling Totality and eliminate the structural determinants of poverty.

Keywords: *Programa Bolsa Família. Asignación Univeral por Hijo para la Protección Social. Overexploitation of labor. Analectics. People.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz da Lei dos Pobres de 1834, destacando atividades no interior de uma Casa de Trabalho	20
Quadro 1 – Quadro-síntese das principais abordagens do combate à pobreza.....	36
Tabela 1 – Número e percentual de beneficiários nas 10 províncias que mais recebem recursos da AUH	41
Figura 2 – Linhas do <i>Plan Argentina Trabaja</i>	43
Figura 3 – Mapa da Argentina destacando as principais províncias beneficiadas com o <i>Ingreso Social con Trabajo</i>	45
Figura 4 – Mapa da Argentina destacando as principais províncias beneficiadas com os Programas de Combate à Pobreza na Argentina	46
Quadro 2 – Valores dos benefícios PBF para famílias com renda mensal de até R\$70,00 por pessoa	51
Quadro 3 – Valores dos benefícios PBF para famílias com renda mensal de R\$70,01 a R\$140,00 por pessoa.....	52
Tabela 2 – Razão entre a quantidade de beneficiários PBF e a população nos 15 estados que recebem maior volume de recursos do Programa	53
Tabela 3 – Razão entre a quantidade de beneficiários PBF e a população estimada para 2013 de Porto Alegre e dos 5 municípios mais pobres do Rio Grande do Sul	56
Figura 5 – Mapa do Rio Grande do Sul destacando Porto Alegre e os municípios com maior pobreza extrema	57
Figura 6 – Distribuição de renda entre os países do G20 (2000-2009)	84
Figura 7 – Recorte de mapa da Argentina destacando San Fernando del Valle de Catamarca (A) e Santiago del Estero, Capital (B)	135
Figura 8 – Recorte de mapa do Rio Grande do Sul destacando os municípios de São Valério do Sul (A), Redentora (B) e Lajeado do Bugre (C)	136
Figura 9 – Dique El Jumeal que abastece San Fernando com montanhas ao fundo.....	139
Figura 10 – Placa em homenagem à comunidade <i>calchaqui</i> que habitava a região	141
Figura 11 – Mapa de projetos de mineração em Catamarca	143
Figura 12 - CIC Norte e seu entorno	147
Figura 13 – Obras em uma cooperativa do Programa <i>Argentina Trabaja</i> no <i>CIC Norte</i> em San Fernando	148
Figura 14 – Roda de entrevista no <i>CIC Sur</i> em San Fernando	151
Figura 15 – Placa da Presidência da República que afirma que “aqui também a Nação cresce”.....	155
Figura 16 – Vista aérea da praça central de Santiago del Estero	157
Figura 17 – Acesso e Pórtico de São Valério do Sul	169
Figura 18 – CRAS de São Valério do Sul	170
Figura 19 – Pórtico do Município de Redentora e Avenida Pres. Castelo Branco	174
Figura 20 – CRAS de Redentora e casas em seu entorno	176
Figura 21 – Produtos elaborados nas oficinas de geração de renda de Redentora	177
Figura 22 – Pórtico do Município de Lajeado do Bugre e centro da cidade visto de cima	183
Figura 23 – CRAS de Lajeado do Bugre	186
Figura 24 – Escola Estadual Indígena de Lajeado do Bugre	190
Figura 25 – Área central da Aldeia Indígena de Lajeado do Bugre, com igreja à esquerda ..	191
Figura 26 – Casa de Jacira e Carlos na Aldeia Indígena de Lajeado do Bugre	192

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANSES – Administración Nacional de la Seguridad Social
AUH – Asignación Universal por Hijo para la Protección Social
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BB – Beneficio Básico
BV – Beneficio Variável
BVJ – Beneficio Variável Vinculado ao Adolescente
CADUN – Cadastro nico
CIC – Centro Integrador Comunitario
CRAS – Centro de Referncia em Assistncia Social
FECOOTRA – Federación de Cooperativas de Trabajo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAES – Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social
INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
NBI – Necesidades Básicas Insatisfeitas
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PBF – Programa Brasil Sem Miséria
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Naes Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
PTC – Programa de Transferência Condicionada de Renda

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	10
PARTE I.....	16
1 POLÍTICAS SOCIAIS COMPENSATÓRIAS.....	17
1.1 CONCEPÇÕES DE POBREZA QUE FUNDAMENTAM AS POLÍTICAS SOCIAIS COMPENSATÓRIAS.....	19
2 PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NA ARGENTINA E NO BRASIL.....	38
2.1 O PLAN ASIGNACIÓN UNIVERSAL POR HIJO PARA PROTECCIÓN SOCIAL (AUH) E O PROGRAMA ARGENTINA TRABAJA.....	38
2.2 O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA.....	48
3 PRIMEIRA SÍNTESE: MAIS-ALÉM DAS ABORDAGENS VIGENTES.....	59
PARTE II.....	65
4 DEPENDÊNCIA E LIBERTAÇÃO.....	66
4.1 A DEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO.....	70
4.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA DO POVO.....	80
4.3 UMA ÉTICA PARA A LIBERTAÇÃO DO POVO	86
5 PRINCIPAIS REPERCUSSÕES ACADÊMICAS DOS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NA ARGENTINA E NO BRASIL.....	95
5.1 O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA.....	96
5.1.1 A produção teórica sobre os Programas de Combate à Pobreza na Administração.....	113
5.2 NOVOS CONCEITOS PARA DEFINIR O POBRE: POTENCIALIDADES E LIMITES.....	118
6 SEGUNDA SÍNTESE: O COMBATE À POBREZA DESDE A PERSPECTIVA DO POVO	126
PARTE III.....	133
7 A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA EM CIDADES DA ARGENTINA E DO BRASIL	134
7.1 OS PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA FRENTE ÀS ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL EM CATAMARCA E SANTIAGO DEL ESTERO.....	139
7.2 OS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE GAÚCHO.....	170
CONCLUSÕES.....	198
REFERÊNCIAS.....	203

APRESENTAÇÃO

A pobreza é produto de um conjunto de relações sociais, determinadas econômica, histórica, política e eticamente, não é um fenômeno que existe naturalmente, ou seja, os pobres “não [são] a massa humana mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da **dissolução aguda** da sociedade [...]” (MARX, 2010, p. 156, grifos do autor). Essa assertiva expressa a orientação que dou às pesquisas que realizei sobre os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil, no momento em que seus governos celebram o que chamam de fim da extrema pobreza devido ao alcance dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs) *Asignación Universal por Hijo* e Programa Brasil Sem Miséria, respectivamente.

A afirmação de que a pobreza não é um fenômeno natural ou auto-determinado exige questionar os seus determinantes desde a própria possibilidade de produção da vida dos pobres frente às dinâmicas socioeconômicas nesses países. Os referentes teóricos que empenho nessa reflexão remontam às décadas de 1950 e 1960, quando a América Latina viu nascer novas explicações sobre a situação de seu povo. A Filosofia da Libertação, associada à Teoria Marxista da Dependência, à Teologia da Libertação¹, e à Pedagogia Libertadora², valeu-se de uma apropriação do pensamento marxista para realizar a crítica à Totalidade do sistema capitalista a partir da ideia da libertação, reconhecendo a insuficiência teórica e a ineficácia prática das abordagens vigentes. Até então, a pobreza era concebida como um problema individual do pobre, sendo associada aos discursos do progresso, desenvolvimento e crescimento econômico – tratados como sinônimo.

Orientando-se pela urgência da práxis libertadora, os pensadores vinculados a essa abordagem demonstraram as limitações da concepção do pobre como figura antitética ao progresso e ao desenvolvimento. Assim, foi produzida uma concepção que entende os problemas sociais como expressão das contradições estruturais e superestruturais do sistema do capital e das relações sociais que o conformam. Nessa abordagem, a superação da pobreza só pode ser consequência da eliminação das relações sociais próprias desse sistema.

1 A Teologia da Libertação é a apropriação de teólogos católicos de reflexões de fundo marxista na América Latina, especialmente nas décadas de 1970-1980. Esse movimento teológico visa estabelecer uma nova atitude prática existencial dos cristãos no contexto da dependência latino-americana, com destaque para o lugar ocupado pelo pobre. Para uma discussão sobre o tema, recomendo a leitura de Dussel, Enrique. *Caminos de liberación latinoamericana: interpretación histórico-teológica de nuestro continente latinoamericano*. Buenos Aires: Latinoamerica Libros, 1972.

2 Veja o capítulo 4 para uma apresentação dos principais pontos trabalhados pelo marxismo latino-americano.

No entanto, com as ditaduras civil-militares na Argentina e no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, a produção teórica sobre a pobreza e as ações para seu combate na perspectiva do marxismo latino-americano foram seriamente afetadas. Pensadores e agentes sociais foram censurados, presos, exilados, desaparecidos e assassinados; obras foram destruídas e editoras fechadas; iniciativas de combate estrutural à pobreza foram eliminadas, junto com seus criadores³.

Nas décadas de 1980 e 1990, o enfoque da pobreza como um problema individual do pobre retomou força, calcado em elementos descritivos e quantitativos da pobreza tais como a medição das Necessidades Básicas Insatisfeitas e as Linhas de Pobreza. Foram difundidas técnicas para verificar a envergadura quantitativa do problema, tanto em relação com o estado do fenômeno em recortes temporais específicos, quanto seu crescimento e/ou diminuição ao realizar estudos comparativos desses recortes (PERALTA, 2006).

Esse novo olhar sobre quem é o pobre respondeu à necessidade do modelo neoliberal dominante e dos organismos multilaterais de financiamento. Ante o crescimento do número de pessoas vivendo nessas condições, era urgente criar políticas sociais compensatórias da pobreza. Para a implementação dessas políticas, foram instalados critérios para medir o fenômeno e avaliar a eficácia e eficiência dos programas sociais dirigidos a reduzi-lo. Essa estratégia se orientou, também, para a sustentação da governabilidade.

Na Argentina e no Brasil, a compreensão da pobreza como um fenômeno individual se institucionalizou a partir da elaboração dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs) para o combate à pobreza por parte dos governos de Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso. Neles, as desigualdades estruturais são travestidas em carências individuais no marco de uma ordem naturalizada à qual só resta aos pobres adaptar-se.

Na Argentina, o recurso à individualização da pobreza como base para os programas sociais foi iniciado na década de 1990, no contexto dos efeitos da Lei da Convertibilidade⁴,

³ Intelectuais como Ruy Mauro Marini, Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto que estavam interessados no estudo da realidade brasileira, foram retirados de suas instituições e exilados. Outros pensadores que ocupavam postos no poder legislativo, como Josué de Castro e Alberto Guerreiro Ramos tiveram seus mandatos caçados e também foram exilados no exterior. Muitos de seus livros deixaram de ser editados no Brasil, sendo que alguns apenas a poucos anos começaram a ser relançados, o que gerou resultados inegáveis para o pensamento social brasileiro. Cantores populares tiveram suas letras censuradas, como foi o caso de Leci Brandão, Zé Keti, Taiguara entre tantos outros. A Editora Civilização Brasileira, marcada por sua posição editorial interessada nos temas de interesse nacional e devido à sua atuação abertamente contrária à ditadura, é acusada de subversiva, tem várias edições apreendidas e destruídas, além de sofrer um incêndio possivelmente criminoso que arrasou os escritórios centrais e a sua principal livraria, em outubro de 1970. Essa livraria, localizada na rua Sete de Setembro, no centro do Rio de Janeiro, tornou-se importante ponto de encontro de intelectuais e escritores adversários do governo.

⁴ A Lei 23.928, conhecida como Lei de Convertibilidade, foi resultado de uma tentativa de estabilização da

em especial as demissões ocasionadas pela privatização da YPF e pela recessão econômica. Naquele processo de ajuste de mercado, as políticas de estabilização das variáveis macroeconômicas e a modernização cultural e produtiva levaram ao aumento do número de pessoas em situação de pobreza. Foi característico desse período tratar a pobreza como 'problema dos pobres', vigorando o suposto implícito de que a carência dificulta a adaptação exitosa dos indivíduos livres aos processos de preparação ou inserção no mercado laboral (GRASSI, 2003). A principal ação do Governo Argentino para combater o aumento da pobreza e conter a insatisfação social generalizada, à época, foram os *Planes Trabajar*⁵, criados no governo de Carlos Menem, em 1996.

No Brasil, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs) do Governo Federal foram inaugurados em 2001, com a criação do Programa Bolsa Escola⁶. Até então, a assistência aos pobres era marcada pelo primeiro-damismo de caráter assistencialista e voluntarioso, mediante ações da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁷, existente até 1995, e do Programa Comunidade Solidária, até 2003⁸. Essas instituições indicam uma concepção

economia argentina conduzida pelo Ministro da Fazenda, Domingo Cavallo, em 1991. Ela impunha um câmbio fixo da moeda argentina com o dólar americano na paridade US\$1,00-AR\$1,00 e obrigava o Banco Central argentino a manter reservas de ouro e moeda estrangeira equivalente ao dinheiro em circulação no país. Coetâneo à Lei, o governo lançou um plano de privatização de indústrias e serviços, visando a diminuição do gasto público. O governo também promoveu a abertura da economia, visando a entrada de capitais estrangeiros no país, visando aumentar a competitividade para obrigar a indústria nacional a melhorar a sua tecnologia e os seus produtos. Como resultado, o corte nos gastos públicos resultou em uma queda na qualidade do serviço e a abertura para o capital externo levou à falência de pequenas e médias empresas, aumentando significativamente o desemprego, que alcançou 18,4% da população em maio de 1995 (OVIEDO, 1996).

⁵ Se tratava de uma iniciativa que oferecia trabalho temporário para prover ocupação a pessoas em condição de pobreza em postos de construção de obras de infraestrutura comunitária. O *Plan* se propunha a atender os problemas de emergência trabalhista provocados pelos desajustes no mercado de trabalho e procurava reduzir o impacto da queda da renda de famílias de desempregados (RAMIREZ, 2006). Em contraprestação aos serviços prestados através de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs), pelo prazo de três a seis meses, os trabalhadores recebiam um valor que variava de 120,00 a 160,00 pesos. O *Plan* vigorou até 2003, quando foi substituído pelo *Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*.

⁶ O Programa Bolsa Escola foi criado na Lei 10.219, de 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele constituiu uma pactuação financeira do Governo Federal em programas municipais de garantia de renda mínima vinculados a ações socioeducativas, com condicionalidade de frequência escolar. Para receber o benefício, que variava de R\$15,00 a R\$45,00, as famílias deveriam ter a renda mensal *per capita* inferior a um limite estabelecido anualmente pelo Governo Federal (BRASIL, 2001). Em 2003, no governo Lula, o Bolsa Escola foi unificado com outros programas de transferência de renda do Governo Federal sob o Programa Bolsa Família.

⁷ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi instalada em 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, que reuniu um grupo de senhoras da sociedade para oferecer cigarros e chocolates aos combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Desde a criação da LBA, o direito à cadeira de presidente era garantido à primeira-dama, por estatuto. Nas décadas de 1960 e 1970, as intervenções da LBA na sociedade ganharam corpo e se estenderam a famílias vitimadas por calamidades, oferecendo ajuda urgente, porém pontual e descontinuada. Em 1995, a LBA foi extinta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. No mesmo ano foi criado o Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, com o objetivo de “prestar atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza” (BRASIL, 1995).

⁸ Elaborei uma análise do histórico das principais políticas de assistência social no Brasil desde o Governo

ocasional do combate à pobreza com atenção emergencial às famílias que passavam por calamidades. Com o Comunidade Solidária e o Programa Bolsa Escola, a atuação do Governo Federal denota o foco na aparência do fenômeno da pobreza, sem ponderar sobre os determinantes de uma realidade de precariedade e carestia.

A partir de 2003, com a chegada à Presidência de Néstor Kirchner e de Luiz Inácio Lula da Silva, os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil ganharam maior expressão. O combate à fome e à pobreza foi alçado a carro-chefe das políticas sociais. Atualmente, os Programas Sociais de Combate à Pobreza conduzidos por esses governos possuem destaque na academia, nos debates políticos e é assunto nas rodas de conversa, despertando curiosidade e posicionamentos apaixonados que afirmam ou negam sua efetividade. Documentos de institutos de pesquisa, de órgãos governamentais e multilaterais têm noticiado o fim da miséria (pobreza extrema) na Argentina e no Brasil (BRASIL, 2013a; FINANZAS, 2012; G1, 2013; PNUD, 2011).

Frente à ampla aceitação desses Programas de Combate à Pobreza por diferentes estratos sociais e à comemoração de seu sucesso, retomo a Filosofia da Libertação como fundamento deste estudo. Não se trata, com isso, de um anacronismo apaixonado ou de fazer uma crítica banal. O retorno a essa Filosofia se mostra incontornável pois ela parte da afirmação de uma ética da vida. Assim, “a negação da vida humana é agora nosso tema. O ponto de partida forte e decisivo de toda a crítica [...] é a relação que se produz entre a negação da corporalidade, expressa no sofrimento das vítimas, dos dominados, e a tomada de consciência desta negatividade” (DUSSEL, 2002, p. 313).

A Filosofia da Libertação constitui um arcabouço teórico importante para analisar a reprodução da pobreza desde as particularidades do sistema capitalista na América Latina. Dussel (2002, p. 573) propõe uma práxis orientada pelo princípio universal da “produção e reprodução da vida de cada sujeito humano”, necessária “nesta época da história, no final do século XX e começo do III milênio, especialmente para as vítimas excluídas do atual processo de globalização do capitalismo mundial” (DUSSEL, 2002, p. 572). Essa Filosofia articula uma ética, uma pedagogia, uma teologia, uma política e uma economia voltadas para a libertação dos pobres.

Tomando como ponto de partida o princípio ético-material da produção e reprodução

Vargas até a criação do Plano Brasil Sem Miséria em: DORNELAS CAMARA, Guilherme. O Combate à Fome e à Pobreza no Brasil: uma análise a partir do histórico das políticas federais. In: SILVA, Francielle Molon da. *Gestão Pública Brasileira: caminhos percorridos, avanços alcançados e desafios a serem superados*. Curitiba: Prisma, 2013, p. 181-208.

da vida humana em comunidade, é necessário empreender uma análise da sua possibilidade de realização na Argentina e no Brasil. Para isso, é preciso delimitar o modo como as pessoas produzem e reproduzem a sua vida, identificar as causas desse modo de produção da vida humana e as suas consequências. Dussel (2012, p. 355) destaca que os países da América Latina são situados no mercado mundial de modo periférico: “[é] preciso entender a essência do capital global de uma nação capitalista”, que é, em concreto, uma nação dependente. Isto é, é necessário, primeiro, “determinar a essência das categorias 'capital central' e 'capital periférico' em si e sua mútua relação. Depois poder-se-á descrever a situação concreta, histórica, real, de uma 'nação dependente'”. Assumi a tarefa de realizar essa análise nesta Tese.

Primeiro, trata-se de compreender algumas das relações socioeconômicas que são peculiares à Argentina e ao Brasil enquanto países periféricos de economia subdesenvolvida, configurados pelo fluxo de capital da Periferia para o Centro, pela difusão de elementos culturais do Centro para a Periferia e pela permanência de uma estrutura social que reproduz a exploração de uma classe sobre a outra nacional e internacionalmente (GUNDER FRANK, 1980). Na intenção de garantir a competitividade de seus produtos no mercado externo, os países subdesenvolvidos tendem a aumentar o valor do produtos comercializados ao mesmo tempo em que tendem a diminuir os custos da produção. Uma das estratégias nesse sentido é a superexploração do trabalho, que constitui um mecanismo de compensação visando o incremento do valor trocado. Marini (2005, p. 156) identifica três procedimentos operados pelos capitalistas nesse mecanismo interno de compensação das trocas desiguais. Em síntese, os três procedimentos identificados são a “intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força-de-trabalho”. Nos dois primeiros casos o trabalhador é obrigado a um dispêndio de força-de-trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, “provocando assim seu esgotamento prematuro”; no terceiro caso, é retirado do trabalhador a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força-de-trabalho em estado normal. “Em termos capitalistas, esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto a uma superexploração do trabalho”.

Segundo, trata-se de situar os Programas Sociais de Combate à Pobreza em sua relação com a reprodução do capital no contexto das economias dependentes da Argentina e do Brasil, investigando como se realiza o princípio ético-material da produção e reprodução da vida humana em concreto. O imperativo de vender a força-de-trabalho para produzir a vida

humana é determinado, na Argentina e no Brasil, pela sua condição de países de capital global nacional dependente. Portanto, as definições dos governos nacionais para o combate à pobreza precisam, também, ser analisadas nesse contexto. Em vista disso, a tese que proponho é que **os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil operam como mecanismos complementares à superexploração do trabalho e inserem-se, assim, no processo de reprodução ampliada da dependência nesses países.**

Esta Tese está organizada em três Partes. A Parte I é descritiva e teórica. Nela, localizo os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil frente uma trajetória de políticas sociais compensatórias, no Capítulo 1; descrevo os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil, no Capítulo 2; e elaboro uma síntese das abordagens vigentes, no Capítulo 3. A parte II é dedicada à discussão teórica que orienta a Tese: apresento uma reflexão sobre a dependência e a libertação, no Capítulo 4; analiso as principais repercussões acadêmicas dos Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil, no Capítulo 5; e elaboro uma síntese que situa o combate à pobreza desde a perspectiva do povo, no Capítulo 6. A Parte III é empírica, não como realidade dada, mas como empírico pensado: no Capítulo 7, apresento dos procedimentos metodológicos e, em seguida, analiso a implementação dos Programas Sociais de Combate à Pobreza em localidades selecionadas do noroeste argentino e gaúchos. Ao final, apresento as conclusões da mediação entre o referente teórico da Parte II e os dados consolidados nas Partes I e III.

PARTE I

1 POLÍTICAS SOCIAIS COMPENSATÓRIAS

Nas últimas décadas, autores vinculados a diferentes tradições teóricas têm sido uníssonos em afirmar que a pobreza é uma questão relevante, não apenas como tema de pesquisa, mas como um problema social, porque “[...] forma parte do núcleo central de problemas que questionam a legitimidade dos sistemas econômicos, políticos e sociais na América Latina e no Caribe (CIMADAMORE, 2005, p. 13), de tal modo que, “hoje, o tema da pobreza aparece no primeiro plano, requerendo atenção imediata e definindo o foco a partir do qual os demais temas das ciências sociais se estruturam” (SCHWARTZMAN, 2007, p. 7). Nas palavras de Leguizamón (2005, p. 19), “o aumento da pobreza e da exclusão no mundo, e na América Latina em particular, tomou tal dimensão que se converteu *no* tema da agenda de governos, organismos supranacionais de 'desenvolvimento' e distintos grupos sociais preocupados com a crescente degradação do bem-estar”.

No entanto, a valorização do tema da pobreza não é recente. Em 1973, por exemplo, Robert S. McNamara⁹ argumenta que “o crescimento [econômico] não está atingindo equitativamente os pobres e os pobres não estão contribuindo para o crescimento” (WORLD BANK, 1973, p. 10). Passadas várias décadas, a separação entre as dimensões econômica e social que subjaz o argumento acima continua presente, como afirma Montaña (2012, p. 272), para quem a pobreza é pensada “[...] como fenômeno autônomo e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por ela atingidos” . De acordo com essa linha de pensamento, a pobreza é concebida como consequência natural do crescimento econômico. Sendo assim, as estratégias de combate à pobreza têm sido organizadas sob a forma de medidas paliativas que visam compensar os pobres.

Desde a década de 1970 o Banco Mundial vem oferecendo empréstimos aos chamados países em desenvolvimento para que eles criem estratégias para “o desenvolvimento das áreas rurais e melhoria da saúde”, tomando como referência as recomendações técnicas do Banco e as modalidades de financiamento disponíveis para ações de tal natureza (WORLD BANK, 1973, p. 12). O Banco (1978, p. 34) advoga que “deve haver uma interação próxima entre o incremento na produtividade e na renda individual e a melhoria no padrão de vida através da

9 Robert S. McNamara (1916-2009) foi executivo de grandes empresas, secretário de defesa dos Estados Unidos nos governos de John F. Kennedy e Lyndon Johnson (1961-1968), sendo apontado como um dos principais estrategistas da Guerra do Vietnã. A partir de 1968, assume o cargo de presidente do Banco Mundial, aposentando-se em 1981. Durante a sua gestão, o Banco viu expandir seu montante de empréstimos e o número de projetos nos países em desenvolvimento (BIO, 2014).

intervenção direta de projetos de redução da pobreza”.

A discussão sobre a pobreza e seu combate é incorporada de modo sistemático também pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que articulam um conjunto de análises e recomendações nos Relatórios de Desenvolvimento Humano, iniciando em 1990 sob a coordenação de Mahbub ul Haq¹⁰. No número inaugural da série, o PNUD defende que nos países ditos em desenvolvimento seria necessário que “os esforços nacionais para o desenvolvimento e a assistência internacional fossem direcionados apropriadamente. [...] Quatro quintos da população do Terceiro Mundo estão vivendo vidas mais longas, saudáveis e melhores, mas faltam oportunidades para que eles [os pobres] realizem todo o seu potencial” (PNUD, 1990, p. 18). Além disso, o Programa sublinha a importância da articulação entre um Estado não-interventor, organismos financeiros internacionais e ONGs e empresas para a criação de mercados desregulados como espaço de realização dos objetivos individuais. “Para a maioria dos países em desenvolvimento, o desenvolvimento humano coloca um desafio triplo. Eles têm que *expandir as oportunidades de desenvolvimento para um número crescente de pessoas*. Eles têm que melhorar os padrões de vida. E eles têm que conseguir *fazer mais com menos*” (PNUD, 1990, p. 25, grifos do autor).

A separação entre a suposta marcha do desenvolvimento e a precariedade das condições de vida da população é destacada também por Cohn (1995, p. 2), para quem, na década de 1990, o Brasil, era um exemplo para outros países da América Latina. Para a autora, “a relação Estado/sociedade e Estado/mercado, em um contexto em que predominavam, de um lado, políticas econômicas voltadas para a estabilização da moeda e o ajuste estrutural da economia e, de outro, a complexa relação entre democracia política e democracia social” era exemplar. Além disso, a realização de políticas compensatórias das desigualdades geradas pelo mercado deveria superar “os inúmeros programas e políticas setoriais apostos uns aos outros, de baixa eficiência e eficácia, de vida efêmera, e impermeável ao controle público” para uma melhor compatibilização “entre desenvolvimento e crescimento econômico com democracia social” (COHN, 1995, p. 3).

Em comum, essas instituições e autores compartilham a visão de que o pobre é o responsável por sua pobreza e que cabe aos governos, organismos multilaterais e ONGs

10 Economista paquistanês (1934-1998), participou da Comissão Paquistanesa de Planejamento, foi Diretor do Departamento de Planejamento de Políticas do Banco Mundial e do PNUD e Ministro das Finanças, do Planejamento e do Comércio do Paquistão. Seu livro *A Cortina da Pobreza* (1976) é considerado precursor das abordagens das capacidades e do desenvolvimento humano na década de 1980 (MHHDC, 2006).

ajudarem os pobres a superar essa condição.

Entendo que a noção vigente de pobre nas políticas compensatórias expressa o modo como a pobreza tem sido concebida desde sua emergência histórica no sistema do capital. Assim, há que situar historicamente as noções de pobreza que orientam a elaboração de políticas compensatórias. Com essa finalidade, apresento, na seção a seguir (1.1), uma breve trajetória das principais ideias que fundamentam essas políticas. A apresentação desses traços gerais vai permitir situar as rupturas e continuidades teóricas no bojo dos Programas de Combate à Pobreza em vigência na Argentina e no Brasil, apresentados no próximo capítulo (2).

1.1 CONCEPÇÕES DE POBREZA QUE FUNDAMENTAM AS POLÍTICAS SOCIAIS COMPENSATÓRIAS

De acordo com Peralta (2006), pode-se rastrear as concepções sobre a pobreza e as ações delas decorrentes desde o século XVI, quando não se falava ainda em combate à pobreza, mas em assistência. A assistência à pobreza era definida por dois critérios complementares: (1) a relação de proximidade entre o beneficiário de um socorro e a sua dispensa do trabalho; (2) a incapacidade para o trabalho, que o marca como merecedor de auxílio ou objeto da ajuda por não poder sanar suas próprias necessidades. Era notório que, em sua gênese, a noção de pobreza estava intrinsecamente ligada ao trabalho, sendo a falta de trabalho ou a incapacidade para exercer atividades a causa da mendicância, manifestação recorrente à época.

A partir do século XVII, o chamado pobre começou a ser percebido como um fenômeno novo, reflexo da passagem da mendicância para o pauperismo. Na Inglaterra, diante da constatação de que “*Pauper ubique jacet*” (os pobres se prostram por toda a parte), a rainha Elizabeth I introduziu um imposto de assistência através de uma lei promulgada sem qualquer exposição de motivos (FANFANI, 1991; PERALTA, 2006).

Os registros mais sistematizados sobre a transição da mendicância para o pauperismo remontam às Leis dos Pobres inglesas (*Poor Laws*) que já não relacionavam o pobre à pobreza causada pela falta de trabalho e nem à indigência primitiva da Idade Média. Essas leis conformaram novas instituições de ação social: a assistência aos indigentes e a instituição da poupança e previdência voluntária ou com patrocínio patronal (PERALTA, 2006). De acordo

com o Arquivo Nacional Britânico, até 1834 houve um aumento paulatino dos custos com a assistência aos indigentes nas cidades britânicas. Essas eram as responsáveis por cuidar deles através do recolhimento do imposto de assistência aos pobres. Com os recursos angariados, as paróquias completavam, a título de esmola, o salário nominal, de modo que a soma recebida pelo trabalhador fosse suficiente para que ele pudesse sobreviver. Devido a reclamações dos pagadores de impostos sobre os custos crescentes dos pobres para as comunidades, as *Poor Laws* almejavam reduzir os custos com os pobres, evitar aproveitadores e criar um sistema unificado de atenção que vigorasse em todo o país.

Sob a nova lei, as comunidades deveriam se agrupar em associações (*unions*) que deveriam construir Casas de Trabalhos (*Workhouse*) às quais aqueles designados como pobres recorreriam obrigatoriamente para conseguir algum dinheiro, salvo em circunstâncias especiais. Pessoas aptas ao trabalho que fossem flagradas perambulando pelas ruas ou mendigando sofreriam sanções penais. As condições nessas Casas eram difíceis, de modo que apenas os mais desesperados procuravam-nas. Nelas, as famílias eram divididas e colocadas em partes diferentes, executando tarefas árduas, tais como selecionar estopa ou quebrar pedras, independente da idade ou das condições físicas (NATIONAL ARCHIVE, s/d).

Figura 1 – Cartaz da Lei dos Pobres de 1834, destacando atividades no interior de uma Casa de Trabalho



Fonte: The National Archives (s/d).

Ao final do século XIX e começo do século XX também foram realizadas explicações e intervenções que enfatizavam a dimensão individual e apresentavam concepções moralizantes da pobreza. Elas foram complementadas por visões que atribuíam periculosidade aos pobres com base em atributos de anormalidade ou desvios tomados a partir da comparação com o padrão de normalidade dos valores hegemônicos, surgindo as consequentes práticas que visavam normalizar os sujeitos chamados de pobres (PERALTA, 2006).

Para Peralta (2006), é a partir da moralização e normalização que o conceito de pobre sobrepõe o de pobreza mais substancialmente. O discurso moralizante e normalizador define a pobreza como uma massa constituída pela soma de indivíduos portadores dessa condição. Assim, o caráter social da pobreza só existe ao passo que ela atinge grandes quantitativos humanos, e não em sua gênese ou em sua significação de produto de uma relação social de exploração (FANFANI, 1991).

A noção do pobre enquanto indivíduo moralmente degenerado tem como uma de suas principais influências a teoria moral utilitarista elaborada por John Stuart Mill, filósofo e economista seguidor de Malthus¹¹ e Ricardo¹². Para Mill (1863), os indivíduos buscam a satisfação e não é possível ser de outra maneira, pois satisfação é sinônimo de felicidade e a maximização da satisfação, ou da felicidade, é o princípio moral. Mill afirmava que não se deseja uma quantidade máxima de bens, pois eles são escassos, mas um nível satisfatório de bens com segurança do direito de posse sobre eles (MILL, 1863). Para ele, a pobreza sempre significou sofrimento e poderia ser completamente extinguida pela sociedade, combinando sabiamente o bom-senso e a providência dos indivíduos (MILL, 1863). Associando a pobreza às doenças, afirmava que até essas, que são os mais intratáveis dos inimigos, podem ser

11 Thomas Malthus (1766-1834) foi um economista político inglês cujo principal interesse de pesquisa foram as populações. Para os economistas seguidores dessa corrente, sua principal contribuição diz respeito à relação entre o aumento da população e o abastecimento de alimentos. Sua obra mais conhecida é o Ensaio sobre o Princípio da População (1798) em que afirma que a população cresce em razão geométrica enquanto o aumento das condições de subsistência ocorre apenas em razão aritmética. Para que os seres humanos não criem superpopulações a ponto de morrerem de fome é necessário oferecer incentivos econômicos, de modo que as pessoas modifiquem seu comportamento (LANDSBURG, 2008; MALTHUS, 1798).

12 David Ricardo (1772-1823) foi um economista político inglês. Frequentemente é citado dentre os fundadores da Economia Clássica. Sua obra mais conhecida se chama Princípios de Economia Política (1817), em que Ricardo desenvolve algumas das principais ideias da Economia Clássica, baseando-se no pressuposto de que as regularidades econômicas existem de acordo com as escolhas dos indivíduos face restrições naturais e sociais. Dentre elas, destaca-se a que estabelece que salários acima do nível da subsistência levam a um aumento da população que, em troca, exige uma agricultura mais intensiva ou mesmo a exploração de terras menos férteis. Outro ponto desenvolvido por Ricardo diz respeito aos custos comparativos em livre comércio, em que um país que efetua trocas de produtos por um custo mais baixo possui resultados econômicos melhores do que produzindo o mesmo (HAUSMAN, 2013).

indefinidamente reduzidas através de boa educação moral e física e pelo controle apropriado de influências perniciosas. Para Mill (1863), o progresso da ciência prometeria um futuro de conquistas ainda maiores sobre esses adversários. Subjazia à ideia que se fazia do pobre uma perspectiva modernizadora e de preocupação pela mudança social baseada na noção de progresso. Nesse contexto, ficavam excluídos do progresso aqueles que não estavam em condições de incorporar-se à dinâmica modernizante devido a variáveis ecológico-urbanísticas, culturais ou econômicas.

No campo da sociologia, o ensaio *O Pobre*, publicado por Georg Simmel em 1907, marca o início dos estudos sobre a pobreza em termos teóricos. O objeto de estudo de Simmel não é a pobreza ou o pobre, mas a relação de assistência entre os pobres e a sociedade em que vivem. Para o autor, os pobres não são aqueles que sofrem com as carências ou privações específicas, mas aqueles que recebem a assistência, ou que deveriam recebê-la de acordo com as normas sociais vigentes: “a noção segundo a qual o indivíduo é produto de seu meio confere a esse indivíduo o direito à compensação por suas necessidades e por suas perdas” (SIMMEL, 2011, p. 42). Como consequência, a pobreza não pode ser definida quantitativamente, mas apenas em relação à reação social que resulta de uma situação específica. Assim, Simmel (2011) apresenta um conceito de pobreza que é relativo ao contexto social.

Uma peculiaridade da abordagem de Simmel é que a assistência aos que necessitam é prestada mais pela obrigação daqueles que dão do que pelo direito de quem deveria recebê-la, “[...] afim de que o pobre não se torne um inimigo ativo e perigoso da sociedade, para fazer a sua já diminuta energia mais produtiva e, finalmente, para evitar a degenerescência de sua prole” (SIMMEL, 2011, p. 47). Assim, as esmolas ou os auxílios previstos legalmente não são uma finalidade neles mesmos, mas um meio pelo qual aquele que doa o faz em nome de sua própria saúde e segurança.

Mesmo quando a assistência é prestada por algum órgão de governo, esse órgão não é o ponto de partida da assistência, mas um meio de transmissão dos doadores àqueles que devem receber o auxílio. A assistência à pobreza prestada por governos locais exerce uma função duplamente útil: faz parecer que cada caso é tratado individualmente e evita que os fundos destinados a essa obrigação sejam distribuídos muito livremente (SIMMEL, 2011).

Para Simmel (2011), a assistência aos pobres é contraditória com qualquer aspiração socialista ou comunista, pois se funda na própria estrutura social: “o fim da assistência é

precisamente mitigar certas manifestações extremas de diferenciação social, afim de que a estrutura social possa continuar se fundando sobre essa diferenciação”. Se a assistência fosse feita em favor do pobre haveria, por princípio, uma transferência de propriedade em seu favor, visando a igualdade de todos.

Durante meados do século XIX, em especial nas décadas de 1950 e 1960, diversas mudanças político-econômicas no mundo ressituararam a discussão sobre a pobreza. A formação de um bloco capitalista e outro socialista submeteu-a, de um lado, a uma espécie de articulação entre o desenvolvimentismo e o Estado de Bem-Estar Social e, de outro, às revoluções populares de caráter socialista.

Nos países desenvolvidos, após a II Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social se consolidava com a crença na economia de mercado, na industrialização e no pleno emprego, meio pelo qual os indivíduos acederiam à cidadania. As preocupações teóricas se afastavam “das ortodoxias do puro nexo de mercado e exigiam a extensão da renda e da segurança do emprego como um direito à cidadania. Moralmente, estavam destinadas a defender as ideias de justiça social, solidariedade e universalismo” (ESPING-ANDERSEN, 1993, p. 1). Nesses países pensava-se que a pobreza existiria apenas como

[...] um problema casual. Quase todo mundo se saiu bem em seu ambiente; isso prova que a pobreza não é intratável. Mas alguma qualidade peculiar de algumas famílias ou indivíduos – saúde ruim, inabilidade para se adaptar à disciplina da vida industrial, alcoolismo [...] - impediram esses indivíduos de participarem do bem-estar generalizado” (GALBRAITH, 1998[1958], p. 236).

O desenvolvimentismo¹³, por sua vez, se baseava na ideia de que para alcançar o desenvolvimento seria necessário abandonar traços atrasados e adotar os modelos dos países desenvolvidos. Era defendida uma política de industrialização acelerada, com a importação de fatores de produção (técnicas, máquinas, insumos, tecnologia etc.) dos países desenvolvidos; bem como a adoção dos elementos culturais desses países, em detrimento dos locais. Essa

13 Predominante nas décadas de 1950-1960, de acordo com Sampaio Jr. (2012, p. 673-4) o desenvolvimentismo é um termo utilizado para referir os “dilemas e desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional”.

posição demonstra uma associação das ideias de Rostow¹⁴ e Hoselitz¹⁵. Assim, a mitigação da pobreza seria decorrente do crescimento econômico, pois, os postos de trabalho seriam ampliados, os salários aumentados e o sistema previdenciário seria fortalecido, alçando os países subdesenvolvidos também a situação dos Estados de Bem-Estar Social.

Do lado das revoluções socialistas, como a cubana e a chinesa, a pobreza era entendida como correspondente à dominação política e cultural e à acumulação de riqueza, isto é, decorrente do imperativo da exploração da força-de-trabalho, da mais-valia, da propriedade privada da terra e dos meios de produção, da estrutura agrária monopolista. A superação da pobreza seria, então, decorrente de alterações socioeconômicas, como a reforma agrária, a economia planificada, estatização da produção e formação de cooperativas de produção agrícola, associadas à atenção aos mais necessitados (CHÁVEZ-NEGRÍN, 2003; TSETUNG, 1975[1939]).

Para romper com o atraso da tradição e modernizar-se, os países subdesenvolvidos deveriam recorrer a auxílios externos, principalmente de organismos multilaterais: o financiamento do suposto desenvolvimento nos países subdesenvolvidos exigiria, portanto, políticas de ajustes estruturais orientadas por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). É nesse contexto que Robert S. McNamara, então presidente do Banco Mundial, afirma no discurso de Nairóbi que “o crescimento não está atingindo equitativamente os pobres e os pobres não estão contribuindo para o crescimento” (WORLD BANK, 1973, p. 10), como já citado no início desse capítulo.

Conjuga-se a esses ajustes estruturais a instauração de ditaduras civil-militares na América Latina, como tentativa de frear o avanço dos movimentos de caráter nacional e popular em voga. Nesse contexto, o Banco Mundial defende uma associação de esforços que ajudasse os pobres a superar o que foi chamado de pobreza absoluta: “uma condição de vida tão limitada que impede a realização do potencial dos genes com os quais nasceu; uma

14 Walt Whitman Rostow (1916-2003) foi um economista liberal e conselheiro dos presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson para segurança nacional. Criador da Teoria dos Estágios do Crescimento Econômico, propunha um quadro teórico para o desenvolvimento econômico no capitalismo liberal em que buscava um padrão comum na história do crescimento econômico de diferentes sociedades, desde a Europa antiga até os Estados Unidos de consumo de massa. Veiculava a adoção do modelo norte-americano de produção e consumo, associada ao governo exercendo forte papel na defesa dos interesses nacionais no comércio exterior (HODGSON, 2003).

15 Bert F. Hoselitz (1913-1995) foi professor de economia e ciência social na Universidade de Chicago. Focou sua obra na análise de fatores culturais e sociológicos como influenciadores do desenvolvimento econômico. Fundou o jornal Desenvolvimento Econômico e Mudança Cultural. Sua proposta, influenciada por Talcott Parsons, afirmava que países desenvolvidos tendem a: ser orientados para medidas objetivas, como tempo de escolaridade; adotar padrões universalísticos nos direitos e deveres; apresentar extensa divisão social do trabalho (THE UNIVERSITY OF CHICAGO, 1995).

condição de vida tão degradante que insulta a dignidade humana – e ainda assim uma condição de vida tão comum que afeta mais de 40% da população dos países em desenvolvimento” (WORLD BANK, 1973, p. 7).

A partir do conceito de pobreza absoluta o combate à pobreza ganhou corpo teórico e passou a ser difundida uma concepção individualista da pobreza que domina não só as formulações do Banco Mundial, mas é divulgada, também, nas obras de Amartya Sen e John Rawls, e nos documentos oficiais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), referências fundamentais para o tema. Cabe ressaltar que esses autores e instituições apresentam particularidades que os diferenciam entre si¹⁶, cabendo identificar os afastamentos e as proximidades entre eles. Talvez, em uma leitura mais apressada ou desatenta, essas proximidades não se façam tão claras. Mas, nessa Tese, as trato como expressões diversas de uma corrente epistemológica de matriz liberal cujas origens remontam ao século XIX e que aborda o fenômeno da pobreza apenas na esfera de sua aparência, isso é, tomando os pobres enquanto indivíduos com dificuldades de acessar os mecanismos de mercado.

Para o Banco Mundial¹⁷ era fundamental tornar os mercados mais favoráveis aos pobres. Daí decorre a noção de equidade como igualdade de oportunidades (WORLD BANK, 2001). Essa noção continua orientando as justificativas do Banco Mundial (2011) para os empréstimos aos países em desenvolvimento. O objetivo seria “lutar contra a pobreza com paixão e profissionalismo para obter resultados duradouros e ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas [sic] e ao seu ambiente, proporcionando recursos, compartilhando conhecimento, construindo capacidades e forjando parcerias nos setores públicos e privados” (WORLD BANK, 2011).

A luta contra a pobreza, nos termos definidos pelo Banco Mundial, se traduz em Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs) que devem partir da definição de um público-alvo bem delimitado. Programas desse tipo oferecem um benefício monetário mensal para famílias selecionadas que cumpram as condicionalidades de saúde e educação.

16 Elaborei uma diferenciação das formulações e recomendações desses autores e organismos multilaterais desde sua fundamentação moral em DORNELAS CAMARA, Guilherme. Fundamentação Moral do Combate à Pobreza no Brasil: um confronto entre os princípios orientadores do Banco Mundial, Rawls, Sen e do PNUD e o princípio ético-normativo da Filosofia da Libertação. *XII Colóquio Internacional sobre Poder Local: metamorfoses do poder local e itinerários do desenvolvimento territorial*, Salvador, 10-12 dez. 2012.

17 Ressalto que as formulações do Banco Mundial apresentaram nuances diferentes ao longo de documentos divulgados pela Instituição, como os Relatórios do Desenvolvimento Mundial. Contudo, é notável a constância em relação à necessidade de integrar os pobres ao mercado, tomado como o espaço democrático por excelência. Para isso, as iniciativas dos governos deveria habilitá-los a “oferecer seu trabalho e seus produtos” (WORLD BANK, 2001, p. 61) em mecanismos de mercado auto-regulados Para maiores informações sobre as formulações e recomendações do Banco Mundial para o combate à pobreza, veja Alkire (2010).

Para selecionar as famílias, os PTCs, em geral, recorrem a critérios que definam sua elegibilidade. A focalização dos PTCs visa responder “às restrições fiscais e às mudanças políticas, de maneira a melhorar a efetividade de programas voltados para a redução da pobreza. O motivo principal para a focalização é garantir que recursos limitados de programas atinjam principalmente os pobres e que os pobres, ou subgrupos da pobreza, não sejam excluídos” (CASTAÑEDA e LINDERT, 2005, p. 8). De acordo com Kerstenetzky (2009, p. 64), “é perfeitamente focalizado o programa que transfere recursos para todas as pessoas elegíveis e apenas para elas. Essa é a definição, por assim dizer, primária de eficiência de programas focalizados”. Dentre os mecanismos adotados para definir a elegibilidade aos benefícios, os técnicos do Banco Mundial destacam a criação e o fortalecimento de cadastros dos possíveis beneficiários, o que permite “garantir a eficiência dos custos e deverá melhorar seu desempenho ao longo do tempo” (CASTAÑEDA e LINDERT, 2005, p. 8).

No que se refere a John Rawls, apesar dele não dedicar muito de sua obra ao tema da pobreza, a ideia de justiça como equidade é ponto fundamental para a elaboração de teorias embasadoras e propostas de políticas compensatórias, pois defende que ações dessa natureza contribuem para a mitigação da injustiça social. A relevância de Rawls se deve à influência de sua noção de equidade para a maneira como as instituições sociais mais importantes organizam a distribuição distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social (RAWLS, 2008).

John Rawls é crítico à aplicação da teoria moral utilitarista para a política. Em sua *Justiça como Equidade* (RAWLS, 2008), ele denuncia as fraquezas dessa abordagem teórica ao passo em que formula a sua teoria para a fundamentação de uma democracia constitucional. O filósofo americano não acreditava “[...] que o utilitarismo possa explicar as liberdades e direitos básicos dos cidadãos como pessoas livres e iguais, uma exigência de importância absolutamente primordial para uma consideração das instituições democráticas” (RAWLS, 2008, p. XIV). Rawls se faz valer da noção do contrato social como fundamento para pensar uma sociedade bem-ordenada, que não existe apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça (RAWLS, 2008).

Apesar de Rawls não dedicar muito de sua obra ao combate à pobreza, a ideia da justiça como equidade é ponto fundamental para a elaboração de teoria embasadoras e análises sobre os Programas de Combate à Pobreza no Brasil, com o intuito de que eles

superem uma condição de injustiça social. Essa importância se deve à atenção de Rawls para a maneira como as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social (RAWLS, 2008).

A concepção pública de justiça pensada por Rawls está consolidada a partir de um consenso original, decorrente da “posição original de igualdade”, situação puramente hipotética na qual os indivíduos escolhem os princípios da justiça sob um “véu de ignorância”, isto é, “não conhecem o seu lugar na sociedade, a posição de sua classe ou o *status* social e ninguém conhece sua sorte na distribuição de dotes e habilidades naturais, sua inteligência, força e coisas semelhantes” (RAWLS, 2008, p. 13).

Rawls se embasa em uma concepção formalista de ética, que aponta, de um lado, para a autonomia dos sujeitos na posição original e, de outro lado, para a universalidade da escolha 'cega' dos dois princípios de justiça válidos para todos os sujeitos. Tais são os princípios de justiça, em sua última formulação pelo autor:

- (a) cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos; e
- (b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença) (RAWLS, 2008, p. 60).

Nesse aspecto, os princípios de justiça se aproximam da máxima do imperativo categórico kantiano. Sobre este, Kant (2005, p. 47, grifos do autor) afirma em sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “não é limitado por nenhuma condição e se pode chamar propriamente *mandamento absoluto*”, pois tem “o caráter de uma lei prática” (KANT, 2005, p. 51). Tal é o imperativo categórico de Kant (2005, p. 52): “age só segundo a máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.”

Se é possível conceber alguma pretensão de universalidade na situação hipotética da posição original e mesmo na formulação dos princípios de justiça, essa ideia se dissipa na afirmação das instituições responsáveis pela distribuição dos direitos e deveres, isto é, a liberdade de pensamento e consciência, os mercados competitivos, a propriedade privada dos meios de produção e a família monogâmica (RAWLS, 2008).

São essas instituições sociais mais importantes que definem os direitos e deveres das pessoas e repercutem em seus projetos de vida, no que podem esperar vir a ser e no grau de

bem-estar que podem almejar (RAWLS, 2008). Apesar de estabelecer a justiça como equidade como uma concepção política, ao referir às instituições sociais mais importantes, o autor parte do pressuposto econômico e social da propriedade privada dos meios de produção e dos mercados competitivos, fatores típicos do sistema capitalista.

Sendo essas instituições responsáveis pela distribuição dos direitos e deveres em um sistema de cooperação social, a justiça como equidade de Rawls oferece subsídios para a manutenção das relações sociais capitalistas, pois versa formalmente sobre a universalidade das relações entre os capitalistas, proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, cuja única propriedade é a sua força de trabalho, vendida nos mercados competitivos.

Nesse sentido, Rawls torna a relação fundadora do sistema do capital, aquela entre proprietários e não-proprietários - particular dessa sociedade - um universal, ao qual os dois princípios formais de justiça estabelecidos remetem, garantindo o ordenamento social.

A necessidade do ordenamento social se realiza com a distribuição dos bens primários entre os menos favorecidos. Para o autor, os bens primários são “as diferentes condições sociais e meios polivalentes geralmente necessárias para que os cidadãos possam desenvolver adequadamente e exercer plenamente suas duas faculdades morais, além de procurar realizar suas concepções do bem” (RAWLS, 2003, p. 81). Na visão de sociedade capitalista de Rawls, a aderência às instituições sociais mais importantes é aprovável desde o ponto de vista moral e necessária para a realização das concepções de bem.

Disso decorre que os menos favorecidos realizem um “plano racional - limitado, como sempre, pelos princípios do justo - [que] permite que a pessoa se desenvolva, contanto que as circunstâncias permitam, e exerça tanto quanto possível suas capacidades realizadas” (RAWLS, 2008, p. 530). Na vida prática dos indivíduos na sociedade capitalista contemporânea, a realização das capacidades dos indivíduos nas instituições sociais mais importantes reforça a divisão da sociedade em classes, pois a participação de milhões de pessoa no mercado é compulsória justamente pela falta da propriedade dos meios de produção. Entram no mercado para vender a força de trabalho, sua única posse, de modo a garantir a sua sobrevivência e a de sua família.

A escolha ideal dos princípios fundamentais da justiça como equidade não realiza um novo bem na materialidade das relações de produção vigentes. A teoria da justiça como equidade reforça o modo de produção capitalista, não só no que toma seu como pressuposto, mas, principalmente, na re-afirmação dos papéis dos indivíduos no sistema capitalista. Isto é,

a fundamentação moral formal da justiça como equidade garante a realização de um plano racional que alarga “a democracia da propriedade privada”, na qual está garantida a “posse de ativos produtivos” de uns poucos que se apropriam das “qualificações profissionais e habilitações técnicas” de muitos (RAWLS, 2008, p. XVII).

A moral formal que subsidia o pensamento de Rawls garante a manutenção do sistema capitalista vigente, pois concebe como bem um plano racional a ser desenvolvido a partir das predisposições existentes para os sujeitos no sistema de cooperação social, sejam eles os proprietários dos meios de produção ou os menos favorecidos.

Inspirado por Rawls, Amartya Sen (2001) propõe uma aproximação entre a economia e a ética desde restrições deontológicas. Para ele, é fundamental superar o utilitarismo através de uma abordagem consequencialista da economia, mas de um consequencialismo de base deontológica, como fica claro na seguinte passagem:

Para obter uma valoração global da importância ética de uma atividade é necessário não só examinar seu valor intrínseco (se é que tem algum), mas também sua função instrumental e suas consequências sobre outras coisas, isso é, analisar as distintas consequências, intrinsecamente valiosas ou não, que essa atividade pode ter (SEN, 1991, p. 95).

A combinação de teorias deontológicas com o consequencialismo tem sido adotada por alguns autores com o intuito de minimizar as fraquezas percebidas na deontologia, a saber a possibilidade de dilemas morais ocasionados por deveres conflitantes, já que todos os deveres deontológicos são categóricos (ALEXANDER e MOORE, 2008). A associação de teorias deontológicas ao consequencialismo, permitiria, segundo Alexander e Moore (2008), preservar os avanços oferecidos por essa corrente teórica¹⁸.

Ao fazer a associação entre uma teoria baseada nos deveres morais de garantir a vida com uma abordagem consequencialista, de matriz utilitarista, Sen (2001) possibilita que o dever de um sujeito cumprir uma norma categórica possa ser avaliado pelas possíveis consequências de sua ação. É desde aí que o autor formula a sua Abordagem das Capacidades¹⁹, termo que representa a habilidade de um indivíduo realizar atos ou alcançar estados que por ele sejam valorizado (SEN, 2001). Ele afirma que Aristóteles já adotava o

18 Sobre a combinação de teorias deontológicas e abordagens consequencialistas, veja NAGEL, T. *The View from Nowhere*. New York: Oxford University Press, 1986 e MOORE, M. *Patrolling the Borders of Consequentialist Justifications: The Scope of Agent-Relative Obligations*. *Law and Philosophy*, v. 27, n. 1, 2008, p. 35-96.

19 Sen usa o termo *the Capability Approach*, em que *capability* é a junção de *capacity* (capacidade) e *ability* (habilidade). Alguns comentarista de Sen no Brasil têm adotado a nomenclatura Abordagem das Capabilidades, com o intuito de serem mais fiéis à ideia do autor. No entanto preferi seguir o termo Abordagem das Capacidades, como expresso pelos tradutores das obras de Sen no Brasil.

termo *dunamin*, que é frequentemente traduzido como potencialidade, para discutir um aspecto do bem humano, mas esse mesmo termo pode ser traduzido como 'capacidade' de existir ou de atuar.

A aproximação de Sen a Aristóteles se consagra na parceria realizada com a filósofa Martha Nussbaum durante a organização do livro *The Quality of Live*, em 1993. Nessa obra, os autores buscavam uma “explicação universalmente aplicável para a qualidade de vida, que traz a promessa de uma força maior para defender as vidas daqueles que a tradição oprimiu ou marginalizou”. No entanto, essa busca encara a dificuldade epistemológica de “estabelecer tal explicação de forma adequada, dizendo de onde as normas vêm e como elas podem ser conhecidas para serem as melhores”. Encara, também, o perigo ético do paternalismo, “pois é óbvio que muito frequentemente tal explicação foi insensível para muito do que é valorizado nas vidas das pessoas em outras partes do mundo e que serviu como desculpa para não olhar muito profundamente nessas vidas” (NUSSBAUM e SEN, 2001, p. 4)

Para os autores, as conexões conceituais mais fortes da Abordagem das Capacidades estão na relação com a visão aristotélica do bem. “A visão aristotélica do bem humano está explicitamente ligada com a necessidade de primeiro averiguar a função do homem e essa, depois, explora a vida como sentido da atividade” (SEN, 2001, p. 46). Remontando a Aristóteles, Sen vincula o normativo com a vida material, pois nas relações interpessoais os homens devem agir de modo a alcançar o bem-estar. Contudo, não o fazem desde o pressuposto de uma escolha egoísta, mas embasados na avaliação das consequências de suas ações.

Cabe ressaltar que o espaço para as realização de fazeres e para o alcance de estados valorizados é o mercado, onde as liberdades individuais se associam com a eficácia das disposições sociais existentes, se reforçando mutuamente (SEN, 2001). Para Sen (2000, p. 142), “o sistema de mercado determina a eficiência de utilidades individuais a partir da oferta aos indivíduos de oportunidades adequadas dentre as quais eles podem escolher”.

Se, de um lado, Sen se aproxima de Aristóteles na elaboração de uma teoria econômica embasada em uma vida virtuosa; de outro, se afasta do filósofo grego ao situar o mercado como o lócus para a realização das capacidades humanas. Para Aristóteles (2006, p. 32), “para a felicidade é preciso não apenas uma virtude completa, mas também uma vida completa, visto que muitas mudanças e vicissitudes de toda a sorte ocorrem no decorrer da vida”. Ele ressalta que existem três tipos principais de vida: a vida agradável, daqueles que identificam o

bem ou a felicidade com o prazer; a vida política, daqueles que “identificam a felicidade com a honra”; e a vida contemplativa, que visa “unicamente a verdade e a perfeição” (ARISTÓTELES, 2006, p. 89).

Sen (2001) extrapola a filosofia moral aristotélica, pois os três tipos de vida não podem se realizar no mercado, espaço das trocas comerciais. A realização das virtudes humanas não se dá nesse locus, pois a honra não está disponível para a venda no mercado, mas se alcança na vida política. Além disso, mesmo que o belo e o verdadeiro sejam comercializados, já teriam se tornado mercadorias, isso é, deixariam de ser fins em si mesmo para serem meios para o ganho de alguma remuneração. Com isso, fica evidente que Sen se afasta das ideias de uma *vita contemplativa*, pois atribui a realização do humano à sua inclusão nos mecanismos de mercado.

Na Abordagem das Capacidades há especial interesse pelo alcance de fazeres e estados que sejam valorizados (SEN, 2000). Nesse sentido, a realização dos funcionamentos desejados está inscrita na ordem do fazer, do produzir, daquilo que Aristóteles (2006) denomina *poíesis*. Contudo, as outras dimensões da vida não se realizam na produção, pois se “tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e igualmente com a coragem etc.” (ARISTÓTELES, 2006, p. 40), atos que não são necessariamente de produção de mercadorias, nem de comércio. “A origem da ação (sua causa eficiente, não final) é a escolha, e a origem da escolha é o desejo e o raciocínio dirigido a algum fim. Eis o porquê de não poder a escolha existir sem a razão e o intelecto, nem sem uma disposição moral, pois as boas e as más ações não podem existir sem uma combinação de intelecto e caráter” (ARISTÓTELES, 2006, p. 129).

Ao ligar o ato humano a uma disposição moral e à razão, Aristóteles inscreve-o justamente em um sistema moral de ação-reflexão que está além da ideia do alcance de funcionamentos valiosos com a inserção no mercado, preconizado por Amartya Sen como o espaço para a realização de fazeres e para o alcance de estados valorizados pelos indivíduos. No mercado, as liberdades individuais se associariam com a eficácia das disposições sociais existentes, se reforçando mutuamente (SEN, 2001). Para Sen (2000, p. 142), “o sistema de mercado determina a eficiência de utilidades individuais a partir da oferta aos indivíduos de oportunidades adequadas dentre as quais eles podem escolher”, o que indica um afastamento da filosofia moral aristotélica tida por Sen como base para a sua proposta de associação entre ética e economia.

Complementar a essa abordagem, está a teoria do capital humano que assume que além dos ativos que produzem rendimentos, como máquinas e equipamentos, ações e imóveis, existem bens intangíveis cuja posse também gera divisas, principalmente a educação e a saúde. “Esses ativos são chamados de capital humano porque as pessoas não podem ser separadas de seus conhecimentos, habilidades, saúde e valores do mesmo modo como podem ser separadas de seus ativos financeiros e físicos”. Assim, o capital humano refere-se à educação formal, a um curso de informática, a gastos com cuidados médicos, palestras sobre as virtudes da pontualidade e da honestidade, pois eles melhoram a saúde e aumentam os ganhos dos indivíduos (BECKER, 2008).

Vale lembrar que as formulações de Sen foram determinantes para a elaboração dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois neles foi institucionalizada a validade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), idealizado por Sen como critério de avaliação da qualidade de vida nos países-membros da ONU. O IDH conjuga a expectativa de vida ao nascer, a alfabetização e o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, e configura o principal instrumento adotado pelo PNUD para balizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que, por sua vez, visam avaliar o nível de desenvolvimento dos países para estabelecer novos “níveis mínimos [...] para promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza” (PNUD, 2010, p. 17), a serem alcançados até 2015. Tais objetivos não são dados ao acaso ou definidos *a priori*, mas estão relacionados às noções de 'escolhas' e 'liberdades' presentes, também, nas formulações de Amartya Sen. Cabe salientar que a ideia de liberdades e escolhas, presente tanto na teoria de Sen, quanto nas análises e recomendações do PNUD, remetem às “oportunidades para viver uma vida tolerável” (PNUD, 1997, p. 15).

O PNUD oferece apoio financeiro, incentiva e valoriza ações que criem oportunidades econômicas para um número crescente de pessoas, principalmente mediadas por organizações não-governamentais, pois estas são “pequenas, flexíveis, e com boas raízes e contatos locais - geralmente são muito mais adequadas para carregar o trabalho do desenvolvimento do que uma grande máquina burocrática [como a do Estado]” (PNUD, 1990, p. 29).

A ampliação das escolhas e das liberdades, portanto, se daria nos mecanismos de mercado, espaço de realização de uma 'vida tolerável'. Os documentos do PNUD remetem à inclusão dos indivíduos nos mecanismos de mercado auto-regulados como o espaço para a realização das escolhas e para o exercício da liberdade.

Frente à crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa, que inicia na década de 1970 e se aprofunda nos anos 1990, Pierre Rosanvallon (1995, p. 6) apontava “as consequências perniciosas de ignorar a dimensão social nas nossas sociedades individualistas e da fé ingênua na possibilidade de todos viverem autonomamente como decidiram”. Para ele, havia a emergência de uma “nova questão social”, marcada pelo “colapso da seguridade social e pelo enfraquecimento do conceito tradicional de direitos sociais”: a re-inclusão econômica das populações que ficaram excluídas do mundo do trabalho” (ROSANVALLON, 1995, p.6). Desde sua posição europeia, Rosanvallon (1995) defendia que não se tratava de pensar no fim da exploração capitalista, posto que se agigantava uma grave crise do Estado-providência que o atingia em três dimensões: (1) crise financeira, decorrente do aumento dos gastos sociais e da diminuição da arrecadação dos governos dos países centrais; (2) crise ideológica, resultante da burocratização estatal que teria ocasionado a perda da legitimidade das políticas sociais existentes até então; (3) crise filosófica, referente à degradação dos princípios de solidariedade e do fracasso da instituição dos direitos sociais (ROSANVALLON, 1995; CASTELO, 2013). Para Rosanvallon (1995), a “nova questão social” estava centrada na exclusão, na vulnerabilidade e na precariedade da vida das massas, apesar do crescimento econômico das décadas anteriores (CASTELO, 2013).

Reconhecendo a impossibilidade do cumprimento das promessas de avanços sociais decorrentes do crescimento econômico, Castel (1997, p. 30) propõe o conceito de marginalização, com a intenção de explicar a situação daqueles que viviam às margens do processo de integração, identificado como o processo viável de avanço social. A marginalização é o resultado de um processo duplo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção em grupos sociais. Nas palavras do autor, “na conjunção da precarização do trabalho e da fragilização dos apoios relacionais” ocorre o “desenvolvimento de uma zona instável, entre integração e exclusão” que parece “renovar, ao menos parcialmente, a problemática da marginalidade”. Dentre os excluídos de Rosanvallon (1995) e os marginalizados de Castel (1997), estão a classe trabalhadora que sofreu com as alterações na divisão social do trabalho, os inempregáveis expulsos do mercado de trabalho, aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem cobertura social, migrantes, refugiados e doentes crônicos.

De acordo com Netto (2013, p. 15), na tentativa de superar a marginalização, autores vinculados à abordagem da questão social recorreram a uma epistemologia pós-moderna com

foco na micropolítica. Foram buscados novos referenciais para a ação dos chamados “novos sujeitos coletivos” [...] demandando novos direitos e aspirando a ampliações do estatuto de cidadania”. Desde essa visão, são requalificados alguns ideais do Estado de Bem-Estar Social partindo da ideia do pobre como marginalizado, proposta por Castel (1995), e colocando em evidência o signo da vulnerabilidade, que deve ser combatido pelas diversas esferas do governo.

Para superar a vulnerabilidade dos marginalizados, pesquisadores do tema e elaboradores dos Programas Sociais se inspiraram em Boaventura de Sousa Santos (2005) para clamar a necessidade de garantia dos direitos sociais, e em Hannah Arendt (2005) na tentativa de viabilizar uma cidadania ativa. Nessa abordagem, o pobre não é visto apenas como alguém com poucos recursos que vive às margens da sociedade, mas também como um sujeito político destituído de direitos e de cidadania.

Caberia, então, aos governos aliar estratégias de melhoria do rendimento familiar ao fortalecimento político dos pobres, pois era pensado que, de certa maneira, isso possibilitaria romper com a condição humana vigente; isso é, com o fato de que “[a]o invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a 'normalizar' os seus membros, a fazê-los 'comportarem-se', a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada” (ARENDR, 2005, p. 50).

Com as inspirações de Arendt, as políticas compensatórias passaram a ser entendidos como uma nova possibilidade para que os pobres pudessem superar a sua condição não humana. Por intermédio deles, os sujeitos deveriam produzir novas condições humanas a partir das quais pudessem viver a sua *vita activa*, isso é, o “engajamento ativo nas coisas deste mundo” (ARENDR, 2005, p. 22).

Nas palavras de Sousa Santos (2005, p. 115), outro autor de referência para os técnicos e pesquisadores vinculados a essa abordagem, seria necessário avançar na dimensão da participação para o estabelecimento de um novo senso-comum político, visando “[...] uma repolitização global da vida coletiva”. Assim, as políticas compensatórias pensadas a partir da abordagem da “questão social” buscariam superar a cisão entre o social e o econômico, articulando-os sob a égide de um suposto desenvolvimento econômico e social. Para isso, seria necessário “deslocar o enfoque das políticas sociais do eixo da necessidade para o da cidadania” (COHN, 1995, p. 17).

Na Argentina e no Brasil, autores vinculados à abordagem da questão social fazem

uma crítica aos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs), incluindo-os no rol das políticas sociais compensatórias e denunciando a orientação neoliberal dos governos que promovem esse tipo de ação, devido à sua focalização e à falta de participação dos pobres no planejamento e controle dessas políticas. Ivo (2006, p. 65), por exemplo, aponta para uma “reorientação da concepção de universalidade das políticas sociais para a implementação de diferentes programas estratégicos e compensatórios de assistência focalizada na linha da pobreza, segundo diferentes 'públicos-alvo’”.

Para Leguizamón (2001), os PTCs são *focopolíticas*, isto é, um modo de governar preocupado com a provisão de mínimos. Essas focopolíticas se traduzem em benefícios aos pobres, ao mesmo tempo em que reduzem os direitos sociais, pois estão subsidiadas por um discurso minimalista que permite aos pobres apenas ter o que foi convencionalmente chamado de 'necessidades básicas'. Estas são determinadas, no âmbito dos Programas Sociais, pelas instituições multilaterais, como o Banco Mundial (LEGUIZAMÓN, 2005). A autora critica, ainda, a adoção da linha de pobreza extrema em 1 dólar PPC, ao invés das linhas de pobreza nacionais, pois se essa medida facilita as comparações entre países, ignora suas características peculiares e nivela por baixo a pobreza, pois diminui o número de miseráveis e indigentes sem alterar substancialmente a situação de vulnerabilidade em que essas pessoas vivem.

Campos (2013) se inspira em Leguizamón (2001) para afirmar que esse discurso de associação do desenvolvimento econômico e social, às vezes também chamado de desenvolvimento humano, em clara associação à proposta de Sen e do PNUD, possibilita que sejam promovidas políticas macroeconômicas que aprofundam a desigualdade e a produção da pobreza, ao mesmo tempo em que propõe a equidade social do desenvolvimento humano.

Assim, os autores e técnicos vinculados a essa abordagem elaboram sua crítica ao substrato discursivo do desenvolvimento humano no marco da governabilidade neoliberal, aparentando preocupação com os pobres, mas sem promover a mudança das estruturas sociais nem das relações que produzem e reproduzem a pobreza e a exclusão (LEGUIZAMÓN, 2011).

Em suma, os autores vinculados a essa interpretação defendem a ampliação do acesso aos Programas Sociais, em oposição à focalização preconizada pelo Banco Mundial, e a inclusão de parcelas da sociedade no seu planejamento. Medeiros, Brito e Soares (2007), por exemplo, interrogam como programas focalizados, a exemplo do Bolsa Família, se articulam com direitos universais como a saúde e a educação. A exigência das condicionalidades é outro

ponto questionado pelos autores que se vinculam a essa abordagem, tendo em vista que não é levada em conta a qualidade do ensino oferecido e não é discutido como os serviços de saúde podem reorganizar seus processos de trabalho de modo a garantir uma atenção integral para essas famílias e, assim, contribuir para sua efetiva inclusão no SUS (MEDEIROS, BRITO e SOARES, 2007; PIRES, 2013). Além disso, não há comprovação de que a condicionalidade em educação seja responsável pelo aumento da frequência escolar, “pois há indicações de que, mesmo na ausência de contrapartidas, programas de transferência de renda têm efeitos positivos sobre a escolaridade das crianças” (MEDEIROS, BRITO e SOARES, 2007, p. 16).

Em comum, os autores vinculados a essa abordagem acreditam que, mais do que focopolíticas ou instrumentos compensatórios que pouco alteram a situação de vulnerabilidade dos pobres, as políticas sociais devem favorecer a constituição de uma cidadania ativa, a partir de sua universalização e da qualificação do acesso aos direitos sociais estabelecidos. No entanto, a incorporação de preocupações sobre a marginalização social e a garantia de direitos aos debates sobre os pobres e a pobreza não elimina a concepção liberal, individualista, moralizante e normalizadora do pobre. Essas concepções coexistem, sendo que a liberal é complementada por um discurso que defende a ampliação dos direitos sociais e a necessidade da afirmação da cidadania ativa do pobre. De acordo com Montaña (2012, p. 276), a pobreza passa a ser percebida como um problema de distribuição em que “trata-se de garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso a bens e serviços por parte da população. Assim, não se questionam os fundamentos da ordem”. Trata-se, com isso, de distribuir renda e direitos sem questionar as causas da pobreza e, conseqüentemente, sem vislumbrar o seu fim.

Quadro 1 – Quadro-síntese das principais abordagens do combate à pobreza

	Princípio Ético/Moral	Crítério de Universalidade	Definição de Pobreza	Combate à Pobreza
Banco Mundial	Os indivíduos deveriam ter oportunidades iguais de buscar uma vida de acordo com suas próprias escolhas.	Assume o sistema capitalista como o sistema histórico-possível e trata a pobreza desde o mercado.	Multidimensional. Ela está incrustada em instituições e possui especificação local e de gênero. O seu limite é sempre a fome. A pobreza tem dimensões psicológicas importantes e está relacionada à falta de acesso, de recursos e de saúde. A pobreza causa vulnerabilidade.	Combate à pobreza absoluta por meio da promoção do mercado para torná-lo mais favorável aos pobres. Isso decorreria de alianças entre o Estado, os pobres, ONGs, empresas e as agências internacionais para o desenvolvimento.

John Rawls	A escolha dos princípios de justiça se dá em uma posição original de igualdade.	Situação hipotética de igualdade sob o 'véu da ignorância'. Na aplicação dos direitos e deveres, o sistema capitalista é tomado <i>a priori</i> .	Não há. Rawls define os 'menos favorecidos' como indivíduos que usufruem, em comum com os outros cidadãos, das liberdades básicas iguais e de oportunidades equitativas, mas têm a pior renda e riqueza.	A equidade entre os menos e os mais favorecidos se dá em um sistema de mercado, no qual as desigualdades excessivas não são a regra. Os cidadãos têm liberdade de escolha em relação às suas carreiras e ocupações; os consumidores e as firmas são livres para tomar suas decisões de forma independente, desde que obedeçam às condições gerais da economia.
Amartya Sen	Realização de <i>estados e fazeres</i> individuais que sejam valorizados pelas pessoas.	O espaço para as realizações de fazeres e para o alcance de estados valorizados é o mercado, no qual as liberdades individuais se associam com a eficácia das disposições sociais existentes, se reforçando mutuamente.	Privação de alguma realização mínima de capacidades elementares; a relação entre renda e capacidade é acentuadamente afetada pela idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais, pela localização e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado.	Acontece por meio do desenvolvimento humano, isto é, do processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, inclusive de troca e transação. Seu fim são liberdades individuais, favorecendo as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada.
PNUD	Criação de oportunidades para viver uma vida tolerável.	Ampliação das escolhas e das liberdades para os indivíduos através dos mecanismos de mercado.	Não é apenas pobreza de renda, mas negação das escolhas e oportunidades para viver uma vida tolerável; os pobres são indivíduos sem oportunidades de emprego e de renda, sem escolhas e oportunidades reais para viver uma vida tolerável; vivem em um meio-ambiente degradado; em sua maioria são mulheres.	Com o direcionamento apropriado de esforços nacionais e assistência internacional são criadas oportunidades econômicas nas regiões em desenvolvimento para expandi-las para um número crescente de pessoas. A atuação dos governos, de ONGs e da sociedade civil é fundamental para que os países alcancem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
Questão Social	Frente à impossibilidade de cumprimento das promessas	Pensando desde uma micropolítica local, a superação da marginalidade	São causas da pobreza: (1) impossibilidade de gerar renda pela via da condição de assalariado	Os governos devem aliar estratégias de melhoria do rendimento familiar ao fortalecimento político dos

	do desenvolvimento é necessário distribuir renda e direitos.	e da exclusão se deve à instituição da cidadania ativa que garantiria a realização dos direitos sociais.	formal; (2) reforma do mercado de trabalho, flexibilização laboral e falta de cobertura de direitos vinculados ao trabalho, como a seguridade social; (3) impossibilidade de acesso a outros meios de subsistência, como o acesso à terra, à água ou ao crédito.	pobres para, assim, romper com a sua condição não humana vigente.
--	--	--	--	---

Ter pontuado, mesmo que brevemente, a trajetória das concepções de pobreza e das principais reflexões acerca das políticas compensatórias possibilita compreender o modo de inserção dos Programas Sociais de Combate à Pobreza vigentes na Argentina e no Brasil nesse contexto. No Capítulo 2, a seguir, farei a apresentação desses Programas e no Capítulo 3 discutirei os limites desses programas para o combate à pobreza.

2 PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NA ARGENTINA E NO BRASIL

A criação de Programas de Combate à Pobreza na última década, ocorreu em outros países da região, além da Argentina e do Brasil. No Uruguai, José Mujica criou o *Plan Ingreso Ciudadano*; na Bolívia, o governo Evo Morales implementou o bônus escolar *Juanito Pinto* e o bônus *Renta Dignidad* para idosos; na Venezuela, Hugo Chávez criou as chamadas *Misiones Sociales*; e Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, iniciou o *Hambre Cero*, entre outros (CHOMA, 2010; PNUD, 2008).

A escolha dos Programas de Combate à Pobreza da Argentina e do Brasil se justifica porque são definidos como exemplares pelos organismos internacionais, pelas suas dimensões e por critérios de viabilidade na realização deste estudo. A seguir, na seção 2.1, apresento o *Plan Asignación Universal por Hijo para Protección Social* (AUH) e o Programa *Argentina Trabaja*. Na seção 2.2 apresento o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria. A articulação entre os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs) e a qualificação para o trabalho define as políticas sociais de maior visibilidade e difusão nos dois países.

2.1 O PLAN ASIGNACIÓN UNIVERSAL POR HIJO PARA PROTECCIÓN SOCIAL (AUH) E O PROGRAMA ARGENTINA TRABAJA

O *Plan Asignación Universal por Hijo para Protección Social* (AUH) é um Programa de Transferência Condicionada de Renda implementado pelo Governo Argentino a partir do Decreto 1.602/09, de 1º de novembro de 2009, e compõe o *Regimen de Asignaciones Familiares* (Regime de Benefícios Familiares), criado com a Lei 24.714, de 16 de outubro de 1996. Esse *Regimen* instituiu, no âmbito nacional, um sistema obrigatório de benefícios familiares baseado:

- a) em um subsistema contributivo - outorga aos trabalhadores formais um pagamento mensal por cada filho menor de 18 anos, o valor pago se relaciona de modo decrescente com o salário do trabalhador e seu financiamento provem de contribuições patronais;
- b) em um subsistema não-contributivo - aplicado a beneficiários do *Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones* (Sistema Integrado de Aposentadorias e Pensões) e beneficiários de regimes de pensão não-contributivas por invalidez, assim como no subsistema contributivo, o valor pago se relaciona de modo decrescente com o benefício do trabalhador aposentado ou pensionista e o seu financiamento provem de recursos do Regime Previdenciário Público (INFOLEG, 2011).

O valor mensal do Benefício Contributivo nesses dois subsistema pode ser de \$460,00, para trabalhadores que recebam entre \$200²⁰ e \$4.800,00; \$320,00, para trabalhadores que ganhem entre \$4.801,00 e \$6.000,00; \$200,00, para trabalhadores que percebem entre \$6.001,00 e \$7.800,00; \$110,00, para trabalhadores cujos salários estão entre \$7.800,00 e \$30.000,00 (ANSES, 2013).

Para além desses dois subsistemas, a criação da AUH através do Decreto 1.602/09 traz um terceiro tipo de subsistema para o *Regimen de Asignaciones Familiares*: o subsistema não-contributivo, composto pela *Asignación Universal por Hijo para Protección Social*, destinado às mulheres grávidas, aos filhos menores de 18 anos ou portadores de deficiência, sem limite de idade, de trabalhadores desempregados que não estejam recebendo seguro desemprego ou de trabalhadores do mercado formal, informal ou domésticos que ganhem um *salário mínimo, vital y móvil* (AR\$3.600,00, o que equivale a aproximadamente US\$535,00) por mês ou menos. O financiamento da AUH é feito pelo Sistema Previdenciário Argentino e esse subsistema é administrado pela ANSES, *Administración Nacional de la Seguridad Social*, órgão vinculado à Presidência da Nação (ANSES, 2012).

20 Valores em 20 de janeiro de 2014. Nesta data, a cotação do dólar americano estava US\$6.85 para AR\$1,00 (COTIZACIÓN-DOLAR, 2014).

Com essa mudança, o *Regimen* passa a contemplar também os trabalhadores desempregados e informais que tenham filhos em idade escolar ou portadores de deficiência. Para receber o benefício, os responsáveis devem ser residentes na República Argentina há pelo menos 3 anos e pertencer a grupos familiares que se encontram nas condições descritas acima. Esse subsistema não-contributivo substituiu, gradativamente, o programa social *Plan Jefes y Jefas de Hogar*, criado pelo Governo Argentino em 2002 como compensação à perda de postos formais de emprego pelas famílias trabalhadoras. O *Jefes y Jefas de Hogar* ainda existe residualmente e paga \$150,00 mensais a chefes de família desempregados que tenham pelo menos um filho menor de 18 anos, estejam grávidas ou tenham filho de qualquer idade que seja portador de deficiência (RINGOLD; ROFMAN, 2008). Ao contrário da AUH, esse plano social não está incorporado ao Sistema de Seguridade Social da Argentina. A substituição do *Jefes y Jefas de Hogar* pela AUH constitui um meio de inclusão dos trabalhadores desempregados e informais em um subsistema não-contributivo de Seguridade Social que coexiste com o sistema contributivo dos trabalhadores formais (MARQUES, 2013).

Diferente do que ocorre nos outros dois subsistemas do *Regimen de Asignaciones Familiares*, os beneficiários da AUH têm direito a um valor único mensal de \$460,00, por gestante ou filho menor de 18 anos. Esse valor é igual ao maior benefício pago por filho nos outros dois subsistemas. Os filhos portadores de deficiência recebem, sem limite de idade, \$1.500,00 mensais. Contudo, a AUH apresenta como peculiaridade a divisão dos valores pagos: aqueles que têm direito a receber \$460,00 por mês, recebem mensalmente \$368,00, restando \$92,00 mensais a serem pagos uma vez por ano, a partir da verificação do cumprimento das condicionalidades. Para os filhos portadores de deficiência, dos \$1.500,00 mensais, \$1.200,00 são pagos no mês e \$300,00 acumulados para serem pagos uma vez por ano.

Para o recebimento do valor acumulado ao longo do ano, as família/s beneficiárias devem comprovar o cumprimento das condicionalidades da AUH, ou seja, a frequência escolar e o calendário de vacinação para os menores de 18 anos, e acompanhamento médico para as gestantes. A comprovação do cumprimento é feita com a apresentação da *Libreta Nacional de Seguridade Social, Salud y Educación*, na qual os profissionais de saúde e educação registram os controles médicos, os esquemas de vacinação, a frequência escolar e, para as grávidas e crianças menores de 6 anos de idade, a inscrição no Plano Nacer, de

acompanhamento de saúde (ANSES, 2012).

Uma outra característica da AUH é a vinculação do benefício ao desemprego e ao salário mínimo. Todas as famílias recebem o mesmo valor por filho, independentemente de quanto a renda mensal percebida seja inferior aos \$3.600,00 do *salário mínimo, vital y móvil* nacional. A pobreza, portanto não é percebida como decorrente da renda auferida, mas da situação de vulnerabilidade causada pelo desemprego ou pelo trabalho precarizado.

Informações do governo dão conta que 1.841.478 famílias foram beneficiadas pela AUH em 2013, somando mais de 3.300.000 crianças e gestantes (ANSES, 2013). O orçamento federal para o Programa no mesmo ano foi de \$14.096.300,00 (ARGENTINA, 2013a). Uma notícia do diário *Página 12*, de 5 de dezembro de 2011, informa que dos \$775 milhões que o Governo Argentino destinou a AUH em 2011, \$268,7 milhões foram pagos em prestações médias de \$402,00 às famílias da Província de Buenos Aires, a mais populosa do país, que conta com 1,2 milhões de crianças beneficiárias. Ainda segundo essa matéria, a Província de Buenos Aires concentra 34,7 % dos beneficiários da AUH. Com base nas informações do *Página 12* e em dados do Censo Nacional de 2010 (INDEC, 2010), apresento abaixo a distribuição dos benefícios da AUH e a razão entre esses e a população das dez províncias argentinas com mais beneficiários.

Tabela 1 – Número e percentual de beneficiários nas 10 províncias que mais recebem recursos da AUH

Província	Número de beneficiários	Percentual de beneficiários	População	Razão entre beneficiários e população (%)
Buenos Aires	1.200.000	34,70%	15.315.842	12,7632
Córdoba	277.181	7,90%	3.396.685	12,25439
Santa Fe	259.376	7,40%	3.285.170	12,66567
Chaco	168.244	4,80%	1.071.141	6,366593
Mendoza	162.536	4,70%	1.765.685	10,86335
Tucumán	159.078	4,60%	1.511.516	9,501729
Salta	154.245	4,20%	1.267.311	8,216221
Misiones	141.787	4,10%	1.111.443	7,838822
Santiago del Estero	134.870	3,90%	883.573	6,551294
Corrientes	127.954	3,70%	1.035.712	8,094409
TOTAL	2.776.271	80,00%	30.644.078	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de INDEC (2010) e *Página 12* (2011).

Os dados apresentados na Tabela 1 indicam que as Províncias de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fe, as mais populosas do país, são as que recebem maiores volumes de

recursos da AUH e que contam, proporcionalmente, com mais beneficiários. Nas três Províncias, há uma razão de mais de 12% entre o número de beneficiários e a população total, o que indica um quantitativo grande de famílias que estão desempregadas, em situação informal ou trabalhando formalmente vivendo com menos de 1 *salário mínimo, vital y móvil*.

De acordo com Marques (2013, p. 301), o Governo Argentino encara a AUH como “[...] emergencial, e considera que o fato gerador do benefício será superado pela interação de múltiplos fatores, mas dando ênfase ao crescimento econômico no que se refere à diminuição da informalidade e do desemprego.”

A principal estratégia adotada pelo Governo para a diminuição da informalidade e do desemprego é o *Plan Argentina Trabaja*, criado em 14 de agosto de 2009. Na página de apresentação do Plano, no sítio eletrônico do *Ministerio do Desarrollo Social* (ARGENTINA, 2012), é apresentado o conceito de trabalho que embasa o Plano: “o trabalho é um atividade chave na vida do ser humano tanto para o desenvolvimento de suas capacidades pessoais, quanto para o de sua família e de sua comunidade. No trabalho, as pessoas socializam e crescem com dignidade”.

A concepção de trabalho que orienta o *Argentina Trabaja* visa o fortalecimento de empresas sociais e cooperativas no marco da Economia Social (ARGENTINA, 2012). Uma das principais referências sobre essa abordagem da Economia é José Luis Coraggio (2011), para quem um dos desafios da Economia Social é contribuir para a pluralidade da Economia, integrando solidariamente tanto as formas de economia comunitária quanto as formas modernas de associação livre de indivíduos (cooperativas e associações), hibridizando valores culturais com a lógica da reprodução da vida, superando assim o particularismo sem anular a diversidade.

Para Coraggio (2011), o Estado deve exercer um papel ativo na proteção da sociedade, não como uma força externa à economia, mas como parte da Economia, capaz de integrar-se à Economia Social através de seus recursos e relações. Adaptando essas concepções de trabalho e de economia, o Governo da Nação criou o *Plan Argentina Trabaja* articulado em cinco linhas de ação: *Ingreso Social con Trabajo*; Projetos Socioprodutivos '*Manos a la obra*'; Marca Coletiva, Microcréditos; Monotributo Social.

Dentre essas, o *Ingreso Social con Trabajo* se mostra como o Programa mais complexo, articulando geração de postos de trabalho, organização cooperativa dos trabalhadores e melhorias de infraestrutura urbana, valorização e revitalização de áreas

coletivas nas comunidades onde suas ações são executadas (Figura 2). Em alguns documentos do próprio *Ministerio de Desarrollo Social de la Nación*, o nome do *Ingreso Social con Trabajo* é usado como sinônimo do *Argentina Trabaja*.

Figura 2 – Linhas do Plan Argentina Trabaja



Fonte: Argentina (2011).

Para a implementação deste Programa, o Ministério faz acordos com os Municípios e Províncias, através do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES). Este Instituto coordena a formação de cooperativas e a capacitação de cooperativados. As cooperativas são compostas por cerca de 60 trabalhadores. Os trabalhadores interessados em conseguir uma vaga no *Ingreso Social con Trabajo* devem cumprir os seguintes requisitos:

- pertencer a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estar desempregados;
- residir nas localidades beneficiadas pelo Programa;
- não receber benefício monetário de outro programa ou plano social (exceto de alimentação ou AUH);
- não estar em atividade registrada como empregado, empregador monotributista²¹ ou outros, ser aposentado ou pensionista ou receber seguro desemprego;
- estar incluído em uma cooperativa de trabalho conveniada com o Programa.

21 O monotributo social é uma categoria tributária permanente, criada com o objetivo de facilitar e promover a incorporação à economia formal daquelas pessoas em situação de vulnerabilidade que estiveram historicamente excluídas dos circuitos econômicos. [...] Podem inscrever-se nesta categoria pessoas que estão desenvolvendo uma única atividade econômica, seja produtiva, comercial ou de serviços, cooperativas de trabalho e projetos produtivos tocados por grupos de até três integrantes. Os monotributistas não perdem o direito à *Asignación Universal por Hijo* (ARGENTINA, 2011).

Os trabalhadores interessados em formar uma cooperativa devem inscrever-se no INAES, que dá início ao processo com um curso de introdução ao cooperativismo (INAES, 2011). Um percentual dessas inscrições é reservado para jovens entre 18 e 30 anos de idade. Após a formalização das cooperativas e o início dos trabalhos nas Províncias conveniadas com o Ministério, os cooperativados passam a receber uma renda mensal de \$1.200,00 como antecipação de excedente e ao término da obra é distribuído o restante do produzido pela cooperativa. Além do pagamento mensal, os cooperativados recebem mais \$300,00 mensais por produtividade e \$250,00 por frequência, podendo chegar a um montante de \$1.750,00 mensais. Além disso, são cobertos pelo Sistema de Seguridade Social e aqueles com filhos menores de 18 anos ou deficientes têm direito à AUH. Os trabalhadores que não concluíram o ensino médio ou fundamental podem fazê-lo através de um convênio entre o *Ministerio de Desarrollo Social de la Nación* e o *Ministerio de Educación de la Nación* (ARGENTINA, 2011).

De acordo com o *Ministerio de Desarrollo Social de la Nación* (ARGENTINA, [s/d]), a oferta de trabalho é bastante desigual na Argentina, o que levou ao reconhecimento de que os postos de trabalho gerados com o *Ingreso Social con Trabajo* não deveriam ser distribuídos uniformemente em todo o país. Para a identificação de zonas prioritárias para a implementação do Plano, o Ministério adotou um método que parte do conceito de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), isto é, da identificação de pessoas que vivem em uma das seguintes condições: em casa onde habitam mais de 3 pessoas por quarto; em peças de aluguel, construção precária ou outro tipo; em edificação sem banheiro; que tenha alguma criança de 6 a 12 anos fora da escola; que tenha 4 ou mais pessoas por trabalhador empregado, cujo chefe de família não tenha completado o terceiro ano da escola primária (ARGENTINA, [s/d]).

A identificação das principais províncias onde as cooperativas devem ser estabelecidas parte do levantamento do contingente da população entre 18 e 64 anos que vive em casas com Necessidades Básicas Insatisfeitas. O Ministério ordenou, então, hierarquicamente as regiões e priorizou aquelas que apresentaram os níveis mais elevados de pobreza estrutural. Como resultado dessa primeira etapa de levantamento de dados, foram indicadas as regiões Nordeste, Noroeste e de Cuyo. Nelas, o Governo Argentino identificou as Províncias que apresentavam maior taxa de desemprego na população de 18 a 64 anos, considerando a taxa de desemprego local, ponderada pela taxa de ocupação nacional do quarto trimestre de 2009, que estava em 66,7% (ARGENTINA, [s/d]).

Com esses cálculos, o Ministério identificou as seguintes Províncias onde deveria ser iniciada a formação de cooperativas: Chaco; Corrientes; Formosa; Salta; Santiago del Estero; Tucumán; e San Juan. Como a implementação do *Ingreso Social con Trabajo* depende da formalização de convênios dos Governos Provinciais ou Municipais com o Governo da Nação, o Ministério ajustou a distribuição das cooperativas à capacidade logística e de gestão territorial das Províncias, baseando-se no histórico de prestação de contas e cumprimento de acordos delas com o Ministério.

Os resultados finais encontrados estabeleceram que na Região Noroeste, deveriam ser priorizadas as Províncias de Tucumán e Santiago del Estero, e na Região Nordeste as Províncias de Corrientes, Formosa e Misiones. Na região de Cuyo, foram selecionadas as Províncias de San Juan e La Rioja.

Figura 3 – Mapa da Argentina destacando as principais Províncias beneficiadas com o *Ingreso Social con Trabajo*



Fonte: adaptado de Argentina ([s/d]).

Atualmente, o *Ingreso Social con Trabajo* atende a mais de 150 mil pessoas (ARGENTINA, 2011) nessas Províncias e na Província de Buenos Aires, onde gera mais de 3.000

postos para trabalhadores em 93 cooperativas associadas à *Federación de Cooperativas de Trabajo* (FECOOTRA), com quem o INAES tem convênio.

Ao cruzar as Províncias onde esse Programa está em funcionamento com aquelas onde a AUH alcança número e percentual maior de beneficiários (Tabela 1), é possível identificar que o foco dos Programas Sociais argentinos está concentrado em Buenos Aires, Tucumán, Corrientes, Santiago del Estero e Misiones. A Província de Buenos Aires tem a maior parte da população e juntamente com as demais, apresenta os maiores índices de pobreza do país.

Figura 4 – Mapa da Argentina destacando as principais Províncias beneficiadas com os Programas de Combate à Pobreza na Argentina



Fontes: adaptado de *Página 12* (2011), INDEC (2010) e Argentina (s/d).

A articulação da *Asignación Universal por Hijo* com o *Ingreso Social con Trabajo* indica que o Governo da Argentina possui um projeto de combate à pobreza vinculado ao tema do trabalho. De um lado, oferece um benefício mensal que possui caráter emergencial e transitório, incluído como direito dos cidadãos no *Regimen de Asignaciones Familiares* do país. De outro, proporciona postos de trabalho localmente, em comunidades necessitadas, de modo que o trabalho garanta renda para os desempregados e gere melhorias na infraestrutura urbana e pública local.

Arroyo (2009, p. 95) qualifica a AUH e o *Argentina Trabaja* como uma segunda geração de políticas sociais pós-Convertibilidade²² no seio de um “projeto estratégico de longo

²² Para maiores informações sobre a Lei de Convertibilidade, veja a nota 3, na Apresentação da Tese.

prazo em que o crescimento econômico seja compatível com a inclusão social, em relação às condições internacionais, com os recursos econômicos, sociais e culturais e com um novo paradigma de gestão mais participativo mais parecido com as gerações futuras”.

A reafirmação da necessidade de ampliação dos direitos sociais foi manifestada na incorporação da *Asignación Universal por Hijo* (AUH) ao Sistema de Seguridad Social, legislada no Decreto 1.602/09. a AUH incorpora à Seguridad Social uma parcela da população que historicamente descoberta: os trabalhadores desempregados e informais que tenham filhos em idade escolar ou portadores de deficiência. Nesse sentido, autores como Hintze e Costa (2011) e Mazzola (2012) indicam que a AUH é um Programa que avança em direção a uma simultânea reconfiguração do Sistema de Seguridad Social e de Assistência Social, capaz de perfilar uma nova relação entre ambos. Essas autoras destacam que ainda há uma disputa acerca da legitimidade desse Programa, pois ele deriva de uma agenda acadêmica e política que defende a renda básica ou cidadã. Além disso, está situado como uma oposição às políticas sociais chamadas 'focalizadas' do período neoliberal e se articula com o *Argentina Trabaja* de forma que conjuga renda, trabalho e segurança social, fortalecendo a AUH.

Hintze e Costa (2011, p. 177) entendem que “não há 'inclusão por renda', ou 'inclusão por trabalho', mas sociedades que desenvolvem determinadas relações e condições de trabalho e de vida. A fertilidade dessa proposta passa por sua capacidade de contribuir para fazê-las mais igualitárias e, portanto, mais inclusivas”.

Mazzola (2012, p. 57) afirma que a AUH estabelece um novo paradigma na Argentina porque nele o governo assume o papel de nivelador das desigualdades, proporcionando a transição de uma justiça distributiva focalizada para uma justiça redistributiva que se realiza através da inclusão de milhares de pessoas no Sistema de Seguridad Social. O destaque, segundo a autora, é a alteração do foco da questão social para o que chama de uma “proteção ampliada da infância”.

No que remete à instituição de uma cidadania ativa, o Governo Federal incentivou a ampliação da participação cidadã por meio da formação das cooperativas do *Argentina Trabaja* que fomentar o associativismo como meio de organização social dos trabalhadores, para o fortalecimento de empresas sociais e cooperativas no marco da Economia Social (ARGENTINA, 2012).

Outra iniciativa que também se inscreve sob os pressupostos da questão social são os Centros Integradores Comunitários (CICs), que ficam localizados nas zonas mais vulneráveis

do país e possuem uma mesa diretora que é formada por vizinhos. Os CICs centralizam políticas dos governos nacional, provincial, municipal e de organizações da sociedade civil. São construídos pelas cooperativas do *Argentina Trabaja* e oferecem ações de coordenação de desenvolvimento local, atenção primária à saúde, prestação de serviços sociais, integração comunitária e promoção de atividades lúdicas, culturais e de educação, como oficinas de música, dança, pintura. Foram criados para serem “espaços públicos de integração comunitária, construídos em todo o país, para o encontro e a participação dos diferentes atores que trabalham de modo intersetorial para promover o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida das comunidades” (ARGENTINA, 2013a).

2.2 O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela Presidência da República, através da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, e destina-se à transferência de renda para a população extremamente pobre e pobre, com condicionalidades na saúde e na educação. O Governo Federal estabeleceu que as famílias extremamente pobres são aquelas que possuem renda mensal de até R\$ 70,00²³ *per capita*; as famílias pobres são as que possuem renda mensal de R\$70,01 a R\$140,00 *per capita*.

Para receber os valores pagos mensalmente (2 e 3 abaixo), as famílias beneficiárias devem manter as crianças e os jovens em idade escolar frequentes às aulas; os menores devem cumprir com o calendário de vacinação e as gestantes devem fazer os exames e consultas de pré-natal. As informações sobre o cumprimento das condicionalidades são fornecidas pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e de Educação para o Governo Federal.

O PBF centralizou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal que vinham sendo adotados nos Programas: Bolsa Escola; Programa Nacional de Acesso à Alimentação; Bolsa Alimentação; e Auxílio-Gás.

Nos primeiros meses de vigência, o Bolsa Família coexistiu com o Programa Fome Zero, que era o Programa Social de destaque no governo recém-iniciado. Responsável pelo Fome Zero, o frade dominicano Frei Betto assumiu o gabinete que cuidava do combate à

23 Fazendo a conversão para o dólar americano (US\$1.00=R\$2,37, na cotação de 20 de janeiro de 2014), a linha de pobreza extrema é de aproximadamente US\$29.53 e a linha de pobreza é de US\$59.07 mensais. Quando convertidos em valores diários, eles são próximos ao dólar PPC (paridade do poder de compra), medida adotada pelo PNUD para eliminar a diferença do custo de vida entre os países avaliados em seus Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH). O valor de 1 dólar PPC por dia é ainda o ponto de fixação da linha da pobreza extrema para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PNUD, 2011).

pobreza no primeiro ano do mandato de Lula. Em seu surgimento, há indícios de que o Programa delineado se aproximaria de pontos da abordagem da questão social. A afirmação de Frei Betto (2006, p. 83) de que o mercado havia sido erguido como “novo sujeito absoluto que se legitima por sua perversa lógica de expansão das mercadorias, concentração da riqueza e exclusão dos desfavorecidos” é indicativa de um reposicionamento das políticas sociais até então existentes de modo que o novo governo priorizaria as questões sociais, às quais a economia ficaria subjugada.

Contudo, justifica ele, não seria possível dar fim ao sistema que situa o lucro individual acima dos direitos coletivos, pois “as revoluções são inviáveis na atual conjuntura”. O Socialismo, alertava o autor, não seria implantado por decreto. O novo governo “iria sim modernizar o capitalismo, aumentar a capacidade produtiva do país, reduzir o desemprego, a fome e a desigualdade social, realizar a reforma agrária” (BETTO, 2006, p. 85). A estratégia governista seria, então,

demonstrar que, através do fortalecimento progressivo dos movimentos populares, seria possível conquistar parcelas de poder. E novos paradigmas seriam introduzidos na esfera de governo. Se isso significasse a superação paulatina das políticas neoliberais, e a melhoria da qualidade de vida da população, representaria um avanço (BETTO, 2006, p. 87).

Sobre as diferenças entre o Fome Zero e o Bolsa Família, Cohn²⁴ (2010) destaca que o Programa Fome Zero buscava a participação significativa da sociedade em sua execução, gestão e cofinanciamento. Já a proposta do PBF era a de centralizar a execução e a gestão em uma Secretaria Especial vinculada diretamente à Presidência da República²⁵, com financiamento exclusivo de recursos do Orçamento Fiscal, associados a recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De acordo com a autora, o Programa Fome Zero, em 2003, tinha a proposta de ser o carro-chefe do Governo na área social, “capaz de dialogar e promover intersetorialidades e parcerias com o mercado e com o terceiro setor nas ações de caráter mais estrutural, como a construção de cisternas, e ainda a sua complementação com a articulação de novos programas de estímulo à agricultura familiar” (COHN, 2010, p. 221). Sustentado pela abordagem da questão social, o Programa Fome Zero se configurava como um Programa transversal às

24 Amélia Cohn foi Diretora de Avaliação e Monitoramento da Secretaria Executiva do Bolsa Família em sua fase de criação e, posteriormente, foi Diretora de Programas do MDS (outubro/2003 a novembro/2004), quando então essas tensões e disputas se faziam sentir de forma especialmente aguda. Além disso, foi responsável pela negociação do primeiro empréstimo do Banco Mundial (BIRD) para o Programa (COHN, 2010).

25 Quando do início do PBF, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ainda não havia sido criado e a Secretaria Especial do Programa Bolsa Família ficava hospedada no Palácio do Planalto.

demais políticas sociais, ao qual se associaria o PBF, constituindo, assim, uma nova parceria no interior do Governo Federal na área social, articulando ministérios e secretarias responsáveis por diferentes pastas 'sociais'.

Frei Betto foi o principal responsável pela implantação e execução do Programa Fome Zero e, em texto de Opinião no Correio Braziliense de 10 de outubro de 2003, afirmou que o Programa naquele ano priorizaria “o semiárido nordestino, o Norte de Minas, as aldeias indígenas em estado de subnutrição, os acampamentos e assentamentos rurais, as comunidades quilombolas e a população que vive dos lixões” (BETTO, 2003, p. 5). O Programa era posto em prática através do cadastro que um comitê gestor local (sociedade civil e poder público) elaborava das famílias mais carentes. A partir desse levantamento, as famílias recebiam o 'cartão-alimentação' e o município atendido passava a ser alvo de um conjunto de políticas públicas de alfabetização; saúde; agricultura familiar; hortas domésticas e comunitárias; microcrédito; construção de moradias e cisternas.

Uma peculiaridade do Programa Fome Zero era o fato das famílias atendidas receberem o benefício do Cartão-Alimentação por apenas 2 anos, estando, *a priori*, em condições de produzir a sua própria renda. Contudo, a implementação deste Programa pelo Governo Federal se deu em meio a embates sobre a concepção da Política Social que deveria ser adotada. Quando a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 foi sancionada, após discussão e aprovação no Congresso Nacional, ela reiterou a unificação dos Programas Sociais Descentralizados existentes até então sob o PBF (BRASIL, 2004a). Com a extinção desses Programas, o Fome Zero deixou de ser um Programa para se tornar uma estratégia de articulação das iniciativas de Ministérios, o que levou à realocação dos seus quadros na Secretaria Especial do PBF. Após essa fase de transição para o PBF, o Fome Zero foi praticamente desativado.

Para centralizar e unificar os cadastros dos beneficiários, o Governo Federal criou o banco de dados Cadastro Único (CADUN), onde todas as famílias interessadas em participar devem estar inscritas. Para se inscrever no CADUN, os interessados precisam apresentar comprovantes de identidade, renda e residência e preencher os Questionários do Bolsa Família nos postos de cadastramentos indicados pelas Prefeituras Municipais. Apesar de estar vinculado à Presidência da República, o PBF é executado e administrado de modo descentralizado por meio da conjugação de esforços do Governo Federal, dos estados e dos municípios, com participação comunitária e controle social (BRASIL, 2004b).

Na instância Federal, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família coordena, supervisiona, controla e avalia a operacionalização do Programa,

compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal (BRASIL, 2004b).

No âmbito estadual e municipal, a execução e gestão do Programa é de responsabilidade do Poder Executivo, contando com o controle e a participação social através de Conselhos ou Comitês Estaduais e Municipais (BRASIL, 2004b).

Com a implementação do PBF, os diversos valores que vinham sendo pagos para famílias-alvo diferentes foram unificados em um mesmo cartão, o Cartão Bolsa Família; e os valores pagos foram adequados a um novo método de cálculo do benefício. Para as famílias extremamente pobres, foi estabelecido um Benefício Básico no valor de R\$ 70,00 mensais, que é pago mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. Esse valor pode ser complementado por um Benefício Variável (BV) de R\$ 32,00 mensais para cada filho, até o limite de cinco crianças e adolescentes até 15 anos. Para famílias com adolescentes de 16 e 17 anos, o Governo Federal paga o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 38,00, até o limite de dois jovens. Com base nesses parâmetros, o valor percebido por famílias extremamente pobres pode variar de R\$ 70,00 a R\$ 306,00. No Quadro 1 são apresentados os benefícios possíveis para as famílias que têm renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00.

Quadro 2- Valores dos benefícios PBF para famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa

NÚMERO DE GESTANTES, NUTRIZES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ATÉ 15 ANOS	NÚMERO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS	TIPO DE BENEFÍCIO	VALOR DO BENEFÍCIO
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1	R\$ 172,00

		BVJ	
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 306,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brasil (2011).

Para as famílias pobres, com renda entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 mensais por pessoa, o Governo Federal transfere apenas o Benefício Variável e o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente. No Quadro 2 são apresentadas as possibilidades de cálculo.

Quadro 3 - Valores dos benefícios PBF para famílias com renda mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por pessoa

NÚMERO DE GESTANTES, NUTRIZES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ATÉ 15 ANOS	NÚMERO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS	TIPO DE BENEFÍCIO	VALOR DO BENEFÍCIO
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 32,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1	R\$ 166,00

		BVJ	
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 198,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 236,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brasil (2011).

Para algumas famílias, a migração dos Programas descentralizados anteriores para o PBF pode ter acarretado perda financeira. De modo a evitar prejuízo, o Governo Federal criou o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE), cujo valor varia caso a caso.

O PBF é financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social, a partir de dotação específica no Orçamento da União e, de acordo com a Lei 10.836, o Poder Executivo deve compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa com as dotações orçamentárias existentes. Em 2013, o Programa transferiu R\$ 22.750.781.400,00 para cerca de 12,8 milhões de famílias (BRASIL, 2013). Além desse montante, uma parte dos recursos é destinada aos estados e municípios para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa (BRASIL, 2004b). Na Tabela 2 apresento a razão entre os beneficiários do Programa no mês de dezembro de 2013 e a população total dos 15 estados que recebem os maiores volumes de recursos do PBF.

Tabela 2 – Razão entre a quantidade de beneficiários PBF e a população nos 15 estados que recebem maior volume de recursos do Programa

ESTADO	VALOR REPASSADO (R\$)	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	POPULAÇÃO	RAZÃO ENTRE BENEFICIÁRIOS E POPULAÇÃO (%)
Bahia	2.980.823.990,00	1.800.055	15.044.137	12,00
São Paulo	1.917.711.857,00	1.366.553	43.663.669	3,12
Pernambuco	1.831.005.462,00	1.147.423	9.208.550	12,50
Ceará	1.806.472.937,00	1.095.316	8.778.576	12,47
Minas Gerais	1.798.387.880,00	1.177.574	20.593.356	5,72
Maranhão	1.792.725.468,00	962.011	6.794.301	14,15
Pará	1.512.785.889,00	860.572	7.969.654	10,80
Rio de Janeiro	1.279.867.440,00	852.237	16.369.179	5,30

Paraíba	860.455.076,50	506.450	3.914.4212	12,94
Piauí	826.036.427,00	451.195	3.184.166	14,16
Alagoas	732.851.918,00	438.656	3.300.935	13,30
Rio Grande do Sul	692.843.076,00	455.421	11.164.043	4,08
Amazonas	660.390.596,00	358.836	3.807.921	9,42
Paraná	620.207.111,00	430.182	10.997.465	3,91
Rio Grande do Norte	583.357.960,00	361.550	3.373.959	10,71

Fonte: elaborado pelo autor a partir de IBGE (2013) e Brasil (2013).

A Lei 10.836 determina que, preferencialmente, os benefícios sejam pagos às mulheres, responsáveis pela inclusão das famílias no CADUN e pelo cumprimento das condicionalidades.

A partir de 2011, a focalização²⁶ do PBF na população extremamente pobre, isto é, com renda *per capita* inferior a 70 reais mensais, foi fortalecida com o lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, complementar ao Bolsa Família. Com esse novo Programa, o Governo visa alcançar de modo mais efetivo a população abaixo da linha de pobreza extrema, articulando a transferência de renda e o cumprimento de condicionalidades ao acesso à serviços públicos, como saúde e educação.

Além de priorizar essa parcela da população na concessão dos benefícios, com o Brasil Sem Miséria o Governo iniciou uma estratégia de busca ativa da população extremamente pobre que não estava cadastrada no CADUN. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da previsão de 800 mil famílias nessas condições, as equipes de busca ativa identificaram 550 mil no primeiro ano do Programa. Essas famílias foram incluídas no banco de dados e podem vir a receber o benefício (BRASIL, 2012a).

O objetivo do Brasil Sem Miséria de aumentar o acesso das famílias extremamente pobres aos serviços públicos é realizado mormente com as visitas das Equipes de Saúde da Família nos domicílios, nas escolas e nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) dos municípios. Nesse sentido, a relação entre a transferência de renda e o acesso a esses serviços para os beneficiários do PBF é mediada pelo cumprimento das condicionalidades. Uma ação do Brasil Sem Miséria é o Brasil Carinhoso, medida criada pelo Governo Federal para focar na extrema pobreza. Inicialmente destinada à transferência de um Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) no valor de R\$70,00

²⁶Para o conceito de focalização, veja a discussão sobre o aporte do Banco Mundial às políticas compensatórias no capítulo 1, p. 18.

para famílias com crianças de zero a seis anos de idade, em 2013 essa ação passou a beneficiar todas as famílias abaixo da linha da extrema pobreza beneficiárias do Brasil Sem Miséria.

Outro objetivo do Programa, a inclusão produtiva, tem sido realizado através de Programas Complementares que, de acordo com o Soares e Sátyro (2009, p. 19), refletem a posição do Governo Brasileiro de “rejeitar a busca por 'portas de saída', mas ao mesmo tempo deixar a porta entreaberta para políticas sociais que busquem auxiliar as famílias beneficiárias a saírem da condição de pobreza. [...] Isto se faz mediante os programas complementares, que focalizam, nas famílias beneficiárias do PBF, políticas de treinamento, de microcrédito ou de outros tipos”.

No que se refere, portanto, à inclusão produtiva, o PBF e o Plano Brasil Sem Miséria são concebidos como políticas transversais articuladas a outras políticas setoriais de trabalho e de microcrédito executadas tanto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quanto por outros Ministérios com que ele se convenia.

Em outubro de 2011, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), vinculado ao Ministério da Educação, que prevê “uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” com o “objetivo principal de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Técnica (EPT)” (BRASIL, 2012b). No âmbito dos Estados e das Municipalidades, os Governos e Prefeituras têm firmado convênios com o Sistema S²⁷ para oferecer cursos profissionalizantes para a população, privilegiando a inscrição de membros de famílias beneficiárias do PBF. Em 2013, mais de 96 mil vagas foram ofertadas pelo PRONATEC, tornando o Rio Grande do Sul o estado com maior número de matriculados no Programa (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados a pactuar com o Governo Federal um Programa Estadual de Combate à Pobreza, o RS Mais Igual, complementar ao Plano Brasil Sem Miséria. Neste Programa, o Governo do Estado proporciona às famílias beneficiárias do PBF com crianças entre zero e seis anos de idade R\$30,00, que são somados

27 O Sistema S é formado por organizações criadas pelo empresariado com o objetivo de oferecer cursos de qualificação profissional e prestar serviços de saúde, lazer e educacionais aos trabalhadores. Essas organizações são o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), o Serviço Social de Transportes (SEST), o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), subordinados à Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

ao Benefício de R\$70,00 oferecido pelo Governo Federal. No âmbito do RS Mais Igual, o Governo do Estado tem realizado as Caravanas da Inclusão, em que os critérios de transferência de renda do RS Mais Igual, além de atividades lúdicas e oferta de serviços prestados pelas Secretarias Estaduais. No estado, dados do IBGE (2011) e do Portal da Transparência do Governo Federal (BRASIL, 2013), cruzados com informações do Jornal Zero Hora (MELO, 2011), indicam uma concentração da pobreza e da miséria no interior, especificamente no noroeste do Rio Grande do Sul (Tabela 3).

Tabela 3 - Razão entre a quantidade de beneficiários PBF e a população estimada para 2013 de Porto Alegre e dos 5 municípios mais pobres do Rio Grande do Sul

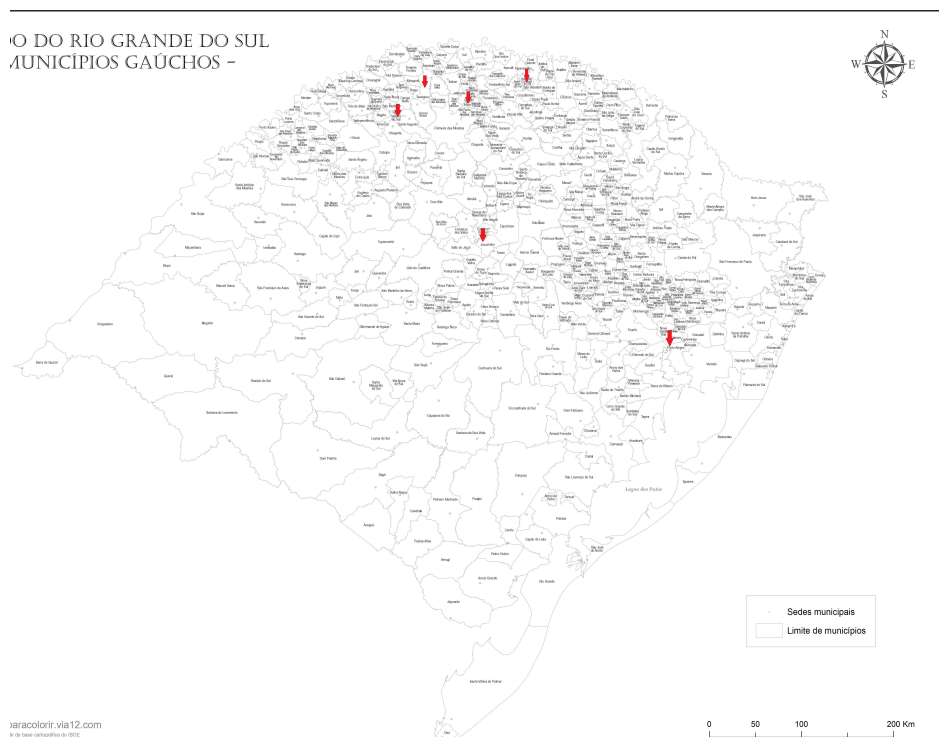
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (ESTIMADA)	PESSOAS EXTREMAMENTE POBRES	PESSOAS EXTREMAMENTE POBRES (%)	BENEFICIÁRIOS PBF	RAZÃO ENTRE BENEFICIÁRIOS PBF E POPULAÇÃO (%)
Porto Alegre	1.467.816	44.536	3,04%	58.916	4,18%
Redentora	10.845	3.219	29,72%	1.669	15,39%
Lajeado do Bugre	2.579	753	29,11%	367	14,23%
Benjamin Constant do Sul	2.305	459	19,94%	329	14,27%
São Valério do Sul	2.743	535	19,52%	320	11,66%
Jacuzinho	2.623	504	19,27%	421	16,05%

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brasil (2013), IBGE (2013) e Melo (2011).

No Rio Grande do Sul, além da pactuação com o PBF via RS Mais Igual, o Governo do Estado oferece vagas em cursos profissionalizantes dentro do Plano Estadual de Qualificação Profissional, dando prioridade para a inscrição de beneficiários do Programa de Transferência de Condicionada do Governo Federal. Para 2012, o Governo do Estado criou mais de 60 mil vagas em cursos distribuídos por 129 municípios divididos em 9 regiões (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Dentre os municípios selecionados para receber os cursos, estão Porto Alegre, Caxias do Sul, Sant'Ana do Livramento, Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana, que concentram, nominalmente, o maior número de pessoas pobres no Estado. Contudo, não há indicação de que cursos dessa natureza acontecerão nos municípios com maior pobreza extrema, todos na região noroeste do Estado: Redentora; Lajeado do Bugre; Benjamin Constant do Sul; São Valério do Sul e Jacuzinho (MELO, 2011).

Figura 5 – Mapa do Rio Grande do Sul destacando Porto Alegre e os municípios com maior pobreza extrema



Fonte: adaptado de Brasil (2012), Melo (2011) e Mapas para Colorir (s/d).

Por fim, cabe destacar que o PBF e o Plano Brasil Sem Miséria se inscrevem em um debate acerca da sua universalidade e/ou focalização (COSTA, 2009; MEDEIROS e COUTO, 2009; NASSIF, 2012). Nas discussões de especialistas, têm-se reforçado que o conceito de pobreza que subjaz os Programas entende o seu caráter multidimensional e a falta de liberdades e oportunidades que o define (BRONZO, 2006; 2008).

As condicionalidades também são contempladas pela penetração da abordagem liberal nas pesquisas sobre o Bolsa Família. Elas são tratadas como uma espécie de aposta nas políticas de transferência de renda, que seriam capazes de proporcionar aos beneficiários um futuro de “escolhas e oportunidades para viver uma vida tolerável” (PNUD, 1997, p. 15). Para alguns autores, as condicionalidades estariam vinculadas a um necessário aumento do capital humano, pois “em longo prazo, a não acumulação do capital humano causado por escolaridade baixa e saúde precária é uma consequência negativa grave de trabalho infantil, representando uma oportunidade perdida para melhorar a produtividade e a capacidade de ganhos futuros da próxima geração” (GUERRA *et al.*, 2007, p. 8). Outros autores vinculam as

condicionalidades do PBF ao capital social²⁸. Para Helal e Neves (2006, p. 6), ele é o determinante da pobreza e “o fato de um indivíduo pertencer a grupos ou associações, ou seja, a rede de relacionamentos (capital social) lá desenvolvida por este indivíduo passa a afetar positivamente a probabilidade dele escapar da pobreza”.

Tendo feito a descrição dos principais Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil posso, agora, no próximo capítulo, situá-los frente às abordagens teóricas discutidas no capítulo 1, apontado suas aproximações e seus afastamentos em relações às análises e recomendações dos principais autores e instituições de referência para a formulação de políticas compensatórias.

28 Para Putnam (2004) “o capital social se refere aos vínculos sociais e às normas de reciprocidade associadas”. A premissa central da teoria do capital social é que os laços sociais possuem valor, decorrentes da confiança, reciprocidade, informação e cooperação. O capital social gera valor para as pessoas que estão ligadas umas às outras e, muitas vezes, para seus amigos e familiares.

3 PRIMEIRA SÍNTESE: MAIS-ALÉM DAS ABORDAGENS VIGENTES

A criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2004, e do *Plan Asignación Universal por Hijo para Protección Social* (AUH), em 2009, articulou premissas que já estavam vigentes desde meados do século XX a novas matizes de pensamento sobre a pobreza.

Em sua elaboração, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs) dialogavam com as tentativas de estabelecer programas de renda mínima, defendidas especialmente por Rubén Lo Vuolo (1995) e Eduardo Suplicy (2006)²⁹. As propostas existentes à época evocavam a necessidade da criação de um programa de renda mínima universal a ser implantado gradualmente nos dois países. A sanção quase simultânea da Lei n.º 10.835, que estabelece a criação do Programa de Renda Básica Cidadã³⁰, que instituía o direito de cada brasileiro ou estrangeiro residente a pelo menos 5 anos no país, receber, anualmente, um benefício monetário, não importando sua condição socioeconômica, e da Lei n.º 10.836, que sanciona Programa Bolsa Família, é exemplo disso no Brasil.

No entanto, a descrição dos Programas feita no capítulo 2 permite afirmar que os PTCs mantiveram a ideia da pobreza como um problema individual que possui repercussão familiar e assola grande contingente na Argentina e no Brasil. Nesses países, o número de pobres foi quantificado a partir dos parâmetros das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBIs) ou das Linhas de Pobreza e de Pobreza Extrema, que possibilitaram executar um combate focalizado à pobreza.

Na Argentina, a *Asignación Universal por Hijo* (AUH) confirma a necessidade de ampliação dos direitos sociais ao ser incorporado ao Sistema de Seguridade Social, legislada no Decreto 1.602/09. Por meio da AUH, o governo incorpora à Seguridade Social uma parcela da população que estava até então descoberta: os trabalhadores desempregados e informais que tenham filhos em idade escolar ou portadores de deficiência. Assim, o Programa foi inserido no conjunto de direitos sociais vigentes no país, evidenciando que os pobres na

²⁹ Os programas de renda mínima, também chamados de programas de renda básica cidadã defendidos por Lo Vuolo (1995) e Suplicy (2006) são declaradamente inspirados na proposta de uma renda básica conforme sugerida pelo sociólogo e filósofo belga Philippe van Parijis. Para uma visão das trajetórias dos Programas na Argentina, veja Hintze e Costa (2011); no Brasil veja Britto e Soares (2010).

³⁰ No artigo primeiro da Lei 10.835 de 8 de janeiro de 2004 é estabelecido que a renda básica de cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário. O artigo segundo versa que pagamento do benefício deverá ser de igual valor para todos, e suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, considerando para isso o grau de desenvolvimento do País e as possibilidades orçamentárias (BRASIL, 2004a).

Argentina são os trabalhadores desempregados ou trabalhadores do mercado formal, informal ou domésticos que ganhem menos que um *salário mínimo, vital y móvil* (\$3.600,00) por mês. O *Argentina Trabaja*, por sua vez, configura uma possibilidade de trabalho remunerado para desempregados com a garantia de recebimento de alguma renda durante, pelo menos, 6 meses.

Assim como no Brasil, os Programas de Combate à Pobreza na Argentina ganharam destaque nas discussões acadêmicas e nas análises de organismos multilaterais como o PNUD e o Banco Mundial, entre outros, sendo reconhecidos em várias delas como instrumentos eficientes para eliminar a pobreza. Ao mesmo tempo, alguns autores apontam as suas limitações, seja criticando os pressupostos em que estão estabelecidos, seja atacando aspectos pontuais quanto ao cumprimento das condicionalidades ou às chamadas 'portas de saída' oferecidas pelos Programas. As posições de Arroyo (2009), Hintze e Costa (2011) e Mazzola são ilustrativas da discussão central acerca dos Programas na Argentina, isto é, em que medida a AUH e o *Argentina Trabaja* são políticas compensatórias focalizadas ou universais. É importante também para essa discussão o conceito de *focopolítica* proposto por Leguizamón (2001; 2005), isso é, a articulação de várias políticas sociais focalizadas.

Partindo desse conceito, é possível afirmar que a AUH e o *Argentina Trabaja* constituem políticas compensatórias focalizadas, mas que existem de modo ampliado. Mesmo atingindo um grande contingente da população, as premissas subjacentes a esses Programas desligam-nos do atributo da universalidade que alguns autores querem lhe conferir (ARROYO, 2009; HINTZE e COSTA, 2011; MAZZOLA, 2012). O foco na infância e a exclusão de algumas categorias de trabalhadores que, mesmo com renda superior à apontada pelo linha de corte, têm suas necessidades básicas insatisfeitas, são apenas alguns indícios disso.

Ao final de janeiro de 2014, a presidente Cristina Fernández de Kirchner anunciou uma nova medida, que reforça a lógica de políticas sociais compensatórias focalizadas, o plano *Progresar*, que oferece um benefício monetário de \$600,00 mensais para jovens a quem ela chamou em cadeia televisiva de filhos do neoliberalismo. Segundo o jornal *Página 12* (2014), apesar do desemprego na Argentina estar na casa dos 6,5%, 70% desse número se refere a jovens entre 18 e 24 anos. O *Progresar* visa atender esses jovens, estimulando a conclusão de cursos, mantendo as condicionalidades na saúde e na educação: além de um atestado de saúde, os beneficiários necessitam apresentar comprovantes de que estão

estudando três vezes ao ano.

De fato, essa nova política focalizada atende jovens que são produto da flexibilização e da precarização laboral e do trabalho informal. No entanto, o próprio governo da Argentina reforça esses fatores não promovendo incentivos e leis trabalhistas que alterem a situação existente e adotando mais uma política compensatória que oferece um benefício baixo e não gera resultados efetivos para a superação da pobreza.

No Brasil, inicialmente, a ideia era que a ampliação dos direitos se materializaria com a incorporação da alimentação como um direito social garantido constitucionalmente. Com esse instituto jurídico, foram criados os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que visavam estabelecer nos âmbitos federal e estaduais uma esfera de participação de representantes dos beneficiários dos Programas Federais (BRASIL, 2003). Quando da criação do Fome Zero, estava prevista a criação de Conselhos Municipais. Contudo, a expansão da inspiração *welfarista* incensada pela abordagem da questão social encontrou barreiras para delinear os Programas de Combate à Pobreza no Brasil de acordo com seus pressupostos elementares. As disputas internas no Governo e a influência dos organismos multilaterais tiveram relevância na fase de formação dos Programas.

De acordo com Cohn (2012, p. 21), “associando-se o Fome Zero ao Bolsa Família, já o início do primeiro mandato do presidente Lula marca um governo que tem como prioridade, para além da estabilidade econômica, o combate à pobreza”. A corrente do governo que propunha um PTC de grande abrangência venceu, em 2004, aqueles que defendiam a necessidade de uma reforma de estrutura que combateria a miséria e a desigualdade social com o Fome Zero. Além da oferta de benefícios para famílias em regiões específicas do país, esse Programa defendia a realização da reforma agrária, criação de cursos profissionalizantes, formação de cooperativas, restaurantes populares e bancos de alimentos, além de comitês gestores municipais e bancos populares.

Como Cohn (2012, p. 21) deixa claro, a intervenção dos organismos multilaterais na definição do Bolsa Família é inegável: “da perspectiva internacional, naquele momento a proposta de um grande programa de transferência condicionada de renda para os segmentos mais pobres da população, vinha ao encontro das posições das agências multilaterais”. Para a autora, ainda há que se definir o significado do Programa Bolsa Família em termos do seu conteúdo social. “A questão é: sua configuração básica consiste meramente em constituir-se como um programa transversal de transferência de renda condicionada, com vistas ao alívio

imediate da pobreza? Ou será um programa estruturante, voltado à construção da cidadania e da autonomia dos sujeitos sociais, seus beneficiários?” (COHN, 2012, p. 25).

As evidências da realidade do PBF são indícios de que a resposta a essas perguntas feitas por Amélia Cohn já está dada. Sem se constituir em um direito de garantia de renda mínima, sem instâncias organizadas de participação cidadã autônoma e com dificuldades em oferecer uma 'porta de saída' aos beneficiários, o Programa está sustentado por preceitos liberais que confundem a afirmação de direitos sociais com a inserção nos circuitos do consumo. Ainda assim, aos 10 anos dos governos de Lula e Dilma e do Bolsa Família, uma série de reportagens (O GLOBO, 2013; PAGINA 12, 2013) têm divulgado o sucesso do Programa. Autores como Pochmann (2013) e Rego e Pinzani (2013a) também têm publicado pesquisas e análises elogiosos, reforçando a sua repercussão positiva para a cidadania, para o acesso aos serviços públicos e, principalmente, para “o tema da libertação das mulheres [sic], portanto da possibilidade de sua progressiva autonomização diante das muitas formas de domínio a que estão submetidas” (REGO e PINZANI, 2013a, p. 19).

O mesmo pode ser afirmado sobre a AUH, na Argentina. Apesar do *Universal* de seu nome, o Programa estabelece com exatidão quem são os pobres para os quais se volta. Essa focalização baseou-se na definição de um perfil único de público-alvo a ser privilegiado com a sua implantação, visando aliviar a pobreza para a totalidade dessa parcela específica da população.

Retomando a trajetória conceitual apontada no capítulo 1, é possível afirmar, desde aí, que nos Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil a pobreza é combatida a partir de ações moralizantes de caráter normalizador que se expressam de modo mais contundente nas condicionalidades de saúde e educação para o recebimento do benefício monetário. De acordo com a premissa subjacente de que “não existe almoço grátis”³¹ (FRIEDMAN, 1975), os PTCs habilitariam aos pobres ingressar nos mecanismos de mercado, graças a um suposto empoderamento monetário e ao aumento da sua empregabilidade, decorrente do incremento do capital humano.

Estudos como os de Rego e Pinzani (2013a, p. 178) destacam a tradição do trabalho infantil “seja ajudando nos afazeres da casa, seja em trabalhos fora de casa” e a importância das condicionalidades para evitar “o abandono da escola e, portanto, o analfabetismo e a

31 A célebre frase “Não existe almoço grátis” vem do inglês “*There's no such thing as a free lunch*”, de autoria desconhecida, foi o título de um livro publicado pelo economista liberal Milton Friedman em 1975. Muitas vezes a autoria da frase é atribuída a ele, devido à repercussão que ela ganhou com o livro.

impossibilidade de sair da miséria por meio da educação”. A defesa recorrente de que o PBF liberta as mulheres, como afirmam Rego e Pinzani (2013a; 2013b) é feita também por Moreira, Lima e Lopes (2011, p. 13), que reconhecem, no entanto, que “o empoderamento econômico, avaliado como fundamental para a emancipação das mulheres, é alcançado apenas parcialmente”. Nos termos desses autores, a libertação das mulheres refere-se à sua capacidade de poder adquirir bens sem ter que recorrer sempre aos homens.

No que diz respeito aos resultados que as condicionalidades geram para a superação da pobreza no longo prazo, Guerra *et al.* (2012, p. 12) afirmam que “não há nenhum controle do real rendimento escolar destas crianças. Este pode se apresentar como um ponto falho, uma vez que não há uma preocupação sistemática com o ensino e, sobretudo, a aprendizagem destas crianças, mas simplesmente, com a frequência escolar”. Gluz e Moyano (2013) indicam que, também na Argentina, apesar da AUH colaborar para a massificação da educação, a concepção de controle do Programa reforçam seus aspectos assistencialistas. Apesar de apontarem certo incômodo com os rumos trilhados pelos Programas, os autores citados acima não levam adiante as possibilidades que seriam abertas para a reflexão mais consequente sobre seus achados.

Como evidenciado no capítulo 2, os Programas de Combate à Pobreza dos Governos da Argentina e do Brasil adotam uma definição bem delimitada de quem são os pobres, com foco nos aspectos financeiros. Essa definição não foi fruto do acaso ou do desenvolvimento de teoria autóctone sobre os problemas sociais. Pelo contrário, os Governos da Argentina e do Brasil agiram informados por técnicos que se vincularam à produção teórica e recomendações acerca da pobreza, dos pobres e de como efetivar o seu combate vindas dos países centrais e de organismos multilaterais. Particularmente, as propostas do Banco Mundial, de Amartya Sen e do PNUD parecem ser fundantes para esses programas e seus analistas.

A partir desses referentes teóricos e das recomendações técnicas deles decorrentes, o combate à pobreza reduz-se à inclusão dos indivíduos classificados como pobres nos mecanismos de mercado, seja através da oferta de um benefício monetário condicionado, da oferta de postos de trabalho em cooperativas de mão-de-obra barata que prestam serviços para o governo ou de uma suposta qualificação profissional que habilitaria os indivíduos ao mercado de trabalho. Como criticado até mesmo por seus analistas mais comedidos, e destacado nos parágrafos anteriores, são várias as limitações dos Programas. Elas permitem inscrevê-los na trajetória das políticas compensatórias liberais, isto é, que, separam o social e

a economia, e que concebem a pobreza como um problema individual, ignorando seus determinantes.

Para compreender as múltiplas determinações da pobreza na Argentina e no Brasil, resgatar a sua vinculação essencial com a economia e reconhecer que o chamado pobre, mero objeto das políticas compensatórias nesses dois países, não é alguém que deve ser basicamente 'incluído' no mercado para que possa viver uma vida tolerável (PNUD, 1997), mas, sim, sujeito que existe apesar da precariedade que condiciona sua existência, é preciso romper com os referentes em voga.

Por isso, rejeito a abordagem liberal, representada pelas recomendações e teorias defendidas pelo Banco Mundial, PNUD, Amartya Sen, John Rawls, Georg Simmel, entre outros. Rejeito, também, a abordagem da questão social e a afirmação de que cidadania é antinomia de pobreza. A redução do combate à pobreza a uma perspectiva que critica a degradação dos serviços públicos, o desemprego e as relações trabalhistas fragilizadas é ingênua, pois ignora que a pobreza é relacional à produção de riqueza e tenta superá-la mediante a ampliação dos direitos sociais e da cidadania. Coadunando-se com a abordagem liberal predominante, associa a política à participação no mercado. Essas abordagens importadas são apropriadas acriticamente à realidade da Argentina e do Brasil e não dão conta da pobreza na região. É preciso ir mais além.

Por isso, recuso a abordagem do pobre nos termos das definições dos governos da Argentina e do Brasil e da maioria dos autores que têm se ocupado de analisar seus Programas de Combate à Pobreza. Sua existência não é um contingencial, não é uma dimensão paralela ao subdesenvolvimento capitalista nesses países, é, sim, a Exterioridade à “Totalidade que justifica a opressão do oprimido e a exclusão”, é o Outro (DUSSEL, 1998, p. 21).

Na parte I da Tese, situei os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil em uma trajetória de políticas sociais compensatórias e apontei os limites das principais abordagens vigentes acerca desses Programas. Neste capítulo, indiquei as razões pelas quais rejeito essas abordagens como referente para analisá-los, tomando como pressuposto a definição de Exterioridade proposta pela Filosofia da Libertação que será o tema central da Parte II.

PARTE II

4 DEPENDÊNCIA E LIBERTAÇÃO

A necessidade de evidenciar a natureza relacional da produção social da pobreza – isto é, que a pobreza é o correspondente em negativo da acumulação de riqueza – encontra eco na Filosofia da Libertação produzida no contexto do marxismo latino-americano e nas críticas às condições de exploração e opressão de dois terços da população da América Latina, frente à pujança de uma minoria (DUSSEL, 1991, 2001, 2002, 2004, 2005; FREIRE, 1977, 1979; MOYO e YEROS, 2005, 2011; ZIBECHI, 2011).

O reconhecimento da pobreza como associada à riqueza não é uma suposição subjetiva sobre a percepção que as pessoas têm da pobreza ou dos seus significados³². Assumir a relação processual entre pobreza e acumulação de riqueza impõe a materialidade dessa relação para a análise dos Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil, pois a indissociabilidade entre pobreza e riqueza remonta à origem do sistema do capital, ao processo de acumulação existente desde seu limiar. Nesse sentido, Marx (2009, p. 749) afirma que a “acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”.

Essa afirmação situa a concepção que naturaliza a pobreza como mera aparência, típica do sistema do capital. Subjaz a esses processos sua essência, ou seja, que “o capitalista se apropria da capacidade de trabalho do trabalhador - na medida em que esta existe nele como algo vivo, ou nele como instrumento de trabalho vivo - mediante a troca pelo trabalho objetivado no trabalhador” (MARX, 2007, p. 276). O trabalhador é remunerado apenas pelo equivalente da fração da jornada de trabalho necessária para reproduzir sua força-de-trabalho, apesar de produzir valor durante toda a jornada. Logo, ao consumir a substância que constitui o capital fixo, cria a mais-valia. Isto é, mediante a venda da força-de-trabalho o trabalhador gera riqueza para o capitalista, ao mesmo tempo em que se desgasta e empobrece.

Em oposição à individualização da sociedade e ao tratamento da pobreza como um problema técnico, a ser tratado por especialistas mediante a implementação de programas sociais a um público-alvo definido pela medição de linhas de pobreza, a Filosofia da Libertação estabelece um arcabouço teórico que visa à superação da pobreza produzida por

32 Uma abordagem da pobreza centrada em seus significados para os pobres pode ser encontrada em Egúía e Ortale (2007). As autoras coordenam uma obra que visa dar conta de duas questões centrais: de um lado, a polissemia do conceito de pobreza no campo técnico-científico; e, de outro, a polissemia associada às percepções e experiências nas vidas daqueles que são categorizados como 'pobres'.

meio de uma estrutura social que reproduz a contradição essencial do capitalismo como criador de riqueza e de pobreza, simultaneamente.

O princípio ético-material da produção e reprodução da vida humana em comunidade (DUSSEL, 2002), que orienta essa Filosofia, não expressa apenas um 'direito à vida', mas coloca a 'vida' como única possibilidade de ser do humano. Assim, todas as ações, processos, estruturas e sistemas que atentem contra a 'vida humana' são seu contraditório. Tomando como fundamento a própria 'vida humana' não cabe qualquer justificativa de atentado contra ela, em curto, médio ou longo prazo, mesmo que dentro do sistema moral vigente ele seja 'correto', 'válido' ou 'necessário'. O princípio ético-material volta-se, então, para as condições de 'produção e reprodução' da vida em sua própria materialidade, isto é, na realidade do trabalho enquanto atividade vital do trabalhador (MARX, 1980).

Devido a isso, cabe destacar a importância que a Economia Política possui na arquitetura da Filosofia da Libertação. Não significa que, na Filosofia da Libertação, a Ética esteja submetida à Economia; nem é uma daquelas leituras reducionistas de matriz estruturalista que traduzem a Economia como único determinante de todas as outras dimensões estruturais. A conjunção entre Economia e Ética como fundamento para a Filosofia da Libertação é resultado de uma elaboração da realidade material como concreto, isto é, como a “unidade do diverso” que não é apenas a síntese, o resultado a que a reflexão chega, mas também o ponto de partida da investigação que se empreende. A explicação é dada por Marx (2007, p. 21):

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida e, em consequência, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho, a representação plena é volatilizada em uma determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento. Aqui está porque Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que partindo de si mesmo, se concentra em si mesmo, aprofunda-se em si mesmo e se move por si mesmo, enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento só uma maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto espiritual. Mas isso não é de forma alguma o processo de formação do próprio concreto.

A relevância da Economia Política para a Filosofia da Libertação se justifica pelo seu ponto de partida na materialidade da vida humana oprimida. Esse ponto de partida caracteriza o pobre como corporalidade sofredora desde o imperativo de uma necessidade absoluta: ter que vender sua força-de-trabalho para garantir a produção e reprodução de sua vida e de sua família.

No sistema do capital o princípio ético-material de produção e reprodução da vida humana em comunidade é subsumido pelo imperativo da obtenção de mais dinheiro. É para isso que o detentor dos meios de produção expropria a força-de-trabalho do trabalhador e extrai mais-valia. Para o trabalhador, o salário pago na forma de dinheiro é necessário para que adquira os bens necessários à reprodução da sua existência e de sua família. Esses bens possuem, para ele, valor-de-uso. No entanto, estão dispostos no mercado em razão do seu valor-de-troca para a realização do capital enquanto processo de auto-reprodução. Assim, o valor-de troca existe e se preserva na circulação. Marx (2007, p. 87) identifica, nesse processo, um curso auto-renovador da troca no qual “o dinheiro e a mercadoria são sempre remanescentes”, ou seja, o valor preserva sua identidade em cada uma de suas diferentes substâncias. Enquanto essência do capital, o valor atravessa as substâncias do processo de modo a manter-se vivo, produzindo e reproduzindo o capital. O curso do capital obscurece sua essência última: o valor. “O valor não é uma forma ou maneira de aparição do capital; é o capital mesmo em sua invisibilidade profunda, fundamental, essencial. As formas de 'aparição' do capital podem ser o dinheiro, a mercadoria, o produto etc. como capital. Mas o valor nunca pode aparecer na circulação como tal” (DUSSEL, 2012, p. 127).

O valor-de-troca, enquanto capital, é “algo universal no qual toda individualidade, todo caráter próprio é negado e cancelado” (DUSSEL, 2012, p. 121). Realizado na circulação de valores-de-troca, o capital “[...] vem inicialmente da **circulação** e, sobretudo, **seu ponto de partida é o dinheiro**. O dinheiro que entra em circulação e, ao mesmo tempo, retorna de si para si mesmo é a última exigência na qual o dinheiro se suspende. Isso é, ao mesmo tempo, o primeiro conceito de capital e a primeira forma em que ele aparece” (MARX, 2007, p. 86, grifos do autor).

Nessa passagem, Marx apresenta a maneira pela qual ocorre a superação do capital em relação ao dinheiro, posto que o dinheiro se torna o conceito e a forma do capital, ou seja, sem dinheiro não há capital, assim como sem o momento de circulação do dinheiro não há produção capitalista, pois os produtos apenas são manufaturados devido ao valor-de-troca que encerram, devido à sua futura existência como mercadoria a ser trocada por dinheiro.

De acordo com Dussel (2012, p. 121), “o dinheiro como capital é algo novo, distinto, diferente da sua existência como dinheiro”. O que fica evidente na conceitualização do capital é o modo como o dinheiro é subsumido ao capital, ou seja, há uma passagem de um estágio inferior de dinheiro - meio de efetuar as trocas - para um estágio superior - dinheiro

acumulado através das trocas. Nessa mudança de estágio o dinheiro passa a ser, ele mesmo, o objetivo. Nas palavras de Marx (2007, p. 87, grifos do autor):

O dinheiro se nega como algo que meramente se dissolve na circulação; mas ele também negou-se como algo que toma uma atitude dependente em relação à circulação. Essa negação, como um todo, em seu aspecto positivo, contém o primeiro elemento do capital. O dinheiro é a primeira forma na qual o capital aparece; dinheiro que é trocado por mercadoria e mercadoria que é trocada por dinheiro; **esse movimento de comprar para vender, o qual produz o aspecto formal do comércio, do capital como capital mercantil**, é encontrado nas condições priscas do desenvolvimento econômico; é o primeiro movimento no qual o valor-de-troca como tal forma o conteúdo - não é só a forma mas também o seu próprio conteúdo.

Há que se fazer uma diferenciação entre dinheiro como capital e capital como dinheiro. O dinheiro como capital indica uma determinação do dinheiro; que o dinheiro também é capital. O capital como dinheiro é uma das múltiplas determinantes do que é o capital como totalidade concreta, como uma unidade de múltiplas determinações (MARX, 2007). Ter clareza dessa diferenciação permite reconhecer que o capital comercial é apenas uma forma de capital (a sua primeira forma). O dinheiro aparece, a partir de então, como componente do capital.

Em oposição a Adam Smith³³, Marx afirma que o capital é uma soma de valores utilizados na produção de valores; ou seja, o capital é valor-de-troca se auto-reproduzindo. Fica, assim, evidente o modo pelo qual o valor-de-troca é o ponto de partida. Se o capital é valor-de-troca que produz lucro, ou que tem a intenção de produzi-lo, então o capital já está pressuposto na explicação, pois o lucro é uma relação específica do capital. Por isso, Marx (2007) sentencia que o capital não é uma simples relação, mas um processo em cujos vários momentos é sempre capital.

A realização do capital enquanto um processo tem um ponto fundamental no valor, especificamente no valor-de-troca, posto que é apenas no capital que o valor-de-troca existe de tal modo que se preserva na circulação. Marx (2007) identifica, nesse processo, um curso auto-renovador da troca no qual o dinheiro e a mercadoria são sempre remanescentes, ou seja, no capital, o valor preserva sua identidade em cada uma de suas diferentes substâncias. Se o capital comercial já é, em si, capital, ele constitui uma etapa prévia e determinante do capital industrial. Ao discorrer sobre essa transição, a formulação de Marx (2007, p. 89) pode ser interpretada por referência à América Latina, quando afirma que o movimento de troca entre

33 Para Smith, o capital é trabalho acumulado (realizado), propriamente, trabalho objetificado, que serve como meio para um novo trabalho (produção). Isso, considera Marx, permite apenas identificar o material do capital, sem evidenciar o seu caráter de relação.

produtos e dinheiro é encontrado nas condições mais priscas de sua economia, “no interior de populações e entre populações para as quais o valor-de-troca não se tornou, de modo algum, pressuposto da produção”. A América Latina passa a existir, segundo Dussel (2012), para a Europa no capitalismo, sendo um dos fatores essenciais do seu nascimento.

Na realidade latino-americana a pauperização e o imperativo da venda da força-de-trabalho apontados por Marx (2007) não são exclusividade do trabalhador, mas de todo o povo que não é proprietário dos meios de produção. Por isso, é mister compreender as dinâmicas que determinam a vida desse povo como um povo produtor. Frente a esse contexto, Dussel (2004a, p. 143) esclarece que a Filosofia da Libertação parte de uma realidade regional própria:

[...]a pobreza crescente da maioria da população latino-americana; a vigência de um capitalismo dependente que transfere valor ao capitalismo central; a tomada de consciência da impossibilidade de uma filosofia autônoma nestas circunstâncias; a existência de tipos de opressão que exigem não apenas uma filosofia da “liberdade”, mas uma filosofia da “libertação” (como ação, como práxis cujo ponto de partida é a opressão, e o ponto de chegada a indicada liberdade) [...].

Cabe agora apresentar os principais elementos que caracterizam a dependência como determinante da negação da vida do povo latino-americano e, conseqüentemente, um dos fundamentos da elaboração da Filosofia da Libertação.

4.1 A DEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Ao localizar a Filosofia da Libertação no capitalismo dependente dos países latino-americanos, Dussel retoma a reflexão de Gunder Frank (1969; 1980) para quem a dependência é um processo histórico de transferência de valor dos países periféricos para países centrais que tem como contrapartida a difusão de elementos culturais do Centro para a Periferia. Para Gunder Frank (1969; 1980), essa dinâmica de transferência de valor é mediada por uma estrutura social que reproduz a exploração de uma classe sobre a outra nacional e internacionalmente. Portanto, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa para o desenvolvimento e esse não é o estado original das sociedades supostamente desenvolvidas. Na América Latina, argumenta Gunder Frank (1969, p. 41-2), não existiram etapas anteriores à presente etapa de subdesenvolvimento. Além disso, os países chamados 'em desenvolvimento' não estão, de fato, em desenvolvimento, pois “a expansão econômica e política da Europa desde o século XV encerrou os países hoje subdesenvolvidos em uma só corrente de história mundial, o que

fez aumentar, simultaneamente, o atual desenvolvimento de alguns países e o atual subdesenvolvimento de outros”.

A dependência das economias dos países latino-americanos não é um fenômeno novo, pois “a incorporação dessas terras e povos a um sistema mundial de expansão mercantilista, e mais tarde capitalista, foi o que começou seu subdesenvolvimento; também, sua participação contínua neste mesmo sistema ainda mantém e, inclusive, agrava este subdesenvolvimento” (GUNDER FRANK, 1969, p. 45). O autor aponta que “na expansão e desenvolvimento do capitalismo mercantil [no século XVI] as várias regiões do Novo Mundo participaram no sistema com modos diferentes de produção e contribuíram diferentemente para o processo de acumulação de capital” (GUNDER FRANK, 1980, p. 61). A criação de um comércio e de um mercado de amplitude mundial à qual se refere é o próprio 'nascimento' da América Latina no sistema capitalista mercantilista (DUSSEL, 1988).

Rejeitando o discurso do desenvolvimento, que “resulta empiricamente nulo quando é confrontado com a realidade latino-americana, teoricamente inadequado em termos de suas próprias bases sociocientíficas, e não efetiva o seu propósito de levar a cabo as supostas intenções de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos”, Gunder Frank (1969, p. 9) afirma que a dependência cresce ao mesmo passo que o desenvolvimento da economia que a produz, pois aumenta a transferência de valor nessa direção. Compreendendo filosoficamente a afirmação de Gunder Frank (1969) de que, na América Latina, há apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento, Dussel (2004a, p. 116) denuncia que “a acumulação de capital (momento final da ‘realização’ do ‘ser’) no mundo desenvolvido, então, é acumulação de miséria (o ‘não ser’) no Terceiro Mundo. O ‘liberalismo’, ou o ‘capitalismo tardio’, é também, ainda que não só, um sistema fruto de quinhentos anos de exploração das nações periféricas”.

Dussel (1988) reconhece a relevância de Gunder Frank para a compreensão do fenômeno da dependência desde sua abordagem histórica, mas destaca que por esse caminho não é possível chegar a uma teoria. Para ele, é necessário estabelecer a dependência como uma categoria de determinação e não apenas de condição. Rejeitando as abordagens historicistas, a redução da dependência à luta mundial de classes e abordagens que defendem um estudo da dependência caso a caso, Dussel localiza a essência da dependência na competição, tomando como referência Marx (2007, p. 403):

O monopólio, é certo, é uma categoria econômica [...]. A competição é, também, uma categoria econômica. Mas, o que está mal é a realidade do monopólio e da competição. E o pior é que ambas se devoram mutuamente. O que fazer? [...] Observe-mos por um instante a vida real. Na vida econômica não encontramos em nosso tem-

po apenas a competição e o monopólio, mas sua síntese, que não é formal, mas que consiste em um movimento. O monopólio produz a competição e a competição produz o monopólio.

Tomando como ponto de partida a noção de competição, Dussel avança no estudo dos autores da dependência e foca sua discussão na Dialética da Dependência, de Marini (2005[1973]), “[...] o trabalho que mais se aproxima da maneira como Marx tratava os temas”. Para Marini (2005[1973]), a América Latina se inseriu no mercado mundial “mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nessa contradição radica a essência da dependência latino-americana. A tese central [...] o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”. Para Dussel (1988, p. 327, grifos do autor), a situação está posta ao contrário; a dependência existe

porque há transferência de mais-valia de um capital global nacional menos desenvolvido para outro que está mais desenvolvido, esta é a **essência** ou o **fundamento** da dependência. [É] necessário compensar essa perda extraindo mais mais-valia do trabalho vivo periférico. O capital dependente faz diminuir o valor do salário para menos do que o valor necessário para reproduzir a capacidade de trabalho e, ao mesmo tempo, aumenta a intensidade do uso desse trabalho diminuindo relativamente, e de nova maneira, o tempo necessário para reproduzir o valor do salário.

Um esclarecimento se faz necessário. Quando Dussel se refere a ‘capital global menos desenvolvido’ ele não está se referindo a uma nação, ou a um país, que são “formações sociais concretas”. Para ser mais preciso, por estar tratando do conceito de dependência em geral, ele trata de capital global nacional que é todo o capital nacional relativo a determinado país. Esse sim “é dependente na competição com outro mais desenvolvido e, por isso, o país ou a nação que o contém ou é determinado por esse ‘capital global’ se denomina ‘nação’ menos desenvolvida, dependente etc., e não vice-versa” (DUSSEL, 1988, p. 336). Estabelecer essa diferenciação é fundamental, pois no mercado mundial, o “âmbito exterior de uma nação é tão interior a esse mercado quanto o próprio âmbito interior da mesma nação”, ou seja, tratar da dependência como um aspecto exterior de uma nação é uma visão não-dialética.

Assim como no âmbito de uma nação há um capital global nacional, no horizonte do mercado mundial, onde se realizam as trocas entre os capitais nacionais, há um capital global mundial “do qual são parte os capitais globais nacionais. É no interior do capital global mundial que a competição internacional cumpre seu papel de nivelamento e distribuição da totalidade da mais-valia mundial” (DUSSEL, 1988, p. 337). A partir dessa definição, Dussel afirma que a dependência não é meramente um momento circulatório, mas também reprodutivo no âmbito do capital global mundial em que “o capital global nacional menos

desenvolvido não só se realiza em suas importações e exportações, mas através de outros mecanismos múltiplos que o articulam com uma ‘parte’ de um ‘todo’ que o compreende em todos os seus momentos”.

A competição entre os capitais globais nacionais, portanto, é o lugar onde os diversos valores das mercadorias chegam a ter um preço. Há nivelção de um preço para todos os valores, o que, para Dussel (1988, p. 341), supõe uma distribuição da mais-valia alcançada em cada mercadoria. A transferência de valor de um capital para outro, por meio da competição, “aparece para ambos como uma relação entre coisas. Os capitais competem, nivelam os preços de seus produtos, transferem uns aos outros sua mais-valia [...]. Os capitais fetichizados tomaram a fisionomia de sujeitos pessoais viventes no comércio ativo”. No entanto, Dussel (1988, p. 329) sublinha que a relação entre as nações capitalistas é de competição e não de exploração. Se trata, sim, “de dependência, de extração de mais-valia por parte do capital mais forte, e de transferência por parte do capital mais fraco”. Essa transferência não se opõe, mas se articula perfeitamente à exploração de uma classe sobre a outra, do capital sobre o trabalho. Cabe destacar que Dussel encara a dependência desde um caráter duplamente relacional, isto é, em que “[...] a mais-valia apropriada na relação vertical capital-trabalho é a fonte da transferência de um capital mais fraco para outro mais forte no nível horizontal”.

A relação vertical, através da qual uma classe domina a outra, é uma relação prática em que se cria mais-valia. No entanto, no âmbito do capital global mundial, a mais-valia só se realiza, só toma forma, com os lucros obtidos nas trocas internacionais, isto é, na relação horizontal entre os capitais globais nacionais que, esclarece Dussel (1988, p. 343), não são relações de exploração, mas de dominação internacional. Essa dominação acontece porque os capitais menos desenvolvidos não entram livre e espontaneamente no mercado internacional:

o movimento natural para a sobrevivência de um capital menos desenvolvido é negar-se a competição, proteger suas fronteiras e estabelecer um monopólio nacional nacionalista [...]. No entanto, o capital mais desenvolvido tende a destruir todas as barreiras protecionistas do capital menos desenvolvido e lhe empurra imperiosamente à competição. Porque será na competição que ele extrairá mais-valia, mais-valia anteriormente criada na exploração do trabalho vivo.

Ressalto que a competição ou, como Dussel (1988, p. 347) afirma, “o movimento que confronta os capitais nacionais”, não cria valor, mas distribui o valor criado na exploração da força-de-trabalho a partir da nivelção dos preços. Para que a extração da mais-valia seja realizada, é essencial que haja diferença de valor entre as mercadorias trocadas. Essa diferença

decorre justamente do grau de desenvolvimento das forças produtivas em cada capital global nacional. Capitais mais desenvolvidos oferecem mercadorias com menor valor, enquanto os capitais mais desenvolvidos oferecem mercadoria com maior valor, pois sua produtividade mais baixa exige uma maior quantidade de tempo de trabalho para produzir a mesma quantidade de mercadorias de um capital global nacional mais desenvolvido.

Com o exposto, é possível declarar a lei fundamental da competição, definida por Dussel (1988, p. 348). A passagem é longa, mas elucidativa:

Quando se comercializam internacionalmente mercadorias, produtos de capitais globais nacionais de diferentes magnitudes, a mercadoria do capital mais desenvolvido terá menor valor. A competição nivela, no entanto, o preço de ambas as mercadorias em um preço médio único que se realiza somando os custos de produção e o lucro médio mundial. Dessa maneira, a mercadoria com menor valor obtêm um preço maior que o seu valor, que realiza extraíndo mais-valia da mercadoria de maior-valor (a do capital global menos desenvolvido). Por isso, a mercadoria do capital de menor desenvolvimento, ainda que possa realizar lucro, transfere mais-valia porque o preço médio é menor que o valor da mesma mercadoria.

[...]

A dependência existe em um nível essencial ou fundamental, abstrato, e consiste na relação social internacional entre burguesias possuidoras de capitais globais nacionais de diversos graus de desenvolvimento. No marco da competição, o capital global nacional menos desenvolvido se encontra socialmente dominado (relação de pessoas) e, finalmente, transfere mais-valia (momento formal essencial) ao capital mais desenvolvido, que o realiza como lucro extraordinário.

Tendo situado a competição como o lugar essencial da dependência, Dussel (1988) identifica as cinco situações em que ela se realiza:

(1) Quando há competição propriamente dita entre mercadorias produzidas tanto pelo capital global mais desenvolvido quanto pelo capital menos desenvolvido. Nesse caso há transferência de mais-valia, pois o capital mais desenvolvido pode proteger seus produtos com barreiras fiscais, impulsionando a produção nacional com incentivos ou subvenções, ou fixar preços de monopólio acima do valor do produto, mas abaixo do valor do produto do capital menos desenvolvido.

(2) Quando as mercadorias são produzidas apenas pelo capital menos desenvolvido, como as *commodities* agrícolas, o capital mais desenvolvido pode anular a competição e organizar um monopólio de compradores que fixa o preço como lhe for conveniente.

(3) Quando as mercadorias são produzidas exclusivamente pelo capital mais desenvolvido, como os meios de produção, são fixados preços monopólicos, fazendo com que o capital comprador pague por mais trabalho objetivado do que realmente foi aplicado.

(4) Quando há oferta de crédito aos países periféricos, se transfere mais-valia através dos juros

que devem ser pagos.

(5) Quando as empresas transnacionais, parte do capital global nacional mais desenvolvido, operam com seu capital produtivo em países de capital global nacional menos desenvolvidos transferem mais-valia para os países centrais – os lucros extraordinários periféricos são realizados nos países centrais através da competição contra os capitais apenas nacionais.

As transferências são, portanto, um elemento estrutural e crescente do capital global periférico; “de sua perene crise, desvalorização e inviabilidade” (DUSSEL, 1988, p. 356). Dussel (1988, p. 332) afirma que para os países periféricos, onde o capital global nacional é dependente, a crise é uma realidade sempre existente, pois “sua perpétua desvalorização na competição o situa como intrinsecamente contraditório”. A perpetuação da crise se mantém nos cinco momentos da dependência que Dussel (1988, p. 358-9) identifica nos países da América Latina, a saber:

(1) Mercantilismo monetário e lentamente manufatureiro - a América Latina viveu a pré-história da dependência como época da conquista, da extração de metais preciosos, e outros produtos coloniais. Há extração de riqueza, e uma certa transferência de mais-valia.

(2) Primeira forma do capitalismo industrial europeu - se desenvolve de meados do século XVIII até cerca de 1880. Através do intercâmbio desigual de matérias-primas por produtos industriais e do pagamento de juros de créditos internacionais houve um início estrutural de transferência de mais-valia.

(3) Segunda forma do capitalismo e primeira forma da dependência propriamente dita - o imperialismo que vai dos anos 1880 até a crise de 1929. Nela os mecanismos anteriores são acentuados. A importação de máquinas, como as ferrovias, por exemplo, são ao mesmo tempo endividamento e mediação tecnológica na extração de riqueza que inclui não apenas valor, mas também mais-valia.

(4) Os regimes populistas, entre os anos 1930 e meados de 1950, quando o capitalismo periférico entrou em competição com o capitalismo central. A mais-valia é transferida de acordo com enunciado da lei fundamentação da competição e os países periféricos têm uma certa possibilidade em sua pretensão de monopólio capitalista nacionalista que, no entanto, termina quando os Estados Unidos saem da 2ª Guerra Mundial como nova potência e reorganizam a dependência periférica.

(5) O dependentismo como política de desenvolvimento, que vai desde meados dos anos 1950 até os dias atuais – as teorias do desenvolvimento aconselham os países periféricos a entrar na

competição internacional e a penetração de capitais financeiros e produtivos inauguram a etapa das transnacionais e do endividamento crescente que vivemos até os dias de hoje sob a roupagem do neodesenvolvimentismo, tendo passado pelas ditaduras militares e pelos governos de abertura democratizante.

Frente a essa periodização, que situa a entrada dos capitais globais nacionais latino-americanos na competição no mercado mundial, é necessário caracterizar como a superexploração do trabalho, identificada por Marini (2005[1973]), se apresenta. Antes de continuar, uma ressalva deve ser feita: em desacordo com Marini e concordando com Dussel, não concebo a superexploração como essência da dependência, mas como compensação das trocas desiguais, isto é, da transferência da mais-valia de um capital global nacional menos desenvolvido para outro mais desenvolvido. Seguindo Dussel (1988, p. 355), entendo que essência da dependência está na competição entre capitais nacionais globais e a superexploração do trabalho constitui uma consequência da troca desigual entre esses capitais. Segundo o autor, “a superexploração exposta por Marini pode explicar-se perfeitamente como compensação da transferência de mais-valia”. No entanto, o reconhecimento desta inversão não retira o mérito e a importância das proposições de Marini sobre a superexploração do trabalho.

Para Marini (2005), as nações desfavorecidas no mercado mundial criam mecanismos de compensação visando o incremento do valor trocado. Para conseguir o aumento do valor produzido, os capitalistas das economias dependentes devem lançar mão de maior exploração da força-de-trabalho, “seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos” (MARINI, 2005, p. 153).

Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. (MARINI, 2005, p. 154)

A partir do reconhecimento de correspondência entre as perdas no comércio exterior e os mecanismos internos adotados pelos países dependentes visando compensá-las, Marini (2005) foca sua análise na produção interna, especificamente no aumento da exploração do trabalhador. O autor identifica três procedimentos operados pelos capitalistas nesse mecanismo interno de compensação das trocas desiguais. O primeiro é o aumento da intensidade do trabalho, como um “aumento da mais-valia, obtido através de uma maior

exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva”. O segundo é o prolongamento da jornada de trabalho, que simplesmente aumenta o tempo de trabalho excedente, “que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo”. O terceiro procedimento consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, “pelo qual 'o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites em um fundo de acumulação de capital', implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (MARINI, 2005, p. 154).

Em resumo, os três procedimentos identificados são a “intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força-de-trabalho”. Nos dois primeiros casos o trabalhador é obrigado a um dispêndio de força-de-trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, “provocando assim seu esgotamento prematuro”; no terceiro caso, é retirado do trabalhador a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força-de-trabalho em estado normal. “Em termos capitalistas, esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2005, p. 156). Nesse sentido, o efeito das trocas desiguais entre as nações é o de exacerbar o afã do capitalista por lucro e aguçar os métodos de extração de trabalho excedente.

Para Marini (2005, p. 144), o processo de transferência de valor das economias dependentes para os países centrais contribuiu para que

[...] a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalhador do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção (MARINI, 2005, p. 144).

A passagem da extração de mais-valia absoluta para mais-valia relativa nos países centrais se dá com base na transformação das condições técnicas de produção visando ao aumento da produtividade e resulta na desvalorização real da força-de-trabalho, pois o trabalhador cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor. Esse aumento da produtividade interessa ao capitalista individual, pois “permite reduzir o valor individual das mercadorias, em razão do valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia

extraordinária” (MARINI, 2005, p. 145).

O conceito de mais-valia extraordinária, exposto acima, é importante para Marini (2005) porque é a partir dele que o autor identifica que a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força-de-trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. “Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia” (MARINI, 2005, p. 146).

O aumento da taxa de mais-valia é incrementado com a inserção da América Latina no mercado mundial, pois a oferta mundial de alimentos gerada pelos países da região possibilitou aos países industrializados confiarem ao comércio exterior a satisfação de suas necessidades de meios de subsistência. “O efeito dessa oferta será o de reduzir o valor real da força-de-trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas” (MARINI, 2005, p. 147). Outra contribuição dos países latino-americanos para o desenvolvimento dos países centrais foi criar uma oferta mundial de alimentos, uma condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista que, prontamente, “será agregada à contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial” (MARINI, 2005b, p. 143).

Outro aspecto contraditório da inserção dos países latino-americanos no mercado mundial, destacado por Marini (2005), é que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas foi acompanhado da queda dos preços desses produtos relativamente ao preço alcançado pelos produtos manufaturados nos países centrais. A razão, segundo o autor, é a debilidade econômica dessas nações e sua deterioração comercial que acarretaram, respectivamente, no abuso cometido pelas nações industrializadas e no aumento da escala de produção dos bens primários, devido à diminuição do seu preço no mercado internacional.

Com o exposto acerca da dependência e da superexploração do trabalho, é possível compreender algumas determinações que fazem com que a pobreza seja tema de destaque na formulação da Filosofia da Libertação. Frente ao capital global regional dependente, contraditoriamente, o pobre aparece como fonte de valor. A superexploração do trabalho constitui-se, então, em um mecanismo compensatório das perdas no mercado internacional que, ao extrair uma mais-valia extraordinária do trabalho vivo, permite a lucratividade do

capital global nacional dependente. A contrapartida da realização dessa mais-valia é uma exploração extraordinária da força-de-trabalho que leva ao empobrecimento da população trabalhadora.

Agora é possível compreender a posição de Dussel (2012, p. 19), para quem “a pobreza atroz, dilacerante, do nosso continente nos levou, há anos, a colocar a questão do ‘pobre’ como categoria antropológica e metafísica - com origem e estatuto ético”. Ele constrói os conceitos de ‘pobre’ e de ‘povo’ “como estritas categorias analíticas [...] - um, no singular, e outro no coletivo”. Para Dussel (2002; 2004a; 2004b; 2012) o povo não deve ser confundido com um conglomerado amorfo como a massa. O povo também não deve ser confundido com classe, pois ela desaparece com a totalidade que a determina - as classes capitalistas terminarão junto com o sistema econômico que se funda na exploração do trabalho. O povo é um “bloco social da sociedade civil, anti-hegemônico enquanto oprimido e explorado nas épocas finais de um sistema, de um modo de apropriação e produção, quando a estrutura não resiste ao impulso criador das forças produtivas e deve reprimir o surgimento de um novo sistema” (DUSSEL, 2012, p. 384-5).

Dussel (2012, p. 386, grifos do autor) chama a atenção para o fato de que o bloco social que constitui o povo não é Exterioridade apenas como classe, pois outros grupos sociais que guardam exterioridade também à nação o constituem. A importância política do conceito de 'povo' é revolucionária, pois o povo é sujeito histórico que atravessa os diversos modos de apropriação de uma formação histórica “com as memórias de suas gestas, com cultura própria, com continuidade no tempo [...]. O povo é o coletivo histórico de **pobre** nos momentos limites da aniquilação de um sistema e de passagem a outro”.

Na Filosofia da Libertação, o povo é uma categoria sociohistórica que referencia à comunidade dos pobres e subsume a classe (entendida como classe operária, como trabalho vivo). Em termos filosóficos, na Totalidade capitalista

o intercâmbio entre o capital e o trabalho parte de dois termos contraditórios: o capital, que possui trabalho objetivado como dinheiro, e o trabalho que, empobrecido, tem apenas que vender-se a si mesmo. Mas antes mesmo do intercâmbio, quando o trabalhador ainda não trabalhou para o capital, em sua exterioridade original, é um “trabalho ainda não objetivado”. Enquanto “não” objetivado, é nada; negatividade para o capital; “são fantasmas que ficam fora do seu reino”. [...] Por hora estamos nos referindo somente ao primeiro “nada” (seu “pleno nada”), o não-ser que permanece ainda fora do intercâmbio. [...] Cabe dizer, no “mundo” do capital o trabalhador não é nenhum ente: nada. Mais além do capital [...] é a não objetividade (porquanto ainda não é objeto; ou, se é objeto, enquanto não objetivado, é não objeto: um trabalhador desempregado). Se a riqueza é o capital, o que está fora é a ‘pobreza absoluta’. Nada de sentido, nada de realidade, improdutivo, inexistente, não valor. Chamamos “o Outro” a esta posição da pessoa.

Mas deve-se levar em conta que o trabalhador, enquanto homem, pode sempre tornar-se – mesmo quando um assalariado – “o Outro” da Totalidade do capital. [...] Resumindo: como ente intramundano, como coisa ante a consciência, como mercadoria possível, mas atualmente não mercadoria, o trabalhador e seu trabalho são pura negatividade (DUSSEL, 2012, p. 139-140).

Portanto, o povo, é o pobre em sua coletividade: ‘não-ser’, Outro absoluto da Totalidade do sistema do capital que existe como vítima de um sistema de negação que nega a sua própria existência. Afirmando-se como Exterioridade à Totalidade, o povo exige a sua libertação, que apenas é possível com a dissolução total do sistema. Frente a esse imperativo, posso reafirmar que a Libertação não se dá apenas no nível econômico, mas considera a materialidade do povo desde suas origens econômicas e políticas, sua história e suas instituições, e funda-se na questão ética originária da possibilidade do povo existir. Na materialidade da Totalidade, a relação frente-a-frente entre o povo e o capital global nacional se dá no enfrentamento da superexploração do trabalho que coloca em xeque a sua possibilidade de existir.

4.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA DO POVO

A superexploração do trabalho não opera sozinha como meio de compensar as perdas dos capitais globais nacionais periféricos nas trocas com os capitais globais nacionais centrais. Osorio (2012), outro autor que se dedica a estudar a vigência da dependência no momento atual dos países da América Latina, afirma que o capital tende a destinar porções cada vez maiores de seus retornos para reinvestimento, novos equipamentos e tecnologias (capital constante) em detrimento à contratação de novos trabalhadores e aumento dos salários. Esse é um passo necessário para “elevar a produtividade com o fim de incrementar a produção de valores de uso produzidas em uma mesma unidade de tempo, com a qual seu valor unitário tende a diminuir ao apropriar-se de uma menor quantidade de trabalho socialmente necessário”.

A consequência é um processo desenfreado de transformações constantes nas condições de produção que contribui para a superexploração do trabalho e gera uma população trabalhadora excedente “[...] relativa à demanda de mão-de-obra que realiza o capital. Essa população excedente cumpre um papel significativo na valorização, convertendo-se em alavanca da acumulação do capital e em uma das condições de vida do regime

capitalista de produção” (OSORIO, 2012, p. 111). Esse é um elemento central para a superexploração do trabalho nas economias dependentes, pois gera um “maior número de braços disponíveis para a substituição da força-de-trabalho esgotada, assim como para sustentar a pressão que faça possível o desfalque da vida dos trabalhadores” (OSORIO, 2012, p. 112).

Assim, a superexploração do trabalho é reforçada pelo investimento em capital constante que, por sua vez, gera uma mão-de-obra excedente e uma situação na qual os trabalhadores empregados e desempregados se enfrentam entre si. A essas formas são agregadas as franjas sociais que se encontram em pauperismo e que agrupam trabalhadores em condições de trabalhar, mas que já não encontram lugar na produção: “os impedidos de trabalhar por haver sofrido acidentes de trabalho, os que sofrem enfermidades crônicas causadas pelas condições de trabalho, e os trabalhadores que sobrevivem além da idade normal de sua classe” (OSORIO, 2012, p. 113). O autor identifica um mecanismo de inclusão/exclusão no qual os trabalhadores ativos ou semi-ativos têm sua força vital capturada pelo capital ao estarem incluídos no mercado de trabalho; e os trabalhadores inativos ou desgastados são despoticamente excluídos porque nem seu corpo nem sua força vital pareceram encontrar-se sob o reino do capital e seu poder despótico, apesar do pauperismo constituir um lastro para o capital que acentua sua aparência de alienação frente à valorização. No entanto, “a valorização do capital só é possível na condição de negação, como valor-de-uso, da força-de-trabalho de um de seus segmentos” (OSORIO, 2012, p. 113).

Outra contribuição de Osorio (2012, p. 117) para compreender as condições atuais em que se dá a superexploração do trabalho diz respeito ao que ele chama de “subconsumo da população trabalhadora”, decorrente da separação entre a produção das mercadorias e a reprodução da força-de-trabalho. Na produção, cada capitalista enxerga seus trabalhadores como produtores e espera que os outros capitalistas fortaleçam a condição de consumidores de seus trabalhadores. Cabe destacar que, nas economias dependentes, o capital emerge e se reproduz privilegiando os mercados externos e desenvolve o mercado interno apenas contingencialmente, quando a demanda externa dos produtos cai drasticamente. Esses fatores geram uma contradição em que o trabalho é superexplorado para produzir mais mercadorias e, ao mesmo tempo, a massa de trabalhadores tem seu consumo diminuído para abaixo do necessário à reprodução de sua força-de-trabalho. Isto é, ocorre um excesso relativo de capital, de população desempregada ou subempregada e de mercadorias: “há uma

superprodução de capital com relação à taxa de lucro, que diminui, e há uma superprodução de mercadorias frente ao mercado que o capital cria, não frente às necessidades da sociedade em geral” (OSORIO, 2012, p. 120).

A superexploração do trabalho enquanto um determinante da vida dos trabalhadores na América Latina atravessa toda a história regional até os dias atuais, sendo apenas moderada por momentos raros de elevação salarial de alguns grupos de trabalhadores em decorrência de lutas sindicais localizadas (OSORIO, 2012). Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI o padrão exportador de especialização produtiva e as políticas de cunho neoliberal ganharam força ao compasso do discurso de um mundo global e de uma nova inserção no mercado mundial, perdendo significado o mercado local conformado por salário e consumo dos trabalhadores.

Nas últimas décadas do século XX e no que já vimos do século XXI, a América Latina tem assistido a uma grande transformação capitalista [...]. Os vínculos com o mercado mundial, os acordos comerciais com outras zonas e economias, a abertura e mobilidade dos capitais, o campo das comunicações, a infraestrutura em estradas, portos e aeroportos para lançar e receber mercadorias, o auge a mobilidade do capital financeiro, a estrutura produtiva local cada vez mais vinculada às grandes cadeias produtivas globais, a organização do trabalho 'flexível' e a massiva capacitação da mão-de-obra, para mencionar alguns grandes tópicos, foram profundamente alterados. Apesar de tão profundas e extensas transformações, ou melhor, como resultado das mesmas, a pobreza se multiplicou e alcançou níveis nunca antes vistos na região. A pobreza atual não é resultado, então, de um capitalismo imaturo. Pelo contrário, é o produto genuíno da madurez de um capitalismo específico, o dependente. (OSORIO, 2012, p. 134)

Entender a dependência como determinante da pobreza nos países latino-americanos exige situar a competição do capital global nacional periférico no mercado mundial como sua essência e, ao mesmo tempo, reconhecer que a superexploração do trabalho é o principal meio de compensação das perdas desse capital. Assim, a dependência pode ser compreendida como uma causa da pobreza que não apenas a reforça na transferência de valor dos capitais globais nacionais mais débeis para os mais desenvolvidos, mas que a agrava na articulação de um mecanismo de compensação dos capitais nacionais baseado em uma apropriação extraordinária da força-de-trabalho.

Enquanto um mecanismo de compensação da dependência, a superexploração do trabalho decorre da relação entre o comércio exterior e a composição orgânica dos capitais e vem sendo aprofundada nas últimas décadas quando, em meio à crise mundial, a América Latina reforça o seu papel de abastecedor de matérias-primas e alimentos e de uma indústria *maquillera* (de montagem) voltada para o comércio exterior. Com isso, a classe dominante

reproduz a lógica de descarregar sobre os trabalhadores os custos da crise. O momento atual da crise, que como alerta Dussel (1988), é perene para os países de capital global nacional dependente, desatando novos processos constitutivos da pobreza: “quebras em todos os setores da produção, falência de empresas, queda de investimentos, brusca redução da demanda, desemprego crescente, elevação das taxas de exploração e redução de salários” (OSORIO, 2009, p. 34).

A pobreza vem se multiplicando na região face a essas condições que articulam o investimento governamental em infraestrutura de portos e estradas para escoar a produção, a mobilidade do capital financeiro e a vinculação cada vez maior dos arranjos produtivos locais a cadeias internacionais. Assim, “já não é o desemprego o único fator gerador de pobreza [...]. Agora o emprego também a alimenta, como resultado da deterioração salarial, a falta de contratos e a perda de direitos sociais e laborais, ou seja, a 'precariedade laboral'” (OSORIO, 2009, p. 31).

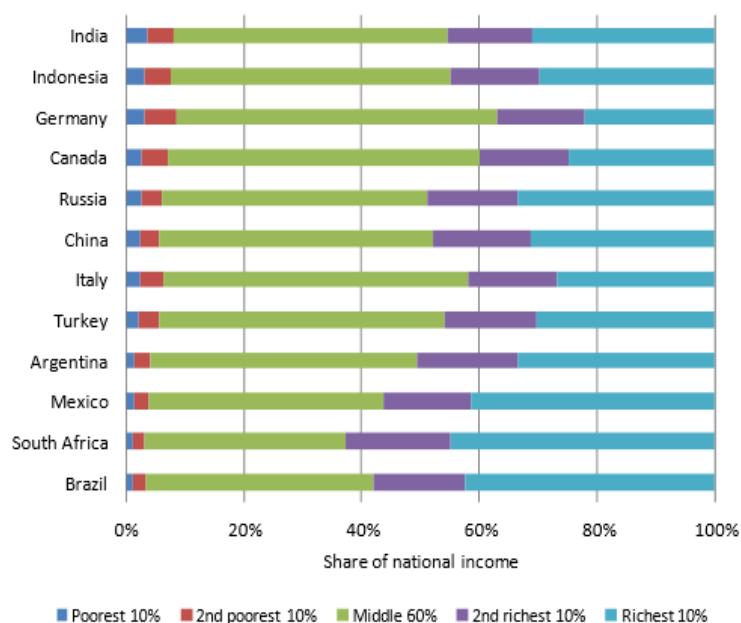
O Estado não desempenha um papel secundário nas economias dependentes, ao contrário do que uma leitura desatenta de Dussel, Marini e Osorio possa fazer parecer. Pelo contrário, Osorio (2012, p. 122) afirma que “basta pensar a política articulada à economia para que a [noção de] igualdade se desvaneça, mostrando a enorme fratura sobre a qual se sustenta a vida em comum: o reino da desigualdade e do poder”. Para o autor, o Estado é a condensação das relações de dominação e exploração que fundamentam a ordem social, “o universal de um grupo social (os dominantes) que desde seus próprios interesses e com graus variados de coerção e consenso, impõe ao resto (os dominados) sua verdade e seus projetos”.

Osorio (1993, p. 46) destaca que a focalização aparece como um dos caminhos mais adotados pelos governos da América Latina para fazer frente à pobreza: “se trata de identificar os grupos ou segmentos sociais que interessa assistir por razões diversas, a fim de concentrar neles as políticas de sobrevivência”. Mesmo que as políticas focalizadas de combate à pobreza extrema que foram largamente adotadas pelos governos da região tenham alcançado alguns resultados, elas não impediram que a distribuição desigual das riquezas tivesse sido ampliada nos últimos anos, concentrando ainda mais a renda nas mãos dos mais ricos e ampliando a distância entre os decís (10%) e quintis (5%) mais ricos e mais pobres da sociedade. Um estudo da organização internacional Oxfam³⁴, divulgado em 2012, indica que no âmbito do

34 A Oxfam International foi fundada em 1942 com o nome Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford para Alívio da Fome). Atualmente, a organização conta com 17 membros sediados em: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Hong Kong, Índia, Irlanda, Itália, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia. Além de ser agente em alívio de emergências, a Oxfam implementa

G20 o Brasil é o país com a distribuição mais desigual de renda entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos da população. A Argentina fica na décima sétima posição, à frente do México, da África do Sul e do Brasil (Figura 6). Isso indica que apesar dos países estarem elencados dentre as 20 maiores economias do mundo e de advogarem o fim da pobreza extrema com base em seus programas sociais focalizados de transferência condicionada de renda, o capital global nacional desses países gerou níveis grandes de riqueza, tendo como contrapartida uma precarização das condições de vida do povo.

Figura 6 – Distribuição de renda entre os países do G20 (2000-2009)



Fonte: Oxfam (2012).

Para Osorio (2012, p. 123), esse tipo de ação governamental fortalece a ruptura entre a política, a economia e a representação do estatal como espaço condensado de todos: “sua expressão igualitária (cada cabeça, um voto) e de suprema intervenção dos indivíduos no que-fazer político constituem a expressão do negado, a desigualdade e a despolitização como o verdadeiramente incluído, mas como negação”.

Para Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 173), “a superexploração da força-de-trabalho, expressa na exploração extremada e na conseguinte pauperização crescente das maiorias na América Latina, conforma uma realidade social na qual a decência é substituída por uma degradante bestialidade”. Por isso, as autoras defendem uma democratização radical das relações de poder político e a distribuição da riqueza produzida socialmente como estratégias programas de desenvolvimento em áreas vulneráveis e defende a criação de regras de comércio justo (*fair trade*) e o combate às mudanças climáticas. (OXFAM, 2012).

que devem ser potencializadas na “luta social dedicada a erradicar os processos de dominação, exploração e exclusão sociocultural, aos quais estão submetidas as massas superexploradas do continente latino-americano”.

A partir da caracterização da superexploração do trabalho e da sua articulação com políticas focalizadas lenientes que garantem a manutenção de uma superpopulação pauperizada é possível reconhecer que “falar da transferência de mais-valia da periferia para o centro é falar de roubo de vida humana objetivada. Trabalho vivo extraído de países pobres, e pobres porque espoliados. É o trabalho vivo o que está por trás e é a fonte criadora de todo o valor do capital global nacional mais desenvolvido e do menos desenvolvido” (DUSSEL, 1988, p. 356). Frente a essa questão ética, urge, então, o que Dussel chama de segunda emancipação. Para ele, a primeira emancipação foi formal, a passagem das colônias latino-americanas para nações formalmente independentes de suas metrópoles europeias. Para a segunda emancipação, “o conceito de dependência é o único que pode aportar um marco teórico à compreensão política da situação de dominação em que se encontram hoje nossas nações latino-americanas” e, destaca Dussel (1988, p. 360), “o conceito de luta de classes não é suficiente para dar um diagnóstico fundamental”; se trata, pois, “[...] da liberação da dependência e liberação na nação do povo oprimido”.

As elaborações de Dussel (1988, p. 361) sobre a dependência continuam o discurso teórico de Marx desde a sua posição na América Latina para pensar a “práxis de libertação nacional do povo, desde a lógica das maiorias”. Nessa elaboração, o nacional se refere à superação da dependência, em que o país possa acumular como riqueza o fruto do trabalho de seus trabalhadores; o popular se refere não só às classes oprimidas pelo capitalismo existente, mas a todos aqueles que são nada para o capital global nacional, isto é, os desempregados, os povos originários, os marginais. Por fim, Dussel (1988, p. 361) afirma que “o conceito de dependência, desde o ponto de vista político e teórico é básico. No nível econômico político é o ponto de partida do conceito de libertação. É o momento teórico *ex quo* se origina e parte o processo de libertação em nosso continente”. Em vista disso, é necessário compreender a libertação em suas dimensões teórica e prática, o que faço nas seções a seguir.

4.3 UMA ÉTICA PARA A LIBERTAÇÃO DO POVO

No momento presente da América Latina, a superexploração do trabalho coaduna-se a um projeto de transformação das pessoas em indivíduos solitários que reforça o dinheiro como mediador universal das relações sociais. Como afirma Dussel (2012, p. 88), “os indivíduos solitários só se comunicam na medida em que cada um produz uma mercadoria para o mercado e a troca por outra mercadoria que outrem produziu para o mesmo mercado. E a fundamental 'relação social' dos produtores se realiza somente na circulação”. Assim, o que é social ganha um caráter perverso, pois não há um 'frente a frente' entre os trabalhadores, mas uma relação coisificada no mercado, entre coisas. “O dinheiro é uma mediação necessária para socializar as relações humanas – em si mesmas, estas relações não existem, são abstratas. Os homens só se relacionam no 'mundo' das mercadorias, no mercado e fora dele são totalidades solipsistas. Esta é a crítica fundamental de Marx contra o capitalismo e contra sua pretensa 'liberdade individual' – que, na realidade, é alienação individualista” (DUSSEL, 2012, p. 88).

Nesse conjunto de relações mediadas pelo dinheiro, o capital se reproduz nas trocas entre os detentores dos meios de produção e dos trabalhadores que possuem apenas a sua força-de-trabalho como bem a ser vendido. Aí há, de um lado, a produção de riqueza e, de outro, a produção de pobreza. “O fato de reduzir o tempo necessário [o valor] significa baixar o salário enquanto valor-de-troca, ou seja, baixar o poder aquisitivo do trabalhador como comprador” (DUSSEL, 2012, p. 193) O desenvolvimento das forças produtivas permite que o trabalho necessário para remunerar o trabalhador seja exercido em menos tempo, o que aumenta a extração de mais-valia. A compreensão desse tema é fundamental para entender o processo de empobrecimento da população.

Em Marx (2007, p. 321) se encontra a ideia de reserva de trabalhadores, pois “o capital só pode guardar o limite natural construído pela jornada de trabalho se põe junto a ela, simultaneamente, outra. Por isso, o capital promove o aumento de população, que é uma força natural não-paga do trabalho”. Ao comentar essa ideia da superpopulação, Dussel (2012) indica a sua contraditoriedade, pois enquanto o aumento da mais-valia tende a diminuir o tempo de trabalho necessário para o trabalhador, a população aumenta, levando a salários menores e maior mais-valia. A ideia da superpopulação, por isso, não pode ser desvinculada nem da mais-valia, nem do empobrecimento do trabalhador.

Ao encontro disso, Marx (2007, p. 323, grifos do autor) refere que

já está contido no conceito de trabalhador livre que ele é pobre. De acordo com as suas condições econômicas, ele é apenas uma **capacidade de trabalho vivo**, então equipado com o que é necessário para viver. Necessidade de todos os lados, sem as objetividades necessárias para realizar-se como capacidade de trabalho. Se o capitalista não tem uso para a sua mais-valia de trabalho, então o trabalhador não pode exercer o trabalho que necessita; não produz o seu necessário. Então, ele não pode obtê-los através da troca; e mais, se ele os obtém, é apenas porque lhe são dadas esmolas. Ele pode viver como trabalhador apenas enquanto ele troca sua capacidade de trabalho por aquelas partes do capital que financiam o trabalho. Essa troca está amarrada às condições que são acidentais **para ele**, e indiferente para a sua presença **orgânica**. Ele é, portanto, um pobre virtual. Desde que é condição do capital que ele produza ainda mais mais-valia de trabalho, acaba que mais **trabalho necessário** fica sem emprego.

Nesse trecho fica evidente “a pobreza não como carência, mas como exclusão plena da riqueza objetiva” (MARX, 2007, p. 236), tanto pela diminuição do tempo necessário para a produção quanto pela exclusão de uma superpopulação do processo de trabalho.

Para Dussel (2002), essa superpopulação gera a negação da vida em concreto. Negando a negação da vida humana, o autor divulga o Consenso dos Oprimidos como a possibilidade de uma “plena ‘comunidade (de produção, distribuição, troca, consumo) de vida’ sem dominação e sem trabalho: é o ‘reino da liberdade’, mais além de todo modo de produção possível”.

Para Marx, a Totalidade é uma categoria que abrange o nível concreto do sistema capitalista real e seu nível espiritual – como a Totalidade do conhecimento científico burguês que legitima e naturaliza o capital. A categoria de Totalidade possibilita diferenciar o capital e o capitalismo, pois esse último é a Totalidade do modo de produção capitalista em múltiplas determinações. “O capital é o momento ontológico do sistema histórico do capitalismo, é a essência última que funda as categorias presentes nesse sistema, ao mesmo tempo em que é fundado pelas suas determinações” (DUSSEL, 2012, p. 339).

Partindo da ideia de Totalidade, nesse sistema o dinheiro não é apenas dinheiro, ele existe como dinheiro e como capital; e o próprio trabalho, que é o contraditório histórico da essência do sistema, é transformado em trabalho como capital. A Totalidade encerra a forma e o conteúdo do sistema do capital, como fica evidente quando Marx (2007, p.377) afirma que “esse movimento de comprar para vender, o qual produz o aspecto formal do comércio, do capital como capital mercantil, é encontrado nas condições priscas do desenvolvimento econômico; é o primeiro movimento no qual o valor-de-troca como tal forma o conteúdo - não é só a forma mas também o seu próprio conteúdo. ”

No entanto, não seria correto conceber o capital apenas como os seus determinantes, pois não se atingiria a categoria de Totalidade. Não se deve confundir capital com circulação,

com valor, com dinheiro ou com mais-valia. Para Dussel (2012, p. 347), o capital “é a totalidade de todas essas determinações, é o sujeito (a substância) de todas elas; é a unidade dos diversos processos, o movimento e permanência como capital circulante e criador de valor como capital produtivo”.

A ideia de Totalidade não deve, contudo, ser compreendida como o apogeu do sistema, mas como processo que está em expansão contínua, em direção a engolfar todos os espaços, as vidas e os processos subjetivos como espaços, vidas e subjetividade capitalista. Submetido ao imperativo da troca de sua força vital, o trabalhador também é engendrado no projeto de totalização do capital. Para Marx (2007, p. 240), essa é a tarefa da alienação: na relação de proximidade entre o capital e o trabalho este “necessariamente se empobrece porque o poder criativo de seu trabalho estabelece-se como o poder do capital como um poder alienado, confrontando-o. [...] A real produtividade de seu trabalho, seu trabalho em geral, vem confrontar o trabalhador como uma força alienada. O capital se realiza através da apropriação do trabalho alienado”.

A alienação, no processo de produção do capital, é vista por Dussel (2012, p. 332) como “o mal originário, a perversidade ética por excelência da realidade capitalista e de sua moral (da moral burguesa introjetada no trabalhador, que aceita o capital como um dado natural) no qual a ganância é um direito próprio do capitalista, pela propriedade dos bens que seu trabalho originário produziu”. É interessante notar que, na Filosofia da Libertação, a relação de proximidade entre o trabalhador e o capitalista termina no momento da venda da força-de-trabalho. A venda da energia criadora, a alienação do trabalhador não é apenas uma relação cara-a-cara entre o capitalista e o trabalhador, mas uma relação que ocorre entre as classes e entre as populações, de modo que a perversidade ética do sistema está calcada não na alienação e no empobrecimento individual, mas na inclusão de grandes contingentes humanos na Totalidade do sistema capitalista como mera oferta de força-de-trabalho. Também, por isso, não há saída individual possível.

É necessário compreender que as próprias contradições do sistema (e aqui remeto às notas de Marx [2007] sobre o empobrecimento e a superpopulação) impedem que todos estejam incluídos na Totalidade do sistema de um modo objetivamente concreto. Existe, para esses que não atingem os postos de trabalho oferecidos pelo capital, apenas a oportunidade de viver às margens do sistema obtendo o necessário para as suas vidas apenas porque lhes são jogadas esmolas da riqueza produzida.

Mas o trabalho não é sempre trabalho para o capital. Enquanto trabalho vivo, potência criadora, o trabalho não-é capital; é sua Exterioridade. A partir de seu ser, o capital “descende à população para 'apreendê-la' em seu fundamento. De fato, na essência do capital está a produção de mais-valia. Como mais-valia absoluta, como massa de mais-valia, requer mais trabalhadores – aumenta a população” (DUSSEL, 2012, p. 343). No entanto, o desenvolvimento da maquinaria e a organização do processo de trabalho, diminui o tempo necessário e diminui a população subsumida como assalariada. Essa superpopulação, o pobre, o *pauper*, como Marx o chama, é agora conceituada em sua relação de Exterioridade ao capital. Com o aporte dessa categoria, é inegável a contribuição da Ética da Alteridade, de Lévinas, para a Filosofia da Libertação. A Exterioridade afirma a transcendentalidade absoluta do Outro, mesmo na situação de exclusão e dominação.

O horizonte ôntico da classe trabalhadora – mesmo que não-assalariada, pobre, excluída – estabelece o desde-onde fazer a crítica à Totalidade do sistema capitalista, pois ao tomar o capital como fundamento para a realidade do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, o trabalho é uma determinação do capital e o trabalho vivo é alienado a este. Dussel (2012, p. 350) estabelece uma relação de proximidade, um cara-a-cara entre o capitalista e o trabalhador, na qual

a imediata corporalidade do trabalhador [...] se enfrenta com o rosto do capitalista, primeiro em abstrato (desde um ponto de vista econômico), depois em concreto (em uma hermenêutica existencial), mas ao mesmo tempo como duas classes, duas raças, dois povos. A esse homem, que é violentamente coagido por condições objetivas que dissolveram as suas relações de apropriação com a terra, com os instrumentos e com os outros homens, presente em seu próprio corpo, frente ao capitalista, só resta, para não morrer de fome, vender-se a si mesmo, vender a sua capacidade de trabalho por um certo tempo.

Surgem, nesse horizonte a Utopia e a Libertação como oposição ao imperativo socialmente compartilhado de produzir valor-de-troca. A utopia está presente como um lugar vislumbrado pelo trabalhador em sua Exterioridade ao capital. Essa utopia tem como pressuposto sua libertação. Desde esse ponto de partida, que também é um ponto de chegada almejado,

a utopia é um 'para-além do horizonte ontológico, do ser do capital. A Totalidade do capital é superada por um âmbito que transcende o seu fundamento. Se a ontologia pensa o ser, a crítica do ser se efetua desde um [...] outro mundo que se aspira, espera, propõe e imagina como alternativa ao presente, injusto, perverso. A utopia futura é, assim, polo afetivo, tendencial que mobiliza a ação. O oprimido, alienado, subsumido no capital, tem assim um projeto de libertação que cria o fundamento para uma práxis revolucionária de libertação. Este homem, que hoje é oprimido, mas que hoje espera uma nova sociedade, e por ela luta, já se transforma, desde o presente em um 'homem novo' (DUSSEL, 2012, p.

Frente a esse contexto, a utopia pode se realizar no método analético, ou ana-dialético, isto é, na indicação de que o fato real humano é que todo ser humano, grupo ou povo se situa mais-além do horizonte da Totalidade vigente (em grego, “mais além” e “mais alto” se diz *aná*, e palavra é *logos*). *Ana-lógos* significa “palavra que irrompe no mundo mais além do mundo” (DUSSEL, 1995, p. 233). De acordo com Dussel, o método ontológico-dialético precisa ser superado porque chega apenas até ao que é, isto é, ao fundamento do mundo, à ontogênese da Totalidade. Dussel (1995) afirma que a analética, ao contrário, parte do absolutamente Outro que vem de mais-além do meu mundo. O método analético se diferencia do dialético porque não tem o seu ponto de partida nas aparências da Totalidade e não encontra o seu ponto de chegada na essência dessa Totalidade, mas toma a inegável interpelação do Outro oprimido como ponto de partida e “implementa dialeticamente todas as mediações necessárias para responder a essa palavra” (DUSSEL, 1995, p. 236).

Em suma, a analética parte do princípio de que é preciso negar a negação da vida do Outro e afirmar a sua vida em uma nova Totalidade, desde a interpelação do Outro. A analética, nesse sentido, é a “afirmação original” do Outro (DUSSEL, 1998, p. 21) que exige a abertura para pensar, para ouvir, para ver, para sentir o mundo desde a perspectiva do Outro. A analética é meio para a utopia, pois expressa “a negação da negação da Totalidade [que] só pode partir da afirmação da exterioridade analética ou da capacidade de transcendentalidade que o homem sempre tem por ser homem”. Para a realização da libertação, a utopia se apresenta como a formulação de uma teoria crítica radical, como organização das mediações políticas que efetivarão na história a nova ordem alternativa (DUSSEL, 2012, p. 346).

Cabe destacar que para mim, enquanto acadêmico, a analética não se reduz a um método de análise, de pesquisa ou de intervenção social. Na analética é sempre o Outro, o oprimido, o pobre, que possuem a consciência original concreta, histórica e ética. Apenas em um segundo momento aqueles que tem alguma experiência de 'Nós' com os dominados podem pensar reflexivamente sobre sua condição. Essa é a crítica temática que o intelectual orgânico pode elaborar desde o seu lócus de enunciação. A conscientização do intelectual, na analética, tem três momentos: (1) uma consciência ético-crítica da opressão que é pré-temática; (2) uma consciência temática explícita de quem foi interpelado pelo oprimido e 'está com' ele; (3) uma consciência temático-crítica existencial, desde a qual os intelectuais orgânicos se articulam com a comunidade intersubjetiva dos oprimidos de diversas maneiras para a negação da

Totalidade vigente e construção de uma nova Totalidade. Com esta Tese, tento contribuir com uma dessas articulações.

Com a analética, Dussel (1998, p. 21) se coloca a “questão teórico-prática de uma nova Totalidade” - a questão da libertação para a qual se fazia necessário construir novas categorias e uma nova arquitetura filosófica. Desde o particular do sistema capitalista e da sua relação de negação da alteridade de suas vítimas, de seus excluídos, de seus pobres enquanto Outro, Dussel elabora uma Filosofia que se abre para o devir de uma sociedade onde se instaura um novo bom. Nessa sociedade, a relação social de exploração de um homem sobre o outro é eticamente perversa, pois não toma as pessoas (os trabalhadores) como um fim em si mesmo, mas como uma mediação para a geração de valor para os capitalistas.

No método analético a superação da negação da vida humana se inicia na conscientização, no momento em que os pobres reconhecem que o seu 'não ser' é fruto da exploração que permite a 'realização do ser' capitalista. Por isso, a conscientização “implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1979, p. 15). A consciência crítica exige a admiração da realidade para além da aproximação espontânea que os homens têm dela. A admiração, na concepção freireana, começa com um distanciamento da realidade para objetivá-la, pois a conscientização é um teste da realidade que tanto mais a desvela quanto mais penetra na sua essência fenomênica enquanto objeto.

Com a conscientização, o povo começa a assumir sua tarefa de sujeito histórico epistêmico: histórico, pois se insere criticamente na história como “fazedor e refazedor do mundo” (FREIRE, 1979, p. 15); e epistêmico porque sabe que conhece criticamente o mundo que constrói e reconstrói. São os seres humanos, enquanto sujeitos históricos epistêmicos, os agentes da práxis libertadora na unidade indissolúvel entre ação e reflexão.

A conscientização não é, portanto, um saber escolar, não é um 'colocar-se frente à realidade', mas um reconhecer-se como 'ser-no-mundo', como historicamente constituído e capaz de transformar o mundo em que vive, transformando-se com ele. Com o intuito de ilustrar o desvelamento proporcionado pela conscientização, reproduzo, a seguir, um trecho de uma conversa de Paulo Freire (2006, p. 49-50) com um camponês em um Círculo de Cultura³⁵

35 Os Círculos de Cultura eram uma ideia que substituiu, no processo de educação freireano, as salas de aula. Tinham a nomenclatura de Círculo “porque todos os seus participantes formavam a figura geométrica do círculo, nessa disposição todos se olhavam e se viam. Cultura porque havia uma interação das relações do homem com a realidade, recriando-a e buscando-se na dinamização de seu espaço no mundo” (MARINHO, 2009, p. 50)

no interior de Pernambuco. Nela, o trabalhador vai tomando consciência da sua própria realidade, da relação de exploração que constitui a ele e aos seus semelhantes como 'não ser':

Depois de alguns momentos de bom debate com um grupo de camponeses o silêncio caiu sobre nós e nos envolveu a todos. [...]

– Muito bem – disse eu a eles. - Eu sei. Vocês não sabem. Mas por que eu sei e vocês não sabem?

Aceitando o seu discurso, preparei o terreno para a minha intervenção. A vivacidade brilhava em todos. De repente a curiosidade se acendeu. A resposta não tardou.

– O senhor sabe porque é doutor. Nós, não.

– Exato, eu sou doutor. Vocês não. Mas, por que eu sou doutor e vocês não?

– Porque foi à escola, tem leitura, tem estudo e nós, não.

– E por que fui à escola?

– Porque seu pai pôde mandar o senhor à escola. O nosso, não.

– E por que os pais de vocês não puderam mandar vocês à escola?

– Porque eram camponeses como nós.

– E o que é ser camponês?

– É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem direitos, sem esperança de um dia melhor.

– E por que ao camponês falta tudo isso?

– Porque Deus quer.

– E quem é Deus?

– É o Pai de nós todos.

– E quem é pai aqui nesta reunião?

Quase todos de mão para cima, disseram que o eram. Olhando o grupo todo em silêncio, me fixei num deles e lhe perguntei: - Quantos filhos você tem?

– Três.

– Você seria capaz de sacrificar dois deles, submetendo-os a sofrimentos para que o terceiro estudasse, com vida boa, no Recife? Você seria capaz de amar assim?

– Não!

– Se você -disse eu -, homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça desta, como é possível entender que Deus o faça? Será mesmo que Deus é o fazedor dessas coisas?

Um silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio no qual algo começava a ser partejado. Em seguida:

Não. Não é Deus o fazedor disso tudo. É o patrão!

Possivelmente, aqueles camponeses estavam, pela primeira vez, tentando o esforço de superar a relação [...] de 'aderência' do oprimido ao opressor para, 'tomando distância dele', localizá-lo 'fora' de si (FREIRE, 2006, p. 49-50).

Para a Filosofia da Libertação, a conscientização é o momento primeiro, de afirmação, de tomada de consciência e organização dos pobres. Nela, o povo interpela os seus exploradores e opressores desde o princípio ético-normativo da produção e reprodução da vida de cada sujeito humano.

Segue à conscientização o segundo momento, que é a negação da 'negação da vida' em concreto. Este é o momento da práxis desconstrutiva da libertação, da luta que se situa no interior da Totalidade vigente. Dussel (2004b) afirma que quando se exige a construção de um novo sistema, dada a impossibilidade do antigo responder às exigências de justiça dos afetados, dominados e excluídos, é necessário destruir o sistema vigente. O autor destaca,

ainda, que “esse processo desconstrutivo se refere a cada possível sistema ou subsistema concreto, que poder ser o machismo, o liberalismo, o racismo, a destruição ecológica etc. Quer dizer, há muitos sistemas, há muita opressão e exclusão, há muitas frentes de libertação, há muitos sujeitos de práxis possíveis” (DUSSEL, 2004b, p. 288). Nesse segundo momento, o povo objetiva a destruição prática do sistema que supera, é o fim da história de opressão e exploração que abre o início a um terceiro momento: da superação do sistema vigente, da criação de 'instituições' e realização de um momento superior da história. Se descobre a diversidade, a pluralidade e as distinções. Nesse momento se institui a comunidade real de produtores (DUSSEL, 2004b).

No entanto, esse momento não é suficiente, tendo em vista a interpelação do Outro, a *negatio*, isto é, a negação da negação, não afirma a absoluta transcendentalidade do Outro enquanto sujeito de sua práxis libertadora. Por isso, há o terceiro momento, fruto da razão ético-discursiva, estratégica e instrumental articuladas segundo sua autonomia e funções próprias. Este terceiro momento é o momento da *eminentia*, da realização superior da história. Nesse momento, Dussel (2004b, p. 288) insiste que “a participação dos não-participantes não se efetua por uma simples 'inclusão' na mesma comunidade, mas pela criação da nova, em que os antigos afetados, dominados, excluídos são agora parte plena”. Esta é a afirmação da Exterioridade da vítima frente o sistema que o nega e, “desde essa potência da afirmação do Outro, a negação da negação, para culminar na superação em direção a uma nova situação de justiça e igualdade” (DUSSEL, 2004b, p. 289). Se trata, portanto, de uma “plena ‘comunidade (de produção, distribuição, troca, consumo) de vida’ sem dominação e sem trabalho: é o ‘reino da liberdade’, é além de todo modo de produção possível” (DUSSEL, 2004a, p. 112).

Cabe destacar que os momentos da libertação não são realizados por meio de uma prática irrefletida poética, tampouco se tratam de feitos intelectuais contemplativos. A conscientização, que é a afirmação do povo como 'ser-no-mundo', a negação da vida dos pobres como 'não-ser' e a superação das relações de exploração e opressão vigentes, são atos de mãos humanas que se unem pela afirmação ética da vida de cada ser humano; é forjada na práxis, na indissociabilidade entre reflexão e ação do povo que se reconhece como sujeito histórico responsável por sua libertação (FREIRE, 1977).

Nesse capítulo, apresentei os principais elementos da Filosofia da Libertação que permitem refletir sobre o povo enquanto sujeito histórico de sua libertação desde a determinação da dependência para a existência do povo latino-americano. Essa abordagem se opõe às abor-

dagens liberal e da questão social no que se refere à concepção de pobre e de sua inclusão nos mecanismos de mercado, oferecendo, no seu lugar, a categoria 'povo' enquanto sujeito da práxis libertadora, que não pode ser meramente incluído, mas precisa, a partir da conscientização, organizar-se para criar uma nova Totalidade definida pela superação da opressão em que vive. Tendo exposto os principais elementos da Filosofia da Libertação é possível, então, compreender os avanços e as limitações das propostas de autores que têm se vinculado ao debate sobre os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil, o que faço no Capítulo 5 a seguir.

5 PRINCIPAIS REPERCUSSÕES ACADÊMICAS DOS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NA ARGENTINA E NO BRASIL

Neste capítulo tomo como referência a Filosofia da Libertação (apresentada no Capítulo 4) para compreender as principais discussões acadêmicas sobre o combate à pobreza. Para isso, retomo sinteticamente as definições de pobre que orientam as abordagens de combate à pobreza. A partir da delimitação dessas definições, reviso as propostas de alguns autores vinculados ao tema, com o intuito de caracterizar o estado da arte das produções acadêmicas sobre os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil (seção 5.1). Essa caracterização é feita a partir das principais definições oferecidas pelos autores em seus textos, identificando-se em principalmente na abordagem liberal, com marcada presença das ideias de inclusão, empoderamento e ampliação de escolhas, e na abordagem da questão social, cuja discussão principal centra-se nos direitos sociais, no tema do gênero e na instituição da cidadania.

O estado da arte das produções acadêmicas sobre o tema possibilita compreender como ele vem sendo tratado em diferentes áreas do conhecimento, como o serviço social, a economia, a sociologia e a ciência política, entre outros, apontando os avanços e as limitações das principais discussões encontradas. As pesquisas para a constituição do *corpus* aqui consolidado foram realizadas nos principais repositórios de artigos acadêmicos das ciências sociais e humanas da Argentina e do Brasil, com destaque para o Scielo. Em uma seção específica (5.1.1) abordarei a inserção do tema na administração, o que se justifica por ser essa a área de minha atuação acadêmica e onde elaboro esta Tese. Em seguida, apresento as definições que alguns autores têm proposto e que podem contribuir para a discussão sobre o tema (seção 5.2)

A afirmação de que as diversas medidas para definir as linhas de pobreza expressam diferentes concepções (ROCHA, 2006) destaca a existência de uma variedade de conceitos e métricas. Contudo, ao invés de se referirem a uma multiplicidade de concepções acerca da pobreza, essa diversidade métrica atém-se ao âmbito da mensuração sem realizar uma discussão conceitual. As métricas da pobreza geralmente estão embasadas nas conceituações e recomendações dos autores e instituições multilaterais referidos na Parte I ou, então, tomam como referência outras que são subsidiárias daquelas. A partir daí, focam na elaboração de linhas de pobreza baseadas em índices como o IDH, o PIB, o dólar PPC, a cesta básica, o

salário mínimo, o PIB *per capita*, etc.

Na Argentina, a associação da pobreza ao desemprego ou ao trabalho informal é conjugada com o conceito de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBIs), isto é, da identificação de pessoas que vivem em domicílios onde habitam mais de 3 pessoas por quarto; em quartos de aluguel ou construção precária; em edificação sem banheiro; que tenham alguma criança de 6 a 12 anos fora da escola; que tenham 4 ou mais dependentes por trabalhador empregado; e cujo chefe de família não tenha completado o terceiro ano da escola primária (ARGENTINA, [s/d]). Ao invés das NBIs contribuírem para uma ampliação da noção de pobreza, colocando em evidência as necessidades insatisfeitas dos trabalhadores desempregados ou informais, elas restringem ainda mais a definição de quem é o pobre. Em oposição ao discurso de que os Programas de Combate à Pobreza da Argentina alcançam todos os extremamente pobres, as NBIs deixam em evidência a precariedade das condições mais extremas de vida da população e favorecem uma maior focalização dos Programas.

No Brasil, o conceito de pobre tem sido tratado em termos monetários³⁶ (ROCHA, 2006), apesar de um discurso por parte do governo que tenta mostrar o caráter multidimensional da pobreza, basicamente repetindo os termos do Banco Mundial. Como já afirmado na Parte I, as linhas de pobreza e de pobreza extrema, ou miséria, seguem os critérios estabelecidos pelo Banco Mundial e pelo PNUD, reduzindo a pobreza a um aspecto monetário e o pobre a um indivíduo a quem falta determinada quantia de dinheiro. Nem mesmo o suposto foco nas famílias como estratégia para evitar a reprodução geracional da pobreza extrapola esse critério, tendo em vista a definição da renda em termos *per capita* que permite identificar especificamente quem precisa receber o dinheiro em um grupamento familiar.

Cabe, agora, analisar como essas definições são incorporadas ou rejeitadas no tratamento que os acadêmicos têm dado aos Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil, o que faço na próxima seção.

5.1 O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA

36 Ammann (2013, p. 87) afirma que o salário mínimo é constitucionalmente a definição e a medida da pobreza no Brasil, apesar de reconhecer que “ao traçarmos os 70 anos de história do salário mínimo, fica a impressão de que se perdeu de vista seu objetivo original: evitar a pobreza, satisfazendo as necessidades vitais do trabalhador e de sua família”. Mesmo se o caráter de medida e definição da pobreza do salário mínimo fosse realizado, evidenciaria o caráter monetário da pobreza e a afirmação do pobre como um sujeito destituído de determinado montante de dinheiro.

De acordo com Robles (2013), nos últimos anos, a proteção social tem sido vinculada ao conceito de direitos sociais como expressão da realização da cidadania em função de tratados internacionais de direitos humanos, ratificados por diversos países. Nesse âmbito, são incluídos os direitos à seguridade social, ao trabalho em condições equitativas e satisfatórias e a proteção contra o desemprego, além do direito a um nível de vida adequado que assegure a saúde e o bem-estar. Para a autora, a arquitetura dos programas de combate à pobreza na América Latina busca fortalecer a cobertura da seguridade social, tendo em vista o êxito de alguns programas como os da Argentina e do Brasil em gerar a igualdade no acesso à proteção social. Para tanto, a autora considera necessário “incorporar quatro princípios transversais ao desenho de políticas sociais: igualdade e não discriminação, participação e empoderamento; prestação de contas e transparência” (ROBLES, 2013, p. 43). Para ela, esses Programas permitem um “aprofundamento da qualidade da proteção recebida, de maneira a superar os mecanismos duais que impedem o gozo de iguais garantias para toda a cidadania” (ROBLES, 2013, p. 59).

Robles (2013) situa a Argentina e Brasil dentre “países que buscam alcançar uma orientação política para a igualdade e eliminação da pobreza extrema, ante a qual implementaram uma série de benefícios sociais não-contributivos focalizados em múltiplos âmbitos”. No caso da Argentina, especificamente, a autora destaca que o crescimento desses benefícios, concentrados na *Asignación Universal por Hijo* (AUH), está articulada com o regime de proteção social dos trabalhadores. No entanto, por caminhos diversos, a desigualdade persiste e freia o desenvolvimento de uma cidadania plena. Pensando desde o que chama de “lógica igualitária”, Robles (2013, p. 45) estabelece que os programas de combate à pobreza nesses dois países, a exemplo dos demais países da região, não parecem ser capazes de garantir oportunidades iguais, ou igualdade de posições, gerando dilemas claros para um projeto de cidadania.

Outra contribuição para compreender como os Programas de Combate à Pobreza são desenvolvidos na Argentina é encontrada em Costa (2013). A autora situa a *Asignación Universal por Hijo para Protección Social* (AUH) como momento posterior a uma trajetória em que, ao longo da década de 1990, a pobreza era interpretada como consequência de uma crise conjuntural do mercado de trabalho e como efeito indesejado das políticas de ajuste estrutural. Os programas daquela época eram focalizadas nos grupos mais vulneráveis e,

também, compensatórias das situações de desemprego. Em vista disso, os programas assistenciais daquela década apresentavam, desde a sua promulgação em lei, uma data definida para seu término. Identificando uma mudança a partir da AUH, Costa (2013, p. 239) afirma que o “silêncio normativo pode ser interpretado como uma possível mudança de enfoque nos pressupostos sobre os quais se constroem os problemas sociais ou como o reconhecimento da necessidade de sua existência para além da emergência social”. Para ela, o fato da AUH ser um subcomponente do sistema de seguridade social promoveu uma ampliação do seu alcance, mas, ainda assim, não pode ser atribuído a AUH o cumprimento do princípio de universalidade que a autora define como “direito de cidadania” (COSTA, 2013, p. 244). Apesar de identificar avanços da AUH em relação às políticas compensatórias da década de 1990, Costa (2013) aponta que ainda persistem restrições no acesso de diversas categorias populacionais.

Estudos como os de Ringold e Rofman (2008), Hintze e Costa (2011), Mazzola (2012) e Danani (2013), também centram a discussão na ampliação dos direitos sociais, destacando a inserção da AUH no Sistema de Seguridade Social da Argentina. Em um estudo comparativo com o PBF, Marques (2013, p. 309) é taxativa ao afirmar que

a AUHPS não é um programa e sim um direito social, pois é fruto da universalização da *Asignación Universal por Hijo*³⁷, que passou a conceder recursos monetários também para as crianças e adolescentes de famílias de baixa renda que atuam no mercado informal ou estão desempregados. [...] Além disso, o acesso ao benefício independe de dotação orçamentária própria, sendo financiado pelos recursos da ANSES.

Danani (2013, p. 105) destaca que o processo de institucionalização da AUH na proteção social abrange: (1) uma modificação na distribuição de renda; (2) o papel igualador desempenhado pela distribuição estatal; (3) o dever de prover certezas e segurança às pessoas. Para a autora, o lugar fundamental como via para reconstruir a inclusão social é a Seguridade Social, “caminho institucional que foi ratificado e fortalecido mediante a criação da AUH” (DANANI, 2013, p. 108). Desse modo, Danani (2013, p. 110) sublinha o papel que a AUH teve ao incluir na Seguridade Social, uma grande parcela da população que estava desassistida, até então: “estamos frente a um sistema que protege mais a setores mais amplos da população [...]. A Argentina se encontra em um processo de construção persistente de uma institucionalidade universalista”. O acompanhamento das publicações sobre o tema e o

37 Entendo que nesse momento Marques (2013) está referindo ao *Sistema de Asignaciones Familiares*, que mencionei no Capítulo. a AUH, cabe lembrar, é um subsistema não-contributivo da Seguridade Social, administrado pela *Administración Nacional de la Seguridad Social* (ANSES).

contato com autores³⁸ dedicados aos programas de combate à pobreza na Argentina permitem afirmar que a principal discussão diz respeito à inserção da AUH no Sistema de Seguridade Social, aos critérios de sua universalização, e ao cumprimento das condicionalidades. Costa (2013) e Hintze e Costa (2011), por exemplo, apontam que mesmo tendo ocorrido uma ampliação da base populacional atendida pela *Asignación Universal por Hijo*, ainda há parcelas importantes da população que não estão cobertas pelas pensões contributivas da Seguridade Social e nem pela AUH.

No que diz respeito às abordagens do tema predominantes na Argentina, é possível afirmar que a celebração da inserção da AUH na proteção social ocasionou uma espécie de miopia acadêmica. As discussões sobre esse ponto são importantes, bem como são as análises a respeito da universalização das políticas e os questionamentos sobre a pertinência das condicionalidades. No entanto, a redução das causas da pobreza à crise econômica do início da década de 2000, decorrente da falência da Lei de Convertibilidade³⁹ não é suficiente para explicar o fenômeno. A matriz produtiva do país, voltada para a exportação de *commodities* agrícolas e mineradoras – evidência da dependência do capital global nacional - não chega a ser questionada; tampouco são apresentadas explicações para as desigualdades na estrutura social que se expressa em índices concentrados de pobreza e desocupação em regiões menos industrializadas como o norte do país e a região de Cuyo.

No que diz respeito ao Brasil, cabe destacar o modo como Fonseca⁴⁰ (2007) trata o tema. Desde a sua posição privilegiada enquanto Secretária Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ela coloca em evidência os critérios a partir dos quais o Programa Bolsa Família (PBF) foi pensado: a focalização e a corresponsabilidade. Para Fonseca (2007, p. 1509), a focalização “também é lida como equidade: os programas são dirigidos aos mais pobres e vulneráveis (desde que tenham crianças e adolescentes) e por isto os sistemas de cadastramento e seleção adquirem grande importância”. Desde a formulação do Programa, o critério da

38 Agradeço a María Ignacia Costa (Universidad Nacional de General Sarmiento - UNGS) e Cristina Ruiz del Ferrier (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO) pela disponibilidade para o diálogo e pela indicação de materiais.

39 Para maiores informações, veja a nota 6 no capítulo 1.

40 Ana Maria Medeiros Fonseca é Secretária Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Consultora em Assuntos Sociais da FAO. Foi Secretária Executiva do extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Coordenadora Nacional do Programa Bolsa Família quando de sua criação. Uma análise da relevância de Ana Fonseca para o desenho atual do combate à pobreza realizado por meio do PBF pode ser encontrada em Leite (2013).

corresponsabilidade é concebido como “um compromisso de mão-dupla. O Estado assume oferta de serviços públicos e os beneficiários assumem seus compromissos nas áreas de educação e saúde, sobretudo por meio dos termos de compromisso”. Para a autora, esses dois critérios estabelecem as condicionalidades como integralidade, isto é, “ações coordenadas entre os distintos setores das políticas sociais para promover sinergias, enfrentar as características multidimensionais da pobreza e otimizar o gasto social” (FONSECA, 2007).

Retomando o tema da multidimensionalidade da pobreza, abordado também por Fonseca (2007), Boltnik *et al.* (2014) organizaram um livro no qual os autores defendem a adoção de um conceito multidimensional da pobreza e se dedicam a criar medidas para sua avaliação. Dentre os trabalhos reunidos destaco o de Dedecca *et al.* (2014, p. 301), que entendem que há uma consolidação da política de combate à pobreza [...] enquadrado nas determinações da Constituição Federal de 1988”. Para os autores, “é inegável que o país melhorou a condução da política de combate à pobreza, seja no que se refere ao seu desenho institucional, seja no que diz respeito à sua gestão”. Mas ressaltam que apesar de “haver tido uma alteração positiva das condições sociais de vida da população extremamente pobre, porém, fica evidente que tal processo não se traduziu em transformações estruturais para essa população” (DEDECCA *et al.*, 2014, p. 302). A partir disso, defendem que o crescimento econômico deve ser considerado como fator importante “seja para a inserção produtiva da população, seja para ampliar o financiamento e o escopo dos programas sociais” (DEDECCA *et al.*, 2014, p. 302).

Apesar de afirmarem partir de um conceito multidimensional da pobreza, os autores destacam a centralidade do crescimento econômico para a superação da pobreza desde a criação de empregos e, para os não-empregáveis, do fortalecimento das políticas compensatórias. Compartilhando de pressupostos da abordagem liberal, em especial da concepção do Banco Mundial de que o combate à pobreza se dá a pelo crescimento econômico, corroboram a separação entre o econômico e o social que define as políticas compensatórias desde esta abordagem.

Colin e Pereira (2013, p. 17) chamam atenção para a articulação do PBF com outras políticas, destacando a relação entre o Bolsa Família e a evolução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os autores afirmam que o Cadastro Único e a gestão integrada “têm contribuído para consolidar no país um modelo de proteção social capaz de identificar e levar, às famílias em situação de pobreza, vulnerabilidade e riscos pessoal e/ou social, uma

atenção que articula segurança de renda monetária com trabalho social”, considerando a integralidade de suas demandas. Para os autores, o modelo que se estabeleceu no Brasil não está voltado apenas para a sobrevivência e garantia de mínimos sociais, mas “à redução de riscos e à ampliação das capacidades de proteção e enfrentamento de vulnerabilidades e riscos pelas famílias e indivíduos, com acesso aos recursos disponíveis nas demais políticas”. Focando na gestão do SUAS, os autores reconhecem que houve avanços significativos nas políticas sociais, mas ainda há fatores que precisam ser aprimorados: a “alocação de recursos públicos na área em um cenário de disputas pelos fundos públicos, passando pela composição de quadros efetivos de servidores públicos, até as dificuldades para operacionalizar a execução orçamentária”(COLIN e PEREIRA, 2013, p. 18). Além disso, apontam que as principais dificuldades ainda presentes para a implantação efetiva do PBF diz respeito à rotatividade dos profissionais no âmbito da gestão pública, à alternância de governos, à dificuldade no domínio de instrumentos legais e na implementação de uma política de capacitação e educação permanente nos estados e municípios.

Um exemplo de pesquisa de campo que analisa a implementação do SUAS se encontra em Madeira *et al.* (2013). que analisam sua implementação na Região Metropolitana de Porto Alegre. Retomando a categoria de vulnerabilidade social, as autoras, afirmam que ela, junto com a pobreza, marca a história da América Latina e foi agudizada após duas décadas de enxugamento do Estado e precarização do serviço público. Madeira *et al.* (2013) reconhecem que há um conjunto de iniciativas governamentais que têm sido articuladas para o enfrentamento desses problemas, destacando a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do SUAS. As autoras defendem que o Bolsa Família, especialmente, foi contemplado pela institucionalização do SUAS. Ao fazerem um balanço das políticas sociais nas últimas décadas, as autoras reconhecem que há “um quadro de expansão no gasto público, diversificação em termos de bens e serviços criados, aumento nos benefícios sociais e criação de novos programas”. Além disso, afirmam que outra característica marcante desse processo é “a ampliação significativa do contingente de beneficiários incorporados ao sistema de proteção social e de geração de oportunidades ao longo das duas últimas décadas” (MADEIRA *et al.*, 2013, p. 5).

Estas análises indicam a apropriação de conceitos e reflexões típicos da abordagem liberal, destacando a relevância da equidade, da possibilidade de realizar escolhas e da corresponsabilização do pobre. A vinculação do Bolsa Família ao SUAS, defendida por Colin

e Pereira (2013), não possibilita afirmar que essa é uma política universal. Pelo contrário, como Fonseca (2007) destaca, a focalização é um de seus principais critérios. Moreira *et al.* (2012, p. 419) defendem que a inserção de famílias extremamente pobres no PBF possibilitou a ampliação das escolhas das mulheres que recebem o benefício, destacando “o *status* que a posse do cartão do PBF propõe para as mulheres, pois a maioria delas nunca possuiu conta ou frequentou agências bancárias, sendo este um fator que valoriza e pode legitimar as mulheres como cidadãs”. Esses autores acreditam que o Programa possibilitou “a melhoria nas condições de vida, a inclusão social, a educação e a qualificação”, itens que “sugerem reflexos de empoderamento individual e relacional das mulheres” (MOREIRA *et al.*, 2012, p. 420). Nos dois trabalhos, a cidadania decorre do suposto empoderamento das mulheres porque elas são inseridas nos mecanismos de mercado. Essa inserção se consubstancia na possibilidade de escolher o que comprar ou na posse de um cartão magnético que permite frequentar agências bancárias. A concepção de empoderamento e cidadania é estrita e ecoa as proposições de Rawls, Sen e do Banco Mundial.

Frente ao pertencimento ao repertório discursivo desses autores à abordagem liberal, cabe referir o estudo comparativo entre os Programas de Combate à Pobreza no Brasil e no México, elaborado por Leite e Dias (2013). Nele, as autoras afirmam que esses países foram laboratórios de formulação e implementação do paradigma focalizador da transferência de renda condicionada. De um lado, elas sublinham a influência do Banco Mundial nos Programas, mas, de outro, ressaltam que os governos também foram propagadores de influência, seja via transmissão direta, seja via transmissão indireta. Desde uma perspectiva institucionalista, as autoras defendem que as experiências nacionais levaram a uma retroalimentação do modelo que causaram adaptações nos contextos político e de ideias ressignificando os Programas e tornando o Bolsa Família, inclusive, um modelo a ser seguido. Elas destacam que isso se deve à massificação da focalização que o Programa alcançou.

A influência de Rawls para as análises do PBF pode ser encontrada também em Rêgo e Pinzani (2013a; 2013b). Os autores associam o princípio da diferença (RAWLS, 2008) a reflexões de Arendt e Habermas para elaborar uma pesquisa de campo que parte do pressuposto de que a democracia é um experimento indispensável para a vida em sociedade. Entrevistando beneficiárias do PBF de diferentes localidades do país, Rêgo e Pinzani (2013b, p. 37) afirmam que “o espectro de escolhas se ampliou. Em teoria democrática é fundamental exercitar o direito de escolha”. Para eles, “[...] a compra de um tipo de alimento em

detrimento de outro, uma roupa, um creme para o cabelo, e, junto disto, desenvolver alguma possibilidade de programação da vida, pode ser a via de passagem à esfera de maior liberdade pessoal”. Os autores defendem que a inserção das famílias entrevistadas alterou a situação em que “a mulher encontrava-se excluída objetiva e subjetivamente desta esfera. Seu destino, do nascimento à morte, estava gravado profundamente nas suas subjetividades: seriam pobres, casadas muito jovens com homens também pobres, morariam em casebres e sequer escolheriam o número de filhos que gostariam de ter” (RÊGO e PINZANI, 2013b, p. 38).

Para os autores, o benefício monetário oferecido pelo PBF configura uma renda que permite às mulheres se apoderar de “alguma forma da capacidade humana de escolher certas coisas, inclusive, como já dito anteriormente, as de ordem moral. Nossa humanidade repousa fundamentalmente no exercício permanente de escolhas”. Destacam que, “[e]m situações de miséria e privação absoluta dos bens mais elementares da vida, este direito é nulo” não se escolhe, vive-se o movimento perpétuo do ‘círculo vicioso da pobreza’, que se caracteriza pela quase impossibilidade da escolha pessoal da vida que se quer viver”. Os autores defendem que o PBF é o reconhecimento, por parte do governo, “da urgência política e moral, sem as quais sequer se pode falar em democracia seriamente” (REGO e PINZANI, 2013b, p. 37). Os autores defendem que o PBF possibilitou o início de uma “história de justiça social e de democratização de nossa democracia política [...]. No entanto, se sua narrativa ainda é inconclusa e inacabada, essencialmente pode ser esperançosa” (2013b, p. 38).

A associação entre Rawls e teorias da democracia de Habermas e Arendt é indício da vinculação recorrente entre pressupostos liberais e ideias típicas da abordagem da questão social no que se refere ao combate à pobreza no Brasil. Trabalhos dessa natureza costumam abordar o tema do gênero, destacando a pobreza como um problema feminino, e sublinham o alcance do empoderamento por parte das mulheres beneficiadas devido à suposta inserção no mercado consumidor.

Adotando, também, a abordagem da questão social, Sposati (2011, p. 108) situa os Programas de Combate à Pobreza no Brasil no esteio “das liberdades políticas decorrentes dos regimes democráticos de direito”. A autora reconhece, no entanto, que elas “continuaram a conviver paradoxalmente com a precarização e privação nas condições de vida e de viver de muitos” (SPOSATI, 2011, p. 108). Para Sposati (2011), a desigualdade está assentada historicamente desde a colonização dos países latino-americanos e não foi superada nos movimentos de independência, ou na sua conformação republicana. Ela identifica um

deslocamento do campo das necessidades sociais para a atenção a necessitados sociais. “Esse deslizamento encobria a cidadania e os direitos sociais por ‘boas ações’ aos mais frágeis” (SPOSATI, 2011, p. 108).

Frente a esse histórico, ela aponta a universalização como uma medida essencial a ser tomada no âmbito das políticas de combate à pobreza. No entanto, Sposati (2011, p. 109) identifica dois desafios que fazem frente à universalização: as políticas “precisam se expandir em quantidade e qualidade, mas, também, desmercadorizar condições de serem acessadas e efetivadas. Isto é, a operação da política precisa atender para as condições objetivas de vida dos usuários dos serviços”. Para ela, o lugar das políticas sociais comprometidas com o enfrentamento das desigualdades deve ser reposicionado: “a universalidade passa a pressupor a composição entre as garantias de igualdade e de equidade. [...] A universalidade põe em questão não só a dimensão da demanda atendida e da reprimida, mas também o alcance de resultados nas políticas sociais” (SPOSATI, 2011, p. 110). De acordo com a autora, as atuais políticas de combate à pobreza têm possibilitado aos pobres um aumento na sua capacidade de consumo, mas sem que o trabalho digno cresça no mesmo ritmo, criando paradoxos “para a concretização da cidadania e dos direitos humanos e sociais”. Por isso, conclui ela, “é preciso politizar a política social para que se possa continuamente avaliar seus caminhos e sua direção” (SPOSATI, 2011, p. 113).

Atendo-se à dualidade entre a focalização e a universalização do combate à pobreza, Lavergne (2012, p. 342), por sua vez, entende que o PBF é parte de uma estratégia de caráter assistencialista que “substitui um conjunto de financiamentos (universalização) por um subsídio em espécie que proporciona recursos suplementares a quem, e somente a quem, não alcança um patamar suficiente”. Desde uma perspectiva que define como foucaultiana, o autor afirma que o PBF está em articulação com as políticas complementares de modo a constituir “um conjunto de tecnologias sociais de subjetivação e de controle, uma grande maquinaria de normalização pela lei do mercado e do consumo, sustentadas por numerosos saberes sobre a miséria [...]” (LAVERGNE, 2012, p. 324). Ele analisa, também, o que alguns autores chamam de capacidade de empreendedorismo, destacando que “além de promoverem um empreendedorismo que não custa nada à sociedade de segurança, esses programas focalizados funcionam de modo a fragmentar os indivíduos em mônadas, cada uma ficando responsável apenas por si mesma”. Para o autor, “tudo foi feito para lhes proporcionar as ferramentas necessárias para atuar como ‘agentes de resolução de problemas’ num futuro ‘sem ponto de

chegada” (LAVERGNE, 2012, p. 324). Para ele, ao "fazer viver" os indigentes, ao enquadrar pela norma da disciplina e da regulamentação os fenômenos imprevisíveis e instáveis que são a miséria e a marginalização, o Programa Bolsa Família aparenta-se a mecanismos de regulação dos sujeitos.

Lavergne (2012) e Sposati (2011) adotam pressupostos da abordagem da questão social em suas análises, pensando as repercussões políticas dos programas de combate à pobreza. No entanto, suas análises estão baseadas em uma concepção de política que se assenta no que Dussel (1988) chama de primeira emancipação, a que foi apenas formal, isto é, a passagem das colônias latino-americanas para nações formalmente independentes de suas metrópoles europeias. A constatação fatalista de Lavergne (2012) de que os sujeitos são regulados e fragmentados em mônadas individualistas, bem como a proposta de politizar a política social de Sposati (2011), parte de uma posição que desliga a dimensão política da dimensão econômica e, por isso, não possibilita a superação efetiva da pobreza. Em resposta a esses autores, cabe lembrar que a segunda emancipação, proposta pela Filosofia da Libertação, parte do conceito de dependência como marco teórico fundamental para a compreensão política da situação de dominação nos países latino-americanos (DUSSEL, 1988).

Também compartilhando de elementos da abordagem da questão social, Bronzo e Veiga (2013) apontam a necessidade de novas configurações na proteção social na América Latina em decorrência de novas necessidades e demandas sociais, e pela inadequação das respostas oferecidas pelas políticas. As autoras destacam que, ainda que os índices de pobreza e de pobreza extrema tenham diminuído na última década, a região continua sendo a mais desigual do mundo: “os objetivos de inclusão social e efetividade dos direitos sociais ainda não se materializaram de forma abrangente no continente e são inúmeros os desafios colocados para uma proteção social efetiva para o conjunto dos cidadãos” (BRONZO e VEIGA, 2013, p. 1). Em uma pesquisa com beneficiários de Belo Horizonte, as autoras retomam a categoria vulnerabilidade para explicar a situação dos beneficiários dos programas sociais nas localidades estudadas. Elas defendem uma maior capilaridade dos serviços de assistência social, uma melhor qualificação e preparação do Conselho Tutelar e da Polícia para tratar as famílias, e a construção de espaços de integração entre as diferentes políticas públicas. O maior desafio é “alcançar a intersectorialidade na integração das políticas, [...] na perspectiva de fortalecer as redes de proteção com as quais as famílias vulneráveis podem

contar. [...] Isso pressupõe, ou mesmo exige, que as políticas de saúde e educação sejam fortes, amplas e consistentes, de cobertura universal e com qualidade” (BRONZO e VEIGA, 2013, p. 24). Para elas,

as políticas de proteção deveriam contemplar a multiplicidade de dimensões e processos em seu desenho e nos conteúdos das intervenções, como primeira condição para, por um lado, serem consistentes com o diagnóstico das demandas e necessidades múltiplas e, por outro, para aumentarem as possibilidades de serem efetivas, isto é, alcançar os objetivos pretendidos de proteção social (BRONZO e VEIGA, 2013, p. 27).

É preciso, ainda, considerar, mesmo que brevemente, as análises que têm sido elaboradas a respeito da condicionalidade, tendo em vista sua relação com o tema da universalização e da integralização das políticas sociais. Nesse sentido, é importante referir ao trabalho de Soto (2013), que compreende a política social, de modo geral, como “uma mediação institucional, política e econômica, que é resultado, ao mesmo tempo, das contradições e reivindicações emanadas das lutas de classe e da lógica da acumulação capitalista”. A autora reconhece que os PTCs contribuíram para a melhoria das condições de vida de um estrato da classe trabalhadora: “constituem um ‘alívio’ nas condições materiais de existência das famílias trabalhadoras que não dispõem de forma regular de outra renda”. No entanto, a preocupação tem que estar centrada em “como fazer que esses programas não se cristalizem como um sistema de proteção para os pobres, coexistindo, assim, um sistema ‘de primeira’ para os trabalhadores formais e outro ‘de segunda’ para quem não pode aceder ao primeiro”. O centro da análise dessa autora está no caráter individualizante dos PTCs e na ausência de um debate sobre a qualidade e os tipos de condicionalidades exigidas, afirmando que “o esquema individualizante de autoresponsabilidade desloca o foco das garantias materiais e relações sociais fundamentais e o coloca na vontade de superação dos indivíduos de acumulação capitalista” (SOTO, 2013, p. 80). Para ela, o cerne do problema é político e demanda uma “perspectiva ampla da proteção social, baseada em um enfoque de direito universal, que tenda à superação da segregação e fragmentação nas que historicamente participaram as políticas assistencialistas”. Assim, a autora sinaliza que os Programas oferecem avanços em direção a um piso de proteção social, mas o horizonte de universalização dos direitos ainda está distante.

Em comum, Sposati (2011), Soto (2013) e Bronzo e Veiga (2013), abordam o binômio focalização/universalidade, fazendo eco à constatação de Ivo (2006, p. 65) de que as estratégias correntes de combate à pobreza partem de uma “reorientação da concepção

universalista das políticas sociais para a implementação de diferentes programas estratégicos e compensatórios de assistência focalizada na linha da pobreza, segundo diferentes ‘públicos-alvo’”. Esse tema, em conjunto com a defesa da integração das políticas sociais de diferentes áreas (BRONZO e VEIGA, 2013), articula a principal crítica que a abordagem da questão social oferece aos atuais Programas de Combate à Pobreza no Brasil. Para os autores que compartilham esse referencial, a universalização e a integralização das políticas possibilitaria as condições básicas para que os sujeitos acessem aos direitos sociais e exercessem sua cidadania ativa. Soto (2013), em específico, defende que a universalização dos programas de transferência condicionada de renda possibilitaria acabar com as condicionalidades que levam à corresponsabilização dos pobres e, assim, favorecer uma política ampla de proteção social.

No entanto, a universalização das políticas sociais e a sua integração não são suficientes para superar a condição de pobreza, pois elas não conseguem fazer frente à Totalidade do sistema do capital. Pelo contrário, constituem uma solução para o Outro dessa Totalidade, atribuindo a responsabilidade de compensar as vítimas dessa Totalidade ao aparato do Estado. O método analético, conforme elaborado por Dussel (1988, p. 21), permite afirmar que apesar do reconhecimento da negação da vida do Outro, as propostas de politização e integração das políticas atêm-se às aparências da Totalidade. É preciso negar a negação da vida do Outro e afirmar a sua vida em uma nova Totalidade, desde a interpelação do Outro.

A pesquisa de Ávila (2012) permite estabelecer uma relação peculiar com o tema das condicionalidades. Realizando um trabalho comparativo entre o PBF, na cidade de São Paulo, e o *Familias en Acción*, em Bogotá, a autora aborda a participação das mulheres beneficiárias em atividades socioeducativas desenvolvidas, no caso brasileiro, nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e em cursos complementares ao Programa. Ela lembra que a participação não é obrigatória, mas “grande parte das pessoas entrevistadas (beneficiárias e potenciais beneficiárias) [a entendem] como sendo obrigatória, isto é, condição para manutenção do benefício ou, uma possibilidade de consegui-lo, para aquelas que ainda não são beneficiárias” (ÁVILA, 2012, p. 93). Ainda, de acordo com a autora, para muitas entrevistadas “essas reuniões, que costumam acontecer pelo menos uma vez por mês, foram os únicos espaços encontrados para se obter informações sobre o Programa”, o que impõe, de certo modo, a participação dos beneficiários (ÁVILA, 2012, p. 93). A participação nas reuniões não é vivenciada como algo positivo, mas como algo obrigatório que as mulheres devem cumprir quando são convocadas.

Ávila (2012, p. 101) oferece uma informação relevante a respeito da percepção que as beneficiárias têm do valor recebido: “há o predomínio da ideia de que o benefício advindo do Programa [...] é dos filhos, logo, deve ser gasto com as crianças/adolescentes”. Além disso, a autora chama atenção para o fato de “todas as beneficiárias entrevistadas considerarem os programas não como um direito adquirido, mas sim como uma ajuda, sendo a gratidão o sentimento predominante” (ÁVILA, 2012, p. 102), evidenciando-se o caráter emergencial, transitório e precário dos benefícios. Assumindo uma perspectiva que declara política, a autora destaca que o PBF “está distribuindo dinheiro, permitindo, com isso, maior autonomia e poder de consumo, mas, em termos de distribuição de poder, acrescenta pouco na experiência política dos beneficiários” (ÁVILA, 20, p. 102).

Na mesma direção, Campos (2012) realiza uma pesquisa em Cruz Alta, município de matriz produtiva agrícola no interior do Rio Grande do Sul, com o objetivo de compreender a pobreza feminina em meio à riqueza do agronegócio. A autora destaca que a atuação da “tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado gera, por um lado, muita riqueza [...] e, por outro lado, produz e reproduz a pobreza, por meio da concentração de terras, de rendimentos, de imóveis urbanos, bem como da exclusão ou inclusão precária no mundo do trabalho” (CAMPOS, 2012, p. 181). Para ela, a expansão territorial do agronegócio é um dos vetores do processo de concentração de renda e dos meios de produção que produz pobreza e exclusão. Adotando a categoria de sobrantes do mundo do trabalho, formulada por Castel (1998), a autora afirma que “como forma de compensar a população mais afetada, o Estado intensifica as políticas assistenciais focalizadas, ou seja, voltadas para atender as necessidades básicas dos mais pobres entre os pobres”. Para ela, o crescimento contínuo do número de famílias beneficiárias do PBF demonstra que a transferência de renda é a política do governo brasileiro para os pobres por excelência: “Isso pode até produzir efeitos positivos no sentido de tirar as pessoas da miséria, mas não permite a superação da pobreza e nem reduz a concentração de riqueza” (CAMPOS, 2012, p. 184). A autora destaca que, como as mulheres são as mais excluídas, ou seja, constituem a maior parte das pessoas que são sobrantes do mundo do trabalho, elas são o foco desse Programa.

Outro trabalho que merece destaque é o de Pereira e Ribeiro (2013). Trata-se de uma pesquisa de inspiração etnográfica com beneficiárias de uma comunidade quilombola em Porto Alegre. Seu objetivo é identificar as dinâmicas familiares e de vizinhança ensejadas pelo recebimento do benefício. Dentre os resultados obtidos as autoras destacam que “as

entrevistadas afirmam não terem sido orientadas sobre como deveriam utilizar o benefício, mas prevalece entre elas e seus familiares a ideia de que o dinheiro é para ser utilizado com as crianças” (PEREIRA e RIBEIRO, 2013, p. 100). Elas afirmam que, ao contrário de um suposto empoderamento das mulheres, o PBF se insere numa continuidade histórica em que “as mulheres assumem o fundamental das responsabilidades em relação à suas famílias [...] [que] possui caráter complementar em relação às redes de ajuda mútua, ao trabalho formal e informal que há mais de um século compõem a dinâmica de sustento e reprodução das famílias residentes nesta rua” (PEREIRA e RIBEIRO, 2013, p. 101). Além disso, ao contrário de ser incorporado ao orçamento familiar como um “dinheiro da família”, elas identificam que “o raciocínio mais comum parece ser o seguinte: se a existência de crianças e adolescentes na família justifica a demanda pelo benefício na faixa de renda em que se encontram, logo este dinheiro deve ser gasto com elas”. Para as crianças e jovens, o impacto do recebimento do dinheiro é meritocrático, reconfigurando os poderes no interior das famílias e “uma maior autonomia das crianças a partir do PBF”, pois eles compreendem que “o fato de irem para a escola possibilita o recebimento do dinheiro pelos pais” (PEREIRA e RIBEIRO, 2013, p. 100). As autoras destacam que “mais do que apontar o equívoco desta interpretação, visto que o PBF não afirma este destino individualizado do benefício, gostaríamos de observar sua coerência com os processos contemporâneos de individualização ideológica das crianças na família” (PEREIRA e RIBEIRO, 2013, p. 102).

Ávila (2012), Campos (2013) e Pereira e Ribeiro (2013) analisam o Bolsa Família a partir de uma perspectiva que chamam de política, denunciando repercussões da individualização e rejeitando a ideia de que os Programas possibilitam o empoderamento das mulheres; pelo contrário, reforçam o papel da mulher como responsável fundamental pelas famílias em condição de vulnerabilidade. As autoras apontam a precariedade com que os Programas são percebidos pelas famílias beneficiárias: longe do que defende a abordagem da questão social, eles não constituem um direito, mas são vistos como uma ajuda que possibilita aliviar a pobreza sem alterar suas determinações. As análises avançam nas críticas aos Programas no Brasil, evidenciando o reforço do processo de individualização e a conformação dos pobres como um conjunto de indivíduos apaziguados e ansiosos por adentrarem na esfera do consumo, ampliando suas escolhas. Contudo, elas não estabelecem vínculos entre a questão social expressa na pobreza e a dimensão econômica.

Uma análise mais aprofundada, nesse sentido, é encontrada em Ivo (2012). A autora

insere a discussão sobre cidadania e promoção do bem-estar no contexto econômico, destacando as concepções de desenvolvimento que marcam diferentes períodos da economia brasileira, desde o fim da II Guerra Mundial até os dias atuais. Ela identifica estratégias “orientadas pela agenda internacional do combate à pobreza, que considera dois processos: a mobilização dos pobres na luta contra as suas condições de pobreza, com base num empreendedorismo social, e a via compensatória da transferência de renda a famílias em condições de extrema pobreza” (IVO, 2012, p. 202-3). Para ela, isso significa a separação entre os pobres viáveis e os não-viáveis. Além disso, indica que o social ganhou relevância na agenda do desenvolvimento, ressaltando que é necessário analisar o padrão de políticas de distribuição e o enfrentamento da “dimensão estruturante e qualificada de inserção pelo mercado de trabalho e na proteção sustentada em direitos sociais, ou na regulação das relações não mercantis” (IVO, 2012, p. 206). Ivo (2012, p. 206) reconhece que há “resultados positivos no alívio à pobreza”, mas “políticas vigorosas de proteção e integração social não se restringem a programas governamentais de transferência de renda”. Para ela, a integração social depende “das condições estruturais da distribuição, da qualidade das políticas públicas e da qualidade de inserção dos indivíduos na esfera do trabalho, eixo fundamental da integração social”. Por isso, a autora defende “o retorno a um debate sociológico sobre um novo modelo de desenvolvimento em formação e sobre as perspectivas mais universalistas das políticas sociais”. Defende, também, “uma agenda de pesquisas sobre as mudanças em curso e sobre os limites do crescimento endógeno, determinante para os objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento, considerando-se a disjunção entre capital e trabalho, diante da crise estrutural e histórica contemporânea” (IVO, 2012, p. 207). Ou seja, Ivo (2012) trata os programas de combate à pobreza a partir da perspectiva desenvolvimentista, preconizando um novo modelo de desenvolvimento que dê conta da disjunção entre capital e trabalho. Frente a isso, cabe lembrar a afirmação de Gunder Frank (1969, p. 9) de que o discurso do desenvolvimento, “resulta empiricamente nulo quando é confrontado com a realidade latino-americana, teoricamente inadequado em termos de suas próprias bases sociocientíficas, e não efetiva o seu propósito de levar a cabo as supostas intenções de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos”, pois, na região, a dependência cresce ao mesmo passo que o desenvolvimento da economia que a produz., aumentando a transferência de valor para os países de economia desenvolvida.

Alguns autores de inspiração marxista também têm se voltado para a os Programas de

Combate à Pobreza, principalmente para os PTCs. No campo do Serviço Social destacam-se as formulações de Yazbek (2012, p. 306), para quem “a assistência social como campo de efetivação de direitos emerge como política estratégica não contributiva, voltada para a o enfrentamento da pobreza e para a construção e o provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição”. A autora aponta algumas questões sobre esses Programas no Brasil: “Qual sua efetividade enquanto política pública de enfrentamento da pobreza no país? Qual a sustentabilidade desses programas e seus impactos reais em termos de autonomização das famílias atendidas?” (YAZBEK, 2012, p. 309). Para ela, ao invés do atual desenho dos Programas possibilitar a autonomia das mulheres, estabelece que o “direito inalienável ao bem-estar de todo cidadão de sobreviver com dignidade é colocado sob a responsabilidade da mulher, que se vê obrigada a administrar a família com valores monetários insuficientes para aquisição da cesta básica” (YAZKBEK, 2012, p. 310). Yazbek (2012, p. 310) evidencia que, apesar dos avanços, permanecem na política social brasileira “concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, “primeiro-damistas” e patrimonialistas [...] a partir do dever moral, da benemerência e da filantropia, que em si mesmos não realizam direitos”. Para a autora, é necessário: (1) avançar em direção à universalização das políticas sociais, principalmente nas áreas de saúde e educação, buscando não restringí-las ao estrito combate à pobreza; (2) construir e assegurar a perspectiva da seguridade social no sistema protetivo da sociedade brasileira; (3) integrar as políticas de enfrentamento da pobreza com políticas universais voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros, e “as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias” (YAZBEK, 2012, p. 311). Yazbek defende, então, a adoção de um protagonismo político dos agentes do serviço social para a formação de hegemonia e pela luta em direção à realização dessas mudanças.

Mais cético a respeito da efetividade das políticas compensatórias que o governo vêm oferecendo, Paulo Netto (2012, p. 428) afirma que elas “não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência — conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a pobreza absoluta (vale dizer, a miséria extrema)”. Para o autor, o minimalismo da proposição dos Programas é gritante e pode ser apreciado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PNUD, 2000) em que “há a proposta/promessa de libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e

crianças, das condições abjetas e desumanas da extrema pobreza”, isto é, a meta de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo com menos de 1 dólar PPC por dia até 2015. Referindo ao âmbito global, Paulo Netto (2012, p. 428) afirma que apesar do “espantoso minimalismo, frente a uma 'questão social' maximizada, os vários relatórios sobre o 'desenvolvimento humano' [...], ainda que enfatizem 'ganhos' deste programa, deixam claro que seus objetivos não serão alcançados”. Como os PTCs não se conjugam a medidas de transformação estrutural, sublinha Paulo Netto (2012, p. 429), “elas acabam por cronificar-se como programas emergenciais e basicamente assistencialistas”.

Evidenciando o caráter minimalista dos programas de combate à pobreza, especificamente do PBF, Cassin, Ramos e Moraes (2013, p. 12-4), afirmam que eles compõem um projeto político-econômico neoliberal de reestruturação do capitalismo contemporâneo” e que “não possuem nem mesmo a pretensão de erradicar a pobreza, mas apenas enfrentar a penúria aparente” submetendo as necessidades humanas às necessidades de auto-reprodução do capital. Por isso, “é preciso fortalecer as lutas sociais na defesa pela cidadania e pela consolidação dos direitos civis, políticos e sociais, buscando o protagonismo da classe trabalhadora na luta pela emancipação humana”.

Paiva *et al.* (2011) situam as políticas não contributivas de um modo geral como meio de enfrentamento dos mecanismos de reprodução do capitalismo dependente, de modo a configurar uma resposta imediata à superação da superexploração do trabalho. Além disso, localizam as principais versões contemporâneas da política pública de assistência social no “centro das engrenagens liberais conservadoras, que se obstinam em impregnar as ações socioassistenciais de forte ênfase particularista, meritocrática e focalista, metamorfoseadas em 'adjutórios' caritativos e compensatórios, desempenhando exclusivamente a função de paliativo” (PAIVA *et al.*, 2011, p. 1-2). Paiva *et al.* (2011, p. 8) situam os PTCs na “atual segunda fase de implementação das reformas neoliberais [...] que seguem no circuito da negociação entre os organismos internacionais, o poder dos monopólios e bancos”. Para as autoras, a população superexplorada está “enclausurada num grande vácuo político-institucional, com direitos fracamente definidos. Por esta razão, a tentativa de ampliar a seguridade social para além do vínculo com a condição de assalariamento formal parece urgente” (PAIVA *et al.*, 2011, p. 12). Por isso, defendem um novo desenho latino-americano para políticas sociais que “exigem a unidade entre as ações e serviços não-contributivos (que a assistência social absorveu) com o protagonismo das forças populares e seus interesses, jamais

visibilizados e acatados neste sul político e geográfico”.

Após situar o debate acadêmico acerca do combate à pobreza no Brasil e na Argentina, em termos gerais, cabe analisar o modo como o tema é incorporado à agenda de trabalho dos pesquisadores da Administração, o que se justifica por ser essa a área de conhecimento em que essa Tese é elaborada.

5.1.1 A produção teórica sobre os Programas de Combate à Pobreza na Administração⁴¹

Para compreender a incorporação do tema na Administração, analisei os artigos sobre o tema publicados nos Anais dos Encontros da ANPAD (EnANPADs), principal evento acadêmico da Administração no Brasil, desde 2004, ano de lançamento do PBF. Foram publicados trinta e sete artigos sobre o combate à pobreza a partir do Programa Bolsa Família (PBF). Desses, trinta foram publicados na divisão acadêmica de Políticas Públicas, três em Gestão Ambiental e Social, três em Marketing, dois em Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, um em Operação de Serviços, um em Sistemas de Informação. Outros onze foram apresentados nos Encontros de área de Políticas Públicas e Gestão Pública e Governança (EnAPGs).

Os trabalhos elaborados no início do período analisado focavam no pobre em uma perspectiva individual e ideal, concebendo-o como um sujeito hipotético a quem faltavam oportunidades. Trabalhos desse tipo tratavam o pobre como empreendedor (GONÇALVES e FEITOSA, 2004; SLOMSKI *et al.*, 2004; FEITOSA e GONÇALVES, 2005) ou como um consumidor com problemas financeiros (MATTOSO e ROCHA, 2005). Nesses textos, a condição de vida na pobreza é uma externalidade que tende a ser superada com a facilitação do (micro)crédito e com o desenvolvimento de programas de *marketing* voltados para consumidores marginais.

O entendimento de que o pobre é um empreendedor individual ainda aparece em trabalhos mais recentes, como o de Fonteles *et al.* (2011, p. 8), para quem “se por um lado há determinação e a força de vontade que impulsionam alguns a empreender, por outro, há o medo de uma denúncia e até mesmo a falta de iniciativa para empreender de alguns que se prevalecem da receita fixa mensal proporcionada pelo programa”. Em comum, esses trabalhos apresentam uma concepção inerente de desenvolvimento como crescimento econômico,

⁴¹ Uma versão mais detalhada da discussão realizada nessa seção pode ser encontrada em Dornelas Camara, Misoczky e Pedroso (2013).

evidenciando o papel do governo como financiador de ações de empreendedorismo social (SANTOS e CARRION, 2009; LICIO, MESQUITA e CURRALERO, 2010).

A partir de 2006, a maioria das pesquisas deixou de lado a perspectiva do pobre. No que se refere à coleta e à análise de dados, ficou evidente que o estudo de caso foi estabelecido como o método principal. Nos trabalhos analisados, a pobreza foi tomada como dada ou como um pano de fundo em que o Bolsa Família e as estratégias locais complementares se desenvolvem. A ligação fraca entre o Programa e a justificativa de sua existência pode ser claramente identificada nos estudos que focaram na gestão, implementação e avaliação do Programa nas municipalidades.

Ganhou evidência, portanto, a abordagem do Bolsa Família a partir da gestão, tema caro à Administração e parte de seu repertório analítico mais tradicional, como ilustra o trabalho de Silva e Monteiro (2012, p. 11) que aborda o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que mede a eficiência e qualidade do PBF. De acordo com as autoras, esse índice “pode ser entendido como uma medida gerencial que tem permitido o fortalecimento da expansão de uma cultura de transparência e *accountability* na administração pública”.

Para dar conta de alguma definição básica de pobreza, muitos trabalhos adotaram as formulações de Rocha (2004; 2006), indicando uma linha de pobreza a partir da qual se delimitaram quem são os pobres, a exemplo de Vinhais e Souza (2006) e Fonteles *et al.* (2011). Essa abordagem traz reminiscências das recomendações de Friedman (1966), do PNUD (1997) e do Banco Mundial (2001) sobre o tema.

No que se refere à sua conceituação, a pobreza é concebida como uma questão multidimensional (BRONZO, 2006; 2008; MARIN *et al.*, 2012), localmente situada (CARDOSO *et al.*, 2006; FILHO e SILVEIRA, 2006; DENUBILA, FERREIRA e MONTEIRO, 2010; OLIVEIRA, RESENDE e VILAS BÔAS, 2010; SANTOS, 2011; MOURÃO, FERREIRA e DE JESUS, 2011; CISNE, 2012), marcadamente feminina (MOREIRA, LIMA e LOPES, 2011) e com impactos significativos no meio-ambiente (SERRANO, NETO e NOGUEIRA, 2012).

Essas definições acompanham a trajetória conceitual presente na interpretação liberal da pobreza, com especial aderência às formulações do Banco Mundial e do PNUD, que concebem o combate à pobreza como uma estratégia que possibilita ajudar os pobres a se ajudarem (WORLD BANK, 2011). A aderência de pesquisas à interpretação liberal do combate à pobreza, marcadamente prescritiva e normalizadora, leva à reprodução da lógica

predominante em um cenário de total ausência de reflexividade.

Em comum, estas definições de pobreza têm objetivado identificar um ponto a partir do qual os pobres existem, ou seja, partem da definição do pobre como indivíduo destituído e não avançam para além das aparências do problema, não explicam porque multidões humanas vivem nas condições de pobreza. Por falta da identificação de seus determinantes na própria elaboração do conceito, a pobreza é tratada e combatida, igualmente, no nível das aparências. Daí a fragilidade das propostas para a superação desse mal social que tem proporções magnas na Argentina, no Brasil e nos demais países da América Latina.

Sobre as 'portas de saída' da pobreza, alguns trabalhos apresentaram o que consideram opções viáveis para mitigar sua reprodução: o empoderamento (BRONZO, 2006, 2008; MOREIRA, LIMA e LOPES, 2011; MATTA, MOREIRA e SILVA, 2012) e o incremento de capital humano e social (HELAL e NEVES, 2006; FERREIRA, JIMENEZ, HOLZER, 2011; GUERRA *et al.*, 2012). A solução da pobreza passa pelo aumento das oportunidades e pela realização da justiça social através da incorporação de indivíduos no mercado. Essas asserções indicam a receptividade dos pesquisadores às formulações e recomendações de John Rawls, Amartya Sen, do PNUD e do Banco Mundial.

As condicionalidades também são contempladas pela penetração da abordagem liberal nas pesquisas sobre o Bolsa Família. Elas são tratadas como uma espécie de aposta nas políticas de transferência de renda capazes de proporcionar aos beneficiários um futuro de “escolhas e oportunidades para viver uma vida tolerável” (PNUD, 1997, p. 15). Para alguns autores, as condicionalidades estariam vinculadas a um necessário aumento do capital humano, pois “em longo prazo, a não acumulação do capital humano causado por escolaridade baixa e saúde precária é uma consequência negativa grave de trabalho infantil, representando uma oportunidade perdida para melhorar a produtividade e a capacidade de ganhos futuros da próxima geração” (GUERRA *et al.*, 2007, p. 8). Outros autores vinculam as condicionalidades do PBF ao capital social. Para Helal e Neves (2006, p. 6), ele é o determinante da pobreza e “o fato de um indivíduo pertencer a grupos ou associações, ou seja, a rede de relacionamentos (capital social) lá desenvolvida por este indivíduo passa a afetar positivamente a probabilidade dele escapar da pobreza”.

As limitações desta interpretação do combate à pobreza se mostra nas considerações finais dos próprios textos que as divulgam. Os autores parecem reconhecer que o empoderamento, o capital humano e o capital social são, se muito, determinantes parciais da

pobreza. Como afirmam Moreira, Lima e Lopes (2011, p. 13), “o empoderamento econômico, avaliado como fundamental para a emancipação das mulheres, é alcançado apenas parcialmente”. Na mesma direção, Guerra *et al.* (2012, p. 12) apresentam o incremento do capital humano como um benefício das condicionalidades, para logo em seguida afirmarem que “não há nenhum controle do real rendimento escolar destas crianças. Este pode se apresentar como um ponto falho, uma vez que não há uma preocupação sistemática com o ensino e, sobretudo, a aprendizagem destas crianças, mas simplesmente, com a frequência escolar”. Essas ilustrações permitem constatar que, apesar de certo incômodo, os autores não levam adiante as possibilidades que seriam abertas para uma reflexão mais consequente sobre seus achados.

Bronzo (2006; 2008; 2011), Filho e Silveira (2006), Chaves, Monteiro e Sucupira (2007), Mendes, Barbosa e Rodrigues (2007), Matta, Moreira e Silva (2012) trouxeram à discussão a articulação entre a oferta de um benefício monetário, o empoderamento financeiro e o capital humano, a institucionalização dos direitos sociais à luz da Constituição de 1988 e o atingimento de uma cidadania ativa por parte dos beneficiários do Bolsa Família.

Chaves, Monteiro e Sucupira (2007, p. 13) destacam que “se um dos objetivos é implementar a renda básica de cidadania então é preciso expandir a cobertura do Benefício Básico paulatinamente até alcançar a totalidade da população e aumentar o valor referente desse benefício para que seja no mínimo suficiente para a subsistência”. Mas, como ainda não há um consenso, “se o objetivo for estimular alguma mudança comportamental ou cultural por meio das transferências de renda condicionadas, então essas devem ser respeitadas e conferidas apesar de toda a dificuldade nesta avaliação já amplamente discutida”.

Considerando a ampliação dos direitos sociais e a instituição de uma cidadania ativa a partir da implementação do Programa, Mendes, Barbosa e Rodrigues (2007, p. 11-2) afirmam que “o PBF, ao disponibilizar recursos para alimentação e ao exigir a manutenção da criança na escola, poderá, no futuro, retirar da situação de pobreza em que se encontram os seus ascendentes”. Contudo, não se estabelece “uma relação democrática entre governantes e cidadãos possibilitando, assim, a participação cidadã e fortalecendo o capital social”.

No mesmo sentido, Ferreira (2010, p. 12) afirma que “o Bolsa Família exerce efeitos positivos sobre as condições de vida das famílias, em virtude da profunda vulnerabilidade a que estão sujeitas, relacionada com a precária forma de inserção no mercado de trabalho. Fica patente a frágil experiência dos sujeitos em relação ao acesso aos direitos e à regulação estatal,

de modo geral”.

Em geral, os artigos publicados nos EnANPADs centram em temas caros à gestão, tais como: modelagem de gestão (CARDOSO *et al.*, 2006; CHAVES, MONTEIRO e SUCUPIRA, 2007; ESCOBAR, 2008; CALVACANTE e RIBEIRO, 2010); auditoria operacional (RIBEIRO, 2007; TORRES e TORRES, 2011); avaliação de modelos de gestão (SILVA e MONTEIRO, 2012) e avaliação da eficiência do Programa (PEDROSO e CALMON, 2009; DENUBILA, FERREIRA e MONTEIRO, 2010; FERREIRA, JIMENEZ e HOLZER, 2011; SOUZA, PEREIRA e DELGADO, 2011; SÁ, e SILVA, 2012; SILVA e MONTEIRO, 2012).

O número de trabalhos apresentados na divisão acadêmica de Políticas Públicas indica que esse é considerado o espaço por excelência do tema da pobreza e seu combate. Ao considerar os trabalhos publicados em outras divisões, fica evidente que a pobreza e seu combate foram compreendidos a partir do arcabouço conceitual típico de cada subárea. No *Marketing*, o pobre é concebido como um tipo de consumidor repleto de expectativas e desejoso pela inserção financeira (HEMAIS *et al.*, 2011; SEGABINAZZI e LUMERTZ, 2011), o que é coerente com a abordagem do desenvolvimento humano, ainda que os autores não façam registro de sua apropriação. Em Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, os dois trabalhos apresentados giram em torno do empobrecimento da classe trabalhadora devido aos processos de automatização e flexibilização nas empresas (FARIA e SANT’ANNA, 2006; CAMPOS, URBINA e LAGO, 2008). Esses trabalhos apenas tangenciam aspectos que poderiam ser relacionados à superexploração do trabalho, contudo não se apropriam do conceito para discutir o empobrecimento da classe trabalhadora.

Não há registro de trabalhos sobre a pobreza ou seu combate nas divisões acadêmicas de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Estratégia em Organizações, Finanças e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação, nem em Estudos Organizacionais. É interessante destacar que a ausência de trabalhos nessa última divisão pode ser uma indicação a mais do fato de que nela prevalece a definição de organização como ente estruturalmente formalizado, e a rejeição à consideração da organização como processo ou como economia política.

Essa seção tinha dois objetivos: compreender como os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil foram inseridos nas discussões acadêmicas e apontar as principais contribuições e limitações dos trabalhos realizados por pesquisadores de diferentes áreas. O combate à pobreza realizado por meio das políticas compensatórias é, de modo geral,

elogiado. No entanto, como afirma Netto (2013, p. 29), “na medida em que não se conjugam efetivamente com transformações estruturais, eles acabam por cronificar-se como programas emergenciais e basicamente assistencialistas”. A maioria dos autores estudados têm chegado a resultados em seus trabalhos que favorecem o que Netto (2013, p. 38) chama de “administração tardo-capitalista da miséria – com seus meios próprios, instrumentos *high-tech* e o exército de especialistas e operadores (com destaque para cientistas e tecnólogos). Uma amostra do que será o futuro – se houver futuro– imediato do tardo-capitalismo”.

Alguns autores, vinculados a distintas matrizes teóricas, têm se esforçado em propor novas categorias para analisar e orientar políticas de atenção à pobreza. Eles se opõem à naturalização das definições liberais de pobreza que são predominantes na produção acadêmica sobre o tema e se afastam, também, do apelo à cidadania, feito na abordagem da questão social. A seguir apresento algumas dessas propostas.

5.2 NOVOS CONCEITOS PARA DEFINIR O POBRE: POTENCIALIDADES E LIMITES

Negando o pobre como mero objeto de programas sociais de caráter assistencialista, com o intuito de romper com a ideia da 'pobreza ser um problema dos pobres', alguns autores têm vinculado a essência da pobreza às determinações de classe social⁴². Para isso, eles têm cunhado novos termos para tratar da realidade dos pobres, tais como: pobretariado (LÖWY, 1989, 2010; BETTO, 2012); batalhadores sociais (SOUZA, 2010); semiproletários (MOYO e YEROS, 2005; 2011); precariado (BRAGA, 2012); e, na Argentina, trabalhadores *en negro* (FÉLIZ, LÓPEZ e FERNÁNDEZ, 2012).

Alguns autores, como Löwy, Braga, e Moyo e Yeros têm proximidade com inspirações marxistas, enquanto Féliz, López e Fernandez adotam uma posição bastante próxima à da questão social, mas que vai além em alguns sentidos. Souza, por sua vez, se vincula a explicações de caráter pós-moderno, com ênfase na identidade.

Apropriando para o contexto latino-americano a ideia de Marx (2009) de que o aumento do exército industrial de reserva leva ao aumento do pauperismo, Löwy (1989, p. 53) identifica a formação de um “pobretariado”, que “mantém um sentido muito mais amplo, a um

42 Para Marx (2012, p. 43), “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas”, sendo a classe social resultado da relação entre a divisão do trabalho e as relações sociais de produção forjadas em uma determinada sociedade a partir da forma de propriedade dos meios de produção. Na sociedade capitalista, as classes sociais expressam o antagonismo entre detentores dos meios de produção e aqueles que são forçados à venda da sua força-de-trabalho para garantir a sobrevivência sua e de sua família.

tempo por suas conotações morais e por sua extensão social”. Para o autor, o termo pobretariado associa todos os componentes da população pobre e dominada, “tanto nas cidades como nos campos, uma massa enorme de pobres – desempregados, semidesempregados, marginais, boias-frias, vendedores ambulantes etc. – excluídos do sistema da produção formal” (LÖWY, 1989, p. 53). Essa formulação guarda muitas aproximações com as de Dussel (2012, p. 139) sobre o pobre/povo como “nada do capital”, isto é, “quando o trabalhador ainda não trabalhou para o capital, em sua exterioridade original, é um 'trabalho ainda não objetivado'. Enquanto 'não' objetivado, é nada; negatividade para o capital; 'são fantasmas que ficam fora do seu reino.’”

Partindo da perspectiva da teologia da libertação, Löwy (1989; 2010), defende que sua conceituação sobre os pobres se vincula à sua afirmação enquanto agentes de sua própria libertação e sujeitos de sua própria história. Esse pobretariado é uma forma característica do capitalismo dependente, é uma massa “expulsa do campo pelo desenvolvimento do agronegócio capitalista para concentrar-se nas margens das grandes cidades” atrás da promessa de melhores condições de vida. O pobretariado ocupa-se marginalmente na linha de produção das indústrias, na construção civil e nos pequenos negócios e casas de família. Para Löwy (2010, p. 2), a identificação do pobretariado é fundamental, pois “não se pode reduzir o sujeito da transformação social à classe operária fabril”.

Com o conceito de pobretariado, Löwy (1989; 2010) reafirma a condição dos pobres como sujeitos capazes de agir ativamente na determinação de sua própria história, pois o desenvolvimento das forças produtivas na América Latina aconteceu de modo diverso dos países centrais, o que implica em condições de existência da classe trabalhadora que são também diversas. Daí decorre sua defesa de que na América Latina é necessário romper com a visão tradicional de que é o operariado fabril é o sujeito histórico da transformação.

Compartilhando a necessidade de uma aproximação entre as categorias pobre e classe social em termos marxistas, Moyo e Yeros (2005; 2011) apontam a superexploração do trabalho como característica central do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos. Os autores sustentam esse argumento focando no processo de “semi-proletarização” que envolve a expulsão dos pequenos produtores do campo sem sua plena incorporação aos setores urbanos de serviço ou industrial. Como consequência, os recém ex-campeiros funcionam como uma reserva de força-de-trabalho que força para baixo os salários e subsidia a reprodução do capital pelo sua própria força-de-trabalho não remunerada (MOYO e

YEROS, 2005).

Segundo os autores,

a semi-proletarização persiste como a condição dominante no meio rural da periferia. [...] Enquanto o capital não precisar realizar o seu lucro nacionalmente, a semi-proletarização e a pobreza são 'funcionais' à sua reprodução. É notável que esse 'dualismo funcional' entre os setores capitalista e (aparentemente) não-capitalista não é necessariamente um assunto rural, mas opera também nas áreas urbanas – seja pelo auto-emprego em atividades de baixa capitalização e/ou na auto-habitação nas favelas (MOYO e YEROS, 2011, p. 20).

Assumindo a semi-proletarização como um fenômeno que ocorre ao mesmo tempo no campo e na cidade, Moyo e Yeros (2011) evidenciam o fluxo migratório dos camponeses. Para eles, os ajustes estruturais do período neoliberal vieram acompanhados de uma intensificação da migração. Contudo, a migração não deve ser entendida como uma proletarização completa, ou como urbanização permanente, mas como uma propagação populacional de risco em circunstâncias altamente adversas. Considero que, em países como a Argentina e o Brasil, essa urbanização vem acompanhada de desindustrialização e depressão econômica, tomando, predominantemente, a forma de instalações ilegais e não-planejadas nos subúrbios.

Na tentativa de articular os pobres à noção de classe proletária, Moyo e Yeros (2005; 2011) levam a uma separação entre os proletários propriamente ditos e aqueles que chamam de semi-proletários. Sua proposta conceitual é centrada na precariedade da inclusão de parcelas da população no mercado de trabalho.

A precariedade abordada por Moyo e Yeros (2005; 2011) é tratada por Braga (2012, p. 17) em termos de “precariado”, isto é, como “constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como antípoda do salariado, seu 'outro' bastardo ou recalcado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado”. Para o autor, o precariado é “o proletário precarizado, sendo formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de superpopulação relativa⁴³” (BRAGA, 2012, p. 18). Retomando a lei de acumulação geral do

43 Para Marx (2009, p. 744), a superpopulação relativa não se trata de mera parcela da classe trabalhadora, pois “todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado”. Conceber a superpopulação no bojo da acumulação capitalista decorre do reconhecimento do trabalhador como sujeito não-proprietário dos meios de produção, dotado apenas de sua força-de-trabalho como meio de reproduzir a sua vida e impelido à ofertá-la nos mecanismos de mercado, produzindo, em contrapartida, a riqueza de quem lhe contrata. O autor identifica três formas de superpopulação relativa, que aparecem ora de forma aguda, ora de forma crônica, seguindo “as fases alternadas do ciclo industrial” e apenas existem de modo imbricado: (1) flutuante, que aparece “nos centros da indústria moderna [...] [onde] os trabalhadores são ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção” (MARX, 2009, p. 744); (2) latente, que decorre do casamento prematuro, da procriação abundante, e de parte da população rural que se encontra “sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias

capital, Braga defende que sua existência não deve ser entendida como uma externalidade do sistema, pois “é próprio da acumulação capitalista produzir despoticamente – sob a forma do desemprego ou do trabalho precário – uma população trabalhadora excedente e necessária ao modo de produção capitalista” (BRAGA, 2012, p. 17).

Desse modo, o autor possibilita compreender o precariado na sua dimensão histórica e relacional como parte integrante da classe trabalhadora no capitalismo. Braga (2012, p. 29) defende a desassociação entre essa parcela da população trabalhadora e o proletariado, como um “esforço de estabelecer segundo critérios científicos a justa mediação entre as partes e o todo”. Essa mediação é operada através de uma releitura da conceituação proposta por Marx para os gêneros humanos que compõem a classe trabalhadora, conceituando-os como pauperismo, lumpemproletariado, precariado e setores profissionais. Situando o precariado no interstício entre o pauperismo e os setores profissionais, Braga (2012) o caracteriza pelo permanente trânsito entre a possibilidade de exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica, em um movimento pendular entre o pauperismo e a inserção nos setores profissionais.

Entendo que diferenciação analítica proposta por Braga (2012) é profícua por não tratar a totalidade da classe trabalhadora como uma massa homogênea. Talvez por isso ele tenha situado o precariado no “espectro do povo”, isto é, “na relação das classes subalternas com os sindicatos” (BRAGA, 2012, p. 43).

A condição de incerteza e vulnerabilidade que permeia a classe trabalhadora é descrita também por Féliz, López e Fernández (2012), no contexto argentino. Os autores defendem um argumento que valoriza a posição de classes e permite uma classificação relacional, no sentido de que a posição de classe de uns está em relação com a posição de classe de outros. Defendem que assim é possível explorar os processos que dão origem à desigualdade e não apenas observar as suas manifestações superficiais.

Os autores observam que no capitalismo periférico de orientação neodesenvolvimentista⁴⁴ foi elaborado um conjunto de políticas voltadas para a reprodução da

favoráveis a essa transferência” (MARX, 2009, p. 746); (3) estagnada, que “constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável da força-de-trabalho disponível”. Ele destaca que essa parcela da superpopulação se torna a base mais ampla da exploração capitalista, pois “sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora”; ela é ampliada à medida que aumentam o número dos trabalhadores supérfluos (MARX, 2009, p. 746).

44 Alguns autores, a exemplo de Bresser-Pereira e Furquim (2012) e Sader (2013), acreditam que a América Latina está vivendo um momento de retomada das prerrogativas do nacional-desenvolvimentismo (veja nota 12) após o ocaso do neoliberalismo.

classe trabalhadora. Contudo, essas políticas têm reproduzido de maneira ampliada e persistente a precarização do emprego sob múltiplas formas, sendo o emprego assalariado não-registrado uma das principais. No caso dos trabalhadores pouco qualificados e domésticos, o *blanqueo laboral*, política de registro oficial dos trabalhadores que trabalhavam no mercado informal, aconteceu apenas marginalmente. Dados da *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH), Pesquisa Permanente de Domicílios, informam que, em 2009, mais de 85% dos trabalhadores domésticos estavam *en negro*, bem como 56% dos assalariados com baixa qualificação profissional. Assim, os autores colocam em evidência uma parcela relevante da população que tem inserção precária no mercado de trabalho e de proteção social.

Félicz, López e Fernández (2012) destacam, ainda, que para os trabalhadores *en negro* o *salário mínimo, vital y móvil*⁴⁵ não é uma realidade, pois mais de 40% da totalidade dos trabalhadores argentinos percebem remuneração abaixo de seu valor nominal. Com isso, os autores indicam que o emprego não garante a saída da pobreza para uma porção importante da população, evidenciando a superexploração do trabalho como condição da reprodução do modelo neodesenvolvimentista.

As contribuições desses autores colocam em evidência parcelas do povo que não são contempladas nas propostas liberal e da questão social, e possibilitam uma reflexão que rejeita o operariado como o único sujeito responsável pela luta de classes na contemporaneidade. Eles colocam em destaque a flexibilização das relações trabalhistas, a precarização das condições de trabalho e sobrevivência, a ampliação da superpopulação, a mecanização do campo, o monocultivo de *commodities* agrícolas, a financeirização do capital e a liberalização das transnacionais, situando as condições particulares em que se desenvolve a acumulação capitalista na América Latina nos últimos anos. A iniciativa de elaborar novos conceitos para apresentar o fenômeno da pobreza não é sinal de fracionamento de classe. Pelo contrário, permite identificar como diferentes grupamentos humanos estão formados, estabelecer vínculos entre eles, e identificar as relações causais que levam à sua existência enquanto “nada” do capital (DUSSEL, 2012). Para esses autores, a luta de classes é travada pelo conjunto dos oprimidos em diferentes circunstâncias, vítimas de diversas frentes de dominação.

45 O salário mínimo vital y móvil é um direito consagrado pelo artigo 14 da Constituição Nacional Argentina. É *mínimo* pois é a menor remuneração que o trabalhador deve receber por sua jornada laboral; é *vital* porque deve assegurar ao trabalhador a satisfação das suas necessidades básicas, isto é, alimentação adequada, moradia digna, educação, vestuário, assistência sanitária, transporte, lazer e cobertura previdenciária; e é *móvil* porque deve ser ajustado periodicamente, de acordo com as variações do custo de vida (ELSALARIO..., 2011).

De modo diferente desses autores, o argumento de classe é tomado por Jessé Souza (2010). Ele defende a ideia de que os pobres são ‘batalhadores sociais’. Essa concepção de classe é apresentada como alternativa ao liberalismo econômico e ao que ele chama de marxismo enrijecido. Para o autor, “o que o liberalismo economicista dominante faz é 'dizer' que não existe classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular classe a renda” (SOUZA, 2010, p. 22). Com isso, ele busca reafirmar a pertinência de uma análise de classe para compreender os trabalhadores contemporâneos, mas defende que essa análise de classe necessita de novos referentes, pois “o marxismo enrijecido não percebe, também, as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano mais importante e decisivo ainda, a uma 'consciência de classe' que seria produto desse lugar econômico” (SOUZA, 2010, p. 22). Essa afirmação é claramente contestada pelas proposições dos autores acima mencionados.

Para Souza (2010, p. 23), a noção de classe deve partir “da transferência de valores imateriais e de seus privilégios no tempo”, valorizando aspectos culturais e identitários. Fica evidente que, em sua leitura de classe, a ascensão social é viável se forem superados os bloqueios constituídos por meio dos valores e hábitos. Surge, nesse caminho pretensamente alternativo ao liberalismo e ao marxismo, uma proposta que concebe os batalhadores sociais como uma nova classe trabalhadora “que convive entre o antigo proletariado fordista” e “no aprofundamento da precarização do setor mais precarizado das classes populares brasileiras – que políticas sociais bem intencionadas como o Bolsa Família não têm [...] o poder de resolver” (SOUZA, 2010, p. 47).

Souza (2010, p. 37) afirma que esses batalhadores sociais devem ser concebidos com um tipo de trabalhador “desenraizado, sem identidade de classe e sem vínculos de pertencimento à sociedade maior. É esse trabalhador que vai poder ver na empresa o lugar de produção de identidade, de autoestima e de pertencimento”. Para ele (2010, p. 50-1), na estratificação social brasileira, os batalhadores se encontram no limite da ralé⁴⁶, que é a “classe vítima por excelência do abandono social e político com que a sociedade brasileira tratou secularmente seus membros mais frágeis”. Muitos dos batalhadores sociais são oriundos da ralé, “para a qual os fatores destrutivos puderam ser compensados de algum modo eficaz – e conseguiram a duras penas ascensão material e alguma dose de autoestima e de

46 Para Jessé de Souza (2010, p. 50), “a família típica da ralé é monoparental, com mudança frequente do membro masculino, enfrenta problemas graves de alcoolismo, de abuso sexual sistemático e é caracterizada por uma cisão que corta essa classe ao meio entre pobres honestos e pobres delinquentes”

reconhecimento social”.

Apesar da intenção de atribuir um caráter de classe aos seus batalhadores sociais, o conceito que Souza (2010) adota parte de um pressuposto moralizante que separa bons e maus pobres e serve para expressar apenas a luta constante travada por pessoas da classe trabalhadora para manter-se acima do que chama ralé. Assim, não existe a possibilidade de luta de classe: seus batalhadores lutam apenas para manter-se trabalhando e, assim, garantindo meios de sobreviver.

Compartilhando o entendimento de Löwy (1989; 2010), Moyo e Yeros (2005; 2011), Braga (2012) e Féliz, López e Fernández (2012), e rejeitando a proposta de Souza (2010), cabe retomar a afirmação de Marx (2009, p. 748) de que a classe trabalhadora e o pauperismo não são dimensões mutuamente excludentes. Pelo contrário, o pauperismo é “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa [que] vegeta no inferno da indigência”. É possível compreender, desde aí, que a superpopulação relativa e o pauperismo não são posições dicotômicas, mas a permeabilidade entre elas é constituinte da própria classe trabalhadora, cujas oscilações são orgânicas aos movimentos do mercado de trabalho; conseqüentemente, sua existência é inalienável às dinâmicas do mercado.

Como já afirmei, as categorias propostas por Löwy (1989; 2010), Moyo e Yeros (2005; 2011), Braga (2012), Féliz, López e Fernández (2012) têm a potencialidade de evidenciar parcelas da classe trabalhadora e da superpopulação relativa que não estão contempladas na definição de pobreza proposta pelos Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil. Elas podem ser posicionadas, também, de modo diferenciado frente às principais discussões acadêmicas sobre a pobreza e seu combate nos dois países (apresentadas na seção 5.1). Os avanços alcançados são importantes, mas, para os fins desta Tese, é importante retomar a formulação da categoria 'povo' de Dussel (2004b), pois a sua definição extrapola a vinculação entre classe trabalhadora e superpopulação apresentada pelos autores tratados anteriormente nessa seção. Dussel (2004b) afirma a pobreza como condição de vida do conjunto do povo latino-americano, povo pobre, vítima da expropriação e espoliação de riquezas, da dominação, da superexploração de seu trabalho determinada pelo capital dependente. O combate à pobreza, desde essa perspectiva, institui o povo como Exterioridade à Totalidade do sistema capitalista.

Adotando o aparato conceitual da Filosofia da Libertação é possível afirmar o princípio universal da “produção e reprodução da vida de cada sujeito humano” (DUSSEL,

2002, p. 573), necessária “nesta época da história, no final do século XX e começo do III milênio, especialmente para as vítimas excluídas do atual processo de globalização do capitalismo mundial” (DUSSEL, 2002, p. 572). Ela articula uma ética, uma pedagogia, uma teologia, uma política e uma economia voltadas para a libertação dos povo.

A trajetória que percorri neste capítulo partiu das definições de pobreza estipuladas pelos governos da Argentina e do Brasil para a implementação de suas principais políticas compensatórias, passou pela discussão de como os programas de combate à pobreza foram apropriados no meio acadêmico, apontando avanços e limitações nessa apropriação e, indicou as potencialidades e limites das propostas de novas categorias formuladas por alguns autores para compreender a pobreza e seu combate. Por fim, ressaltar o vínculo indelével entre classe e superpopulação, apontado por Marx, e afirmei a relevância da definição de povo nos termos da Filosofia da Libertação, para compreender a amplitude do fenômeno. Em vista disso, cabe agora situar as contribuições das propostas formuladas neste Capítulo frente a Filosofia da Libertação.

6 SEGUNDA SÍNTESE: O COMBATE À POBREZA DESDE A PERSPECTIVA DO POVO

Os elementos da Filosofia da Libertação expostos no Capítulo 4 permitiram situar as contribuições e os limites alcançados pelas principais discussões sobre os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil. Os trabalhos discutidos no Capítulo 5 evidenciam que as definições de pobre e de pobreza que definem os Programas muitas vezes são tomadas como dadas (VINHAIS e SOUZA, 2006; DENUBILA, FERREIRA e MONTEIRO, 2010; FONTELES *et al.*, 2011; SERRANO, NETO e NOGUEIRA, 2012; DEDDECA *et al.*, 2014), apesar das limitações evidentes apontadas por vários autores. É possível afirmar que há consenso acerca do alívio à pobreza proporcionado pelos Programas. Autores mais entusiasmados defendem, principalmente, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs) como meio de superar a pobreza. Para eles, iniciativas como a AUH e o Bolsa Família configuram um modelo de eficiência no combate à pobreza, de alcance amplo, utilizando poucos recursos e com custos operacionais baixos e defendem que experiências desse tipo devem ser aperfeiçoadas e difundidas (FONSECA, 2007; COLIN e PEREIRA, 2013; DANANI, 2013; ROBLES, 2013).

Na Argentina, especificamente, a AUH é celebrado como meio de inserção de grande parcela da população no Sistema de Seguridade Social, ampliando o acesso aos direitos sociais e possibilitando uma cidadania ativa (HINTZE e COSTA, 2011; DANANI, 2013; COSTA, 2013). Apesar do reconhecimento de que o PBF não constitui um direito social (MATTA, MOREIRA e SILVA, 2012; MARQUES, 2013), a ampliação do acesso aos direitos sociais também é vislumbrada no Brasil, porque ele possibilitou o suposto empoderamento das mulheres através de sua inserção no mercado e do aumento de suas possibilidades de escolha (BRONZO, 2006, 2008; MENDES, BARBOSA e RODRIGUES, 2007; MOREIRA, LIMA e LOPES, 2011; MATTA, MOREIRA e SILVA, 2012; MOREIRA *et al.*, 2012; MADEIRA *et al.*, 2013; RÊGO e PINZANI, 2013a, 2013b). Para alguns autores, as condicionalidades dos Programas nos dois países também contribuem para isso, já que incrementam os capitais humano e social que habilitam os indivíduos a realizarem a justiça social (HELAL e NEVES, 2006; FERREIRA, JIMENEZ, HOLZER, 2011; GUERRA *et al.*, 2012; COLIN e PEREIRA, 2013; DEDDECA *et al.*, 2014).

Apesar de reconhecerem que os PTCs propiciaram uma melhoria nas condições de

vida da população beneficiada, alguns autores adotam uma postura mais cética em relação aos Programas. Destacam que eles ainda deixam a descoberto um quantitativo significativo da população e, por isso, é necessária sua universalização e integração com outras políticas sociais (COSTA, 2010; SPOSATI, 2011; ÁVILA, 2012; BRONZO e VEIGA, 2013; SOTO, 2013). Os autores que compartilham dessas ideias não concebem as condicionalidades como ‘portas de saída’ da pobreza e defendem sua eliminação. Denunciando a manutenção de ideias assistencialistas nos Programas, preconizam sua institucionalização enquanto políticas estáveis, de longo prazo e que ofereçam segurança aos beneficiários. Para esses autores, isso romperia com a lógica assistencialista ainda vigente. A seu ver, a politização dos Programas possibilitaria instituí-los como direitos sociais, garantindo um estatuto legal que os ordenasse. Esse ponto de vista toma por base elementos da abordagem da questão social (apresentada no Capítulo 1) e suspeita da eficácia do empoderamento e da libertação das mulheres, defendidos por autores ligados à abordagem liberal (ÁVILA, 2012; BRONZO e VEIGA, 2013; CAMPOS, 2013; PEREIRA e RIBEIRO, 2013). Para eles, a participação na definição e no controle social das políticas é fundamental para instituir uma cidadania ativa.

Os autores vinculados a essa abordagem possibilitam avançar na crítica, principalmente no que diz respeito à dimensão política. A ação de técnicos e especialistas vinculados a essa abordagem contribuiu para que os PTCs na Argentina e no Brasil não estejam formulados nos termos estritos dos organismos internacionais, como Costa (2010) e Leite e Dias (2013) possibilitam afirmar. A criação e consolidação do SUAS, conquista da luta dos profissionais de assistência social, também contribuiu para isso (YAZBEK, 2012). O foco que a questão social traz para os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil é relevante e necessário, mas tem contribuição limitada para a compreensão dos determinantes da pobreza na vinculação entre as dimensões econômica e social.

No campo da Administração, as discussões que relacionam o social e o econômico ao referir ao combate à pobreza giram em torno do empobrecimento da classe trabalhadora devido aos processos de automatização e flexibilização nas empresas (FARIA e SANT’ANNA, 2006; CAMPOS, URBINA e LAGO, 2008). Os trabalhos de Campos (2012) e Ivo (2012) trazem contribuições importantes nesse sentido, indicando a dicotomia entre a concentração de renda no agronegócio e a expansão da pobreza, principalmente entre as mulheres (CAMPOS, 2012), e a vinculação histórica de políticas compensatórias com estratégias de desenvolvimento nacional. No entanto, esses trabalhos mantêm-se no horizonte

do desenvolvimento. De um lado, Campos (2012, p. 118) denuncia que “as políticas de desenvolvimento rural, de distribuição de terras e de combate a pobreza no interior do País tenham impactos restritos e paliativos”. De outro, Ivo (2012, p. 207) aponta para a necessidade de estudar “os limites do crescimento endógeno, determinante para os objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento, considerando-se a disjunção entre capital e trabalho diante da crise estrutural e histórica contemporânea”.

Frente às limitações encontradas nessas abordagens, é necessário ir além. e o aporte da Filosofia da Libertação é fundamental nesse sentido, pois ela é formulada a partir “da pobreza crescente da maioria da população latino-americana, da vigência de um capitalismo dependente que transfere valor ao capitalismo central [...]” (DUSSEL, 2004a, p. 143). Nesse contexto, não há desenvolvimento possível, há apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento (GUNDER FRANK, 1969) determinado pela dependência, isto é, a transferência de valor dos países periféricos para países centrais que tem como contrapartida a difusão de elementos culturais do Centro para a Periferia (GUNDER FRANK, 1969).

Dussel (1988, p. 361) afirma que “no nível econômico político, a dependência é o ponto de partida do conceito de libertação. É o momento teórico *ex quo* se origina e parte o processo de libertação em nosso continente”. No âmbito dos países da América Latina, como a Argentina e o Brasil, a libertação exige “superar sua 'situação-limite' de sociedades dependentes, para converterem-se em 'seres-para-si', sem isto estas sociedades continuarão a experiência da 'cultura do silêncio' que, havendo resultado das estruturas de dependência, reforça estas mesmas estruturas” (FREIRE, 1979, p. 33).

As formulações de Dussel e de Gunder Frank possibilitam rejeitar as definições de pobreza consolidadas nas políticas compensatórias da Argentina e do Brasil, pois elas estabelecem o mercado como o espaço da possibilidade de ser do indivíduo. Possibilitam, também, ir além das críticas elaboradas pelos autores vinculados à abordagem liberal e da questão social, formuladas no horizonte da crença no desenvolvimento em ambos os contextos epistêmicos. Não só porque o desenvolvimento não é possível, mas porque a América Latina vive uma crise perene decorrente da dependência dos capitais globais nacionais da região em relação aos capitais globais nacionais desenvolvidos. Aqui, o capital extrai mais mais-valia do trabalho vivo para compensar suas perdas no mercado internacional e manter a competitividade (DUSSEL, 1988).

Com isso, concordo com os autores vinculados à perspectiva marxista que afirmam

que ao defenderem uma simples inserção nos mecanismos de mercado, os Programas de Combate à Pobreza se tornam esferas de reprodução da pobreza (PAIVA *et al.*, 2011; YAZBEK, 2012; PAULO NETTO, 2012, 2013; CASSIN, RAMOS e MORAIS, 2013). As escolhas possíveis geradas pela inserção no mercado, e celebradas por Fonseca (2007), Moreira *et al.* (2012) e Rêgo e Pinzani (2013a; 2013b), não são indicativos da superação da pobreza, mas de que os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil atuam de modo funcional à reprodução da dependência.

Não estou afirmando que não existam diferenças nas condições de vida de um empregado formal e um desempregado ou trabalhador informal. Pelo contrário, as categorias de pobretariado (LÖWY, 1989; 2010), semiproletariado (MOYO e YEROS, 2005; 2011), precariado (BRAGA, 2012) e trabalhadores *en negro* (FÉLIZ, LÓPEZ, FERNÁNDEZ, 2012) (apresentadas na seção 5.2) colocam em evidência parcelas significativas da população com diferentes tipos de inserção no mercado de trabalho que são determinantes das condições em que vivem. Contudo, seus autores concordam que as vidas desses sujeitos são marcadas pela possibilidade eminente do desemprego e pela luta pela sobrevivência. Isso acontece porque o principal meio de compensar as perdas decorrentes das trocas com os capitais globais desenvolvidos é a superexploração do trabalho (MARINI, 2005[1979]).

Os procedimentos com os quais a superexploração realiza a compensação interna de suas perdas levam à remuneração do trabalhador abaixo de seu valor, através da intensificação do trabalho, do prolongamento de sua jornada e da expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força-de-trabalho (MARINI, 2005). Nesse sentido, Dussel (1988, p. 356) afirma que “falar da transferência de mais-valia da Periferia para o Centro é falar de roubo de vida humana objetivada. Trabalho vivo extraído de países pobres, e pobres porque espoliados”, mais detalhadamente: “é o trabalho vivo o que está por trás e é a fonte criadora de todo o valor do capital global nacional mais desenvolvido e do menos desenvolvido”.

É necessário compreender que a superpopulação desempenha um papel complementar aos mecanismos de superexploração do trabalho, gerando um exército de reserva que propicia fácil substituição do trabalho vivo desgastado e, também, facilita a manutenção de remuneração abaixo do valor da força-de-trabalho. Desatentamente, alguém pode afirmar que é justamente aí que os Programas de Combate à Pobreza fazem frente à superexploração do trabalho, pois disponibilizam uma remuneração, seja através da transferência condicionada, da

formação de cooperativas, ou da qualificação para o trabalho, que diminui a oferta da mão-de-obra e pode influenciar em um aumento dos salários.

Os vínculos sociais entre trabalhadores formais, informais, desempregados, beneficiários ou não dos Programas, são mais complexos do que isso, como as análises de Marx (2009) sobre a superpopulação relativa e o lumpenproletariado permitem afirmar. Ao passo que os Programas aliviam a pobreza e amenizam a precariedade da vida dos pobres decorrente da superexploração do trabalho, eles não alteram as determinações das suas condições de vida. Além disso, os Programas favorecem o apaziguamento da população, não só dos beneficiários, mas de seus elegíveis de modo geral. Em função da expectativa de que o benefício monetário seja alcançado e, junto com ele, uma suposta segurança na continuidade do pagamento, o caráter individualista que permeia os Programas é reforçado. Cada família se responsabiliza pelo cumprimento de suas condicionalidades e pela atualização de seus dados cadastrais, em uma nova versão da máxima de que a pobreza é um problema dos pobres.

A permanência da precariedade que define a vida dos beneficiários dos Programas permanece, é reforçada pela dependência dos beneficiários em relação aos valores pagos pelos governos para a composição do orçamento familiar. O episódio de 17 e 18 de maio de 2013 coloca isso em evidência: naquele final de semana, um boato sobre o fim do Bolsa Família levou milhares de beneficiários às agências da Caixa Econômica Federal, banco responsável pela distribuição dos benefícios. A insegurança quanto à continuidade do Programa é um rebatimento da insegurança quanto à possibilidade de reprodução da própria vida, que marca o povo.

Isto significa dizer que os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil aliviam a pobreza e possibilitam uma vida tolerável (PNUD, 1997), sem atingir as determinações da pobreza que são centradas na superexploração do trabalho como mecanismo compensatório das perdas na competição no mercado internacional. Extrapolando os termos individuais e pensando em termos de população, é possível afirmar que os Programas desoneram o capital de parcela da remuneração a ser paga pela força-de-trabalho extraída, isto é, pelo valor apropriado nos produtos. Reproduzindo a pobreza, permitem a reprodução da riqueza, isto é, da valorização do capital.

Frente a essa constatação, cabe retomar a afirmação de Freire (1977, p. 69) de que “os marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram 'fora de'. Sempre estiveram 'dentro de', dentro da estrutura que os transforma em seres-para-o-outro'. Sua solução, pois, não está

em 'integrar-se', em 'incorporar-se' a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se seres-para-si" (FREIRE, 1977, p. 69). Essa passagem possibilita compreender os limites da suposta proposta de integração que os Programas ofereceriam e responde à problemática levantada por Castel (1997) sobre a marginalização. Deslocando o centro do problema para a relação de opressão que marca a existência do pobre no contexto do capitalismo latino-americano, não se trata de incluir o marginalizado, pois ele já está na Totalidade do sistema vigente em que "a imediata corporalidade do trabalhador [...] se enfrenta com o rosto do capitalista, primeiro em abstrato (desde um ponto de vista econômico), depois em concreto (em uma hermenêutica existencial), mas ao mesmo tempo como duas classes, duas raças, dois povos" (DUSSEL, 2012, p. 350). Nesse enfrentamento, "o trabalhador não é nenhum ente: nada. Mais além do capital [...] é a não objetividade (porquanto ainda não é objeto; ou, se é objeto, enquanto não objetivado, é não objeto: um trabalhador desempregado). Se a riqueza é o capital, o que está fora é a 'pobreza absoluta'" (DUSSEL, 2012, p. 139).

A Filosofia da Libertação leva em conta que o 'nada', a 'pobreza absoluta', o trabalhador que desempregado ou 'inservível' para o capital existe para ele como 'não valor', pode sempre tornar-se "o Outro' da Totalidade do capital. [...] Resumindo: como ente intramundano, como coisa ante a consciência, como mercadoria possível, mas atualmente não mercadoria, o trabalhador e seu trabalho são pura negatividade (DUSSEL, 2012, p. 139-140).

O Outro não é Exterioridade à Totalidade do capital apenas enquanto trabalho vivo não empregado, como um trabalhador, mas enquanto povo. O povo não é apenas classe, pois outros grupos sociais que guardam exterioridade também à nação o constituem. O povo possui uma importância política revolucionária: é sujeito histórico que atravessa diferentes instâncias da Totalidade, diversos modos de opressão e dominação "com as memórias de suas gestas, com cultura própria, com continuidade no tempo [...]. O povo é o coletivo histórico de pobres nos momentos limites da aniquilação de um sistema e de passagem a outro" (DUSSEL, 2012, p. 386).

Ao conceber o povo e o pobre como categorias analíticas, "um no singular e outro no coletivo", Dussel (2012, p. 19) fornece parâmetros para pensar os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil como parte da Totalidade vigente. Não se trata, desde essas concepções, da inclusão dos pobres nos mecanismos de mercado, do empoderamento, da aquisição de capital humano ou social. Muito menos, se trata de garantir uma vida tolerável ou

de encontrar parâmetros adequados para mínimos sociais. As definições de pobre e de povo de Dussel permitem afirmar que os Programas de Combate à Pobreza na Argentina⁴⁷ e no Brasil não estão articulados pela noção de povo e que o próprio conceito de pobre que define as suas ações é débil. Apesar de tentarem afirmar a pobreza como um fenômeno multidimensional e estabelecer uma definição mais complexa, os Programas recorrem a definições monetárias e individualistas de pobreza, estipuladas em termos bastante modestos que, facilitando sua focalização, inviabilizam a negação da negação do povo enquanto sujeito coletivo.

A urgência da práxis na Filosofia da Libertação exige ações forjadas pelo e para o povo na sua “mediatização pelo mundo, a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo” (FREIRE, 1977, p. 101). A Filosofia da Libertação aponta, desde a defesa de projetos nacionais e populares, para a satisfação das necessidades do povo, o que não se realiza com políticas compensatórias, mas com a distribuição da riqueza produzida socialmente.

Em vista do exposto, na análise que realizo, na parte III, compreendo os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil desde o método analético, respondendo à inegável interpelação do Outro oprimido como ponto de partida e implementando “dialeticamente todas as mediações necessárias para responder a essa palavra” (DUSSEL, 1995, p. 236), estabelecendo a “afirmação original” do Outro (DUSSEL, 1998, p. 21) - que exige a abertura para pensar, para ouvir, para ver, para sentir o mundo desde a perspectiva do Outro.

47 É curioso notar que em meio ao aumento da variedade e da quantidade de programas sociais focalizados, o governo argentino tem se apropriado de modo peculiar de categorias fundamentais para a Filosofia da Libertação. A presidente Cristina Fernández de Kirchner tem afirmado, em seus discursos, que “se não se ama ao povo, se não se ama ao próximo, é impossível amar a pátria, a pátria é o próximo” (KIRCHNER, 2012). Com esse mote, jovens militantes governistas da frente *Unidos y Organizados* realizam as jornadas *La Patria es el Otro* de auxílio a vítimas de desastres naturais, como enchentes e chuvas. O governo argentino pode, assim, redefinir a categoria 'Outro' em termos individuais: não se trata, como na Filosofia da Libertação, do Outro enquanto Exterioridade a uma Totalidade de opressão e dominação, mas de uma 'vítima' de circunstâncias adversas que recebe o auxílio solidário de jovens engajados com as ações da base política da presidente. A versão kirchnerista do 'Outro' apazigua o pobre e o coloca em condição de dependência das ações do governo ao mesmo tempo em que assume um caráter aglutinador para os militantes governistas.

PARTE III

7 A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA EM CIDADES DA ARGENTINA E DO BRASIL

Neste Capítulo analiso a implementação dos Programas de Combate à Pobreza em cidades selecionadas na Argentina e no Brasil. A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, prezando pela economicidade e sistematização dos dados. As localidades foram pré-selecionadas devido à maior incidência da proporção de população extremamente pobre em relação à população total, como foi definido no Capítulo 2. A seguir apresento, primeiro, os municípios gaúchos e, em seguida, os argentinos selecionados. Buenos Aires e Porto Alegre foram descartados porque a implementação dos Programas de Combate à Pobreza nessas grandes cidades se dá em condições muito distintas da realidade encontrada nas de porte menor.

Para a escolha das localidades argentinas onde realizar a pesquisa estabeleci que concentraria os esforços nas capitais das Províncias de Tucumán, Santiago del Estero, Corrientes e Misiones. A ida para o interior das Províncias fora descartada devido às dificuldades em obter informações sobre as condições socioeconômicas e de infraestrutura para a realização da pesquisa, em especial no que se refere a hospedagem e meios de locomoção. Fazendo um acompanhamento sistemático de notícias nos jornais argentinos e notas de imprensa divulgadas pelo *Ministério del Desarrollo Social de la Nación*, chamava atenção a constante menção às províncias de Corrientes e Catamarca dentre as com maior proporção de pobres do país em 2011, 2012 e 2013 (CATAMARCA ATUAL, 2011; EL ESQUIÚ, 2013; EL LIBERAL, 2013). Por outro lado, os dados apontavam para uma redução significativa dos percentuais de pobreza em Tucumán (EL LIBERAL, 2013) e em Santiago del Estero, onde 49,8% da população é coberta pela *Asignación Universal por Hijo* (OBSERVATORIO..., 2013, p. 27), reforçando o foco dos Programas na região norte do País. Além disso, as notícias das recorrentes visitas da *Ministra del Desarrollo Social*, Alicia Kirchner, às Províncias dessa região ao longo de 2012 e 2013 chamavam a atenção. Destacavam-se, principalmente as idas a Catamarca para atividades em torno do *Centro Integrador Comunitario del Sur* (CIC Sur), que completou 5 anos em 2013. A atenção federal a Catamarca e, ao mesmo tempo, sua permanência dentre as províncias mais pobres, me levou a considerá-la, também, um dos lugares em que poderia realizar a pesquisa.

A partir dessa definição muito ampla, foi preciso estabelecer critérios para a definição

do campo de modo a garantir a viabilidade do estudo. As longas distâncias no norte da Argentina exigiam escolher entre o nordeste (NEA) ou o noroeste (NOA) e, a partir daí, selecionar as cidades. O contato com o professor Horacio Machado Araóz (*Universidad de Catamarca*) foi fundamental nesse sentido. O professor Horacio veio a Porto Alegre participar de atividades do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora (UFRGS) e, ao saber das minhas dificuldades em estabelecer contatos para definir as localidades onde realizar o estudo, se colocou à disposição para mediar contatos em Catamarca. Com isso, defini essa Província como um dos locais onde realizaria a pesquisa, delimitando-a à capital San Fernando del Valle de Catamarca. Outra Província que tinha uma repercussão interessante sobre o desempenho da AUH e do *Argentina Trabaja* na mídia era Santiago del Estero, que está a pouco mais de 200 quilômetros de distância de San Fernando. Com isso, defini que essa seria a outra cidade do noroeste da Argentina onde realizaria a pesquisa de campo.

Figura 7 – Recorte do mapa da Argentina, destacando San Fernando del Valle de Catamarca (A) e Santiago del Estero, Capital (B)



Fonte: GoogleMaps (2013).

Para definir as localidades brasileiras verifiquei as possibilidades de locomoção entre Redentora, Jacuizinho, Lajeado do Bugre, São Valério do Sul e Benjamin Constant do Sul, os municípios com maior proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família no Rio Grande do Sul, todos localizados na região noroeste do estado. Jacuizinho está mais próximo da região central e não há possibilidade de transporte entre ele e os outros municípios sem retornar a Porto Alegre ou fazer baldeação em algum município-polo no interior. Com isso, descartei essa localidade e comecei a verificar as possibilidades de acomodação nos demais municípios. À exceção de Redentora, nenhum deles conta com hotel, pousada ou albergue. Isso me levou a definir um município-polo que oferecesse acomodação e possibilidade de transporte para as localidades da pesquisa. A opção mais razoável era Palmeira das Missões⁴⁸, distante aproximadamente 140 quilômetros de Benjamin Constant do Sul, 80 quilômetros de São Valério do Sul e 50 quilômetros de Redentora e Lajeado do Bugre. Não há linha de ônibus entre Palmeira das Missões e Benjamin Constant do Sul, o que me fez excluir esse município

48 O município de Palmeira das Missões foi fundado em 06 de maio de 1874, possui atualmente uma área territorial de 1.471,4 km², Uma população de 38.192 habitantes e está a 368km de Porto Alegre. Sua economia é basicamente agropecuária. O município é sede do Carijo da Canção Gaúcha, que em 2013 teve a sua 28ª edição e é o principal evento cultural do noroeste gaúcho (PALMEIRA DAS MISSÕES, 2013).

da seleção. Defini, então, que a pesquisa seria realizada em São Valério do Sul e Redentora, municípios que fazem parte da Região Ceileiro (RIO GRANDE DO SUL, 2012), e Lajeado do Bugre. Isso feito, já era possível traçar um perfil socioeconômico dos municípios, estabelecer uma agenda de visita aos equipamentos de assistência social e marcar entrevistas.

Figura 8 – Recorte de mapa do Rio Grande do Sul destacando os municípios de São Valério do Sul (A), Redentora (B) e Lajeado do Bugre (C)



Fonte: GoogleMaps (2013).

Chamo a atenção do leitor para o fato de que, tanto na Argentina quanto no Rio Grande do Sul, a delimitação da pesquisa de campo foi na região noroeste, o que não é fruto do acaso e também não se trata de, simplesmente, definir *a priori* o noroeste como região de pobreza e, conseqüentemente, objeto de estudo. Ocorre que as dinâmicas socioeconômicas, nos dois casos, definiram historicamente essas regiões como predominantemente rurais. Atualmente, são áreas onde ocorre um acirramento da espoliação da natureza e nelas a pobreza se apresenta de forma acentuada, como evidencio nas seções 7.1 e 7.2. Tendo descrito como defini as localidades para fazer a pesquisa de campo, posso, agora, apresentar os procedimentos adotados.

Após a definição das localidades em que realizaria as entrevistas, elaborei breves caracterizações socioeconômicas e estabeleci contato com pessoas nos Centro Integradores Comunitários (CICs) e nas Secretarias Municipais de Assistência Social, agendando visitas às suas sedes. A contribuição dos dirigentes e das equipes técnicas foi fundamental para a realização da pesquisa, pois não apenas proporcionaram informações relevantes a respeito da operação dos Programas de Combate à Pobreza nas localidades, como me colocaram em

contato direto com os beneficiários. Antes de ir a campo, realizei um pré-teste da pesquisa nos municípios fronteiriços de Sant'Ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) que revelou que essa seria a melhor estratégia de aproximação com os beneficiários e me permitiu refletir sobre a abordagem adotada na coleta de dados⁴⁹.

As visitas aos CRAS, CICs e escritórios do *Argentina Trabaja* foram agendadas com antecedência mas, em alguns casos, contratempos com os contatos impediram a sua realização na data combinada. Elas serão relatadas mais adiante. Ao todo, entrevistei quatro técnicos vinculados aos Programas de Combate à Pobreza nos municípios gaúchos e cinco na Argentina, sete beneficiários do PBF e duas candidatas que aguardam na lista de espera, doze beneficiárias do *Argentina Trabaja* e da AUH. Além disso, em Catamarca e Santiago del Estero, entrevistei membros de uma organização não-governamental que oferece apoio técnico e financeiro a pequenos agricultores. Não elaborei um roteiro de entrevista, mas as principais questões podem ser reunidas em dois conjuntos: um a respeito das características técnicas da implementação dos Programas, que voltou-se especificamente para os trabalhadores dos CRAS e CICs; outro sobre a repercussão dos Programas na vida dos beneficiários, dirigida especificamente a eles. A duração do tempo das entrevistas foi bastante variada. Em alguns casos, como com algumas beneficiárias dos Programas que eram observadas de perto por funcionárias do CRAS, não chegou a cinco minutos. Mas, em uma situação em Catamarca, (descrita na seção 7.1), passou de uma hora e meia.

Durante a coleta de dados estava consciente de que o lugar de onde falo, ou, nas palavras de Bajtín (2011), o gênero do meu discurso⁵⁰, é acadêmico e está marcado pelo estilo, pelos termos e pelo tipo de construção que são próprias desse lugar, o que faz com que esse gênero se articule facilmente com os enunciados dos técnicos e dirigentes dos Programas. No entanto, o método analítico me possibilitou reconhecer a “palavra que irrompe no mundo mais-além do mundo” (DUSSEL, 1995, p. 233), isto é, durante as entrevistas eu estava responsivamente comprometido com a interpelação do Outro, do oprimido, do pobre. O

49 Essa primera entrada no campo se encontra registrada em: DORNELAS CAMARA, G. Poverty Eradication in Brazil: an analysis from the perspective of the Philosophy of Liberation. In: The 8th. International Conference in Critical Management Studies, 2013, Manchester. *Proceedings of the 8th. CMS Conference*, 2013. p. 1-19; e DORNELAS CAMARA, G.; [MISOCZKY, Maria Ceci Araújo](#). O Impacto do Programa Bolsa Família para a Inserção Profissional: a experiência dos beneficiários de uma cidade da fronteira Brasil-Uruguay. In: XVIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y la Administración Pública, 2013, Montevideu. *Anais do XVIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y la Administración Pública*, 2013.

50 Para Bajtín (2011) os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de expressões que refletem as condições específicas e o objetivo de cada espaço de expressão, através de seu conteúdo, objetivo, estilo linguístico e, acima de tudo, através de sua construção.

esforço foi, como ensina Dussel (1995, p. 236), de implementar “dialeticamente todas as mediações necessárias para responder a essa palavra” (DUSSEL, 1995, p. 236). A meu ver, a expressão máxima da abertura à palavra do Outro durante a coleta de dados está no reconhecimento de um 'índio velho'⁵¹ que, ao final de uma longa entrevista em uma aldeia de Lajeado do Bugre, me disse: “*O senhor está aprendendo com nós, nós estamos aprendendo com o senhor*”⁵².

A coleta cessou quando identifiquei a saturação dos dados. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Além disso, conversei informalmente com pessoas nas localidades em que estive. Ao final de cada dia de entrevistas, registrava minhas percepções e intuições teóricas em um diário de campo. Esse conjunto de informações consolidadas forma o *corpus* da análise dos Programas de Combate à Pobreza que realizo a seguir. A ordem da exposição segue a lógica adotada ao longo desta Tese: primeiro, analiso os dados referentes à Argentina e, em seguida, aqueles referentes ao Brasil.

7.1 OS PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA FRENTE ÀS ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL EM CATAMARCA E SANTIAGO DEL ESTERO

Na Argentina, a pesquisa de campo aconteceu em outubro de 2013, durante o período das campanhas eleitorais para governador, vice-governador e deputados provinciais, simultaneamente com as eleições legislativas nacionais. Esse fato não atrapalhou a agenda da pesquisa em Catamarca, pois a reeleição da governadora Lucía Corpacci Saadi⁵³ era dada

51 A expressão 'índio velho' é utilizada recorrentemente no Rio Grande do Sul, sobretudo no interior, para referir-se a alguém com votos de estima e camaradagem.

52 Por escolha estilística, a transcrição de trechos das entrevistas realizadas será feita entre aspas, com fontes em itálico. A lógica de expressão oral dos entrevistados é respeitada nas transcrições e eventuais erros, de acordo com a gramática normativa, são mantidos.

53 Lucía Benigna Corpacci Saadi de Mercado é médica, Mestre em Enfermidades Endêmicas. Foi diretora do Centro de Referência do *Ministerio de Desarrollo Social de la Nación* de 2005 a 2007, ano em que foi eleita Vice-Governadora da Catamarca. Em 2009 foi eleita Senadora Nacional pela Catamarca. Corpacci é vinculada à Frente para la Victoria liderada pela Presidente Cristina Fernández de Kirchner. O histórico político de sua família remonta a Vicente Saadi, importante personagem político na Província entre as décadas de 1940 e 1980. Seu primo, Ramón Corpacci, foi Governador da Província nos períodos de 1983-1987 e 1988-1990 (LA NACIÓN, 2011).

como certa e o clima nas repartições do governo era de vitória.

Me instalei em San Fernando del Valle de Catamarca, capital provincial que está situada a 555 metros acima do nível do mar, no *Valle Central* de Catamarca. A Província é dividida em 16 departamentos com seus próprios poderes políticos e administrativos. Quase 80% do território é ocupado por montanhas, principal fator configurador do clima árido e semi-árido da Província, com escassas precipitações (CATAMARCA, 2001).

Figura 9 – Dique El Jumeal que abastece San Fernando com montanhas ao fundo



Fonte: Catamarca (2001).

A região em que Catamarca está localizada foi habitada pela etnia diaguita⁵⁴ dos *calchaqui*, que era independente do Império Inca até meados do século XVI, quando o capitão Diego de Almagro chegou à região procurando uma porta de entrada para o Chile (CATAMARCA, 2001). A primeira fundação espanhola foi conduzida por Juan Perez de Zurita no vale do Quimivil, em 1558, mas a vila foi devastada pelos nativos. Em 1607, a cidade foi reconstruída, mas duas décadas depois os *cachalqui* reduziram-na novamente a escombros. A vila foi reconstruída e destruída mais uma vez em 1633, em uma resistência indígena que durou quase um século e terminou com a população *cachalqui* dizimada. Cinquenta anos depois, o conquistador Fernando Mendoza e Mate de Luna fundou uma nova cidade, desta vez no sopé da colina de Ambato, no vale do rio, região em que, rezam as lendas populares, teria aparecido a *Virgen del Valle*. A fundação aconteceu em 5 de julho de 1683 com o nome San Fernando del Valle de Catamarca⁵⁵, que mantém até hoje (CATAMARCA,

⁵⁴ Diaguita é uma corruptela espanhola do termo inca *tha kita*, que significa 'de uma região distante' na língua quíchua. Ela era usada por incas e, posteriormente, também por espanhóis para denominar os povos independentes do Império que viviam na região que corresponde atualmente ao noroeste da Argentina e ao *norte chico* do Chile (PRE COLOMBIANO, [s/d]).

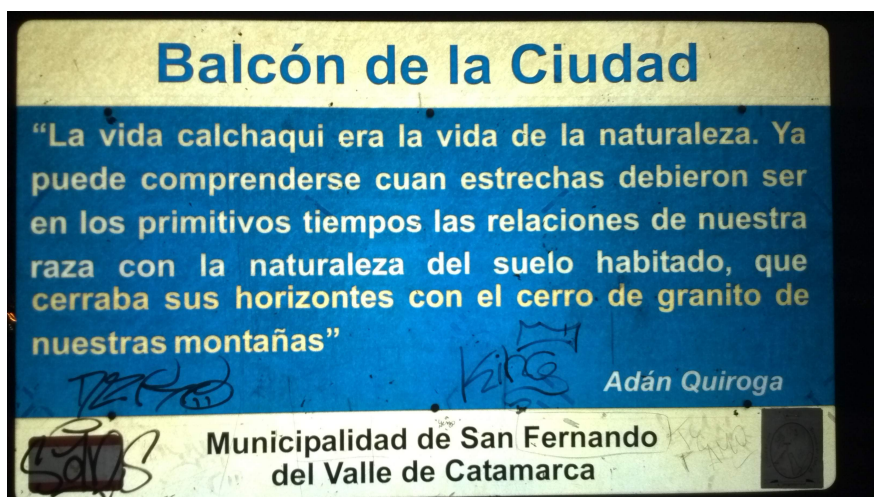
⁵⁵ Doravante denominado apenas San Fernando. Na região, a cidade é referida como Catamarca. No entanto, neste texto para evitar a confusão entre a Província e o município, utilizarei o nome San Fernando.

2001).

Cabe destacar que, ao chegar em San Fernando, a forte presença dos Programas de Combate à Pobreza na cidade já se anunciava: a praça central estava em obra. A pavimentação estava sendo trocada, jardineiras eram reformadas, meio-fios consertados e pontos de ônibus construídos. Cada etapa da reforma era feita por uma cooperativa contratada pelo governo no âmbito do *Argentina Trabaja*.

De acordo com a última *Encuesta Permanente de Hogares* (INDEC, 2011), a população da Catamarca era de 334.568 mil habitantes, em 2001, e de 367.828, em 2011 – com um crescimento de 9,9%. San Fernando, que antes possuía 141.260 mil habitantes passou para 159 mil no mesmo período, crescendo 13,1%. Em 2006, 39% da população estava emprega; 44% exercia alguma atividade remunerada; 11,4% estava desempregada; e 7,5% estava subempregada. Ao final de 2013, esses números são apresentados da seguinte maneira: 39,9% da população estava emprega, 43% exercia alguma atividade remunerada, 7,3% estava desempregada e 11,9% estava subempregada (INDEC, 2014). No mesmo período, os índices de pobreza e indigência reduziram-se significativamente: a pobreza passou de 48,4%, para 6,6% e a indigência de 13,5%, para 0,7%. Os dados permitem afirmar que as condições de emprego na Província praticamente não se alteraram nos últimos anos, ao passo que os índices de pobreza e miséria caíram significativamente.

Figura 10 – Placa em homenagem à comunidade *cachalqui* que habitava a região



A implementação dos Programas de Combate à Pobreza na Província têm atuado nesse

sentido, como afirma Lucrecia⁵⁶, moça jovem de pele morena e pesados cabelos negros que não negam sua ascendência indígena: *“Todos recebemos a AUH. É um direito da gente pobre que não tem trabalho. Aqui em Catamarca não tem trabalho: ou é funcionário público, ou vive de bolsas de trabalho do governo. Eu tenho essa bolsa para trabalhar na limpeza do CIC [o governo da cidade de San Fernando contrata desempregados para trabalhar um turno por dia em serviços gerais em diversos locais. A limpeza do Centro Integrador Comunitario Sur é feita por pessoas com esse vínculo trabalhista.]. Eu venho para cá, gosto muito. Converso com minhas amigas, trago minhas crianças para as aulas de música e para as atividades de reforço, é melhor do que ficar em casa”*.

O discurso oficial do governo se apresenta de foma distinta, como demonstra Anita, que trabalha na coordenação de oficinas de capacitação profissional na Direção do Ministério do Trabalho e Emprego em Catamarca: *“Criamos oficinas para preparar as pessoas para o trabalho. Contratamos professores, procuramos os empregadores para entender as necessidades do mercado de trabalho e preparar as pessoas para conseguir trabalhos dignos, formais. [...] Muita gente prefere viver das bolsas de trabalho e das Asignaciones. As pessoas vêm porque precisam, mas são poucas as que conseguem se dedicar. Há algo cultural em Catamarca que... as pessoas não gostam de estudar. Ou não estão acostumadas a estudar. [...] A melhor coisa do meu trabalho é quando vejo que alguém conseguiu um emprego, que um curso, uma oficina mudou a vida daquela pessoa. Isso me realiza”*.

Nesse contexto, as possibilidades de trabalhado defendidas por Anita com a realização de oficinas de qualificação profissional indicam a proximidade com a ideia de incremento do capital humano como meio para melhorar a empregabilidade dos trabalhadores. No entanto, como Lucrecia afirma, são poucas as vagas de trabalho. Os percentuais de população vinculadas a posto de trabalho, apresentados acima, indicam que o maior aumento de trabalho ocorreu para a população que está subempregada. Isso permite notar que a diminuição dos índices de pobreza e indigência decorrem da implementação dos Programas de Combate à Pobreza que, no entanto, não retiraram a população da situação de vulnerabilidade e não alteram as condições em que se dão as possibilidades de trabalho. O discurso da empregabilidade renova a máxima de responsabilizar o pobre por sua pobreza em uma formulação moralizante que é aliada a elementos culturais de uma gente que, supostamente, não gosta de estudar, como afirma Anita.

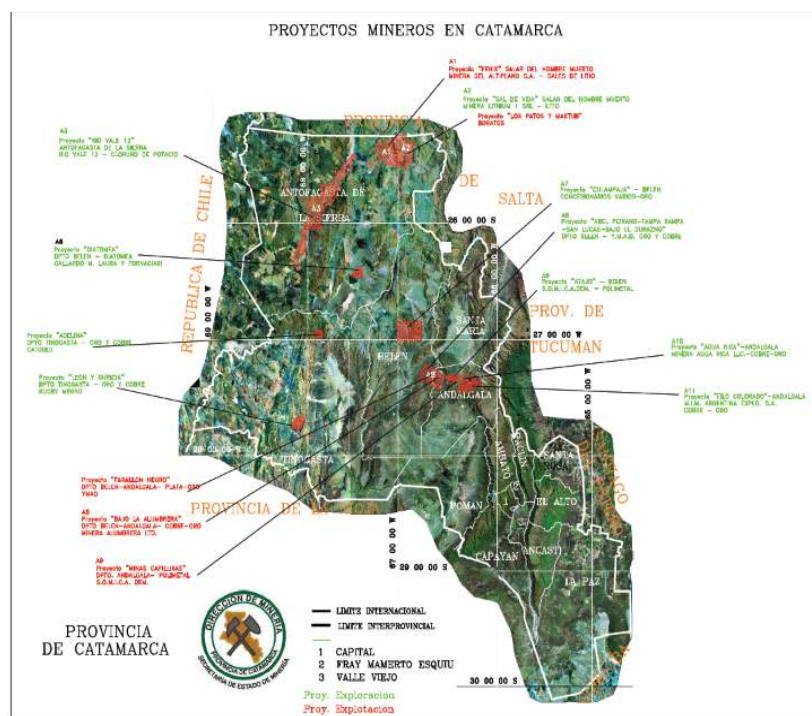
É importante relacionar a falas de Lucrecia e Anita com alguns dados quantitativos

56 Os nomes dos entrevistados são fictícios. Adoto esse artifício com o intuito de preservar sua identidade.

que são elucidativos sobre o processo de acumulação do capital em Catamarca. A Província possui uma matriz produtiva baseada na extração mineral, que retira das jazidas dos departamentos de Antofagasta de la Sierra, Tinogasta, Belén e Andalgalá (Figura 10) 100% de cobre e lítio e 20% do ouro do País, além de outros minérios (CATAMARCA, [s/d]). Os projetos de megamineração em Catamarca são conduzidos por empresas transnacionais, com apoio dos governos provincial e nacional.

Dados de Argentina (2013b), informam que o setor mineiro cresceu 94% de 2003 a 2011, com evidente direcionamento para o mercado internacional: cobre, ouro, molibdênio e carbonato de lítio correspondem a mais de 95% do total de exportações da Província, seguidos de preparados para ração animal, azeite de oliva, doces e azeitonas. Apenas a exportação de cobre rende US\$1,315,300.00 por ano. Os principais destinos dos produtos exportados são a União Europeia (48% do mercado) e a Coreia do Sul (20%). Apesar do setor extrativista ser responsável por grande parte da economia da Província, emprega apenas 5,5% dos trabalhadores registrados na região; o setor de agricultura emprega 15,1%; e o setor de serviços 32,2%. A média de salário na Província no último trimestre de 2013 foi de AR\$1.875,00 *per capita* (INDEC, 2014).

Figura 11 – Mapa de Projetos de Mineração em Catamarca



Fonte: Catamarca [s/d].

Com base nessas informações, não se trata de defender que a extração de minérios deva se converter em postos de trabalho ou compensar a população pelos danos ambientais e sociais causados por essa atividade econômica. Pelo contrário: como afirma Machado Araóz (2012, p. 28), “à medida que as populações locais foram re-conhecendo a intensidade das demandas ecológicas de tais explorações e seus impactos, o âmbito socioterritorial da Província de Catamarca [...] foi se configurando como um cenário de intensas disputas em torno desse tipo de mineração”. Para Machado Araóz (2012, p. 30), as instâncias de governo criaram uma “fantasia desenvolvimentista da qual se nutre a justificativa de fundo do 'modelo mineiro'. Desde o olhar oficial, a mineração seria a única saída 'do subdesenvolvimento e da pobreza' para uma província historicamente 'atrasada' e 'isolada' do mundo”.

As atividades de mineração em Catamarca são motivos de uma série de lutas sociais nos departamentos onde as minas estão instaladas⁵⁷. O povo denuncia a contaminação da água e dos solos, a disseminação de doenças e se opõe ao modelo extrativista de desenvolvimento (MISOCZKY e BÖHM, 2013). Tendo conhecimento sobre essas lutas populares, imaginei que

57 Não é meu objetivo nesta Tese aprofundar a análise sobre as lutas populares em Catamarca. Uma análise sobre a luta contra a megamineração na Província pode ser encontrada em MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 2, artigo 6, p. 331-339, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/viewFile/9222/8320>>. Acesso em 20 ago. 2013.

esse seria um tema recorrente em San Fernando e esperava encontrar cartazes, pichações, inscrições em espaços públicos e, até mesmo, manifestações acerca do tema. No entanto, me espantei ao constatar que na capital da Província essa não é uma questão evidente. Quando questionadas, as pessoas têm opinião favorável ou contrária aos projetos de megamineração, mas há, de modo geral, um silêncio sobre o tema, quebrado por alguns lutadores sociais e movimentos populares que resistem na luta pela sua vida⁵⁸.

Em Catamarca, um dos agentes que tem atuado no apoio à população que resiste à exploração mineira é a associação civil BePe (*Bienaventurados los pobres*), fundada em 1984 por pessoas inspiradas na Teologia da Libertação. BePe (2010, p. 2) atua respondendo a um “clamor de justiça, da luta esperançosa por transformar as relações humanas de injustiça e de opressão em direção a um horizonte de dignidade da vida, igualdade e fraternidade, respeito e reconhecimento mútuo entre as pessoas e a rica diversidade de suas formas de vida [...]”. Rosi, secretária de BePe, destaca que muitas ações, na atualidade, têm acontecido no sentido de responder à urgência das pessoas de resistirem ao avanço da mineração a céu aberto e à contaminação da água, do ar, do solo e da paisagem. Dentre as iniciativas de BePe, destacam-se a Feira de Troca de Sementes Crioulas; apresentação de informes em parceria com técnicos e pesquisadores; articulação de movimentos populares e seminários que colocam em evidência a mineração e a ameaça aos direitos dos povos. Rosi é taxativa ao afirmar que “*aqui na capital, isso [a mineração] não é uma questão. Se escutas o rádio, vais ouvir que os programas são patrocinados por La Alumbreira. O governo fez, nos primeiros anos, uma propaganda muito forte. É como se fosse um 'mal necessário' para atrair divisas. E as pessoas acostumaram... Além do mais, a mineração não é aqui [na Capital], é no interior. Como as pessoas não veem, não se preocupam*”. É como se as montanhas que cercam San Fernando impedissem de enxergar o que acontece aos pés da Cordilheira, isto é, enublassem reconhecer que “*por todos os lugares daqui, existem mineradoras transnacionais contaminando*”, como afirmou Juan Carlos, membro da ONG Juanito Contreras que atua na área de economia solidária.

A extração de minérios para a exportação por empresas transnacionais, principal atividade econômica em Catamarca, ameaça a continuidade da vida do povo da Província e elimina o modo de vida típico da região. A necessidade de manter a competitividade no

58 Como já disse, esse tema não será aprofundado aqui. Os autores acima mencionados que têm se dedicado a estudá-lo registram a censura, repressão e criminalização destes lutadores e, ao mesmo tempo, a coerção resultante das ditas ações de responsabilidade social empresarial (MACHADO ARAÓZ, 2012; MISOCZKY e BÖHM, 2013).

mercado internacional leva à exploração contínua da mineração e instaura um paradoxo em que, apesar do crescimento econômico do capital nos últimos anos, a população vive com salários abaixo da média nacional e do *salário mínimo, vital y móvil*, enfrenta dificuldades para encontrar emprego e depende de planos sociais criados para complementar a renda obtida em atividades informais ou em trabalhos de meio turno.

Nesse contexto, alguns agentes sociais, como a ONG Juanito Contreras e a associação BePe têm desenvolvido “*trabalhos de economia social e solidária [...] [que] faz um acompanhamento nas comunidades em defesa dos bens comuns*”, com afirma Juan Carlos. Ele afirma que, na Província, “*há uma forte presença do Estado em tudo. [...], é uma população altamente assistencializada. O Estado chega a todos os povoados e aos locais mais afastados [...]. Aqui o campesinato foi perdido. Em primeiro lugar, em quase todo o território catamarquenho havia economias de base. Ou seja, aonde há água, tem atividade econômica; aonde não tem água, não há atividade econômica. No Valle Central, na realidade, havia uma constituição mais de campesinato e, sobretudo, em todas as zonas das chácaras, tudo o que está vinculado perto daqui da capital. E, depois, para dentro, eram campos cabriteiros que, na década de 1990, a partir das mudanças na legislação, foram todos ocupados por empreendimentos impositivos. As empresas tinham lucro grande, que partiam da renda obtida em outros negócios, negócios financeiros, e que puderam investir... é... conseguiram alívio de impostos aqui para investir nas sua atividade principal [...]. A partir das mudanças na legislação da posse da terra que permitia que, de uma forma muito rápida, se apresentassem a nós os que diziam que... diziam ter direitos sobre a terra. Em um período muito curto de tempo, essas terras passavam a ser de guerras fiscais. A verdade é que sempre aparecia alguém com alguma escritura, e terminavam vendendo por um preço muito baixo as terras que as empresas compravam e onde montavam negócios financeiros de evasão de divisas, porque nada controla, na legislação, o que se faz. Então se vão investir em um caminhão, nada controla se este caminhão está aqui ou em outra empresa qualquer em Mendonza, em Córdoba ou em Buenos Aires. Isso, no melhor dos casos.... Além disso, se meteram em um negócio que, na maioria dos casos, não era tecnicamente viável. Isso porque... bem, apesar do que diziam os técnicos do governo e outros técnicos em muitos lugares... a oliva, a azeitona que se produz aqui não serve para o azeite, só para conserva”.*

Nesse trecho da entrevista, Juan Carlos coloca em evidência outra estratégia adotada para a acumulação de capital em Catamarca. A propriedade da terra, adquirida a baixo custo e

por meios duvidosos, é utilizada como subterfúgio para a realização de lucros em outro setor econômico ou outra Província. Essa dinâmica retirou parte da população que vivia do cultivo nas zonas férteis no *Valle Central* do campo e impeliu-as para San Fernando. Na cidade encontram poucas oportunidades de trabalho, quase sempre informal ou em tempo parcial. Nesse contexto, os planos de trabalho retêm a população sobrando no meio urbano. As cooperativas de trabalho do programa *Argentina Trabaja* colocam isso em evidência. Rosi alerta que “*esses jovens que vêm do campo, filhos de camponeses, não conhecem mais a terra. Seus pais vêm parar aqui em busca de trabalho, porque não conseguem mais viver no campo. Chegam aí, não tem trabalho fixo, seus filhos também não conseguem trabalho e, pior, não sabem cuidar da terra. Nem para uma granja conseguem ir. Não há expectativas [...]*”.

Esse relato descreve uma condição de vida de parte da população jovem de San Fernando que se assemelha ao conceito de semi-proletariado (MOYO e YEROS, 2005; 2011). Um agravamento causado por essa incorporação marginal à vida urbana é um risco para a manutenção da vida no longo prazo. Como conta Rosi, “*as pessoas no campo têm água limpa, comem legumes, frutas. Mesmo pobres, têm uma alimentação que é mais saudável. Quando vêm pra cidade isso muda: a alimentação é à base de pão, macarrão e leite. Aumenta, também, o consumo de guloseimas e há maior ingestão de álcool*”. A semi-proletarização de parcela da população da Catamarca altera os seus modos de vida e gera repercussões que tornam imperativo identificar os vínculos que articulam a exploração dos minérios do subsolo de Catamarca e o modo como se produz e reproduz a vida na Província. Os Programas Sociais de Combate à Pobreza parecem desempenhar um papel de mediação nesse sentido. Por meio deles, a população consegue garantir a sobrevivência sem que os benefícios monetários oferecidos ameacem os processos de expropriação dos bens naturais. Pelo contrário, como Rosi e Juan Carlos relatam, a mineração é apresentada como parte da solução do problema da pobreza, gerando postos de trabalho e impostos que se tornam fonte de financiamento das políticas compensatórias.

Em Catamarca pude visitar as obras do *Centro Integrador Comunitario Norte Nestór Kirchner (CIC Norte)* (Figura 12), realizadas por cooperativas de trabalho do Programa *Argentina Trabaja*. O Centro fica em um bairro pobre ao norte de San Fernando.

Figura 12 – CIC Norte e seu entorno



Visitei as obras acompanhado de Lucía, coordenadora do *CIC Sur*, e de dois funcionários do *Ministerio del Desarrollo Social*. Uma situação curiosa merece ser relatada. Logo que avistamos o prédio do *CIC Norte*, foi possível ver ao seu lado uma outra edificação em construção. Ali está sendo levantado um salão para reuniões e festas comunitárias. Recostados em uma parede do *CIC*, os trabalhadores descansavam. Quando o carro em que estávamos estacionou, foi possível ver todos os trabalhadores se levantarem e procurarem seus afazeres (Figura 13). Lucía se adiantou a eles em tom jocoso: “*não precisam fingir que estão trabalhando. Do caminho pudemos ver vocês parados, sentados, conversando. Não vai adiantar!*”. Alguns dos trabalhadores riram, apenas um dele continuou sua tarefa e os demais vieram investigar quem eu era. Miguel, que estava carregando pedras em um carrinho-de-mão, me confessou que quando viram que havia um estranho no carro “*achamos que fosse gente do governo para conferir as obras, por isso saímos correndo. Não queremos que pensem que não estamos trabalhando. Estamos trabalhando, sim, e é lindo ver que nosso trabalho está quase pronto*”.

Figura 13 – Obras de uma cooperativa do Programa *Argentina Trabaja* no *CIC Norte* em San Fernando



Apesar do relato orgulhoso de Miguel, Lucía conta que a cena que presenciamos é típica da rotina de trabalho: *“trabalham em um turno só, porque as cooperativas trabalham assim. E, muitas vezes, eles não têm as ferramentas ou o material não chegou. Às vezes, as obras ficam paradas por dois ou três dias, aí trabalham uma tarde ou duas e, aí, param de novo”*. Miguel integrava uma cooperativa do *Argentina Trabaja* havia seis meses. Como a etapa da obra de sua cooperativa estava perto do fim, não sabia o que seria dali para a frente: *“talvez a gente pegue umas casas para fazer em um bairro aqui perto, mas ainda não sabemos”*. Miguel contou que participar da cooperativa do *Argentina Trabaja* *“é muito bom, porque a gente tem um trabalho, é uma renda fixa, que ajuda muito a gente que está desempregada. Eu aprendi a fazer coisas que eu não sabia. Hoje eu posso trabalhar em obras, na construção de casas, estou mais capacitado”*. A fala de Miguel possibilita fazer duas observações: a primeira é que o *Argentina Trabaja* se baseia em uma abordagem que Lucía chama de territorial, isto é, que os trabalhadores permaneçam próximos às suas famílias e que desenvolvam atividades que beneficiem as comunidades em que vivem, ao invés de terem que buscar trabalho em outras cidades ou sair da Província; a segunda é que ao garantir uma renda a partir do trabalho, o *Argentina Trabaja* favorece a formação de vínculos entre os cooperados e possibilita encontrar novos meios de realizar a sobrevivência. No entanto, Miguel deixa transparecer que há incerteza quanto às possibilidades de manutenção de sua cooperativa no curto prazo. Há uma dependência da contratação por parte das instâncias do governo que ameaçam a continuidade dos trabalhos da cooperativa.

Após a visita às obras do *CIC Norte*, fomos ao *CIC Sur* que, pouco tempo antes, havia comemorado 5 anos de sua inauguração. Daniel, contratado do *Ministerio del Desarrollo Social* explica um pouco o funcionamento do CIC e de sua mesa de gestão, formada por funcionários do Ministério, vizinhos e representantes de movimentos sociais: *“Todos aqui*

participam. Falamos de tudo. Organizar uma comunidade é organizar-se dentro do CIC. Não tem que haver alguém que diga o que se tem que fazer, como em uma empresa. Aqui as pessoas já sabem o que têm que fazer e porquê. Já têm um convencimento, porque é uma coisa que nós sempre pregamos do que é uma organização comunitária, uma organização de território-militância, em que as pessoas sabem organizar-se, sabem seus direitos, o que podem realizar, onde têm que ir e nós vamos dar uma mão. Nós que somos funcionários, que estamos no governo, passamos. O que se tem que deixar organizado é o território, a militância, para saber onde ir para realizar seu próprio direito e suas obrigações. Vínhamos de um neoliberalismo muito forte, de um individualismo. Esses espaços são as mesas de gestão, são espaços para poder incluir, debater, ter um processo de organização dentro do bairro. Na mesa de gestão, as diferenças políticas, as diferenças de pensamento se deixam fora. Só se deve pensar no bem da comunidade. Esse é o ponto de partida daqui. Eu sei de uns e outros que dizem 'quero para mim', nós queremos entregar para os demais. Esse CIC está se tornando um modelo de como realizar [...]. É para que a sociedade venha e debata e, ademais, é uma ajuda para o Município, para que eles também possam saber onde falta alguma coisa. A mesa de gestão também está para isso, para ajudar”.

Com esse posicionamento de Daniel é possível afirmar que o CIC possui um caráter dual. Ao mesmo tempo em que constitui um espaço em que é possível a participação, a opinião e a instituição de direitos, argumento que se aproxima da abordagem da questão social, o CIC se torna o espaço autorizado para a militância kirchnerista. A instauração do CIC como um ponto focal de política social situado no bairro favorece sua institucionalização como o espaço de demandas populares por excelência. Lucía discorre um pouco mais sobre esse ponto: *“aqui no CIC Sur articulamos as principais coisas que a comunidade precisa. Trabalhamos com uma abordagem territorial porque a gente daqui passa muitas necessidades. Não é um, nem dois. É algo geral. Estamos em contato sempre com o Ministerio del Desarrollo Social para conseguir cumprir com as necessidades das pessoas. Tem uns poucos meses, conseguimos uns caminhões com portas, janelas e colchões. Muitas casas aqui desses bairros não têm portas nem janelas, e eram coisas que todo mundo pedia. Conseguimos com o Ministério. Foi uma festa porque agora as pessoas têm porta e janela e muitos que dormiam no chão, famílias inteiras que dormiam no chão, velhinhos, doentes, grávidas, crianças, agora estão dormindo em um colchão”.*

Assim, o CIC favorece a população dos bairros pobres, lugares de maior incidência da

AUH, oferecendo acesso às políticas de saúde e atenção social ao mesmo tempo em que a atuação do pessoal contratado pelo *Ministerio del Desarrollo Social* mobiliza a população em torno de ações governamentais de caráter assistencialista. Nesses termos, a suposta politização dos pobres em decorrência da participação no CIC acontece em termos bastante limitados, reforçando as relações clientelistas entre a população e os contratados do Governo Federal designados para a gestão do CIC.

Enquanto Lucía falava, outras pessoas se aproximavam, curiosos em saber quem eu era e o que fazia ali. Todos observavam a minha entrevista com Lucía, nós dois sentados ao redor de uma mesa comprida em uma sala do *CIC Sur* e os demais de pé, observando. Quando questionada sobre as principais atividades de trabalho que as pessoas do bairro desempenhavam, Lucía reforçou a informação que já havia sido dada por Juan Carlos: “*se trabalha pouco. É uma cerca para consertar aqui e ali, alguns vão para as azeitonas quando é época. As mulheres trabalham no centro, no comércio ou em casas de família, quando aparece, uma ou duas vezes por semana. Não é nada fixo, vê?*”. Perguntei, então, como as pessoas faziam antes da AUH e das bolsas de trabalho. Junto de nós estava Carmen, uma mulher aparentando 35 anos, mãe solteira de um filho. Ela se antecipou a Lucía: “*Veja: a gente sempre se virou. Tem família aqui que vive de mate doce e pão, que é o que dá para comprar. Eu já fiz curso, eu queria ser secretaria, mas não tem vaga. Quando eu falo que moro aqui, eles preferem contratar alguém mais de perto, porque não precisa pagar ônibus. Essa bolsa de trabalho que eu tenho [sua bolsa é paga pelo governo da municipalidade] junta com a Asignación que tenho pelo meu filho e basta para viver. Moramos com meus pais. O meu pai é aposentado, então não precisamos de muito. Mas eu queria trabalhar. Eu gosto do trabalho aqui. As pessoas no CIC são muito boas, somos amigos, conheço todo mundo. Mas eu queria ter um salário*”. Nesse momento, percebi que a entrevista tinha ganhado outra dinâmica e que eu precisaria pensar em uma estratégia para garantir a sua viabilidade. Sugeri que todos nos sentássemos à mesa, nos apresentássemos e que cada um fizesse um breve relato. Sem exceção, todos os presentes aceitaram. Buscaram cadeiras, água, mate e biscoito, e formamos um círculo de entrevista. Em uma primeira rodada, cada um se apresentou. Alguns dos integrantes eram membros da mesa de gestão do CIC e outros eram vizinhos que frequentavam o CIC. Em seguida, as pessoas fizeram seus relatos espontaneamente, em um encadeamento de temáticas que não havia sido previamente proposto (Figura 14).

Figura 14 – Roda de entrevista no CIC Sur em San Fernando



Nessa sequência de relatos um tema recorrente foi a precariedade dos vínculos de trabalho. Além de atingir as mulheres, como Carmen já havia relatado, Jorge explicou que a precariedade afeta também os jovens: *“eu trabalho com os jovens. Trabalho informalmente e, quando estou em casa, reúno os jovens para evitar que eles fiquem aí pela rua, usando drogas e fazendo besteira. Fazemos esportes, jogamos futebol, organizo campeonatos. Os jovens não têm perspectiva aqui no bairro e também não têm para onde ir. Suas famílias vivem como dá, seus pais saem para procurar trabalho e suas mães cuidam dos velhos e dos pequenos. O dinheiro é pouco e tem muitas tentações. Um sempre pensa que pode fazer o que quiser que não passa nada, que não tem nada a perder. O esporte ajuda a mostrar que eles são importantes, que tem uma vida inteira pela frente”*. O relato de Jorge situa as dificuldades das famílias desde o ponto de vista dos jovens no contexto da luta para garantir a sobrevivência. Em San Fernando, os jovens não encontram as oportunidades prometidas dos que defendem a inserção nos mecanismos de mercado e Jorge toma a iniciativa de mostrar que é possível uma socialização entre os jovens baseada no esporte.

A precariedade das condições de vida no bairro afeta os vínculos familiares desde cedo, como relata Rute, professora contratada pelo Município para oferecer suporte extra sala de aula para as crianças e adolescentes: *“É como psicóloga. As crianças saem da escola e vêm para cá para eu ensinar os deveres de casa, para tirar dúvidas. Tem criança que tem situação familiar muito vulnerável, há problema com álcool, com drogas e com violência doméstica. Então damos carinho, ouvimos essas crianças e o dever de casa fica pequeno nesse contexto psicológico”*.

Constato uma associação entre discursos baseados na teoria do capital humano,

defendendo que o estudo permite ao indivíduo alcançar maior renda, e o de uma suposta inaptidão para o trabalho, como no depoimento de Dulce: *“Eu trabalho em uma cooperativa da Argentina Trabaja e, com a idade que tenho, isso é ótimo... Tenho um trabalho estável, isso tudo é uma ajuda. A maioria na Catamarca é funcionário público e o que falta em Catamarca é trabalho independente. Aqui há terra para cultivar, semear, mas não há quem trabalhe e as pessoas reclamam que não há trabalho. [...] Ninguém faz nada. Falta um pouquinho animar-se a ir ao campo. A mentalidade catamarquenha é que tem que mudar, porque em outras Províncias não é assim. Quando saí para viver em Buenos Aires, em Misiones, eu vi a minha Província de outra maneira. Há trabalho, mas a mentalidade das pessoas é muito estruturada aqui”*. Dulce tem um discurso contraditório que sintetiza elementos como a sua idade, aproximadamente uns 55 anos, as possibilidades de trabalho existentes resumidas à 'ajuda' do *Argentina Trabaja*, e a suposição de uma mentalidade catamarquenha que resiste ao trabalho.

Rosa María é uma senhora de aproximadamente 50 e poucos anos, beneficiária da AUH. Está desempregada e afirmou ser diagnosticada com depressão. Com o dinheiro que recebe da AUH sustenta dois filhos adolescentes que estão estudando. Rosa María estava no *CIC Sur* para negociar com a mesa coordenadora a possibilidade de utilizar o pátio do Centro para realizar semanalmente uma *feria de trueque* (feira de escambo). Rosa María explica que nesse tipo de feira *“cada uma de nós traz o que produz: tortas, doces, artesanato, pães, queijos, roupas. Somos 122 mulheres que se reúnem toda semana. Estávamos fazendo a feira em um galpão, mas ele ficou muito pequeno porque cada semana mais mulheres nos procuram pedindo para participar. Estamos na rua agora, mas há muito vento. Estamos conversando aqui com a Mesa porque eles têm esse espaço que é mais protegido do vento”*. Ao ser perguntada se as mulheres tinham algum trabalho e como obtinham renda, Rosa María afirmou que *“a maioria recebe a Asignación, bolsas de trabalho ou é aposentada. A feira não nos dá dinheiro. É uma feira de troca, não se vende. Essa feira é importante porque muitas mulheres ficam em casa, cuidando dos filhos. Muitas são doentes como eu. Na feira estamos entre amigos, falamos dos nossos problemas, contamos nossas histórias, rimos, choramos, e podemos mostrar o que fazemos, podemos conseguir algo que precisamos sem depender do dinheiro, porque vivemos com muito pouco dinheiro”*.

O relato de Rosa María permite compreender que a AUH oferece recursos financeiros que garantem a sobrevivência, no entanto as condições de vida permanecem precárias. Nesse sentido, a feira se apresenta como uma oportunidade de estabelecer vínculos e trocar produtos

do seu trabalho. Isso não significa dizer que a feira configure um espaço de prática anticapitalista ou de resistência ao mercado, mas permite afirmar que, no espaço da feira, as mulheres trabalham e realizam trocas para obter bens que tenham valor-de-uso sem a mediação do dinheiro. Esse tipo de iniciativa pode favorecer as famílias que possuem alguma produção agrícola e aquelas que executam pequenas produções urbanas, como as de pães e doces comentadas por Rosa María.

Um outro relato que merece destaque foi feito por Ana, mãe de dois filhos e beneficiária da AUH: *“A gente agora vive melhor porque temos o direito a receber a Asignación e isso foi muito bom, porque, para mim... eu trabalho em casa, cuidando das crianças, que vão para a escola e vêm para cá [para o CIC] para as aulas de música, para cuidar dos dentes e para a psicóloga, e eu comecei a vir para a mesa de gestão, porque trazia as crianças e ficava aí. O CIC me ajudou muito, também, porque me deu um suporte que eu não tinha antes. Meu marido trabalha em uma cooperativa do Argentina Trabaja, e agora a situação está melhor para a gente. Quando se vive na pobreza, como já vivemos, é muito duro para um homem. Não conseguir trabalhar, a gente mal ter para comer em casa... A mulher sofre pelos filhos e pelo marido. Não é fácil. Mas agora está melhor, porque temos esse direito e o meu marido está na cooperativa”*.

O relato de Ana é marcado pela violência que sofria em casa quando o marido não tinha dinheiro. Ela e seus filhos apanhavam, como ela me contou, depois, a sós. Em seu relato, vinculou o abuso que sofria à falta de dinheiro e afirmou que o trabalho de seu marido na cooperativa marcou o fim dessa violência. A pergunta que não tive a coragem de fazer diz respeito ao quê acontecerá quando a cooperativa terminar as obras que está fazendo.

Esses relatos são representativos das demais histórias que me foram contadas àquela mesa. Curiosamente, sem que eu decretasse o fim da entrevista, outros temas começaram a ser discutidos e alguém, se não me engano Rosa María, levantou a necessidade de fazerem uma festa para comemorar o Dia das Mães⁵⁹ que se aproximava. Acompanhei a discussão por mais algum tempo, pediram que tirasse foto com todos os participantes e lamentaram que eu não ficasse até o dia da festa. Com o estabelecimento de um objetivo outro que não era mais a entrevista, e como as informações começavam a se repetir, dei por encerrada aquela roda de entrevistas.

De modo geral, é possível afirmar que, em San Fernando, os Programas de Combate à Pobreza atendem a uma população que não alcança os postos de trabalho disponíveis e, se o

59 Na Argentina, o dia das mães é comemorado no terceiro domingo de outubro.

faz, isso acontece apenas parcialmente. Eles garantem a possibilidade de perceber algum dinheiro em um contexto de desemprego crônico e, como os índices do INDEC apresentados anteriormente mostram, de crescente subemprego. Desse modo, eles favorecem a manutenção de um quantitativo de mão-de-obra sobrando, disponível para o trabalho, que contribui para manter baixas as remunerações. Os Programas são, também, articulados com ações clientelistas que favorecem a manutenção de grupos tradicionais no poder provincial e do Kirchnerismo no poder nacional. No entanto, os relatos apontam que há iniciativas populares que são realizadas em paralelo aos Programas e que, se não chegam a alterar a lógica vigente, têm o potencial de contribuir para a formação de uma consciência diferenciada da realidade.

Nesse sentido, Rosi, Secretária da Associação BePe, afirma que *“começamos a discutir em oficinas sobre as resistências populares. Fomos nos encontrando e, em um primeiro momento, era sobre as lutas que tinham a ver com o tema social-ambiental, e essas lutas foram se articulando e hoje é uma caixa de ressonância. Ou seja, começamos com isso, começamos com a questão da megamineração. O que queria te dizer é que na semana passada fizemos o Seminário NOA [noroeste argentino] aqui e a definição que se trabalhou, que foi o tema de reflexão é o confronto contra o extrativismo. Para além do que seja soja, mineração ou petróleo, hoje o eixo da discussão está passando pela luta contra o extrativismo. Essa é uma primeira definição importante a respeito da luta dos movimentos sociais, não? E, também, no mês de agosto, como parte de um projeto que trabalhava a questão da megamineração, a conclusão é essa, que fez um companheiro do movimento campesino indígena: es el mismo dolor con distinto color. Nas regiões de NEA, Misiones e do Chaco é o verde da soja e, aqui, digamos na região da Puma, ou na região andina tem a cor do ouro. [...] O eixo fundamental de luta é a luta contra o extrativismo, que nos junta no nível latino-americano com outros países, outras organizações e outras problemáticas”*. Ou seja, a partir do enfrentamento com o extrativismo, os movimentos populares vão estabelecendo suas problemáticas: soberania alimentar; sementes e técnicas crioulas; autonomia; defesa dos bens comuns. No entanto, como afirma Rosi, *“essa luta contra o extrativismo é uma luta que não é visualizada pelo comum da sociedade. Isso está muito acentuado e definido para nós e para as outras organizações, mas há que se fazer fortemente um trabalho em direção aos meios de comunicação, porque esta luta contra o extrativismo confronta o discurso do progresso, do trabalho gerado, das empresas transnacionais. Esse é um tema latino-americano... São governos de 'instintos' progressistas, mas estão todos comprometidos em continuar com a*

base econômica que sustentou esses países até este momento. A Argentina continua envolvida com a exportação da soja, e agora com essa pequena exportação de minérios, mas que é a principal exportação dessa Província. Os impactos do extrativismo não são visualizados pelo comum da população. Há uma primeira estratégia comum que é, digamos, fazer visíveis esses efeitos e tratar de ganhar o consenso da população em função da estratégia de comunicação. É preciso comunicar isso porque, digamos que a comunidade saiba que os impactos são esses..., mas atadas às necessidades do trabalho, à discussão do progresso, a população faz ouvidos surdos e continua fazendo suas coisas”.

Os seminários e oficinas organizados de BePe sobre o extrativismo e, mesmo, as feiras de escambo de Rosa María, podem favorecer uma conscientização das pessoas que se vinculam a essas atividades. São propostas que não proporcionam um enfrentamento dos determinantes de vida, mas podem contribuir para o reconhecimento do seu lócus de enunciação, para a troca entre sujeitos que são oprimidos em decorrência do padrão de acumulação capitalista vigente na Província.

Saindo de Catamarca em direção a Santiago del Estero, uma placa na rodovia (Figura 15) chamou minha atenção. Ela ilustra bem uma contradição que subjaz muitos dos relatos que ouvi: a divulgação de um discurso de crescimento econômico e de progresso em um contexto de extrema simplicidade e pobreza. Ela parece repetir a fórmula adotada para legitimar a acumulação do capital: em um cenário historicamente empobrecido, afirma a possibilidade de crescimento.

Figura 15 – Placa da Presidência da República que afirma que “aquí también a Nación crece”



Ao chegar em Santiago del Estero encontrei um cenário bastante parecido com o de

San Fernando: a praça central estava rodeada por tapumes, pois estavam sendo executadas obras; elas também eram conduzidas por cooperativas do *Argentina Trabaja*. Santiago del Estero é capital da Província homônima. Foi a primeira cidade argentina, fundada em 1553 por Don Francisco de Aguirre, e carrega o título de honra *Madre de Ciudades*. A cidade tem 2.116km², 15% do total do território da Província. Está localizada no vale do Rio Dulce a 1.042km de Buenos Aires. Santiago é reconhecida internacionalmente como o berço da *chacarera*⁶⁰. Em 2010, a Província contava com uma população de 874.006 mil habitantes, 9,3% a mais do que os 804.457 mil de 2001. Na Capital, a população, em 2001, era de 244.567 e passou para 267.125 em 2010, mantendo a mesma média de aumento. 30,66% da população da Província vive na zona rural, o que faz de Santiago del Estero a província com maior população rural da Argentina (INDEC, 2013). A Província é dividida em 27 departamentos com seus próprios poderes políticos e administrativos. Em Santiago del Estero os índices de pobreza indicam que os departamentos que têm mais pessoas em situação de pobreza são aqueles que têm o maior número de população rural. Muitas famílias têm posse irregular da terra a gerações e correm o risco de serem despejadas (PAZ e JARA, 2012).

Em 2003, 65,6% da população da Província estava abaixo da Linha de Necessidades Básicas Insatisfeitas, sendo que 38,3% estava abaixo da Linha de Indigência. Ao final de 2013, dados do INDEC (2014) apontam que 4,8% da população é considerada pobre e 0,8% miserável. No que se refere às possibilidades de trabalho, os setores que mais empregam são o comércio, serviços e a construção civil que, somados, totalizam 77,7% dos postos de trabalho na Província. Destaca-se a construção civil, que aparece como o setor que mais gera postos de trabalho: em 2003, eram 1,7 mil trabalhadores; em 2013 o setor empregou 7,9 mil pessoas, ou seja, houve um aumento de 352,8%. O salário médio no último trimestre de 2013 foi de AR\$1.096,00, abaixo dos AR\$1.684,00 da média nacional (INDEC, 2014).

Apesar das similitudes no que se refere ao aumento populacional na Província, em especial da população urbana na Capital, e à redução dos números oficiais de pobreza, Santiago del Estero apresenta diferenças significativas em relação a Catamarca. Apesar de ser a Província com maior proporção de população rural da Argentina, o centro da Capital é bastante populoso, edificado, se assemelhando a centros urbanos de grandes cidades. Há uma grande quantidade de prédios modernos sendo construídos e diversos pontos da cidade são marcados por obras.

60 A *chacarera* é um ritmo musical e uma dança típica da região noroeste da Argentina. Anualmente acontece em Santiago del Estero o Festival Nacional de la Chacarera que atrai pessoas de todo o país.

As diferenças que encontrei não se referem apenas às condições urbanas, mas o contexto da pesquisa foi bastante distinto de San Fernando: na véspera da data marcada para conversar com um coordenador do *Centro de Referencia del Ministerio del Desarrollo Social* enviei mensagem confirmando o encontro, mas não obtive resposta. No horário que estava previamente marcado, compareci ao *Centro* e procurei pelo coordenador. Ao ser anunciado, ele me pediu desculpas, mas disse que estavam enfrentando um momento político delicado e que, por isso, não poderia me receber. Pedi o contato de alguém em um dos CICs e ele me disse que todos os dirigentes estavam empenhados na campanha eleitoral. Diferente do que acontecia em Catamarca, a reeleição do Governador Gerardo Zamora não estava certa. Zamora vinha de dois mandatos consecutivos, 2005-2009 e 2009-2013, e, através de uma manobra judicial, foi habilitado ao terceiro. No entanto, a *Suprema Corte de Justicia de la Nación* declarou a inconstitucionalidade da candidatura e postergou as eleições para 1º de dezembro de 2013, quando sua esposa, Claudia Ledesma Abdala foi eleita Governadora de Santiago del Estero pela Frente Cívica, partido que faz parte da base aliada da Presidenta Cristina Kirchner.

Figura 16 – Vista aérea da praça central de Santiago del Estero



Fonte: Santiago Ciudad [s/d].

Com a negativa do Centro de Referência, um dos primeiros contatos que fiz foi com Alberto, que trabalha em uma cooperativa de microcrédito na Capital da Província. O contato com a cooperativa foi estabelecido a partir de Rosi de BePe, em razão de parceria em algumas atividades em conjunto na Província. Ele explicou que, de certa forma, a implementação da AUH na Província segue a lógica de dispersão da população pela Província: “*temos uma população rural, e sobretudo camponesa, que está dispersa no campo. Com um sistema de*

vida que hoje está, de algum modo, recompondo sua capacidade de gestão econômica pela mão dos planos sociais que foram implementados desde 2005 até aqui. A Asignación Universal por Hijo é uma forte componente... depois, tudo o que o governo nacional promoveu com fundos para propiciar circuitos de fundo rotatório, na mão dos microcréditos”. Para Alberto, os recursos oriundos da AUH se somam aos empréstimos oriundos do microcrédito e possibilitam manter as famílias no campo: *“de certa maneira, [a AUH] vem para atenuar... ou somar uma oportunidade a mais de se ter dinheiro disponível para a família. A família gera seus próprios recursos, fruto do que produzem e podem vender, depois há uma geração de recursos que está ligada ao extra. Com o que vão, com o que fazem, porque deixam suas terras, há uma grande migração de população rural que vai para outras Províncias, para outros estados provinciais, para buscar trabalho e trazer recursos, e isso gera um bem para a família, como um impulso financeiro que é revertido rapidamente em bens. Hoje, um dado significativo é o da procura pelas motocicletas. As pessoas já não compram mais cavalos, compram motocicletas”.*

Isso permite afirmar que as famílias de Santiago del Estero percebem os recursos oriundos dos Programas de Combate à Pobreza de modo distinto do que acontece em Catamarca. Lá, esses recursos são percebidos como a principal fonte de renda fixa das famílias pobres. Alberto delinea um quadro em que as famílias possuem alguma renda, oriunda, principalmente de atividades agrícolas. Nesse contexto, os recursos dos Programas permitem a compra de bens e equipamentos que favorecem a retenção das famílias no campo.

Apesar dos maiores volumes e postos de trabalho estarem no setor de serviços e na construção civil, como registrado no parágrafo anterior, Santiago del Estero possui elevada produção agrícola, com destaque para a lavoura de soja. Em 2011, a Província produziu 2,468 milhões toneladas de soja, quase o dobro da produção de 2006, que ficou em 1,474 milhões de toneladas. 85% das exportações da Província são de *commodities* agrícolas, sendo que a soja *in natura*, em farinha ou em *pellets*, responde por mais de 57% desse montante, que conta ainda com sorgo, milho e algodão. Os principais destinos dos produtos agrícolas são a China, com uma fatia de 36% (aproximadamente 90% destes são em oleaginosos), e a União Europeia, 13% do mercado. A exportação da soja *in natura*, ou transformada em *pellets* ou farinha, rendeu, em 2011, US\$ 368,000,000.00. Apesar do discurso midiático acerca da importância de bovinos e caprinos para a economia da Província, os volumes de venda parecem estagnados nos últimos anos e representa 24% da produção nacional (ARGENTINA,

2013b).

A dinâmica econômica contemporânea de Santiago del Estero elabora uma versão atualizada da teoria da dependência (MARINI, 2005). Hoje, a exportação de *commodities* agrícolas, principalmente a soja, é feita com algum beneficiamento. A transformação do grão *in natura* em farinha ou *pellets* incorpora mais trabalho ao processo produtivo e, conseqüentemente, agrega algum valor aos produtos exportados. No entanto, isso não é suficiente para que as trocas entre o capital global nacional da Argentina e capitais globais desenvolvidos sejam equânimes. Os rendimentos das famílias que são pequenas produtoras agrícolas não são oriundos dessa troca, existem em paralelo, como fruto da agricultura de subsistência, com venda de excedente e associada a políticas compensatórias e programas de microcrédito, como apresentados por Alberto.

Alberto me colocou em contato com alguns pequenos produtores rurais que estavam na capital para a uma reunião de representantes de movimentos camponeses de diferentes departamentos da Província. Fui para o local combinado, o salão paroquial de uma igreja no subúrbio de Santiago⁶¹ e aguardei o fim da reunião. Alguns dos presentes precisaram se retirar, pois tinham que retornar ao centro da cidade a tempo de tomarem seus ônibus de volta aos seus departamentos.

A situação se assemelhou à de San Fernando: todos em volta de uma mesa, lanche, gravador e rodadas de conversa em que um tema levava a outro. Nesse contexto, a posição otimista de Alberto é contrastada por Roxana, jovem camponesa de um departamento predominantemente rural que explicou o que estavam fazendo na reunião que recém terminara: *“Estamos integrando esse espaço aonde nos reunimos entre camponeses, de diferentes lugares, ou famílias de alguns lotes. E nos juntamos para que possamos ter, sobretudo, como atender as necessidades problemáticas da terra. Especialmente em Santiago del Estero, nessas zonas há muitos problemas de terra. Vêm outras pessoas de outros lugares comprar terras aonde vivemos e então nós ficamos sem a concessão. Por isso nasceu esse espaço aonde podemos juntar-nos e ver como podemos nos defender, especialmente os camponeses. [...] Compram a terra, sobretudo, para fazerem monocultivo de soja em grandes extensões. Há muita gente que tem dinheiro, que vem de outras províncias, Santa Fé e Córdoba, em sua maioria”*. Perguntei para Roxana qual a sua motivação para participar dessas reuniões. Ela respondeu que *“sempre vivi campo. Minha casa não é no campo, mas sempre fui ajudar meu pai. Ele está muito envolvido com o trabalho e, então, me convidaram. Dessa*

61 Para diferenciar o município da Província me referirei ao município apenas como Santiago.

maneira eu posso ajudar, é melhor do que não fazer nada [...]; Sempre vivi no campo... e já os meus companheiros, vizinhos, amigos que vivem em vilas, viviam no campo, a maioria saiu e... houve um momento em que vimos que tínhamos que mudar de atitude ou buscar uma maneira de ver o que se pode fazer”.

Roxana aponta para o fenômeno do esvaziamento do campo em relação direta com a expansão do cultivo de soja nos últimos anos. Para ela, há “*falta de incentivo, de conhecimento para trabalhar, e, também comodidade... como, por exemplo, o caso da falta instalação de luz, não sei... No campo temos tudo que se tem aqui, mas é distinto. No campo só vemos televisão de noite. As pessoas querem mais comodidade e se vão... E aí sai a gente do campo e chega gente que não quer as terras para plantar ou para criar animais. Querem para vender soja, que contamina tudo e às vezes consomem soja transgênica e toda essa contaminação que há*”. Para ela, a saída do campo não é uma questão de busca de uma vida mais cômoda nos centros urbanos. Concordando com Roxana, Justina, uma senhora de traços indígenas do norte da Província, vincula o êxodo rural à matriz produtiva baseada na exportação de soja, que tem expandido o cultivo de modo a incorporar terras que anteriormente eram utilizadas para o plantio de subsistência: “*Eu acredito que, sobretudo, as pessoas que querem ir, não o querem por vontade própria, mas sim, porque os expulsam. Os expulsam porque não existem políticas do governo para o setor camponês. Isto é, não te dizem 'vá morar em outro lugar', mas te dizem isso tirando a terra para que grandes produtores venham comprá-la. Te deixam sem a terra, com um espaço menor e aos poucos vão ensaiando... e então não te dizem com palavras, mas te dizem com gestos. E, assim, vão te expulsando do lugar... Você fica sem terra, fica sem políticas por parte do governo que atendam aos camponeses, então o que podemos fazer? Se vai em busca de um lugarejo porque lá te dão uma casinha, tem luz, tem toda a estrutura que esta lá. Porém, por outro lado, nós vemos os que vivem da Asignación. E o que os jovens fazem nos vilarejos? Não têm trabalho. Saem para a rua, se drogam... então, nós não queremos isso. Queremos ficar no lugar aonde vivemos, onde nascemos e nos criamos. Porém, para isso terão que existir políticas do governo que impulsionem os camponeses, para que possamos continuar vivendo no campo, mantendo a maneira que nós queremos e que é conveniente para nós, e não a maneira que eles nos impõem, ou nos marcam como plano de vida”.*

A fala de Justina é marcada pelo pertencimento ao campo e pelo desejo de viver autonomamente nesse espaço. Ela evidencia que a concentração da pobreza na zona rural de

Santiago del Estero está relacionada com a expansão do agronegócio. A falta de incentivos governamentais para a retenção da população rural se vincula à dificuldade de comprovação de posse de terra que facilita a compra de lotes por parte de grandes proprietários. Com isso, Justina não está defendendo que o governo é o responsável por manter as pessoas no campo. Tampouco denota uma atitude passiva de quem espera o governo agir a seu favor. Pelo contrário, ela está se vinculando a um grupo de camponeses que vêm se organizando e articulando movimentos de diversas regiões do país para resistir ao avanço do agronegócio e garantir a manutenção de seu modo de vida.

Roxana retoma a palavra para caracterizar o processo de empobrecimento da população camponesa de Santiago del Estero em sua vinculação essencial com o modelo agrário-exportador: *“Esse modelo extrativista, que vem sendo implantado faz muitíssimo tempo, vem justamente empobrecendo os territórios e o que isso gera é a expulsão. E, também, o jogo perverso que se dá entre estes que chegam para ocupar as terras e as fontes de trabalho. Penso que devemos dar bastante atenção a isso. A análise passa muito por se tratar de uma questão difícil, individual e familiar, mas, na realidade, há todo um sistema que expulsa os camponeses de seus territórios. É o mesmo que acontece com os pobres que moram nas zonas centrais das cidades... estão expulsando e matando os jovens com drogas. Há todo um sistema que é pensado para expulsar e, digamos, liberar espaço para o que querem. Me parece que, numa análise mais profunda, isso está relacionado com um modelo extrativista que vai buscando uma forma de instalar o que querem, que é o desenvolvimento, o cercamento do campo, a chegada de gente estranha em nossos territórios, nos envenenando - porque envenenam a vida das pessoas, as terras, os territórios... - e expulsando-nos, obrigando-nos a viver na máxima pobreza. Mas não como pobre e, sim, como empobrecidos... não? É preciso ficar claro que não é que não gostemos de ser pobres, mas o problema é que vão nos empobrecendo justamente para poderem nos expulsar”*. Roxana propõe, nessa passagem, uma definição de pobreza que está baseada no seu caráter antitético ao modo de vida tradicional do camponês. Ela afirma que o modo de vida do povo camponês não é historicamente pobre, ou melhor, que esse conceito não é capaz de definir o modo de vida do povo desde sua raiz histórica. No entanto, ela reconhece que, como o Outro do desenvolvimento, o camponês vai sendo empobrecido e esse empobrecimento faz parte de um projeto de transferência da propriedade da terra para os grandes produtores de soja e de gado, que culmina por deixar as pessoas sem trabalho: *“A questão do trabalho, a questão das*

necessidades da gente... A maioria dos territórios foram invadidos por grandes empresários ou mesmo o Estado, que está ocupando territórios para a criação de gado com os programas.... com o Plano Estratégico Alimentar (PEA) estruturado pela Nação. Como, aqui, [em] cada uma das províncias, a ideia é um crescimento, e o desenvolvimento e o investimento em infraestrutura, porém deixando de lado algumas políticas que têm a ver com a saúde, com a educação. Então, há estrutura, mas a que custo? Fica como mártir o trabalho, a educação, a saúde fica... A construção de moradias, por exemplo, em Santiago está crescendo muitíssimo, mas quem vem é gente do campo. Então com isso, trocamos um território por uma moradia. E quem sustenta a vida desses camponeses na cidade? Não há políticas...”.

Para Roxana, o empobrecimento da população camponesa é resultado de programas de governo que tem como contrapartida um aumento da população urbana. Em Santiago, a edificação da cidade e a constância de obras públicas, muitas delas com mão-de-obra do Programa *Argentina Trabaja*, são sinais do investimento em infraestrutura apontado por Roxana. Ao associar a expulsão do campo e o aumento da população urbana com o crescimento do investimento em infraestrutura, é possível caracterizar um projeto de matriz modernizante que, contudo, não atende as necessidades de trabalho, saúde e educação. Esse ponto abordado por Roxana se apresenta como bastante curioso, pois a inexistência de trabalho é justamente o que habilita os sujeitos a receberem a AUH e as áreas de saúde e educação são justamente aquelas em que as condicionalidades são cobradas nos PTCs. Isso significa dizer que a AUH se caracteriza como uma política compensatória da expulsão do campo e das poucas possibilidades de emprego no meio urbano e que há, no seu âmbito, uma responsabilização do beneficiário pelas condições de saúde e educação de sua família que não pondera as possibilidades efetivas oferecidas pelos equipamentos públicos.

Perguntei como as pessoas fazem, então, para se sustentar nas cidades ou nas vilas. É Justina quem responde: *“O que vamos fazer nas cidades ou nos pueblós? Isso é o que se deve perguntar. As pessoas conseguem uma pensão por invalidez para que se possa seguir adiante, mas são 1.200,00, 1.500,00 pesos. E se tens 4 ou 5 filhos não é o suficiente. O que fazem os filhos? Saem para a rua e não têm trabalho. E por isso surge... se drogam, começam a formar esses grupos... se juntam... porque não têm ocupação. No entanto, no campo temos todo o tempo ocupado, não temos tempo de pensar na droga. Porque lá se criam animais, quando temos nossa terra, trabalhamos. Porém, se vais para um povoado, o que podes fazer? Nada,*

além de ver televisão e, além disso, com esse mísero salário que... que é uma renda que te dão. E agora, todo mundo se pressiona por um trabalho de qualidade, mas não é capacitado e com isso o que podem encontrar? Então, não há fontes de trabalho nos povoados. E acontece que aí há uma aglomeração, um crescimento de população, e cresce a pobreza. Por outro lado, lhe dão as migalhas, ou seja, bolsas municipais. E tem eles agarrados para quando querem o voto". Assim, Justina compreende a AUH em associação com as bolsas dos governos municipais e com as pensões previdenciárias como resposta ao processo de empobrecimento causado pela expulsão do campo e por uma inserção parcial na vida urbana. Ela acredita que os benefícios proporcionados por esse tipo de iniciativa geram como contrapartida o favorecimento dos governos locais em sua reeleição. O processo de reeleição da governadora de Catamarca e a eleição da esposa do governador de Santiago del Estero talvez possam ser indícios de que Justina tem razão.

Ramón, um senhor que aparenta estar perto dos 70 anos de idade, descreve esse processo de organização dos camponeses e permite contextualizar o movimento frente ao avanço do monocultivo de soja na Província: *"faço parte de uma organização camponesa provincial, estou em uma organização de base que é a associação de pequenos produtores de uma distrito de um município do norte. Minha participação nesse movimento faz parte de um movimento camponês mais amplo que está em toda parte norte da Argentina. Vimos trabalhando, desde o começo, em 1984, na formação da organização nuclear de certa quantidade de produtores de agricultura familiar, para que possam viver dos recursos que possam conseguir para poder produzir para a alimentação e o excedente vai para a venda. Esse é o objetivo principal dessa organização. E daí surgem outros problemas como a sustentação dessa organização, a obtenção de recursos econômicos para poder começar a parte produtiva. É assim também que vamos tomando estratégias de movimento, para seguir. Começaram a aparecer os problemas da posse da terra, da depredação dos recursos naturais, como a água e os terrenos com vegetação nativa. E, depois, uma política produtiva agroexportadora que é muito forte, e começaram a haver gestões nem tão local, nem tão provincial, que são no nível nacional e internacional, assim que se foi formando esse movimento camponês tão do norte da Argentina que se chama Asamblea camponesa Indígena del Norte (ACINA)".*

Ramón deixa claro que a luta organizada na zona rural de Santiago del Estero decorre de uma orientação das políticas de incentivo à produção agrícola voltada para a exportação.

Essa orientação têm gerado problemas para a manutenção do modo de vida da população camponesa tradicional da Província, pois, como ele afirma, *“se faz forte o modelo agroexportador no nosso país, obrigatoriamente mais por necessidade do que por vocação... Chamam de progresso, de avanço, no primeiro mundo, mas nas comunidades do norte do país, se avança e aprofunda esse modelo, mas aumenta a pobreza, aumenta a exclusão. Todos os dias há mais camponeses que [...] falam em aderir ao sistema. [...]. Hoje, se um camponês perde sua terra ou tem problemas para produzir, um pouco vai se socorrer. Aí aparecem os planos sociais, que nós não estamos contra, por nada, sabemos que não é a solução, mas há tanta gente que perdeu as possibilidades de produzir e, lamentavelmente, tem que viver. Se não faz isso, não tem como ficar”*. Com essa declaração, Ramón permite retomar a formulação clássica de Gunder Frank (1969, p. 45), segundo a qual não existiram etapas anteriores à presente etapa de subdesenvolvimento. Além disso, os países chamados 'em desenvolvimento' não estão, de fato, em desenvolvimento, pois *“a incorporação dessas terras e povos a um sistema mundial de expansão mercantilista, e mais tarde capitalista, foi o que começou seu subdesenvolvimento; também, sua participação contínua neste mesmo sistema ainda mantém e, inclusive, agrava este subdesenvolvimento”*. Isto é, o sentido do progresso e do avanço nos países de capital nacional global desenvolvido é distinto no interior de Santiago del Estero, onde significam a pobreza dos camponeses e a eliminação do seu modo de vida.

Ramón declara que a o progresso defendido pelo modelo agroexportador altera o cenário do campo santiaguenho e fragiliza os vínculos tradicionais dos camponeses: *“Com toda essa distância grande que temos entre as comunidades camponesas, as comunidades indígenas e as comunidades camponesas pobres... O machado pesa... Porque na Argentina temos esse modelo agroexportador. O modelo de microcrédito é interessante, porque estamos um pouco fora do sistema. Nem todas as famílias têm possibilidades e capacidades. A maioria está por aí... A impossibilidade que temos qualquer camponês pobre de fazer um crédito em um banco, porque exigem o título de propriedade da terra e não estão focando no cultural, no tradicional, estão focando na agroexportação”*. É interessante notar que, nessa passagem de sua entrevista, Ramón constata o que Freire (1977) já havia afirmado em termos teóricos, isto é, que eles estão marginalizados na Totalidade do sistema, não são simplesmente excluídos, não estão 'fora de', mas também não estão plenamente incluídos, não tiveram as suas vidas engolfadas pela Totalidade do sistema do capital. Há, aqui, a identificação do camponês santiaguenho tradicional como pobre que *“não está empobrecido só por não poder produzir,*

mas também no cultural e no educativo. A educação é um problema também, é uma parte empobrecida para as organizações, porque em uma comunidade rural, ou em um vilarejo muito pequeno, o máximo que pode ter é um ensino secundário. O terciário ainda está nas grandes cidades e isso gera um problema para famílias que têm que sair por 400, 500 quilômetros. Então é um problema porque eles têm que se acostumar à forma de vida em uma grande cidade...”.

Ramón e Roxana associam a evasão do campo e as possibilidades de sobrevivência que decorrem do monocultivo da soja para exportação ao AUH. Como ela afirmou, quando os camponeses vão para uma vila ou uma comunidade urbanizada, é a *Asignación* que garante a sobrevivência dessas pessoas. Ramón apresenta algumas outras nuances que o Programa apresenta para os camponeses que aderem a ele: *“A Asignación Universal por Hijo é boa porque garante que se encha a panela de uma família, sem cair na escravidão, no monopólio, sem sucumbir à agroexportação do capitalismo. Não tem uma segurança total, mas pelo menos [garante] parte do consumo da família. Ademais, ela permite que possamos ter mais independência e... demanda e mercado mais profundos. Depois, de certo, na Argentina, as respostas que lançam para a pobreza são muito poucas. São mais fortes os discursos do que a ação. Por exemplo, a agricultura familiar, o que se faz aqui é um pouco a cópia de vocês [no Brasil]. Acho que mais por vergonha da Argentina, quando ia ao Mercosul, dizer que 'não temos agricultura familiar, não temos uma lei de agricultura familiar'.* Essa análise que Ramón faz do Programa pode ser associada à fala de Roxana e de Ana e de Lucía, em San Fernando, evidenciando que nas duas províncias os benefícios monetários disponibilizados pela AUH garantem a sobrevivência das famílias em um contexto de poucas possibilidades de emprego e de dificuldades para a agricultura nas pequenas propriedades. A fala de Ramón permite, também, identificar que o imperativo da venda da força-de-trabalho para garantir a sobrevivência fica situado com a AUH.

O Programa possibilita que os trabalhadores rejeitem as condições mais extremas de trabalho, como a escravidão, e pode favorecer a permanência de algumas famílias no campo. No entanto, ele não é percebido pelas famílias como solução para a satisfação de suas necessidades, pois o benefício garante *“encher a panela de uma família”*, como afirma Ramón, sem superar a falta de perspectivas da população que migra para as cidades, denunciada por Roxana. De um lado, poupa alguns pequenos agricultores de sucumbir à escravidão e ao monopólio da terra; de outro, se apresenta como a solução viável para aqueles

que se veem impelidos a isso. Nesse sentido, a AUH se apresenta como uma dimensão antitética da vida tradicional no campo em Santiago del Estero: ela reforça os mecanismos de exploração da terra para o monocultivo de soja priorizado como estratégia de acumulação de capital que impede que *“possamos continuar vivendo no campo, mantendo a maneira que nós queremos e que é conveniente para nós, e não a maneira que eles nos impõem, ou nos marcam como plano de vida”*.

Leonardo, técnico agrícola que vive na capital, destaca a importância da AUH para as famílias rurais de Santiago del Estero: *Hoje, a Asignación Universal gerou um modo de visibilidade. Aqui há uma grande parte da população que está invisibilizada... que, inclusive, está intencionalmente ocultada e excluída... Ora, se me perguntas, 'por que as famílias continuam no campo?'. Porque vivem há tempos nesses lugares e decidiram que gostariam de seguir vivendo lá, o que fazem com muita dignidade. Ainda que seja muito duro viver lá. [...] E, também, digo... o Estado, não só a Asignación, mas também os sistemas de fundos de microcrédito são pequenos, paliativos, e não são suficientes... ao menos em Santiago del Estero. Pode haver núcleos, pequenas porções... vamos dizer, podes ter aqui no departamento de Taboada, onde está... nas cabeceiras... nas cabeceiras dos departamentos podes ter lugares onde se diz 'bem, aqui funciona', porém sempre são experiências como... muito pontuais. Não há uma expansão grande que signifique uma rede de contenção aos verdadeiros problemas estruturais que Santiago de Estero tem, ou que a população da área rural tem.”*

Leonardo aponta que a AUH trouxe benefícios para uma parcela da população que estava oculta. Dentre eles, destaca: *“A Asignación Universal tem dois elementos que são chave: significou mobilizar, nas famílias, a escolarização das crianças dessas famílias - para receber o benefício as crianças têm a obrigação de estar na escola; e o tema do controle sanitário, se deve cumprir todo um sistema. Não há ajuda econômica se não cumprir esses requisitos. De algum modo, ela é importante... não é suficiente, mas... é um aspecto que, antes, quando não existia, deixava a situação ainda mais patética. As famílias quando saem para trabalhar em Córdoba, Salta, Tucumán, Santa Fé, Buenos Aires, porque trabalham – ironias da vida! – trabalham para as produtoras de grãos, ou seja, vão trabalhar para a Cargill, para a Monsanto... que são os que têm... os que vão produzir as sementes híbridas que são modificadas geneticamente. Gente que vai aos olivares na região de Catamarca, na província de La Rioja, vai para a colheita da uva ou também da azeitona em Mendoza, San*

Juan. É... têm diferentes formas de trabalho, mas elas são todas fora da zona de residência. Então... a AUH atenuou um pouco, porém... é... permite às famílias uma certa previsibilidade... é... em uma escala diferente da que havia antes. Até existe, mas não é suficiente, porque segue... há uma cultura instalada do trabalhar fora [da Província]. O trabalhador que quer sair é chamado trabalhador pendular porque segundo o ciclo, segundo a época do ano vai para um lado ou para outro. E hoje há um sistema de registro desses trabalhadores nas mãos de empresas como a Manpower, por exemplo, que tem escritórios que são os que se encarregam de fazer os contatos e são os que operam o tema da organização das turmas, digamos e, traz os ônibus, tudo, milhares e milhares de pessoas. Se há uma característica que marca culturalmente como modo diferente de ser santiaguense é isso! A alta migração. Que segue sendo, acredito eu, muito difícil e tão problemático quanto há anos atrás... ao meu ver”. Apesar da AUH ter favorecido, de alguma forma, a manutenção de algumas famílias no campo, ela não chega a romper com os vínculos de superexploração do trabalho em situações de trabalho sazonal, em condições precárias, em outras províncias do país.

As falas dos entrevistados evidenciam que não há uma disputa sobre os termos em que a AUH alcança a população. Há consenso acerca das melhorias que ela oferece para as famílias empobrecidas. No entanto, fica claro, também, que esses avanços não são suficientes, nem em termos monetários, nem em termos de abrangência, para garantir o cumprimento do princípio ético-normativo da produção e reprodução da vida humana em comunidade. O Programa está submetido a ditames de uma estratégia de crescimento econômico que necessita da manutenção de salários abaixo do necessário para a reprodução da sua força-de-trabalho. Para Féliz e López (2012, p. 69), a defesa de critérios que contenham os aumentos salariais dentro de um padrão determinado de aumento da produtividade laboral faz parte da estratégia de crescimento econômico e acumulação de capital da Argentina: “a necessidade de reprimir as demandas salariais é, então, o que permite que o objetivo de manter a competitividade se cumpra, e por isso, possa ter efeitos positivos sobre o crescimento econômico e a acumulação de capital”. Isso acontece, pois o aumento dos salários sobre a produtividade se traduziria em um aumento dos custos de produção e, conseqüentemente, aumentaria a desvantagem da competição no mercado exterior. Como a AUH garante a sobrevivência da camada de população sobrando apenas em termos estritos, ela mantém um exército de reserva disponível que pressiona os salários para abaixo do necessário para remunerar a força-de-trabalho no

processo produtivo. A incorporação dos trabalhadores camponeses de Santiago del Estero é pendular, se alterando conforme os ciclos do capital demandam, o que ocorre nos períodos de semeadura e colheita.

Diferente do que acontece em Catamarca, os pobres de Santiago de Estero parecem estar espalhados pelo campo, em condições precárias de vida e sofrendo o risco de serem expulsos das terras que ocupam. Além disso, a plantação de soja se espalha por toda a província e influencia no êxodo rural, pois muitas pessoas se veem forçadas a vender suas propriedades para tentar viver na capital. Ao chegar lá, deparam com postos de trabalho informais, com baixos salários e condições adversas.

Sobre esse tema, cabe retomar uma fala de Ramón que transparece o embate entre o modo tradicional de vida do povo santiaguenho e os valores incorporados pelo modelo extrativista agroexportador hegemônico na província: *“Com tudo isso... e com toda a recuperação do ancestral, dessa sabedoria histórica, eu creio que estes últimos vinte anos não mudaram só a forma de viver, mudaram as receitas. Esse reconhecimento ao científico, ao técnico e não ao cultural. É muito difícil que escutem uma comunidade camponesa sobre como sobreviveram 500 anos. Quando reunimos 50, 60 sócios para nos fortalecermos estamos combatendo o capitalismo que só quer chupar seu sangue e que... Para ele, unicamente, importa o seu braço, a sua força física e não a sua forma de vida”*. Quando se refere ao combate ao capitalismo, Ramón parte da aparência que a Totalidade do sistema manifesta no campo da província, isto é, como um modelo que se baseia no monocultivo de *commodities* agrícolas em latifúndios que usam técnicas que desgastam o solo, poluem o ambiente, comprometem a saúde dos povos e rompem suas gestas em função do incremento de produtividade para a exportação. A reunião de 50, 60 pequenos produtores camponeses em uma associação não significa que estejam resistindo a serem incluídos nos mecanismos de mercado como meio de garantir a sobrevivência. Afirmar isso seria ingênuo. A luta contra o sistema e a conscientização ocorrem em um movimento de resistência ao modo de vida que é imposto pela lógica extrativista-exportadora. Essa lógica afirma o desenvolvimento modernizante e nega a possibilidade de ser histórica dos camponeses com a eliminação de sua alteridade e a sua submissão à lógica da Totalidade.

Assim, fica evidente que o movimento camponês em Santiago del Estero se coloca como Exterioridade à estratégia agroexportadora implantada na Província como meio para a acumulação do capital. Ele atravessa o discurso do progresso com a defesa dos modos

tradicionais de vida. Nesse contexto, a *Asignación Universal por Hijo* apresenta um caráter dual, operando como mecanismo compensatório para a população expulsa do campo, ao mesmo tempo em que se configura como parte de uma contra-estratégia à resistência da população camponesa.

7.2 OS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE GAÚCHO

A pesquisa de campo nos municípios do noroeste gaúcho aconteceu em setembro de 2013. O primeiro município visitado foi São Valério do Sul, que compõe a chamada Região Celeiro do estado. São Valério do Sul foi fundado em 1993, quando se emancipou de Santo Augusto. A região, originalmente, contava com matas nativas com plantas de erva-mate. Ela é historicamente habitada pelos índios *Kaingang*, que estão concentrados na Terra Indígena do Inhacorá, demarcada em 1921 e com 8.023 hectares. De acordo com dados do IBGE (2013a), a população estimada do município é de 2.743 pessoas, sendo que 527 vivem na área urbana e 2.216 na zona rural. Dessas, 208 possuem algum tipo de ocupação formal (IBGE, 2012). Aproximadamente 40% da população é autodeclarada indígena (RIO GRANDE DO SUL, 2012). O município não possui acesso asfáltico ou estação rodoviária (Figura 17).

Figura 17 – Acesso e Pórtico de São Valério do Sul



A extração da erva-mate foi a primeira atividade econômica que atraiu colonizadores para o município. Atualmente, a soja em grão corresponde a cerca de 40% do valor da produção agrícola (RIO GRANDE DO SUL, 2012), sendo plantada em 5.800 hectares e tendo

rendido 18.096 mil toneladas em 2011 (IBGE, 2012).

Em decorrência da expansão da agricultura na região, em 1962, a reserva indígena sofreu redução e 3.049 hectares foram desmembrados em 164 lotes rurais cedidos à Vila Coroados. Com isso, os índios tiveram que transferir seu toldo para as margens do Rio Bonito, próximo a uma cascata, onde hoje se localiza o Toldo Indígena do Inhacorá (PORTAL KAINANG). Em 1991, parte da área indígena foi ocupada pela Estação Fitotécnica do Estado. Atualmente, a Terra Indígena do Inhacorá possui 2.843,38 hectares e está tramitando um processo de remarcação de terras que converte em reserva indígena 51% do território do município, segundo informações do Prefeito (RÁDIO MUNICIPAL, 2013).

Aproximadamente 20% da população de São Valério do Sul está situada abaixo da Linha de Pobreza Extrema (IBGE, 2013) e o Programa Bolsa Família alcança 320 beneficiários. No que se refere à implementação do Programa, se destaca o modo como o PBF começou a ser desenvolvido em relação com o SUAS, como Ângela, funcionária da Prefeitura que trabalha no CRAS (Figura 18), conta: *“Caiu como uma bomba em cima do nosso colo, sem capacitação, sem instrução de como fazer, de como gerenciar. A questão desde a rede SUAS, [...] nós não sabíamos como organizar isso. Nós fomos fazendo, mais ou menos, o que outros municípios faziam e o que a gente achava. Como outro município trabalhava com crianças, nós começamos a atender os grupos da mesma forma, só com os recursos da Secretaria. Abrimos como um 'todo para todos'. Então, no início, a gente sofreu bastante, demos muita cabeçada, pra conseguir chegar no nível que estamos”*. Apesar das dificuldades iniciais, Ângela afirma que *“por sermos um município bem pequenininho, a gente tem uma boa estrutura - uma boa estrutura física -, o que falta ainda são recursos humanos”*.

Figura 18 – CRAS de São Valério do Sul



De acordo com o relatado, os recursos destinados à gestão do PBF pelo Governo Federal, de acordo com o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), são utilizados aplicados em diversas ações do CRAS: *“Em São Valério, em relação ao CRAS nós não atendemos só as pessoas do Bolsa, do CadÚnico. Isso porque é um município pequeno, o recurso é bom, é suficiente, e nós conseguimos atender praticamente toda a população. Porque nós trabalhamos aqui na sede, em Coroados, que é um distrito, trabalhamos em Rincão de São Valério, Rincão dos Corrêa, São Luiz e Santa Teresinha. Porque esses contatos no interior... são agricultores, as mulheres dos agricultores que... sabe a situação que é. 'Tão lá, trabalham o dia inteiro, o que podem fazer no fim de semana é um bolãozinho⁶² ou ficam em casa. Até que ponto, não deixar essas pessoas participarem? Aí que surgem casos de depressão, várias outras coisas, problemas de saúde, nervos... então a gente traz”*.

Na passagem acima, Ângela destaca a falta de opções de lazer no município e a associa com o processo de adoecimento de parte da população que vive em comunidades no campo. A participação nas atividades do CRAS, a seu ver, possibilita diminuir isso. Ao favorecer a participação de parcelas da população nas atividades do CRAS, Ângela denota uma espécie de compensação da focalização do Programa. Como ele não alcança muitas famílias pobres ou vulneráveis, principalmente nos distritos rurais, a incorporação de pessoas não-beneficiárias nas ações desenvolvidas pela Secretaria amplia o acesso às ações de assistência social de São Valério. No entanto, fica claro que Ângela faz uma diferenciação entre os beneficiários do centro do município e os das comunidades do interior, principalmente entre os brancos e os indígenas: *“na questão indígena é muito difícil de trabalhar. Digamos assim, nós aqui temos a questão do horário. Eu sei que eu começo as 8h e saio ao meio dia. Eu sei que eu começo 13h30min. e saio as 17h30min. As gurias, também. Tu chega lá na área indígena, tu diz que tu vai lá quarta-feira de tarde. Tu chega lá, ninguém 'tá te esperando para o curso. Essa é a primeira coisa. Recém eles vão fazer um movimento, daí as mulheres vão pra casa tomar banho, vão se arrumar, pra daí eles irem para o curso, quando aparecem. Eu trabalho com projeto técnico-social e cansei de organizar reuniões e chegar lá e não ter ninguém”*.

Além da diferente lógica em relação à percepção do tempo, há uma outra questão que dificulta a atenção aos índios no território de Inhacorá: o processo de demarcação das terras da reserva. Ângela informou que não tem realizado as visitas às comunidades indígenas devido *“aos ânimos muito exaltados por lá”*. Caso a demarcação exigida pelos índios seja realizada, a

62 O termo 'bolão' é usado em algumas regiões do interior do Rio Grande do Sul para designar o jogo de bocha, comum entre descendentes de imigrantes italianos.

Terra do Inhacorá chegará ao centro da cidade e muitas das propriedades utilizadas para a plantação de soja estarão dentro do território, além da sede da Prefeitura. Em declaração à Rádio Municipal (2013), o Prefeito de São Valério demonstrou preocupação com a viabilidade de manter o município, pois haverá uma redução significativa na arrecadação de impostos. Tentei visitar o Território, mas Ângela colocou empecilhos: com a situação da demarcação de terra, uma visita à reserva poderia ser mal-interpretada e poderíamos virar reféns dos índios para negociarem.

Não havia um fluxo intenso de pessoas no CRAS no dia da entrevista. Além da equipe de trabalho, apenas duas beneficiárias do PBF estavam na Secretaria para cadastramento dos dados. Clara era uma delas. Aparentando ter entre 20 e 25 anos, Clara tem 2 filhos e vive com seus pais. Ela conta que o pai das crianças saiu da cidade atrás de emprego, mas ela não quis ir junto. Seus pais são funcionários da Prefeitura. Clara faz pães e doces para reforçar a renda familiar: *“Como onde a gente mora não tem padaria, é bom porque sempre tem encomenda”*. Carla conta que *“o dinheiro do Bolsa vai todo para as crianças, para comprar as coisas que eles precisam. Mesmo assim, dá ali [referindo à justeza do orçamento]”*. Ela faz uma declaração que até então foi novidade para mim: *“Agora até que melhorou, porque eu tirei o cartão da venda. Eu deixava lá, mas a assistente social falou que não era pra deixar lá, porque senão podia cortar o meu benefício. Eu deixava porque sempre que tinha um aperto, comprava fiado pra pagar no dia do Bolsa”*.

Além das duas beneficiárias do PBF, havia algumas mulheres que realizavam um curso de laticínios na cozinha do CRAS. Cabe lembrar que os cursos do PRONATEC ainda não eram implementados em São Valério, mas algumas pessoas vão até o município vizinho (São Martinho) para estudar nos cursos oferecidos pelo campus do Instituto Federal Farroupilha. Em São Valério, o CRAS oferece cursos contratados do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR⁶³). No entanto, a realização dos cursos em São Valério do Sul tem algumas peculiaridades, como Ângela conta: *“Esse curso do SENAR era de 4 dias e agora o professor conseguiu alterar para 3 dias, pois 4 dias não são todas as pessoas que conseguem vir fazer, principalmente essas mulheres que moram no interior. Daí, como a gente não conseguiu público suficiente, para não cancelar, as gurias que são as instrutoras no interior, elas estão participando do curso. Também pra ter o conhecimento, na hora que a gente quiser fazer alguma coisa para a comunidade. Então capacitação é importante também. Então, cada*

63 O SENAR-RS foi criado em 1994 e compõe o Sistema Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul). O SENAR oferece cursos de capacitação e programas de treinamento para atividades rurais.

comunidade tem uma escolinha desativada, tem uma igreja com um salão, nessas localidades que a gente faz”.

Aproximadamente 10 mulheres cursavam o curso de laticínios. Uma das alunas que fazia o curso era Rita, uma mulher de 42 anos, mãe de dois filhos. Rita já havia passado, também, pelo curso de costureira. Para ela, *“esses cursos são bons porque cada curso que eu faço, eu consigo melhorar o salário. Como costureira eu ganhava R\$ 200,00 a mais do que ganhava fazendo o que fazia antes”*. Rita é beneficiária do PBF e entende que o valor recebido *“é suficiente, mas se fosse mais seria melhor porque não dá pra comprar roupa. E se precisar comprar algum remédio, ou tiver alguma dificuldade, isso sai da comida. Eu gasto R\$ 200,00 com o rancho⁶⁴. Isso é todo o Bolsa [Rita informou receber mais ou menos R\$130,00] e mais um pouquinho que eu inteiro. Minha mãe é pensionista e me ajuda”*. O relato de Rita contribui para a compreensão da relação entre o PBF e as condições de vida dos pobres no município. Para ela, o Bolsa Família não possibilita atender suas necessidades. A fala de Rita mostra a perversidade da ideia de que há uma ampliação das escolhas através da inserção dos beneficiários no mercado, defendida por autores vinculados à abordagem liberal. Para Rita, a escolha possível é entre comer ou comprar medicação.

Questionei Rita sobre as possibilidades do aumento da renda, em vista do novo curso que ela estava realizando: *“Aqui é muito difícil. Eu voltei pra São Valério porque morava em Lajeado e, lá, passava a mesma situação. Eu trabalhava como costureira, mas não tinha dinheiro que sobrava pra mim, pra família. Tinha que pagar aluguel, tinha que pagar van para as crianças irem pra escola, a taxa de luz era mais alta, a água era por relógio lá e aqui é uma taxa única de R\$ 22,00. A casa é própria e minha filha mais velha tava aqui com a minha mãe. Ai eu voltei. Eu faço um crochêzinho e ainda tem o seguro desemprego que vai acabar agora mês que vem”*. Ao ser questionada sobre o que faria se parasse de receber o benefício do PBF, Rita foi taxativa: *“Se parar, eu vou pra cidade de novo procurar um emprego. Tem um carro que tá vindo pegar gente pra ir trabalhar na fábrica em Miraguaí. Eu tô vendo se consigo”*.

Para Rita, o PBF não é um programa emancipador ou mesmo suficiente para a manutenção da vida das famílias, ao contrário do que alguns pesquisadores do tema defendem (MOREIRA, LIMA e LOPES, 2011; GUERRA *et al.*, 2012). A sua precariedade impõe uma disposição constante para abandonar a família e a filha mais velha que já morava com a avó, e partir em busca de sustento. Nesse aspecto, o PBF não alterou a situação do trabalho sazonal e

⁶⁴ No Rio Grande do Sul, sobretudo no interior, rancho é o termo usado para designar as compras de mês.

pendular que predomina no município. A exemplo de outros trabalhadores, que “*vem um carro pegar*” para trabalhar em outra cidade, Rita sai para buscar trabalho e, quando se exaure da distância da família, retorna para São Valério onde permanece até que a necessidade se imponha e ela precise sair mais uma vez.

De modo geral, as informações oferecidas por Ângela, Clara e Rita, permitem afirmar que o cultivo de soja no município não representa uma contrapartida na melhoria das condições de vida da população. Pelo contrário, há uma cisão entre a produção de soja e a população pobre que se expressa na luta indígena pela remarcação das terras da reserva. Em São Valério, fica evidente que os Programas de Combate à Pobreza estão inscritos em uma trajetória de políticas compensatórias que não alcançam os determinantes do problema, apenas oferecem um tratamento residual que permite aos pobres viverem apesar do regime de acumulação de capital vigente. A relação das instâncias da Prefeitura Municipal com a comunidade indígena indica que há uma oposição entre os projetos dos proprietários de terra, representados pelo Prefeito, e os indígenas. Há uma evidente contraposição entre o monocultivo de soja transgênica para exportação e os modos de vida da população indígena.

O segundo município pesquisado no Rio Grande do Sul foi Redentora (Figura 19), que contava com uma população estimada de 10.845 pessoas em 2013. As principais atividades econômicas são a agricultura e a extração de vegetais, que significaram, em 2012, 4.455 toneladas de soja (R\$3.074.000,00); 700 toneladas de mandioca (R\$840.000,00); 330 toneladas de aveia (R\$149.000,00), além de erva-mate, frutas cítricas e milho. Apesar dos montantes gerados pela atividade agrícola, as maiores receitas no município provêm do setor de serviços e, ainda assim, Redentora possui a maior proporção de pessoas em condição de miséria no Rio Grande do Sul.

Figura 19 – Pórtico do Município de Redentora e Avenida Pres. Castelo Branco⁶⁵



Em entrevistas e conversas, pude notar que o senso comum aponta como causa do elevado índice de pobreza extrema a reserva indígena. Geni, técnica da Secretaria de Assistência Social, afirma: *“O nosso município tem a maior reserva de índios do estado. Então é bem grande: 40% da população é indígena e isso acabou elevando bastante esse índice, porque eles não têm renda”*. Em uma evidente aproximação com a abordagem liberal, Geni culpa os índios pelos índices de pobreza do Município, pois, diferente do que ocorre com os brancos, *“eles têm muitas terras, mas como é da cultura deles, eles não produzem nessas terras”*. Contraditoriamente, Geni diz que *“tu vais ver bastante terra plantada, mas na verdade é... há bastante coisa por trás. Assim... as pessoas acabam arredando as terras, tem uma grande questão por trás disso. Mas os índios vivem, em sua maioria, em uma situação de miserabilidade mesmo. Bolsa família, a grande maioria tem. Porque os que estão no nosso município não é tão carente assim. A agricultura é forte, a bacia leiteira também, tem gente que vive com suínos...”*. Geni formula um julgamento moral dos índios, atribuindo a eles a responsabilidade pelos elevados índices de miséria em Redentora. Subjaz a esse julgamento a ideia de que o cultivo da terra nos moldes dos brancos seria capaz de alterar os índices que dão a Redentora a má fama de ser o lugar mais pobre do Rio Grande do Sul. Assim, Geni parece ignorar que a plantação não é necessariamente incluída na composição do IDH, que associa expectativa de vida ao nascer, alfabetização e renda *per capita*. De acordo com esse critério, mesmo que uma família garanta sua alimentação com agricultura de subsistência e tenha uma renda inferior aos R\$70,00 mensais per capita, ela será tão extremamente pobre quanto uma família que receba o mesmo valor e não plante.

Um outro ponto que Geni aborda em sua entrevista é a prioridade que as famílias indígenas têm em relação às brancas na liberação dos benefícios do PBF. Para ela, isso acontece devido às relações que os indígenas têm com o trabalho: *“na cidade, não se tem muito emprego, né? Mas no interior, dá pra se dizer que a agricultura é bem forte. Essa questão do IDH, ela se deve, principalmente às reservas. Nós não temos nenhuma fábrica aqui no município e isso também ajuda nesse índice. Tem, agora, um frigorífico na cidade vizinha [Miraguá] e aí tem bastante gente daqui do município que tá trabalhando lá, ajudando também a trazer condições para o pessoal [de Redentora]”*. Geni associa, agora, uma suposta indisposição dos índios para o trabalho com a falta de indústrias no município, o que não corresponde exatamente aos critérios de alfabetização e expectativa de vida ao nascer que compõem o IDH, pois os índios são atendidos pelos equipamentos do Distrito Sanitário

Especial Indígena do Interior Sul e a Escola Estadual Indígena está em funcionamento. Tentarem limitar a pobreza a um problema social de responsabilidade indígena expressa a vigência de um senso comum de tom racista que legitima a produção de *commodities* para a exportação como fato de desenvolvimento e condena práticas tradicionais como obstáculos ao almejado desenvolvimento que, inclusive, é associado à industrialização.

Cabe destacar que a Secretaria de Assistência Social de Redentora é beneficiada pelo Programa Amigo de Valor, organizado pelo Banco Santander. Entre 2010 e 2012, essa iniciativa aportou R\$615.571,57 à Secretaria. Com esse recurso, a Secretaria criou um Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes (Figura 20), que, segundo Geni, “*atende crianças de 6 a 18 anos, vítimas de violência doméstica. Violência física, violência psicológica, violência sexual, toda a questão da violência. Daí nós temos, por oficina, separado. Assim, hoje não tivemos muitos alunos, mas depois a gente vai levar na pracinha, sair com eles um pouco. Tem oficina de música, tem de Taekwondo, de dança, de informática, de artesanato, educação social – daí, onde se trabalha com a questão da violência com uma pedagoga e educação física. E a gente desenvolve as coisas. Esses dias tivemos um projeto sobre o lixo, a gente leva eles para um bairro, procura sair com eles já pra não se tornar aquela coisa só aqui... mas estamos aqui pra isso também né!?*”.

Figura 20 – CRAS de Redentora e casas em seu entorno



Vários estudos (RÊGO e PINZANI, 2013a; 2013b; BRONZO, 2008, LAVERGNE, 2010, MOREIRA *et al.*, 2012) apontam a violência doméstica como produto da pobreza. O relato de Geni também pontua isso, sem, contudo, relacioná-lo à falta de emprego, de possibilidade de trabalho, de renda e moradia dignas. A Secretaria de Assistência Social de

Redentora oferece cursos financiados pela Prefeitura ou por meio dos recursos arrecadados via IGD, para a geração de renda, como mostra Geni: *“Nós temos a questão da geração de renda [Figura 21], que a gente atende, semanalmente, 20 mulheres aqui da cidade, hoje até a professora estava combinando uma coisa ali. Que agora a gente até está produzindo pra expor em feira, onde a gente vai vender os produtos e o dinheiro vai pra cada uma delas, pra comprarem mais material pra poder seguir. Mas faz anos que a gente tem esses grupos permanentes, desenvolvendo com esses grupos do interior, daí. Uma vez por mês, dependendo da temporada em cada comunidade, né?, pra fazer o rodízio, se não me engano são 24 comunidades que a gente tem aqui no interior. A gente desloca material e a professora, marca lá. Os a gentes de saúde são pessoas que ajudam bastante no nosso serviço, porque conhecem todo mundo, mobilizam o pessoal pra vir ao grupo”*.

As oficinas de geração de renda parecem ser um elemento relevante para a vivência em grupo das mulheres e favorecem sua expressão. Além dos cursos de geração de renda, *“tem os cursos do SENAR, que é um baita parceiro nosso, também. A gente agiliza material, disponibiliza o local, e as inscrições e o professor vem do SENAR, né? A gente tem, em média, uns 6 ou 7 cursos por ano do SENAR. Tivemos há pouco tempo um curso de manicure profissionalizante que a gente pegou uma empresa por fora e as meninas ganharam um certificado. A gente procura fazer os cursos profissionalizantes, também, pra ajudar. E, daí, tem o nosso pessoal do ProJovem que é de quinta até sétima [séries], que a gente passou a incluir estes alunos, numa forma de prepará-los pro mercado de trabalho, né!?. Temos grupos de idosos, que funcionam eventualmente. Atendemos um grupo na cidade e no interior também. Tem grupos de [BPC] que entrega o benefício da prestação continuada, o pessoal com deficiência. Atendemos também, entre as nossas crianças, crianças com deficiência”*.

Figura 21 – Produtos elaborados nas oficinas de geração de renda de Redentora



Além do caráter de fortalecimento dos vínculos sociais, os grupos são criados com o intuito de preparar as pessoas para o mercado de trabalho. No entanto, como foi relatado pela própria Geni, são poucas as possibilidades de trabalho na cidade. Assim, os cursos são instrumentos de capacitação para o autoemprego nos moldes de empreendedorismo individualizado. Há uma crítica aos índios por não participarem dos cursos, que vem acompanhada da lembrança de que “eles têm a própria cultura deles de fazer balaio”.

Geni destaca, ainda, que há uma diferença entre a participação de mulheres e homens nas oficinas oferecidas pela Secretaria: “a participação é uma coisa bem complicada, é difícil a participação das pessoas... é, dos homens é terrível. É a família, acaba indo a mulher, algumas das seções os homens participam, mas é bem difícil. A participação dos homens nos projetos sociais é pouca. Tem que fazer uma coisa bem destinada pra eles e ainda assim é complicado. A data que a gente consegue trazer os homens é o dia dos pais. Ai a gente faz uma programação destinada pra eles e tem uma boa participação. Mas, no interior, é difícil. O grupo de idosos não, no grupo de idosos os homens vão”. Geni não soube justificar as razões da baixa participação dos homens nos cursos e oficinas. Perguntei se não poderia ser por motivos de trabalhos e ela disse que talvez sim, mas sem ter certeza.

As oficinas de geração de renda e os grupos não são exclusividade dos beneficiários do PBF, como Geni conta: “Nós encontramos bastante dificuldades de desenvolver trabalho com esse pessoal. Esse grupo de geração de renda que temos, desde o início do grupo conversamos assim: 'Oh! Vocês estão aqui, não é um dinheiro que vai sustentar vocês, mas é um dinheiro que vai ajudar as família', porque nós temos muitas famílias que sobrevivem com o dinheiro do Bolsa. A única renda fixa das famílias é isso, né!?. Então vamos fazer artesanato, vamos vender... Nada! Eles sempre querem pra enfeite. Agora chegou a hora de levar as coisas pra feira pra vender, tinha umas que não queriam vender. Mas, e aí!? O objetivo do grupo não é arrecadar renda pras famílias? A gente vem conversando sempre isso nos encontros. Bem difícil. Tem casos, que a gente escuta falar, que eles deixam de trabalhar para não assinar carteira para não perder o Bolsa Família. Tem disso, infelizmente. O Bolsa trouxe uma dependência muito grande. A gente percebe que muita gente acabou se acomodando, porque nós temos famílias aqui que recebem... em uma tacada, uma senhora recebe R\$ 611,00 ou R\$ 622,00”. Geni proporciona algumas informações que são relevantes para compreender o combate à pobreza em Redentora. Primeiro, o grupo de geração de renda objetiva a produção de artesanato para a venda como meio de complementar a renda familiar.

No entanto, a lógica dos beneficiários é, justamente, que aquilo que produzem seja resguardado da venda para ser guardado em casa como enfeite, isto é, possuem valor-de-uso para os beneficiários e não são compreendidos como valor-de-troca. Isso significa que há um embate entre as concepções que a Secretaria e os sujeitos têm de geração de renda. Para a Secretaria se trata de criar meios de incluir esses indivíduos em alguma instância do mercado, mesmo reconhecendo que ela não é suficiente para garantir a subsistência. Para os participantes a falta de possibilidades de trabalho é estrutural e não é o artesanato que vai possibilitar a geração de renda. Segundo, há uma negação do desemprego como fator estrutural no Município. Geni afirma que o Bolsa Família constitui a única renda fixa de muitas famílias e que algumas pessoas não aceitam trabalhar formalmente pelos riscos de perder o benefício. Isso pode ser justificado pela fragilidade dos vínculos empregatícios, que são mais incertos do que a continuidade do Programa. Se os empregos oferecessem estabilidade e renda suficiente, as famílias não precisariam da segurança do Programa Social, que exige o cumprimento de condicionalidades e, como bem se sabe, é oferecido apenas até os adolescentes terminarem o Ensino Médio. Terceiro, para reforçar suas reticências em relação ao PBF, Geni expressa que algumas famílias recebem valores que se aproximam do salário mínimo vigente. Verificando a lista de beneficiários disponível no portal do Governo Federal, foi possível constatar que casos desses tipos não podem ser representativos da situação geral de Redentora. Além disso, como a própria Geni frisa, esses casos se referem a famílias numerosas, pois o pagamento dos benefícios variáveis decorre do número de crianças e adolescentes. Sobre isso, parece que há uma separação entre quem é beneficiário do PBF e quem é trabalhador que parece considerar ilegítimo o recebimento do benefício se ele for mais elevado do que a média. Geni situa os benefícios mais elevados como pertencente aos indígenas: *“nós temos alguns na reserva também, porque as famílias da reserva são bem grandes. Eles também recebem em torno disso. É um salário quase, então eu tenho muitas críticas a respeito do Bolsa Família”*.

Intrigado com a posição assumida por Geni, questionei sobre as mudanças nas condições de vida da população. Se o valor do benefício é demasiado elevado, como ela parece entender, o pressuposto é que isso teria acarretado uma alteração nesse sentido. No entanto, sua resposta foi negativa: *“Infelizmente, não há uma mudança significativa. Claro, que tem algumas famílias que sim. Não dá pra generalizar. Mas não chega a ser um mudança significativa. Por mais que a gente tente, por mais que a gente trabalhe os grupos, sempre*

nessa perspectiva de estar superando essa condição... Mas é complicado. Eu vejo que é bem difícil: o governo tenta montar programas que auxiliem e que emancipem as pessoas, mas nem todas aceitam. Eles estão muito atrelados ao valor do Bolsa, acabaram se acomodando bastante; a gente sempre tenta trabalhar com as crianças, para que essa geração nova tenha outra ideia sobre isso, principalmente com o pessoal do ProJovem. Mas esses dias atrás, uma palestra foi cancelada por motivos técnicos ali: uma família que tem crianças no Programa teve o Bolsa cancelado e a mãe falou que as crianças não vão mais vir por isso. A gente fica triste, mas acontece”. Geni coloca em oposição dois agentes: o governo, como formulador e realizador de políticas que visam, nas suas palavras, emancipar os pobres; e os beneficiários, que não se esforçam para superar sua condição de vida. Não se trata sequer de uma releitura da responsabilização do pobre por sua pobre, é a defesa desse argumento nos seus termos mais clássicos. Outro ponto destacado por Geni diz respeito a um atrelamento das oficinas às condicionalidades do PBF. Assim como acontece em São Valério do Sul, em Redentora é defendido que os beneficiários devem atender às oficinas e participar dos grupos e, quando os benefícios são cortados, as famílias param de participar das reuniões. A sugestão de que as oficinas de geração de renda e as reuniões de grupos de apoio constituem portas-de-saída do Programa se mostra inviável. As famílias participam porque temem que a falta ocasione o bloqueio ou a perda do benefício.

Mais uma vez, Geni pondera a realidade dos beneficiários brancos e indígenas: *“são comunidades bem diferentes, é preciso uma maneira diferente de trabalhar com o nosso povo indígena. É bem difícil a interação: nós temos um [beneficiário] ProJovem indígena, que a gente atende aqui, mas para se comunicar com eles não é fácil, eles são muito quietos, não conversam, não interagem, eles estão sempre na deles. Então, é difícil desenvolver um trabalho com eles. E, daí, é aquela cultura deles, eles têm a casinha deles lá, aí a gente tenta imbuir alguma coisa na cultura que se use, mas não é fácil. A EMATER tem vários projetos dentro da área, mas dificilmente eles conseguem alcançar o objetivo final. O último projeto que teve foi de incentivo a hortas, a questão da agricultura. Aí veio os animais, junta de bois pra eles trabalharem. Aí eles foram lá e venderam, acabaram vendendo tudo. Se tu for procurar, não tem mais nada”.* A fala de Geni permite presumir que a cultura indígena é considerada como menos desenvolvida e que, para que os índios melhorem, é preciso imbuir valores modernos em sua cultura. Geni não compreende que a lida com a terra, com uma horta faça parte de seus valores, mas que a posse de animais de tração não faça.

Para os brancos, a opção oferecida para a superação da pobreza é a realização de algum curso técnico, oferecido em associação com o PBF: *“Aqui temos duas padarias só, então tem bastante gente que faz em casa pra vender. Então, a gente faz esse trabalho. Nós temos um curso que vai começar na área de elétrica, que foi uma demanda que a gente viu no município, não tem um eletricista, é bem precário isso. Então a gente tá trazendo um curso profissionalizante na área de eletrônica. Esses dias atrás, teve de manicure, como eu te falei. Então, não tem uma indústria pra focar assim, vamos trabalhar naquela”*. Quando a causa da pobreza é vislumbrada em termos culturais, a única saída é alterá-los mediante o inculcamento de uma ideologia empreendedora que possibilite aos pobres procurarem meios de sobreviver no mercado.

Um último ponto, abordado por Geni em sua entrevista, é sobre a composição dos gastos do CRAS: *“O gasto, até mesmo com as crianças, é tanto... E a questão da alimentação tu gasta um monte, e eles têm fome. Têm fome! Tem que chegar de manhã cedo – até, no início, chamamos uma nutricionista da educação que queria mandar iogurte, queria mandar fruta. Mas eles não querem – eles querem pão. Pão! Não adianta. Têm crianças que a gente sabe que se alimentam aqui, de manhã, aí depois nós temos uma casa de irmãs [freiras] que oferece o almoço. Aí eles saem daqui, vão lá nas irmãs almoçar, das irmãs eles vão pro colégio e no colégio eles comem merenda, e é isso. Tem algumas situações que a alimentação é isso. Em casa não têm comida. E, sendo a alimentação uma coisa básica, a gente prima por isso”*. É inevitável não lembrar do conceito de fome parcial, definido por Josué de Castro (1953, p. 20), isto é, *“a fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias”*. A restrição de elementos nutricionais na dieta das crianças, apontada por Geni, repercute negativamente na sua saúde e no pleno desenvolvimento de suas faculdades físicas e mentais. O CRAS de Redentora atende aproximadamente 130 crianças.

Cabe relatar que durante a visita ao CRAS de Redentora me espantei com a ausência de pessoas. Quando cheguei algumas crianças brincavam no gramado. Não havia o movimento de pessoas buscando informações ou auxílio vi em outros CRAS. Geni contou que o cadastramento do PBF e o atendimento de outras demandas da população são feitos na sede da Secretaria, na avenida principal: *“Lá fica mais fácil pras pessoas porque aqui é meio longe, então acabou ficando lá na Secretaria”*. A Secretaria fica em uma casa próxima à praça

principal da cidade. Fomos até lá, a meu pedido, e pude fazer contato com Janaína, jovem beneficiária do Programa, e Iara, que tinha ido se cadastrar.

Janaína é índia, casada, tem três filhos e aparenta ter aproximadamente 30 anos. Pedi que contasse um pouco sobre sua família e como utilizam o benefício do PBF. Ela contou: *“Somos eu, meu marido e as três crianças. A gente recebe R\$352,00 do Bolsa. Esse dinheiro vai pra tudo, tudo: comida, coisas das crianças, tudo que precisa. A gente vive na aldeia...”* Pergunto se ela ou o marido trabalham e o que fazem: *“Meu marido trabalha carpindo terreno, vai pra fora... é trabalho com terra. Eu não trabalho, cuido das crianças, faço artesanato pra vender”*. Janaína é bastante sucinta em suas palavras, mas evidencia que não há muitas opções de trabalho para os indígenas e que o PBF configura a principal fonte de renda fixa. Ao contrário do que Geni afirmava, não se trata de uma condição cultural de indisposição para o trabalho, mas de um modo de vida distinto. Não pude deixar de notar que, quando saiu, Janaína perguntou para a recepcionista se havia chegado mais roupa - a Secretaria distribui roupas doadas para a população.

Enquanto entrevistava Janaína, Iara fazia cadastramento. Ela tem pouco mais de vinte anos, é mãe solteira e seu filho recém havia completado 6 meses. Perguntei a ela como se sustenta e qual a expectativa em relação ao benefício: *“Eu não sei... eu trabalho de diarista. É quando tem, não tem nada certo, então, o Bolsa, quando vier, vai ser um fixo. Eu não sei se vou receber, porque tenho essas casas que eu trabalho. Sei de muita gente que já veio aqui, já fez os papel e tá esperando receber ainda”*. Perguntei a Janaína se ela já tinha trabalhado formalmente: *“Carteira assinada? Não... Só casa de família mesmo. Uma tarde, duas na semana. Se ganhou, tu tem [dinheiro], se não, não tem de onde tirar. O Bolsa é um fixo que entra”*. Perguntei se ela ia parar de trabalhar como diarista, caso recebesse o benefício: *“Não! Aqui emprego é muito pouco... carteira assinada dá pra contar quem tem... E o Bolsa não dá pra pagar tudo”*. Ainda na Secretaria, pude conversar com Paulo, estagiário que trabalha no cadastramento dos beneficiários. Ele contou que em Redentora *“tem trabalho, mas não tem emprego fixo. Tem daqueles diários. As mulheres fazem trabalho doméstico, aí não é aquele salário. E os homens vão pra colheita, pra carpir lote. Tem muita gente que tem aposentado em casa, aí eles querem esconder que moram com aposentado pra não perder o Bolsa, mas cidade pequena, a gente conhece todo mundo. Pergunta, até que uma hora eles têm que ceder, né?!”*.

Essas três entrevistas foram bastante curtas, aconteceram em um contexto adverso, em

pé no saguão de cadastramento dos benefícios, sob a vigilância de Geni e de um outro funcionário da Secretaria, mas também muito esclarecedoras para delimitar um pouco mais o papel que o Programa desempenha para a acumulação de capital em Redentora. Em um primeiro momento, parecia não haver uma ligação possível entre o regime de acumulação de capital e o papel desempenhado pelo PBF. Geni contrastava os pobres do campo, indicando que eram pobres porque não cultivavam a terra. No entanto, a repetição, por todos os entrevistados, de que são poucas as possibilidades de emprego, mas que há trabalho, é indício do oposto. O modo de trabalho no campo, na colheita e na limpeza de terrenos, como apontado por Paulo e Geni, está baseado no trabalho sazonal e informal, com a contratação por diárias sem ônus de direitos trabalhistas por parte dos empregadores e baixa remuneração. Nesse contexto, o PBF contribui para a formação de uma superpopulação relativa, garantindo a sobrevivência da parcela da população que não está trabalhando, e escamoteando a baixa remuneração da força-de-trabalho. Sob o discurso de que os beneficiários do Bolsa não querem trabalho formal, para não serem desligados do Programa, reside um mecanismo da superexploração do trabalho. Em Redentora impera a mesma lógica da Totalidade do sistema do capital em que o pobre, o índio, o trabalhador desempregado ou ‘inservível’ para o capital se apresenta como ‘nada’, ‘pobreza absoluta’, existe para ele como ‘não valor’. De acordo com a Filosofia da Libertação, o pobre enquanto 'nada' pode sempre tornar-se “‘o Outro’ da Totalidade do capital [...]”. Ou seja, “como ente intramundano, como coisa ante a consciência, como mercadoria possível, mas atualmente não mercadoria, o trabalhador e seu trabalho são pura negatividade” (DUSSEL, 2012, p. 139-140).

O terceiro município pesquisado no Rio Grande do Sul foi Lajeado do Bugre, também na região noroeste do estado. A sua população, em 2013, foi estimada em 2.579 habitantes. A principal atividade econômica do Município é a agricultura, com destaque para a produção de: mandioca (R\$2.880.000,00); soja (R\$2.484.000,00); e milho (R\$1.445.000,00) (IBGE, 2013b). O município não é abastecido de rede de ônibus e não possui acesso pavimentado (Figura 17). De acordo com dados consolidados pelo jornal Zero Hora (2011), aproximadamente 30% da população de Lajeado do Bugre está abaixo da linha da extrema pobreza.

Figura 22 – Pórtico do Município de Lajeado do Bugre e centro da cidade visto de cima



O PBF alcança aproximadamente 15% da população do Município e a focalização é seguida com rigor pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social que atende no CRAS do município (Figura 23), como a técnica Priscila deixa claro: *“A gente atende só o pessoal que recebe o Bolsa Família. Como eles recebem esse benefício, tudo a gente conversa com eles: 'olha, vocês estão recebendo esse benefício, em contrapartida, as mães vêm no grupo de geração de renda'. Tem alguns grupos que são nas comunidades e outros que são aqui no CRAS e as crianças vêm nas oficinas. Mas esse ano [2013] começou bem. A gente tem uma oficina pedagógica que a gente trabalha com 53 crianças. Dessas 53, 19 [...] têm, realmente, algum problema cognitivo ou um retardo mental. Mas também tem bastante a ver, que a gente 'tá vendo, esses retardos a criança nasceu com 6 meses, baixo peso, desnutrição. Foi feito agora encaminhamentos para uma série de exames para ver se as crianças estão com desnutrição. Não é que eles passem fome, mas é uma falta de vitaminas e uma alimentação inadequada. Mas, daí, tem já uma cultura por trás disso: 'eu tinha uma pessoa que me ajudava, tenho agora o bolsa família que me ajuda'. Mas na verdade eles não compram os alimentos, eles compram o básico, não têm pra sobreviver”*.

Essa passagem da entrevista com Priscila é elucidativa em vários aspectos. Primeiro, há uma afirmação de que a pobreza possui uma dimensão biológica que gera danos fisiológicos e cognitivos em crianças e adolescentes que possuem vínculos familiares marcados pela pobreza, violência e por doenças como o alcoolismo e a dependência de drogas. Segundo, Priscila aponta a continuidade em 2013 de um problema identificado por Josué de Castro em 1951: a fome é a manifestação biológica de um problema econômico e

social. Assim como identificado por Geni, em Redentora, em Lajeado do Bugre também existem fomes parciais, que matam lentamente. Terceiro, Patrícia atribui a fome à um problema cultural, ou melhor, a uma cultura da dependência que apenas trocou o sujeito de quem se depende: antes era a filantropia de quem possuía alguma condição de ajudar, agora a ajuda vem do governo.

Figura 23 – CRAS de Lajeado do Bugre



No entanto, essa ajuda não chega a propiciar o necessário para a sobrevivência. Contraditoriamente com todas essas asserções que ratificam a persistência da fome, da desnutrição, dos atrasos cognitivos, em suma, da impossibilidade de realizar a vida no longo prazo, Priscila afirma que *“quem é pobre, pobre mesmo, eu não vi ainda aqui. São muito precárias as condições, tu faz uma visita em casa que não tem banheiro ainda, muitos não tinham banheiro”*. Com isso, é possível afirmar que a implementação do PBF em Lajeado do Bugre está orientada por um conceito de pobreza absoluta que significa a mais completa falta. Não basta não ser desnutrido, ter problemas cognitivos, sofrer violência doméstica, não ter banheiro em casa para ser pobre; a pobreza extrema deve ser algo abaixo do nominável, de qualquer possibilidade de realização do ser.

A tentativa de normalização e moralização do pobre fica evidente quando ela afirma que *“tem algumas famílias que até têm um certo tipo de renda, que recebem uma quantia, mas que não têm como se manter. Então ela [a atendente responsável pela inscrição no CadÚnico] faz o cálculo de quanto que eles recebem, dividido pelo número de pessoas da família. A renda per capita daí dá, não sei, R\$78,00 por cada um da família. Mas geralmente, assim, eles não trabalham. Tem alguns que fazem assim: vão no período da maçã, feijão. Eles*

colocam os filhos, então às vezes pra ir. Os próprios filhos querem dinheiro. Em torno de 14, 15 anos eles já vão. Então, às vezes é bem complicado, agora tá se tentando no município, uma outra alternativa pra isso. Mas, realmente, eles pensam assim: 'é muito mais fácil ir lá e trabalhar um mês e ganhar mil reais do que ficar aqui'". Apesar de todos os problemas enfrentados pelos pobres, o julgamento sobre a pertinência de ser vinculado ou não ao Programa passa pela crivo dos R\$70,00 mensais. Além disso, esse trecho da entrevista deixa claro que o PBF é um mecanismo complementar à renda obtida com o trabalho na lavoura. Apesar de defender que há uma dependência da população em relação ao PBF, Priscila reconhece que as pessoas trabalham e, mais do que isso, precisam sair do município para conseguir meios de subsistência, em uma migração pendular que, à época de colheita, leva as pessoas para o campo para trabalhar. Quando estão ociosos, sobrevivem com a renda do PBF: “É na lavoura. Eles vão pro serviço braçal mesmo. A maioria é trabalho manual, numa lavoura. Eles não têm essa renda fixa. [...] As mulheres também. Os homens geralmente vão pras maçãs, como eles falam, que tem duas culturas, então eles vão pras maçãs em Santa Catarina e alguns aqui, [no estado], em Bom Jesus. Daí, as mulheres não. As mulheres... agora que elas voltaram; têm uma safra de tendão que elas vão. [...] Tendão é ali [na região], você tem nessa época. Ela vão pra quebrar o milho, tem uma folha de feijão que eu sei que elas chamam de tendão, alguma coisa assim”. Apesar do PBF ter possibilitado o alívio da condição de miséria, ele não eliminou a necessidade da população da zona rural executar atividades árduas em regime sazonal para garantir a sobrevivência. As pessoas viajam para regiões distantes duas vezes por ano para obter renda. Nesse sentido, o PBF contribui para a retenção de algumas famílias no campo, sem, contudo, romper com a superexploração do trabalho que marca a sua existência.

Além disso, como afirma Priscila, “*tem esse projeto que foi encaminhado de colocar uma padaria comunitária ali pra população. Porque é a população que mais vai pra esses trabalhos fora. E eles continuam aqui com o Bolsa Família. Porque assim, tem bastante filhos. A maioria tem muitos filhos. Ou moram com bastante criança, porque alguns têm netos, onde muitas vezes os pais foram embora e ficam as crianças, ou a mãe tem um filho com cada pai, um fez quatro filhos, tem uma aqui que tem 5, 6. E é uma funcionária do município. A própria cultura do município é assim. Tu vê que tem o Bolsa Família... um pessoal que trabalha, tá enfrentando dificuldade pra poder entender que o Bolsa Família é pra quem é carente. Aí, tem uns que vão pra São Paulo, outros que trabalham mais*

regularizado, então eles têm como provar [renda]”. Nesse trecho, Priscila ressalta o desempenho do PBF para a manutenção de um exército industrial de reserva, o que não é bem aceito pela população. Eles veem o Bolsa como um direito adquirido: *“Se eu tenho filho, o menino ‘tá na escola, eu tenho direito a ter o benefício”*, afirmou Ana, a beneficiária que fez seu cadastro, mas ainda não foi contemplada com o benefício. Além disso, a fala de Priscila evidencia o julgamento moral de que a procriação vasta é uma estratégia para a ampliação do valor do benefício e manutenção da família no Programa, quando ela, de fato, compõe a realidade dessas famílias em decorrência de diversos fatores que não o desejo de se aproveitar do Programa.

Ana, a entrevistada de Lajeado do Bugre que ainda não foi contemplada pelo PBF, afirmou que *“todo mundo tem direito, por ser um benefício do Governo Federal. Eu tenho uma colega que o marido bate nela, tem essa questão, aí ela veio e fez. Esse dinheirinho é o dinheirinho dela, que não precisa pedir pro marido. Tem várias questões na família e ela vai mantendo, né?! [...] O meu filho é do segundo casamento, eu não tenho direito pra ele ainda, eu trouxe todos os dados, mas a guria [a estagiária que cadastra os beneficiários no CadÚnico] quer que eu acho o pai dele. Mas eu não tenho como achar! Ele sumiu no mundo e me deixou sozinha com a criança. Eu voltei pro meu primeiro marido, mas ele não tem pra sustentar todo mundo, então eu queria ter esse direito pro meu filho, pra ele ter um dinheirinho que é pra comprar as coisas pra ele”*. Com a fala de Ana, o PBF ganha a feição de um possível direito social que compensa as famílias por manter seus filhos na escola ou por não ter pensão alimentícia. Assim como foi identificado em outros trabalhos sobre o tema (PEREIRA e RIBEIRO, 2013; RÊGO e PINZANI, 2013a, 2013b), o relato de Ana permite afirmar que o dinheiro recebido com o Bolsa Família é utilizado para proporcionar bens para as crianças.

Sobre esse tema, Priscila observa que *“eles gastam o Bolsa com compras e coisas. Eles estão até tentando comprar mais aqui. Mas acontece que dentro dos mercados, como tem o Mário Correa, eu vejo o preço mais elevado. Alto preço... Eu, por mim, às vezes compro um litro de leite lá em Palmeira [das Missões, maior município próximo a Lajeado do Bugre], sai um [real] e pouco. Aqui é dois [reais] e pouco, uma diferença bem grande. Aí eles compram fiado... Já tiveram alguns problemas de estabelecimento que tinham o cartão. É uma prática muito comum já aqui. [...] Então a gente fez um trabalho, com os beneficiários, nós conversamos com eles que sabíamos que tinham essa situação. Fizemos um trabalho*

geral, porque também, depois, a pessoa se prejudica também. Eles explicaram a visão deles também, que é uma forma deles também garantirem. Mas é um abuso, né? Mas até que tinha mais, uma época até tinha bastante, agora tá mais rigoroso nessa questão de benefícios. A gente fez um trabalho aqui, foi pra justiça e a notícia se espalha rápido, então...”

Priscila relata um problema que já havia sido identificado em Redentora, que é a retenção dos cartões de benefício e das senhas por parte de comerciantes locais como garantia de que receberão pelas compras fiadas. Além disso, o número de beneficiários do Programa em Lajeado do Bugre se soma à distância de outras cidades e às restrições de opções de compra que permitem que os comerciantes elevem os preços dos produtos acima da média de mercado, ocasionando uma exploração extraordinária dos beneficiários do Programa: é cobrado mais pelos produtos e o cartão é retido como garantia de pagamento da parcela da população que menos recursos financeiros possui.

Priscila descreve sua percepção de um quadro familiar que seria muito peculiar a Lajeado do Bugre: *“São famílias muito carentes. O menino tem, assim, um chinelinho. Eles sobrevivem do Bolsa Família. Também é razoável doações... ajuda de mãe... é aquela cultura, aí eles ficam o dia inteiro, se tu vai na casa deles, eles 'tão lá. As crianças em casa, brincando, não vão pegar um caderno, estudar. Os pais são semi-analfabetos, mal conseguem escrever o nome... estão lá tomando chimarrão. Eles não têm aquela motivação, são muito poucos que plantam um horta. Agora, a gente 'tá fazendo um grupo aqui dar certo, que é um grupo que só está trabalhando com mulheres. Eles estão trabalhando pra fazer uma horta. Veio o PRONAF⁶⁶ não é muito, mas igual tem algumas famílias que são beneficiárias”*. Para ela, se trata de alterar a cultura das famílias pobres, isto é, eliminar o seu tempo livre em favor de atividades na terra, mesmo que seja em uma horta doméstica. Com isso, Priscila ignora que há, na Totalidade do sistema capitalista, um favorecimento à manutenção de tempo livre pelos trabalhadores, para que sejam impelidos ao trabalho toda vez que as necessidades tornarem isso um imperativo. Assim, a existência do tempo livre serve não apenas para resguardar a força-de-trabalho dos trabalhadores enquanto ainda são o nada perante o capital, mas, também, é determinante para que a mão-de-obra esteja disponível quando o capital quiser transformá-la em coisa para si. A explicação de uma 'cultura deles' atem-se apenas à superfície

66 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Emater, para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito (BRASIL, [s/d]).

da questão, sem identificar os determinantes que concebem o trabalho apenas como trabalho-para-o-capital.

Em Lajeado do Bugre tive a oportunidade de visitar a aldeia indígena que está no bairro de Linha Lautert, próximo ao centro do município. Um técnico da EMATER me apresentou ao cacique Irno, que pediu detalhes da pesquisa, inclusive perguntando o que eu questionaria às pessoas de sua tribo. Só depois de ter obtido alguma confiança do cacique, que também é o professor da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Antônio Rusi (Figura 24), pude conversar com alguns beneficiários. A aldeia indígena conta com 56 pessoas, distribuídas em 14 grupamentos familiares que habitam casas independentes. A configuração da aldeia chama a atenção: as casas se situam em um terreno em aclive com uma área comum ao centro. Neste, está localizada uma casa que serve de sede da aldeia e onde trabalham agentes comunitários de saúde quando vão realizar as visitas; do seu lado esquerdo, há um banheiro de uso coletivo e um construção de madeira em azul, a única pintada de toda a aldeia, onde funciona uma igreja evangélica Assembleia de Deus (Figura 25).

Figura 24 – Escola Estadual Indígena de Lajeado do Bugre



Figura 25 – Área central da Aldeia Indígena de Lajeado do Bugre, com igreja à esquerda



A presença dessa igreja evangélica no território indígena marca a intensificação do contato dos membros da aldeia com a cultura civilizada ocidental. Weiss e Martins (2012), afirmam que a identidade indígena é marcada por vínculos objetivos com a natureza, suas relações sociais, língua e cosmogonia, sendo esse o último vínculo a ser rompido na interação com os brancos. No caso da Aldeia de Lajeado do Bugre, foi possível constatar que os índios fazem uma variação constante entre a língua *Kaingang* e o português. Os homens e mulheres se vestem de modo semelhante aos de membros brancos da igreja a que se vincularam. Das 14 famílias da aldeia, 6 são beneficiárias do PBF, como conta Irno, as demais contam com aposentadoria ou recebem algum benefício da FUNAI: “*O Bolsa ajuda a manter as crianças na escola, pra ficar ali, não terem que ir pra cidade... é pouco, mas ajuda, porque a venda de artesanato já não dá tanto*”. Irno conta que as famílias que não contam com aposentadoria vivem da venda de artesanato e que o Bolsa apenas complementa o que recebem: “*quando chega o dia de receber o Bolsa Família, eles vão lá pra receber. Aí, depois, continua trabalhando também com artesanato*”. Ao contrário do que foi declarado pelos técnicos entrevistados, a fala de Irno descreve que não se trata de uma dependência do Programa, mas de percebê-lo como complemento, tendo em vista que as famílias não abandonaram sua atividade tradicional de artesanato em função do recebimento do benefício. O valor recebido pelo PBF “é muito pouco” e configura uma “ajuda”, não se trata da principal fonte de renda.

Irno afirma que “*aqui a gente 'tá com pouco espaço, não tem onde plantar. Então, é pouco, mas é um dinheiro que ajuda a fazer as coisas. Se tivesse uma área maior, a gente ia contar com coisas, daí... E o dinheiro que se recebe do Bolsa Família, no fim, o valor dele é*

baixo. Porque tem que comprar de tudo. Não planta, tem que comprar de tudo. Ai a gente 'tá lutando, agora estamos plantando um mandiocal ali atrás [aponta a plantação de mandioca um pouco mais à frente de onde estávamos] e vamos fazer horta e um mini-aviário... Vamos fazer uma horta, também, pra plantar verdura. Daí, o que a gente não plantar, agente irá comprar. A gente sabe os meses, as luas... tem que cuidar a lua, também, pra plantar”.

Não se trata, com a fala de Irno demonstra, de atribuir a pobreza à cultura indígena ou à sua inabilidade para lidar com a terra. Pelo contrário, Irno deixa claro que conhecem a técnica para o cultivo, mas a concentração de terras dificulta a geração de uma agricultura de subsistência. A reflexão de Campos (2012, p. 181), sobre a pobreza de agricultores em Santa Cruz do Sul (item 5.1), parece valer para o quadro encontrado nos Municípios do noroeste gaúcho: “a trílice aliança agronegócio-latifúndio-Estado gera, por um lado, muita riqueza [...] e, por outro lado, produz e reproduz a pobreza, por meio da concentração de terras, de rendimentos, de imóveis urbanos, bem como da exclusão ou inclusão precária no mundo do trabalho”.

Ainda na Aldeia (Figura 26), pude entrevistar Carlos e Jacira, casal que tem três filhos, que explicaram a compreensão que têm do PBF e como utilizam o benefício: “*Olha, até inclusive, a gente que é pai de aluno, já digo que também tenho minhas crianças que estudam em sala de aula... e eu só ajudo. Eu, como pai, ajudo as minhas crianças. Se não for para a sala de aula, vai ser cortado o Bolsa Família, porque isso aí é para beneficiar o aluno. Mas até inclusive, falando em Bolsa Família, eu não sei... daí... como tem sempre mulheres aí que... até, inclusive, a gente acompanhou o pessoal da saúde, a educação, mas daí foram feitos os trabalhos mas não aconteceu nada até agora, né... daí a gente está aí, eu já nem me importo se a mulher já sacou R\$50,00, R\$60,00, R\$100,00. Porque, pra te dizer a verdade, o Bolsa Família, hoje, não sustenta nem pra comprar um par de calçados para as crianças, que estudam lá fora. Hoje, têm mulheres que recebem o Bolsa Família em torno de R\$100,00. Com isso, o cara não faz nada. Um par de calçados pras crianças vai custar R\$60,00, R\$70,00, R\$80,00. Aí não faz nada. E uma muda de roupa, que hoje - você sabe melhor do que eu que nunca estudei fora – só que fora da área, tu tens que estar bem vestido e de primeira linha, eu já digo. Mas na aldeia, não. As minhas filhas podem ir de pé de chinelo pra sala de aula. Lá fora não”.* O relato de Carlos mostra que os valores apresentados como causadores de dependência pelos técnicos municipais são insuficientes para realizar as necessidades dos indígenas.

Figura 26 – Casa de Jacira e Carlos na Aldeia Indígena de Lajeado do Bugre



Jacira traz um outro ponto que, para ela, foi alterado com o PBF: *“Os homens não conseguem sacar, tem que fazer as entrevistas com as mulheres. Inclusive, o marido não tem alguma parte, só que eu, da minha parte, autorizo ele às vezes ir sacar”*. Carlos complementa: *“Porque eu tenho uma menina que estuda na sala de aula e já me pediu: ‘pai, a diretora falou assim, assim, assim, que eu tenho que comprar’. E se o pai tem que trabalhar e não tem como comprar? Agora o senhor me diga, com o Bolsa Família tem onde comprar? Tem que comprar os materiais, cadernos, tudo. Se o governo liberar os recursos para os materiais da sala de aula, aí nos ajuda bastante. Mas tem vezes que não tem material”*. Há dois pontos que podem ser discutidos com essas falas. O primeiro diz respeito à alteração do controle sobre as finanças domésticas, que fica a cargo da mulher. Não que isso signifique um suposto empoderamento, porque a destinação do dinheiro vai para a o cumprimento das necessidades familiares, em especial das crianças em idade escolar. Carlos situa a questão do Bolsa Família frente à garantia de direitos sociais: *“Olha, pra te dizer a verdade, antigamente, na época, eu não estudei 2 anos, porque não existia sala de aula, o índio não era beneficiado. O índio convivia mais é do amor à camisa. Agora, eu faço uma pergunta para o senhor que está fazendo as pesquisas, e já que o governo quer que o índio seja que nem o branco, ele tem que tratar o índio o máximo possível na saúde, na educação, em tudo. Porque o índio estava nas aldeias, no mato, ele convivia melhor ainda. Porque eu me lembro que meu finado pai se aposentou. Hoje, pra você se aposentar, você tem que ter todos os documentos, tudo ok, modelo, tudo, tudo, tudo. Tu tem que ter uma contrapartida com o governo, tudo o que tu faz*

aqui ó... eu tenho que ter uma renda, pra poder negociar, fazer uma parceria com o governo. Porque se um dia, quando eu chegar na idade de me aposentar – porque aparece tudo lá. Aparece tudo! Eu sou agricultor - ou não é? Se eu sou funcionário aparece lá. Tudo o que estou fazendo. Aí mesmo que, ontem, o pessoal... que vieram ali fazendo esse trabalho também, aí eu não cheguei a falar, mas se eu chegar a falar daí eu sou capaz até de machucar eles, porque eles são responsáveis por atender o índio. Eles têm compromisso com o índio. Se eles querem que o índio seja que nem eles... Por causa do que esse professor aqui, nosso cacique, ele é índio. Ele aprendeu por causa de vocês, hoje ele é um professor por causa de vocês. Só que quando ele vai atrás de recursos, enrolam bastante ele. Então, não adianta a gente... uma comparação, eu já digo, falo no dinheiro porque, mesmo que não tenha dinheiro, eu digo que estou bem. Para ele, há uma tentativa do governo de tratar índios e brancos de maneira equânime. No entanto, esse tratamento não é equitativo, pois os índios não têm acesso aos mesmos direitos de saúde, educação e trabalho que Carlos vê para os brancos. Além disso, ele afirma que há uma diferença entre as possibilidades de trabalho com a terra que dificulta a aposentadoria indígena, pois é preciso 'negociar' com o governo sobre o tempo de contribuição previdenciária. A fala de Carlos coloca em evidência uma oposição entre o modo de vida do índio contemporâneo, em contato intenso com a cultura branca, e a vida que os índios viviam anteriormente.

Jacira afirma que “hoje, se o benefício vem, a mulher sempre fala, porque tem mulheres que recebem o Bolsa Família de R\$80,00, R\$90,00, até R\$102,00. Tem mulheres, aí, que não recebem o que está no papel. Aí, muitas vezes, elas reclamam: 'mas, como, aquela mulher recebe e tem 2 crianças na sala de aula, e a outra tem 4, e a outra tem 6?'; 'mas como ela receba a mesma quantia e eu recebo menos?' Então tem essas. Então se eu merecer R\$100,00 do Bolsa Família, todos têm que merecer os cem reais. Se eu receber R\$ 300,00 do Bolsa Família, todos têm que merecer os trezentos reais. Eu tenho 3 crianças na escola, a outra já casou. Aí muita gente, às vezes, por causa dessas Bolsas, que o pessoal fala, eu até nem me preocupo... Mas se a gente procurar o direito mesmo, não é? Porque acho que eram 4 coisas que estavam incluídas dentro dessa bolsa. Primeiro era Bolsa Escola, agora Bolsa Família. Porque eu tenho parte, se eu tenho 3 filhos, esses filhos têm que ganhar. É só somar! Dá mais do que cento e poucos. Mas vai lá pra sacar o dinheiro do Bolsa Família, já é outra história”. Essa passagem da entrevista com Jacira demonstra que há uma confusão entre os beneficiários acerca do valor a ser recebido e de quem pode recebê-lo; e a incerteza quanto ao

pagamento ser coerente com os critérios estabelecidos.

Jacira diz que usa o dinheiro que recebe “*pra comprar o material. As vezes não dá pra comprar para todos, aí tem que comprar um pouco para cada um. Aí eu também uso pra pagar luz, algum remédio que falta, os alimentos...*”. Perguntei onde ela guardava o cartão: “*De primeiro, eu deixava no mercado. Depois deu um problema, daí eu não quis mais deixar, porque o dono disse que não veio um mês. A gente deixa em casa, mas, às vezes, extravia, as crianças mexem e não sabe para onde vai o cartão daí é ruim deixar em casa. Mas, depois que deu esse problema lá, daí eu não quis mais deixar. [...] Pelas três crianças que eu tenho, o dinheiro é pouco – porque o uniforme dessa que estuda lá na cidade, eu paguei R\$ 45,00, e ainda falta a camiseta pra ela – daí às vezes, se tem duas que estudam aqui, às vezes falta pra essa que estuda na cidade. Daí, eu levo meio controlado pra poder dar conta. Pra completar eu faço algum artesanato, saio e pego um serviço nas fábricas de calçados pra poder completar o que... pra poder cobrir o que precisa pra elas. E mais é a da cidade, né? Comprar alguma coisa, tem que dar dinheiro pra pagar alguma coisa, aí já vai indo*”. As declarações de Jacira se somam às das outras beneficiárias entrevistadas no noroeste do Rio Grande do Sul: o Bolsa Família oferece um alívio, mas, ainda assim, é necessário trabalhar para realizar as necessidades da família, mesmo que isso aconteça apenas parcialmente, como Jacira conta. No seu caso, o suposto aumento das escolhas, decorrente do Programa, implica, na prática, em escolher qual filho terá suas necessidades satisfeitas, em um constante revezamento de prioridades. Além disso, manter filhos nas escolas da cidade, fora da Aldeia, custa mais caro, pois exige uma maior adequação ao estilo de vida dos brancos, com uniformes, roupas, calçados e materiais escolares.

“*Eu, pra mim, acho que quem tem pouco salário deveria receber. Porque, bem dizer, aquela vez, não sei se vocês estão sabendo, foi feito um cadastro para receber um aumento em função das crianças de 0 a 6 anos. Mas faz cinco, seis meses que eu fiz o cadastro e até agora não veio. E, daí, acaba que nós dois temos que trabalhar*”. Carlos interrompe Jacira: “*Trabalho um pouco fora e um pouco em casa. Semana passada, eu fiquei uns 15, 20 dias fora. Larguei a família, as crianças estão na aula, e a gente fica lá trabalhando. Pra poder suprir o que a gente compra para as crianças. Eu trabalho... como eu passei pra ti, eu trabalhava mais na lavoura. Mas, daí, um dia a gente começou a pegar a soja... e quando volta fica meio descansado agora, tratando um pouco da saúde. Porque em primeiro lugar vem a saúde*”. Nesse trecho da entrevista, Jacira denota uma concepção mais ampla do

Programa, que deveria atender aqueles que têm baixos salários. Além disso, ela reclama que o cadastramento no Programa Brasil Carinhoso que ampliaria o valor recebido dos Programas Sociais ainda não gerou o benefício que está esperando em função de sua filha mais nova. O valor recebido não gera dependência do Programa, ao contrário do que os técnicos informam, pois o montante recebido impele os beneficiários a buscar atividades que garantam a satisfação das necessidades da família.

A fundamentação liberal do Programa contraria a ideia de que simplesmente seja dado dinheiro, sem condicionalidades, e estabelece que o valor oferecido seja o suficiente para suprir as mais estritas necessidades de subsistência sem que as famílias beneficiadas deixem de trabalhar. Isso impele à realização de atividades sazonais, precárias ou que exijam, como relata Carlos na lavoura de soja, o comprometimento da saúde do trabalhador. Outro ponto que merece destaque é o cumprimento das condicionalidades, que, como as entrevistas nos municípios gaúchos informam, se dá no contexto de equipamentos de saúde e educação com condições precárias. Com isso, fica evidente que o Bolsa Família se afasta do ideal preconizado por Bronzo e Veiga (2013) de “alcançar a intersetorialidade na integração das políticas [...] na perspectiva de fortalecer as redes de proteção com as quais as famílias vulneráveis podem contar. [...] Isso pressupõe, ou mesmo exige, que as políticas de saúde e educação sejam fortes, amplas e consistentes, de cobertura universal e com qualidade” (BRONZO e VEIGA, 2013, p. 24).

Apesar da afirmação de que os Programas realizam um combate efetivo à pobreza, a realização dos cursos de qualificação profissional, mesmo que fora do âmbito do PRONATEC e a manutenção do imperativo da venda da força-de-trabalho em um contexto de superexploração como meio para realizar a existência articulam questões estruturais como o mercado de trabalho, a necessidade de trabalhar para sustentar a família e o cuidado com os filhos nos municípios mais pobres do Rio Grande do Sul. As entrevistas também colocam em xeque o senso comum de que os beneficiários do Bolsa Família se tornam preguiçosos e deixam de trabalhar para viver às custas do Programa.

As evidências encontradas na pesquisa de campo permitem afirmar, também, que os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil estão organizados de formar a reproduzir a Totalidade do sistema vigente. Ao operarem como mecanismos complementares da superexploração do trabalho, os Programas favorecem a manutenção da dependência do capital global nacional em relação ao capital global dos países desenvolvidos.

Antiteticamente, os trabalhadores pobres, desempregados, subempregados, indígenas, camponeses desses municípios e províncias apresentam-se como Exterioridade à Totalidade do sistema vigente. Configuram um povo que está submetido aos ditames da Totalidade do sistema do capital, mas que, ao mesmo tempo, resiste ao seu engolfamento. Os relatos obtidos mostram que há um reconhecimento, nos dois países de que os Programas oferecem uma ajuda para a sobrevivência. No entanto, eles não querem, simplesmente, ser beneficiados com essa ajuda. Há uma demanda por emprego, terra e autonomia de seu modo de vida, isto é, pela realização do princípio ético-normativo da libertação que rompe com o lugar que lhes foi determinado no sistema do capital, isto é, sua marginalidade. O povo, em suas diversas manifestações, com seus diversos rostos, nega a negação da vida que os Programas contribuem para reproduzir e afirmam a necessidade de viver uma vida digna, para além do sistema de dominação e opressão.

CONCLUSÕES

Para iniciar, retomo a Tese em torno da qual este trabalho foi sendo produzido: os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil operam como mecanismo complementar à superexploração do trabalho e se inserem, portanto, no processo de reprodução ampliada da dependência nesses países. Essa Tese foi construída de duas maneiras: primeiro, teoricamente, na articulação entre a descrição e análise dos fundamentos teóricos que embasam esses Programas, complementadas por dados secundários, e, finalmente, a introdução da fundamentação teórica da Filosofia da Libertação; segundo, empiricamente, a partir de falas do povo coletadas em pesquisa de campo que foram colocadas em diálogo com os conteúdos da primeira parte.

O momento teórico possibilitou compreender que as formulações expressas na implementação dos Programas em atividades tais como a transferência condicionada de renda, a capacitação para o trabalho e a formação de cooperativas, estão embasadas por uma associação de ideias liberais com a abordagem da questão social, inscrevendo esses Programas no bojo da trajetória internacional de políticas compensatórias da pobreza. No âmbito dos Programas, o combate à pobreza tem sido compreendido como a inclusão dos pobres nas esferas de consumo, o que, de acordo com as formulações de Sen (2000), propiciaria um aumento das liberdades individuais e garantiria o desenvolvimento humano.

O aumento do consumo dos beneficiários dos Programas Sociais é entendido como ampliação de sua cidadania em um contexto de exercício de direitos sociais através do cumprimento das condicionalidades em saúde e educação. Essas condicionalidades visam aumentar o capital humano e, no longo prazo, constituir uma porta de saída da pobreza. Os números oficiais dos governos e dos organismos multilaterais, bem como o senso comum, concordam que os Programas oferecem um alívio para a pobreza (ARGENTINA, 2012; BRASIL, 2013a; PNUD, 2010). No entanto, a Argentina e o Brasil continuam sendo apontados dentre os países mais desiguais no mundo (OXFAM, 2012). Isso indica que o suposto desenvolvimento social a ser realizado por meio dos Programas não corresponde à diminuição da concentração de renda e, pelo contrário, reproduz a desigualdade em um contexto de crescimento econômico dos dois países. Constatou-se, ainda, que subjaz aos Programas uma cisão entre as dimensões econômica e social na qual ocorre a separação entre o acúmulo de riqueza, de um lado, e a reprodução da pobreza, de outro.

Ter elaborado essa pesquisa tendo como fundamento teórico a Filosofia da Libertação, em diálogo com autores vinculados à Teoria Marxista da Dependência, como Marini (2005) e Osorio (2012), permitiu identificar que a reprodução da pobreza é consequência do acúmulo de riqueza. A riqueza decorre da lucratividade obtida nas trocas, o que só é possível mediante o aumento do valor dos produtos, isto é, de uma maior expropriação de trabalho, único gerador de valor (MARX, 2009). Em todo o sistema do capital, para criar valor é necessário expropriar o trabalho-vivo, o que é feito continuamente através da extração da mais-valia - o valor expropriado do trabalhador em toda jornada de trabalho superior à remuneração necessária para a estrita recomposição de sua força-de-trabalho. Isso ocasiona que ao mesmo tempo em que gera riqueza para o capital, através do incremento do valor dos produtos, o trabalhador empobrece.

No entanto, na Argentina e no Brasil, como nos demais países da América Latina, a extração da mais-valia ocorre em uma dinâmica ainda mais perversa, porque mais intensa. O capital global nacional nesses países é dependente em relação ao capital estrangeiro. Isso significa que, em suas trocas no mercado internacional, o capital global nacional transfere mais-valia para o capital global nacional desenvolvido e, para poder manter a competitividade nas trocas, esse capital dependente exerce uma exploração extraordinária do trabalho. Essa superexploração aumenta a extração de mais-valia do trabalho-vivo através da manutenção dos salários abaixo do valor necessário para reprodução da força-de-trabalho e do aumento da intensidade do uso desse trabalho, diminuindo o tempo necessário para reproduzir o valor do salário (DUSSEL, 1988; MARINI, 2005).

Em vista disso, é possível afirmar que os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil operam como mecanismos complementares à superexploração do trabalho porque qualificam o trabalho-vivo para sua inserção no mercado de trabalho, divulgam uma moral individualista de empregabilidade e oferecem um benefício monetário que é complementar à remuneração insuficiente do trabalhador superexplorado. Esse último desdobramento dos Programas facilita a ampliação de postos de trabalho precários, caracterizados pelo subemprego, e, também, contribui para a manutenção de um exército de reserva de trabalhadores. Os benefícios exercem um papel relevante, ainda, para forçar os salários para baixo, em função de se constituírem um montante fixo de renda para as famílias beneficiárias.

O momento empírico do trabalho permitiu corroborar essas conclusões teóricas. As

falas dos entrevistados colocam em evidência a relação entre a implementação dos Programas de Combate à Pobreza e o modelo extrativista que caracteriza a dependência econômica do capital global nacional da Argentina e do Brasil. Não é possível declarar que os Programas existem como uma decorrência da dependência do capital, mas as falas dos entrevistados demonstram que as estratégias de obtenção de lucros nos municípios e províncias pesquisados estão orientadas para a exploração de minerais e *commodities* agrícolas para a exportação e, para isso, os empresários e donos de terras têm contado com o apoio dos governos. Nesse sentido, os Programas de Combate à Pobreza desempenham um papel complementar relevante.

Na Argentina, o caráter complementar à superexploração pode ser encontrado nos meios urbanos e no campo das cidades pesquisadas. Em Catamarca, a extração de bens minerais ameaça não apenas o modo de vida tradicional de comunidades do interior da província, mas a vida, de modo geral, com a poluição da terra, da água e da paisagem. Em San Fernando, os Programas de Combate à Pobreza têm operado como uma compensação pela atividade mineradora e pela falta de empregos. Além disso, contribui para uma pacificação da população em relação à atividade mineradora. Na província de Santiago del Estero, principal província agrícola da Argentina, ocorre, em função da expansão da soja, uma concentração da posse da terra com expulsão de camponeses dos campos e sua inserção marginal nos centros urbanos. Em Santiago, os Programas configuram o principal meio de garantir a sobrevivência dos camponeses expulsos da terra, coetâneo à eliminação de seus modos tradicionais de vida. O AUH e o *Argentina Trabaja* se inserem em um projeto civilizatório capitalista que compromete a possibilidade de realização de ser do camponês, lançando-o ao desemprego, ao trabalho informal e precário, à susceptibilidade às drogas e à fragilização dos vínculos familiares, como contado pelos entrevistados.

No Brasil, os Programas de Combate à Pobreza mostram sua complementariedade à superexploração no que diz respeito à oferta de uma soma de dinheiro que é percebida como fixa. Esse valor gera a reprodução de vínculos precários de trabalho, principalmente em atividades sazonais na lavoura e em tarefas domésticas. Em São Valério do Sul e Redentora, municípios da principal região produtora de grãos do Rio Grande do Sul, os Programas adquirem um aspecto moralizante, principalmente para os indígenas. Nesses municípios, ser beneficiário do Programa está relacionado com preguiça e inaptidão para o trabalho, mesmo com o reconhecimento de que há poucas possibilidades de emprego. Em São Valério,

especificamente, a implementação do Programa se dá em um contexto de disputa pela remarcação da reserva indígena no município, que ameaça a matriz produtiva de soja local. Em Lajeado do Bugre, os Programas também estão relacionados com a moralização dos indígenas e com a superexploração do trabalho em um contexto de vínculos empregatícios sazonais e precários. Lá, fica evidente que o Bolsa Família constitui a principal fonte de renda fixa. Sua existência contribui para a retenção de moradores no município frente à realidade do trabalho sazonal e informal na lavoura em outras regiões distantes. Nos três municípios ficou evidente que os Programas incrementaram a circulação de dinheiro nos mercados locais. Contudo, esse aumento favoreceu os empresários, que aumentaram os preços dos produtos e adotaram a estratégia de reter os cartões dos beneficiários do PBF, reforçando a superexploração do trabalho por um outro mecanismo que não estava previamente claro: o aumento do valor necessário para a reposição da força-de-trabalho.

As falas dos entrevistados permitem afirmar que o Programa Bolsa Família e a *Asignación Universal por Hijo para Protección Social*, Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCs), não se constituem, de fato, transferência de renda, mas na oferta de um valor monetário que possibilita às famílias beneficiadas a compensação, na esfera do consumo, da impossibilidade da satisfação de suas necessidades em um modelo econômico baseado no extrativismo mineral e agrícola para a exportação. Nesse modelo, não é possível reproduzir a própria vida pelo trabalho, de modo que os valores recebidos garantem a sobrevivência das famílias beneficiárias sem alterar a lógica excludente e o seu padrão de acumulação vigentes.

No que diz respeito aos programas de qualificação para o trabalho, no âmbito do PRONATEC ou das oficinas oferecidas como programas acessórios ao PBF, elas se constituem em espaço para a inculcação de ideias relacionadas ao autoemprego e ao empreendedorismo individualizante que reforçam a responsabilização do pobre por sua pobreza e sua anomia perante os demais indivíduos. Essa formação ganha sentido em um contexto de poucas possibilidades de emprego, relações trabalhistas precárias, e relações sociais mediadas, em sua maioria, pelo dinheiro.

A formação de cooperativas do *Argentina Trabaja* e a oferta de bolsas de trabalho também se insere nesse contexto. Além de gerarem uma possibilidade provisória de renda, permitem aos governos a realização de obras de urbanização com custo baixo e a oferta de serviços em equipamentos públicos sem incorrer na contratação de funcionários e no aumento

com gastos de pessoal. Após o prazo de realização das obras previstas pelo *Argentina Trabaja*, as cooperativas estão supostamente habilitadas a procurarem outros serviços, isto é, disputarem entre si no mercado local na mesma lógica das oficinas de qualificação profissional para o empreendedorismo.

O método analético, empregado para a realização da pesquisa, não possibilitou apenas colocar em evidência a negação da vida dos pobres que ocorre no contexto da implementação dos Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil. Esse método permitiu, também, reconhecer a “palavra que irrompe no mundo mais além do mundo” (DUSSEL, 1995, p. 233), isto é, a interpelação do Outro oprimido enquanto Exterioridade à Totalidade do sistema do capital. A escolha dos municípios da Argentina e do Brasil, foi determinada pelo seu grau de pobreza. No entanto, a vivência no campo possibilitou reconhecer que há frentes de luta do povo contra a reprodução e o avanço da Totalidade do sistema vigente, pela defesa de suas gestas e modos históricos de existência. As experiências em Catamarca, Santiago del Estero, São Valério do Sul, Redentora e Lajeado do Bugre, permitiram identificar que o povo articula momentos de conscientização de quem está frente-a-frente com o capital. Mesmo que local e parcialmente, o povo organiza lutas e projetos que enfrentam a lógica transnacional do capitalismo dependente.

Com isso, entendo que a aplicação do método analético para analisar os Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil, permitiu situá-los na relação entre a reprodução da Totalidade do sistema capitalista e as lutas do povo. Os Programas aliviam alguns sinais da pobreza, como a fome extrema, a mendicância ou o imperativo da venda da força-de-trabalho por qualquer dinheiro que garanta não morrer de fome, ao mesmo tempo em que reproduzem a lógica de marginalização de uma superpopulação relativa. Frente a eles, o povo luta para ir mais-além: não querem viver desses Programas; reconhecem sua ajuda, mas anseiam por terra, emprego e a possibilidade de viver suas vidas autonomamente; recusam sucumbir ao plano de vida que a Totalidade do sistema lhes quer impor.

Por fim, este estudo pode contribuir para os Estudos Organizacionais, área do conhecimento em que essa Tese é defendida já que a abordagem do tema da pobreza e seu combate, nesse campo disciplinar, reproduz os traços mais conservadores, adequando-se ao formato e ao arcabouço teórico predominantes e, portanto, à reprodução da Totalidade do sistema.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabine. Postscript: A brief conceptual history of poverty at the World Bank until 2000. In: UNDP. *Human Development Research Paper 2010/1*. Human Development: Definitions, Critiques, and Related Concepts. United Nations, 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/papers/HDRP_2010_01.pdf>. Acesso em 08 jul. 2010.

AMMANN, Safira B. *Expressões da Pobreza no Brasil: análise a partir das desigualdades regionais*. São Paulo: Cortez, 2013.

ANSES. Administración Nacional de Seguridad Social. Asignaciones Familiares de Trabajadores. *Montos Vigentes*. 01 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.anses.gov.ar/trabajadores/asignaciones-familiares-trabajadores/montos-vigentes-334>>. Acesso em 13 jan. 2014.

_____. General. *Asignación Universal por Hijo para Protección Social*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <<http://www.anses.gov.ar/autopista/asignacion-universal-hijo/>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. Republica Argentina. *Asignación Universal por Hijo para Protección Social: Una política de inclusión para los más vulnerables*. Buenos Aires: Observatorio de la Seguridad Social, jul. 2011.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

ARGENTINA. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. *Presupuesto 2013: resumen*. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/onp/html/presupresumen/resum13.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2014.

_____. Ministerio de Desarrollo Social. Comunidad. *Centros Integradores Comunitarios*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gov.ar/centrosintegradorescomunitarios/169>>. Acesso em 17 jan 2014.

_____. Ministerio de Desarrollo Social. Argentina Trabaja. *Ingreso Social con Trabajo*. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gov.ar/ingresosocialcontrabajo/114>>. Acesso. 12 jan. 2012.

_____. *Distribuidor Programa de Ingreso Social con Trabajo: Provincias Argentinas*. Buenos Aires: [s/d].

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martins Claret, 2006.

ARROYO, Daniel. *Políticas Sociales: ideas para un debate necesario*. 1 ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

AS/COA. American Society/Council of Americas. Explainer. *Conditional Cash Transfer Programs in Latin America*. 8 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.as-coa.org/articles/explainer-conditional-cash-transfer-programs-latin-america>>. Acesso: 13 jan. 2014.

ÁVILA, Milene P. Os Programas ‘Bolsa Família’ e o ‘Famílias en Acción’: experiências comparadas. In: MOURIÑO, Carolina *et al.* Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2013. p. 81-105.

BECKER, Gary S. Human Capital. *The Concise Encyclopedia of Economics*. Library Economics and Liberty. Indianapolis: Liberty Fund, 2008. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

BEPE. Bienaventurados los pobres. *Agenda 2010: construyendo la historia desde la esperanza, abrimos caminos hacia horizontes de justicia y hermandad*. Catamarca: BePe, 2010.

BETTO, Frei. Direitista e Esquerdista. *AMAIVOS: inteligência e tecnologia a serviço do amor*, 2012. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_Canal=53&cod_noticia=22159>. Acesso em 19 abr. 2012.

_____. Frei Betto critica assistencialismo e pede reformas por ‘democracia econômica’. *UOL*. UOL Notícias, São Paulo, 15 mar. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/15/ult23u1484.jhtm>>. Acesso em 15 abr. 2013.

_____. *A Mosca Azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. Erradicar a fome. *Correio Braziliense*. Opinião. Brasília, 3 out. 2003.

BIO. The Biography Channel website. *Robert Strange McNamara*. 2014. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/robert-s-mcnamara-9394201>>. Acesso em 13 jan. 2014.

BOLTNIK, Julio *et al.* *Multidimensionalidad de la Pobreza: propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2014.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial.

BRANDÃO, Anderson. Perspectivas para os celulares dos pobres servirem a políticas de inclusão financeira e de governo eletrônico: a proposição do Ministério do Desenvolvimento Social no Governo Lula. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

_____. Eficiência Operacional e Avanços da Logística de Pagamento e de Cartões do Programa Bolsa Família. In: XXXVI EnANPAD, 2012. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. Secretaria de Comércio Exterior. *Exportação Brasileira: categoria de uso (US\$ FOB)*. Brasília, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Programas. *Sobre o Programa*. Brasília, [s/d]. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em 14 fev. 2014.

_____. Presidência da República. Blog do Planalto. *Plano Brasil Sem Miséria retira 22 milhões de pessoas da extrema pobreza*. Brasília, 19 fev. 2013a. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/plano-brasil-sem-miseria-retira-22-milhoes-de-pessoas-da-extrema-pobreza/>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. Portal da Transparência. *Transferência de Recursos por Ação de Governo*. Brasília, 2013b. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoUF.asp?codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&NomeAcao=Transfer%EAncia+de+Renda+Diretamente+%E0s+Fam%EDlias+em+Condi%E7%E3o+de+Pobreza+e+Extrema+Pobreza+%28Lei+n%BA+10%2E836%2C+de+2004%29&Exercicio=2013&Pagina=1>>. Acesso em 15 jan 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 10.835*, de 08 de janeiro de 2004. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 10.836*, de 09 de janeiro de 2004. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. Presidência da República. *Lei n.º 10.683 de 28 de maio de 2003*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/consea/legislacao/lei-10.683-de-28-de-maio-de-2003>>. Acesso em 12 jan. 2012.

_____. Presidência da República. *Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10219.htm>. Acesso em 05 jul. 2010.

_____. *Decreto nº 1.366 de 12 de janeiro de 1995*. Brasília: 1995. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112748/decreto-1366-95>>. Acesso em 05 jul. 2010.

BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania – um passo em falso? In: BRASIL. República Federativa do Brasil. Senado Federal. Centro de Estudos da Consultoria no Senado. *Textos para Discussão*, n. 75, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-75-bolsa-familia-e-renda-basica-de-cidadania-um-passo-em-falso>>. Acesso em 22 jan. 2014.

BRONZO, Carla. Serviços sócio-assistenciais e a redução das vulnerabilidades: desafios e limites da proteção social. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

_____. Vulnerabilidade, empoderamento e proteção social. Reflexões a partir de experiências Latinoamericanas. In: XXXII EnANPAD, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

_____. Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. In: XXX EnANPAD, 2006. *Anais...* Salvador, 2006.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. A vulnerabilidade ainda presente, mesmo com transferência de renda: limites da proteção social. In: XVIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2013, Montevideo. *Documentos del XVIII Congreso Internacional del CLAD*, 29 out.-01 nov. 2013. p. 1-29.

CAMPOS, Christiane Senhorinha S. A Face Feminina da Pobreza em Meio à Riqueza do Agronegócio. Trabalho e Pobreza das Mulheres em Territórios do Agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. *Investigación y Políticas*. Programa CLACSO-CROP de Estudios sobre Pobreza. Serie Documentos Breves, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.clacso.org.ar/documentos/descargar.php?link=397.pdf&nombre=May-13%20%7C%20>>. Acesso em 12 jan. 2013.

CAMPOS, Geraldo; URBINA, Felicia; LAGO, Juliana. El Trabajo o la Pobreza... Quedó la Explotación. In: XXXII EnANPAD, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008. p. 1-16.

CARDOSO, Fábio *et al.* Modelando o Programa Bolsa Família: Estudo Comparativo entre os Municípios de Duque de Caxias e Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. In: XXX EnANPAD, 2006. *Anais...* Salvador, 2006. p. 1-15.

CASSIN, Márcia P. S.; RAMOS, Sandra M. P. C.; MORAIS, Heloísa Helena S. A Assistencialização Minimalista das Políticas Sociais no Trato da Questão Social. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. *Anais do...* Belo Horizonte, 7-9 jun 2013, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/A%20ASSISTENCIALIZA%C3%87%C3%83O%20MINIMALISTA%20DAS%20POL%C3%8DTICAS%20SOCIAS%20NO%20TRATO%20DA%20QUEST%C3%83O%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2014.

CASTAÑEDA, Tarcisio; LINDERT, Kathy. *O Desenho e a Implementação dos Sistemas de Focalização Familiar: lições da América Latina e dos Estados Unidos*. Social Protection Discussion Paper Series. Washington, D. C.: The World Bank, jun. 2005. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/0526Portuguese.pdf>> Acesso em 20 jan. 2014.

CASTEL, Robert. A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 26, p. 19-40, jan.-dez. 1997.

CASTELO, Rodrigo. *O Social-Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CATAMARCA ATUAL. Catamarca Atual. Economía. *Catamarca entre las tres provincias más pobres del país*. San Fernando del Valle de Catamarca, 29 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.catamarcactual.com.ar/noticia-13777-rss.html>>. Acesso em: 04 set. 2013.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. 4 ed. Popular. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1953.

_____. *Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1951.

CAVALCANTE, Pedro; RIBEIRO, Beatriz. Descentralização do Programa Bolsa Família: Determinantes do Desempenho Municipal. In: IV EnAPG, 2010. *Anais...* Vitória, 2010. p. 1-15.

CHAVES, Alexandra D.; MONTEIRO, Maria G.; SUCUPIRA, Luciana A. O Que Nos Diz o Desenho do Programa Bolsa Família. In: XXXI EnANPAD, 2007. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007. p. 1-16.

CHÁVEZ-NEGRÍN, Ernesto. El Combate contra la Pobreza em Cuba: políticas públicas y estrategias familiares. *Seminário Internacional “El Rol del Estado em la lucha contra la pobreza”*. Recife, 19 a 21 mar. 2003, CROP-CLACSO-FJN.

CHOMA, Jeferson. As políticas sociais compensatórias e os governos de esquerda na América Latina. *Liga Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional*. 30 mar. 2010. Disponível em: <http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1755>. Acesso 12 jan. 2014.

CIMADAMORE, Alberto. Prólogo. In: LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. p. 1-17.

CISNE, José. Intersetorialidade como um Novo Paradigma para a Gestão Pública Focada em Resultado: análise dos projetos de combate à pobreza no Ceará. In: XXXVI EnANPAD, 2012. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012. p. 1-16.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA, Brasília, v. 12, p. 1-18, 1995.

_____. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. São Paulo: Azougue, 2010.

COLIN, Denise R. A.; PEREIRA, Juliana M. F. Integração entre serviços e benefícios no Brasil. In: XVIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2013, Montevideo. *Documentos del XVIII Congreso Internacional del CLAD*, 29 out.-01 nov. 2013. p. 1-20.

CORAGGIO, José Luis. *Principios, Instituciones y Prácticas de la Economía Social y Solidaria*. Buenos Aires: 2011. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm>. Acesso em: 19 abr. 2012.

COSTA, María Ignacia. Protección Social Universal: el caso de la Asignación Universal por Hijo para Protección Social en la Argentina. Debates políticos, ejes de ruptura y continuidad. In: MIDAGLIA, Carmen; REYES, Verónica; ZICCARDI, Alicia (coords.). *Persistencias de la pobreza y esquemas de protección social en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2013. p. 221-249.

COSTA, Nilson Rosário. A Proteção Social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 3, v. 14, p. 693-706, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/02.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2014.

COTIZACIÓN-DÓLAR. Cotización-Dólar. *Cotización hoy en Argentina*. Disponível em: <<http://www.cotizacion-dolar.com.ar/>>. Acesso 20 jan. 2014.

DEDECCA, Claudio Salvadori *et al.* A avaliação multidimensional da pobreza no Brasil. In: BOLTNIK, Julio *et al.* *Multidimensionalidad de la Pobreza: propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2014. p. 275-303.

DENUBILA, Laís; FERREIRA, Marco; MONTEIRO, Doraliza. Programa Bolsa Família: Análise Da Trajetória Dos Indicadores Sociais Em Minas Gerais. In: XXXIV EnANPAD, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010. p. 1-15.

DORNELAS CAMARA, Guilherme. O Combate à Fome e à Pobreza no Brasil: uma análise a partir do histórico das políticas federais. In: SILVA, Francielle Molon da. *Gestão Pública Brasileira: caminhos percorridos, avanços alcançados e desafios a serem superados*. Curitiba: Prismas, 2013, p. 181-208.

DUSSEL, Enrique. *Hacia um Marx desconocido: un comentario de los Manuscritos del 61-63*. México, D. F.: Siglo XXI, 1988.

_____. Marx's economic manuscripts of 1861-63 and the "concept" of dependency. *Latin*

American Perspectives, v. 17, n. 2, p. 62-101, 1990.

_____. *Introducción a la filosofía de la liberación*. Bogotá: Nueva América, 1995.

_____. *Filosofia da Libertação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. Principios Éticos y Economía: em torno a la posición de Amartya Sen. *Signos Filosóficos*, n. 6, jul.-dez. 2001, p. 133-152, Universidade Autónoma Metropolitana de México. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34300605>>. Acesso em 12 mai. 2012.

_____. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Ética de la Liberación (Hacia el ‘punto de partida’ como ejercicio de la ‘razón’ ética originaria)’. In: APEL, K.-O.; DUSSEL, E. *Ética del discurso y ética de la liberación*. Madrid: Trotta, 2004a. p. 269-290.

_____. Hacia una Arquitectónica de la Ética de la Liberación. In: *Ética del discurso y ética de la liberación*. Madrid: Trotta, 2004b. p. 339-366.

_____. *A Produção Teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EGUÍA, Amelia; ORTALE, Susana. *Los significados de la pobreza*. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2007.

EL ESQUIÚ. El Esquiú. Ciudadanía. *Lucía Entregó otras 97 soluciones habitacionales*. San Fernando del Valle de Catamarca, 05 out. 2013. Disponível em: <<http://www.elesquiú.com/notas/2013/10/5/ciudadania-298094.asp>>. Acesso em: 05 out. 2013.

EL LIBERAL. El Liberal. Economía. *El índice de pobreza retrocedió al 5,4% em el último semestre de 2012*. Santiago del Estero, 24 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.elliberal.com.ar/ampliada.php?ID=87803>>. Acesso em 30 abr. 2013.

ESCOBAR, Cecília. Governança Estratégica em Redes de Políticas Públicas: a Experiência do Programa Bolsa Família. In: III EnAPG, 2008. *Anais...* Salvador, 2008.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. 1 ed. 2 reimp. Princeton: Princeton University Press, 1993.

FANFANI, Emílio Tenti. Pobreza e Política Social: más allá del neosistencialismo. In: ISUANI, E.; LO VUOLO, R.; FANFANI, E. T. *El Estado Benefactor: un paradigma em crisis*. Buenos Aires: Ed. CIEPP/Miño y Davila, 1991.

FARIA, Marco A. P.; SANT'ANNA, Anderson S. Trabalhos Enriquecidos, Trabalhadores Empobrecidos? In: XXX EnANPAD, 2006. *Anais...* Salvador, 2006. p. 1-15.

FEITOSA, Marcos. G. G.; GONÇAVES, Elza F. Os Empreendedores Pobres Falam: Fatores que Devem Ser Considerados para Facilitar o Acesso dos Mais Pobres ao Microcrédito. In: XXIX EnANPAD, 2005. *Anais...* Brasília, 2005. p. 1-16.

FÉLIZ, Mariano; LÓPEZ, Emiliano; FERNÁNDEZ, Lizandro. Estructura de clase, distribución del ingreso y políticas públicas: una aproximación al caso argentino en la etapa

post-neoliberal. In: FÉLIZ, Mariano *et. al.* *Más Allá del individuo: clases sociales, transformaciones económicas y políticas estatales en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: El Colectivo, 2012.

FINANZAS. Finanzas.com. Argentina Pobreza. *Índice de Pobreza Urbana en Argentina se mantiene en 6,5% en primer semestre*. Buenos Aires, 25 set. 2012. Disponível em: <<http://www.finanzas.com/noticias/economia/20120925/indice-pobreza-urbana-argentina-1546687.html>>. Acesso em 26 set. 2012.

FERREIRA, Maria Inês. Bolsa Família: uma experiência de acesso aos direitos e ao Estado? In: IV EnAPG, 2010. *Anais...* Vitória, 2010.

FERREIRA, Marco; JIMENEZ, Benedict; HOLZER, Marc. The impact of Public Management Performance of Conditional Cash Transfer in Quality of Life in Brazil. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

FONSECA, Ana M. M. Direito à Saúde, Atenção Básica e Transferências Condicionadas de Renda na América Latina. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1505-1512, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a10.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2014.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.

_____. *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FRIEDMAN, Milton. *Essays in Positive Economics*. Chicago: Chicago University Press, 1966.

G1. Portal G1. Economia. *Banco Mundial propõe erradicar extrema pobreza até 2030*. São Paulo, 02 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/banco-mundial-propoe-erradicar-extrema-pobreza-ate-2030.html>>. Acesso em 02 abr. 2013.

GALBRAITH, J. K. *The Affluent Society*. New York: Houghton, 1998 [1958].

GLUZ, Nora; MOYANO, Inés Rodrigues. Asignación Universal por Hijo, condiciones de vida y educación: las políticas sociales y la inclusión escolar en la provincia de Buenos Aires. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, n.21, v. 21, 18 mar. 2013, p. 1-28.

GONÇAVES, Elza F.; FEITOSA, Marcos. G. G. Uma Investigação sobre os Fatores Que Afetam o Acesso dos Empreendedores Pobres ao Microcrédito na Perspectiva dos Gestores de Três IMFs (CEAPE, Banco da Mulher e Visão Mundial). In: XXVIII EnANPAD, 2004. *Anais...* Curitiba, 2004.

GRASSI, Estela. El Asistencialismo en el Estado Neoliberal: la experiencia Argentina de la década del 90. *Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos*, Buenos Aires, n. 4, p. 27-48, 2003.

GUERRA, Ana Carolina *et al.* Programa Bolsa Família: uma análise do ponto de vista dos usuários. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A Redução Sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

GUIMARÃES ROSA, João. O Espelho. In: GUIMARÃES ROSA, João. *Primeiras Estórias*. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981 [1962].

GUNDER FRANK, André. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUNDER FRANK, André Gunder. Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología. In: GUNDER FRANK, André ; AZÚA, Carlos Real de; CASANOVA, Pablo González. *La Sociología Subdesarrollante*. Montevideo: Aportes, 1969.

HAUSMAN, Daniel M. Philosophy of Economics. IN: ZALTA, Edward N (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, winter, 2013. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/economics/>>. Acesso em 10 jan. 2014.

HELAL, Diogo H.; NEVES, Jorge A. Superando a Pobreza: o Papel do Capital Social na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XXX EnANPAD, 2006. *Anais...* Salvador, 2006. p. 1-15.

HEMAIS, Marcus *et al.* Visões do que é ser Pobre: Os caminhos do estudo da baixa renda na Economia e em Marketing. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011. p. 1-16.

HINTZE, Susana; COSTA, María Ignacia. La Reforma de las Asignaciones Familiares 2009: aproximación al proceso político de la transformación de la protección. In: DANANI, Claudia; HINTZE, Susana (coords.). *Protecciones y Desprotecciones: la seguridad social em la Argentina 1990-2010*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2011. p.154-179.

HODGSON, Godfrey. Walt Rostow: Cold war liberal adviser to President Kennedy who backed the disastrous US intervention in Vietnam. *The Guardian*, 17 fev. 2003, London. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/news/2003/feb/17/guardianobituaries.usa>>. Acesso em 11 jan. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Rio Grande do Sul. *São Valério do Sul: Síntese das informações*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/EFQA>>. Acesso em 13 set. 2013.

_____. Cidades. Rio Grande do Sul. *Redentora: Síntese das informações*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431540>>. Acesso em 17 set. 2013.

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censo. Intercambio Comercial Argentino. Buenos Aires, 22 nov. 2013. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/nuevaweb/cuadros/19/ica_10_13.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2013.

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censo. *Series Historicas*. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em 26 dez. 2013.

IVO, Anete B. L. O. O Paradigma do Desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimentismo. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 187-210, mai.-ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000200002&script=sci_arttext>. Acesso em 14 out. 2012.

_____. A Reconversão da Questão Social e a Retórica da Pobreza nos anos 1990. In: CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge (orgs.). *A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: CLACSO Livros, 2006. p. 36-72.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos*. São Paulo: Martins Claret, 2005.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, 2009, p. 53-83.

KIRCHNER, Cristina Fernández de. Discurso. Presentación de un plan de obras públicas, Buenos Aires, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.caserosada.gov.ar/informacion/actividad-oficial/26455-qes-importante-que-cada-dia-seamos-mas-los-que-entendamos-que-la-patria-es-el-otroq-afirmo-la-presidenta>>. Acesso em 24 mai. 2013.

LANDSBURG, Lauren. Thomas Robert Malthus. In: *The Concise Encyclopedia of Economics and Liberty*, 2008. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Malthus.html>>. Acesso em 10 jan. 2014.

LAVERGNE, Rémi Fernand. Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em on 07 Feb. 2014.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. Los Discursos Minimalistas sobre las Necesidades Básica y los Umbrales de Ciudadanía como reproductores de la Pobreza. In: LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez (comp.). *Trabajo y Producción de la Pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. p. 239-274.

_____. Capital social y concepciones de la pobreza en el discurso del Banco Mundial, su funcionalidad en la “nueva cuestión social”. In: ANDRENACCI, Luciano (Org.). *Cuestión social en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001. p. 30-48.

LEITE, Cristiane Kerches; DIAS, Úrsula. Origem e disseminação do Programa Bolsa Família: aproximações analíticas com o caso mexicano. *Revista do Serviço Público*, Brasília, n. 3, v. 64, p. 351-376, jul.-set. 2013.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: Ensaio sobre a alteridade*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 2000.

LICIO, Elaine; MESQUITA, Camile; CURRALERO, Cláudia. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. In: XXXIV EnANPAD, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010. p. 1-16.

LO VUOLO, Rubén. *Contra la Exclusión, la propuesta del ingreso ciudadano*. Colección Políticas Públicas. Buenos Aires: CIEPP/Miño y Dávila Eds., 1995.

LÖWY, Michel. Entrevista. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, número especial, p. 2-4, ago. 2010. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art00_38e.pdf>. Acesso em 20 jul. 2011.

_____. O Catolicismo Latino-Americano Radicalizado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 5, 1989, p. 50-59. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n5/v3n5a05.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2011.

MACHADO ARAÓZ, Horacio. Neocolonialismo y conflictos socioambientales en América Latina: una mirada regional como contexto de la conflictividad minera en la Provincia de Catamarca. In: PONCE, Elsa; MACHADO ARAÓZ, Horacio; PEREA, Jorge (comps.). *Paisajes em Disputa...: una cartografía de la conflictividad social em la Provincia de Catamarca (2001-2004)*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2012. p. 27-66.

MADEIRA, Lígia M. *et al.* A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na região metropolitana de Porto Alegre: setores de monitoramento e avaliação como estratégia de qualificação da gestão da assistência social no Rio Grande do Sul, Brasil. In: XVIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2013, Montevideo. *Documentos del XVIII Congreso Internacional del CLAD*, 29 out.-01 nov. 2013. p. 1-29.

MALTHUS, Thomas R. *An Essay on the Principle of Population*. London: J. Johnson in St. Paul's Church-yard, 1798. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Malthus/malPop1.html>>. Acesso em 10 jan. 2014.

MAPAS PARA COLORIR. Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com municípios. Disponível em: <<http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-rio-grande-do-sul.php>>. Acesso em 20 jul. 2012.

MARIN, Solange *et al.* A Concepção da Pobreza como Privação de Capacitações e as Políticas Públicas: uma Proposta de Medida Multidimensional para o Município de Silveira Martins – RS. In: V EnAPG, 2012. *Anais...* Salvador, 2012. p. 1-15.

MARINHO, Andrea R. B. *Círculo de Cultura: origem histórica e perspectivas epistemológicas*. 2009. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24092009-155120/>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARQUES, Rosa Maria. Políticas de Transferência de Renda no Brasil e na Argentina. *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 2, p. 298-314, abr.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a06v33n2.pdf>>. Acesso em 10 out. 2013.

MARQUES, Vinícius *et al.* O Microcrédito e a Mitigação da Pobreza: uma Análise do Caso BNDES-Vivacred. In: III EnAPG, 2008. *Anais...* Salvador, 2008. p. 1-15.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 2 ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010 [1843].

_____. *O Capital: crítica da economia política*. livro I, vol 2. 23 ed. São Paulo: Civilização

Brasileira, 2009.

_____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. 1857-1858. 20 ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 2007.

_____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 1. O Processo de Produção Capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

MATTA, Isabela; MOREIRA, Nathalia; SILVA, Edson. Empoderamento e Inclusão Social nas Ações do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. In: XXXVI EnANPAD, 2012. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012. p. 1-16

MATTOSO, Cecília Q.; ROCHA, Ângela da. Significados Associados às Estratégias para Solução de Problemas Financeiros dos Consumidores Pobres. In: XXIX EnANPAD, 2005. *Anais...* Brasília, 2005. p. 1-15.

MAZZOLA, Roxana. *Nuevo Paradigma: la Asignación Universal por Hijo en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012.

MEDEIROS, Mara Rosane A.; COUTO, Berenice R. *Programas de Transferência de Renda: debate no âmbito da produção social*. In: SILVA, Vini Robassa; MENDES, Jussara; FAGUNDES, Helemara; AGUINSKY, Beatriz. *Política Social: temas em debate*. Pelotas: EDUCAT, 2009. p. 23-47.

MEDEIROS, Marcela; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: contribuições para o debate. In: IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *Texto para Discussão n.º 1283*, Brasília, jun. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD_1283.pdf>. Acesso em 20 jan. 2014.

MELO, Itamar. O Rio Grande Indigente. *Zero Hora*, Porto Alegre, 31 jul. 2011.

MENDES, Vera L. P. S.; BARBOSA, ÂNGELA M. G.; RODRIGUES, Jorgas M. Gestão dos Serviços Públicos e Participação Cidadã: estudo com os Beneficiários do Programa Bolsa Família. In: XXXI EnANPAD, 2007. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.

MHHDC. Mahbub ul Haq Human Development Centre. *A Tribute to Dr. Mahbub ul Haq*. Islamabad, 2006. Disponível em: <<http://www.mhhdc.org/html/tribute1.htm>>. Acesso em 21 jun. 2011.

MILL, John Stuart. *Utilitarianism*. London: 1863. Disponível em: <<http://www.utilitarianism.com/mill2.htm>>. Acesso em 19 jun. 2011.

MONTAÑA, Elma. *Escenarios de cambio ambiental global, escenarios de pobreza rural: una mirada desde el territorio*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2012.

MONTEIRO, Doraliza; FERREIRA, Marco. Fatores Determinantes da Gestão do Programa Bolsa Família: Estudo do Índice de Gestão Descentralizada em Minas Gerais. In: XXXII EnANPAD, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

MOREIRA, Nathalia *et al.* Dimensões do Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

MOURÃO, Luciana; FERREIRA, Maria; JESUS, Anderson. Avaliação do Programa Bolsa

Família em Favelas Cariocas. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. *Reclaiming the Nation: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America*. New York: Pluto Press, 2011.

_____. *Reclaiming the Land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America*. London and New York: Zed Books, 2005.

NASSIF, Luis. A Vitória do Bolsa Família. *Carta Capital*, São Paulo, 02 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/a-vitoria-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 08 set. 2013.

NATIONAL ARCHIVES. The National Archives. *1834 Poor Law*. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/education/lesson08.htm>>. Acesso em 04 abr. 2013.

NETTO, José Paulo. Uma Face Contemporânea da Barbárie. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 1, p. 1-39, Marília, 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/issue/view/249/showToc>>. Acesso em 02 jan. 2014.

NOVAES, Flávio. O Bolsa Família no Contexto das Políticas Públicas. In: IV EnAPG, 2010. *Anais...* Vitória, 2010.

NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. *The Quality of Life*. London: Clarendon Press, 2001.

O GLOBO. Jornal O Globo. País. *Bolsa Família completa 10 anos*, Rio de Janeiro, 5 mai. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/especial-bolsa-familia/>>. Acesso em 6 mai. 2013.

OLIVEIRA, Elias; RESENDE, Thaís; VILAS BOAS, Ana Alice. Situação de Risco e Pobreza em uma Cidade do Sul de Minas Gerais. In: IV EnAPG, 2010. *Anais...* Vitória, 2010.

OSORIO, Jaime. *Estado, biopoder, exclusión: análisis desde la lógica del capital*. México: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, 2012.

_____. Acerca de la Pobreza. *Veredas*, México D. F., n. 19, p. 23-40, 2009.

_____. Pobreza: en las fronteras de la economía y la política. *Política y Cultura*, n. 3, p. 43-62, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, 1993. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26700305>>. Acesso em 10 out. 2013.

OVIEDO, Jorge. Subió el Desempleo. *La Nación*. Buenos Aires, 29 jun. 1996. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/167856-subio-el-desempleo>>. Acesso em 05 abr. 2013.

OXFAM. Oxfam International. Oxfam Briefing Paper. Left Behind by the G20?: how inequality and environmental degradation threaten to exclude poor people from the benefits of economic growth. Oxford, 19 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp157-left-behind-by-the-g20-190112-en.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2013.

PAIVA, Beatriz A. *et al.* A universalização da seguridade social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais. In: IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Conferência do Desenvolvimento - CODE 2011. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, Brasília, p. 1-15. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo13.pdf>>. Acesso em 11 out. 2013.

PAIVA, Beatriz A.; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *SER Social*, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/1019/681>. Acesso em 17 jul. 2012.

PALMEIRA DAS MISSÕES. Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões. *Dados do Município*. Palmeira das Missões, 2013. Disponível em: <http://www.palmeiradasmissoes-rs.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11&Itemid=14>. Acesso em 17 set. 2013.

PAULO NETTO, José. Crise do Capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a02.pdf>>. Acesso em 23 fev. 2013.

_____. Uma Face Contemporânea da Barbárie. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 1, p. 1-39, 2013, Marília. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/3436/2657>>. Acesso em 12 jan. 2014.

PEDROSO, Marcel; CALMON, Paulo. Avaliação da Eficiência Relativa das Capitais na Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família com a Utilização de Análise Envoltória de Dados (DEA). In: XXXIII EnANPAD, 2009. *Anais...* São Paulo, 2009.

PERALTA, María Inés. *Las Estrategias del Clientelismo "Social"*. 1 ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 37-46, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a12.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2014.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, p. 7

PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No Areal das Mulheres: um benefício em família. *Política & Trabalho*, n. 38, p. 21-42, abr. 2013b. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/14378/9379>>. Acesso em 30 mai. 2013.

PINTO, Sérgio. Dar o Peixe, mas Ensinando a Pescar. In: XXXII EnANPAD, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? *Ensaio: avaliação de políticas públicas em Educação*, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a07v21n80.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o PNUD Brasil e os ODMs*. Brasília: 2011a. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php#>>. Acesso em 08 jul. 2011.

_____. *Relatório de Acompanhamento das Metas de Desenvolvimento do Milênio*: Brasil. Brasília, 2010.

_____. *Programas de Transferência de Renda na América Latina e no Caribe*. 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/PagePortb.do?id=164&active=3>>.

_____. *Human Development Report*, 1990. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/chapters/>>. Acesso em 21 jun. 2011.

_____. *Human Development Report*, 1995. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1995/>>. Acesso em 21 jun. 2011.

_____. *Human Development Report*, 1997. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997/chapters/>>. Acesso em 21 jun. 2011.

POCHMANN, Márcio. Políticas Públicas e Situação Social na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir (org.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo Ed. e FLACSO, 2013. p. 135-144.

PORTAL KAINGANG. Portal Kaingang. *Terra Indígena Inhacorá*, 2006. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/index_inhacora.htm#>. Acesso em 13 set. 2013.

PUTNAM, Robert. *Interview to the OCDE Observer*, 2004. Disponível em: <http://www.oecdobserver.org/news/archivestory.php/aid/1215/Bowling_together.html>. Acesso em 21 jan. 2014.

RAMÍREZ, Alfredo. *Programa Jefes de Hogar en Argentina: um modelo de política social universal*. Sistema de Información del Mercado Laboral. Buenos Aires: 2006. Disponível em: <<http://www.simel.edu.ar/archivos/documentos/RS2%20Ramirez.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2013.

RAWLS, John. *Justiça como equidade: uma reformulação*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Justiça como equidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RÁDIO MUNICIPAL. Rádio Municipal de Tenente Portela. Notícias. *Deputado relata preocupação sobre as demarcações de áreas indígenas em São Valério do Sul*. Tenente Portela, 12 set. 2013. Disponível em: <<http://www.radiomunicipalam.com/?p=1526>>. Acesso em 13 set. 2013.

RÊGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Ed. UNESP, 2013a.

_____. *Liberdade, Dinheiro e Autonomia: o caso do Bolsa Família*. *Política & Trabalho*, n. 38, p. 21-42, abr. 2013b. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029/9376>>. Acesso em 30 mai. 2013b.

RIBEIRO, Beatriz B. Avaliação De Monitoramento Do Programa Bolsa Família Baseada Nas Fiscalizações Da Controladoria Geral da União. In: XXXI EnANPAD, 2007. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.

_____. Monitoramento e Avaliação de Programas: Conceitos de Tipos de Avaliação e Uma Aplicação Prática do Programa Bolsa Família. In: III EnAPG, 2008. *Anais...* Salvador, 2008.

RINGOLD, Dena; ROFMAN, Rafael. Argentina: políticas de transferencia de ingresos hacia el Bicentenario. In: CRUCES, Guillermo *et al* (eds.). *Los Programas sociales em Argentina hacia el Bicentenario: visiones y perspectivas*. Buenos Aires: Banco Mundial, 2008. p. 25-48.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Casa Civil. RS Mais Igual: Programa de Erradicação da Extrema Pobreza. Notícias. RS Mais Igual amplia benefício para famílias em extrema pobreza. Porto Alegre, 15 abr. 2013. Disponível em: <http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/conteudo/1099/?RS_Mais_Igual_amplia_benef%C3%ADcio_para_fam%C3%ADlias_em_extrema_pobreza>. Acesso 15 out. 2013.

_____. Secretaria de Planejamento Gestão e Participação Cidadã. *COREDE Celeiro: Perfil Socioeconômico*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDkQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.seplag.rs.gov.br%2Fdownload%2F20130730151920perfil_celeiro.pdf&ei=BFZgUs3ALILS9QTC74GgBg&usg=AFQjCNHUn2qFoGijr7YuJriMnr8KOoZlhQ&sig2=sXObMNeNSrv7168e18h8Uw&bvm=bv.54176721_d.eWU>. Acesso em 10 set. 2013.

ROBLES, Cláudia. La Protección Social, la Ciudadanía y la Igualdad en América Latina: un proyecto en claro-oscuro. In: MIDAGLIA, Carmen; REYES, Verónica; ZICCARDI, Alicia (coords.). *Persistencias de la pobreza y esquemas de protección social en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2013. p. 35-66.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?* 3 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. *La Nouvelle Question Sociale: repenser l'État-providence*. 1 ed. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

SÁ, Maria Odete; SILVA, Lucimery. Uma Análise da Aplicação do Programa Bolsa Família (PBF) no Município de São Bentinho – PB. In: V EnAPG, 2012. *Anais...* Salvador, 2012.

SAMPAIO JR., Plínio. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. p. 672-688.

SANTIAGO CIUDAD. Sítio Web Oficial de la Municipalidad de la Ciudad de Santiago del Estero. *Galería de fotos*. Santiago del Estero, [s/d]. Disponível em: <<http://www.santiagociudad.gov.ar/>>. Acesso em 12 out. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Claire G.; CARRION, Rosinha. Microcrédito e Pobreza: um diálogo possível? In: XXXII EnANPAD, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Natalia. Os Desafios da Gestão Intersetorial do Programa Bolsa Família: o Caso do Município de Guarulhos. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

SÃO VALÉRIO DO SUL. Prefeitura Municipal de São Valério do Sul. *Histórico*. São Valério do Sul, 2013. Disponível em:

<<http://www.saovaleriodosul.rs.gov.br/portall/municipio/historia.asp?IdMun=100143388>>.

Acesso em 10 set. 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. *As Causas da Pobreza*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

SEGABINAZZI, Rodrigo; LUMERTZ, Francisco. “Pobre espera o quê ?”: Contabilidade Mental e expectativas de Atendimento de Indivíduos de baixa Renda. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

SEN, Amartya. Capability and Well-Being. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. *The Quality of Life*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMMEL, Georg. *Les Pauvres*. 4 ed. reimp. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

SILVA, Ambrozina; MONTEIRO, Doraliza. Análise do Desempenho da Gestão Pública do Programa Bolsa Família em Minas Gerais por meio da Data Envelopment Analysis (DEA). In: XXXVI EnANPAD, 2012. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012. In: XXXVI EnANPAD, 2012. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012.

SLOMSKI, Valmor *et al.* A Controladoria e a Gestão Pública dos Programas Sociais: Um Estudo dos Impactos dos Programas Sociais na Renda Econômica e Financeira de Famílias Carentes no Município Três Lagoas – MS. In: XXVIII EnANPAD, 2004. *Anais...* Curitiba, 2004.

SOARES, Sergei; SATYRO, Natalia. O Programa Bolsa Família: Desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. In: IPEA. Instituto de Pesquisas Economicas Aplicadas. *Texto para Discussão n° 1424*. Brasília: 2009. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1424.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2012.

SOTO, Silvia Fernandez. La política social y la recomposición material del consenso: la centralidad de los programas de Transferencia de Renta Condicionada: el caso argentino. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 fev. 2014.

SOUZA, Jessé. Uma Nova Classe Trabalhadora Brasileira? In: SOUZA, Jessé de (org.). *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SOUZA, Luiza; PEREIRA, Danielle; DELGADO, Victor. Avaliação de Impacto da Ação de Lavoura do Programa Minas Sem Fome sobre a Renda Bruta Domiciliar Per Capita dos Agricultores Familiares de Minas Gerais. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

SOTO, Silvia Fernandez. La política social y la recomposición material del consenso: la centralidad de los programas de Transferencia de Renta Condicionada: el caso argentino. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 fev. 2014.

SPINELLI, Mário; COSTA, Bruno. Participação, *Accountability* e Desempenho Institucional: o caso dos conselhos de controle social do Programa Bolsa Família nos pequenos municípios brasileiros. In: III EnAPG, 2008. *Anais...* Salvador, 2008.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências Latino-Americanas da Política Social Pública no Século XXI. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/19360/17745+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 22 set. 2012.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento*. São Paulo: L&PM, 2006.

TELLES, Vera. Pobreza, Movimentos Sociais e Cultura Política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, E; LOPES, J; PRANDI, S.L. (orgs.). *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* 2 reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TESTA, Maurício G. *et al.* Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-541, nov.-dez. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/13985/12872>>. Acesso em 20 jan. 2014.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO. The University of Chicago Chronicle. Obituary: Bert Hoselitz, Economics, 9 mar. 1995, Chicago. Disponível em: <<http://chronicle.uchicago.edu/950309/hoselitz.shtml>>. Acesso em 11 jan. 2014.

TORRES, Felício; TORRES, Clício. A Auditoria Operacional e o Aperfeiçoamento da Gestão Pública: O Caso do Programa Bolsa Família. In: XXXV EnANPAD, 2011. *Anais...*Rio de Janeiro, 2011.

TSETUNG, Mao. A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China. In: TSETUNG, Mao. *Obras escolhidas de Mao Tsetung*. Tomo I. Pequim: Edições do Povo, 1975. p. 493-543. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1939/12/revolucao.htm#r1>>. Acesso em 11 jan. 2014.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André. A Linha Híbrida de Pobreza no Brasil Julho de 2006. In: II EnAPG, 2006. *Anais...* São Paulo, 2006.

WORLD BANK. World Bank Group. *About Us*. 29 jun. 2011. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>>. Acesso em 08 jul. 2011.

_____. *World Development Report*. 2001. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2007/09/12/00020953_20070912110712/Rendered/PDF/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>. Acesso em 19 jun. 2011.

_____. *Voices of the poor: can anyone hear us?* 2000. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/05/06/000094946_0>

0042605311270/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em 19 jun. 2011.

_____. *World Development Report*. 1978. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/12/13/000178830_98101903334595/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2011.

_____. *Address to the Board of Governors*, by Robert S. McNamara. Nairóbi, Quênia, 24 set. 1973. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTARCHIVES/Resources/Robert_McNamara_Address_Nairobi_1973.pdf>. Acesso em 08 jul. 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013.